



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 21 de junho de 2024 | SÉRIE 3 | ANO XVI Nº115 | Caderno 1/2 | Preço: R\$ 23,00

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº36.063, de 18 de junho de 2024.

DISPENSA E DESIGNA MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO, DE COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DA COMISSÃO CENTRAL DE CONCORRÊNCIAS/ COMISSÃO CENTRAL DE CONTRATAÇÃO NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR Nº65, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição prevista no Art. 88, VI, da Constituição do Estado do Ceará, CONSIDERANDO a instituição do Sistema de Licitações do Estado do Ceará, na forma da Lei Complementar nº 65, de 03 de janeiro de 2008; DECRETA:

Art. 1º O Art. 2º do Decreto nº 35.987 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A partir de 01 de fevereiro de 2024, ficam designados para o exercício de Membro da Comissão Central de Concorrências/Comissão Central de Contratação o servidor FRANCISCO IRISNALDO DE OLIVEIRA, matrícula nº 001712-1-2; para o exercício da função de Membro da Comissão Especial de Licitação 01/ Comissão de Contratação 01 o servidor CLAYTON COSTA DE OLIVEIRA, matrícula nº 405151-1-9; para o exercício da função de Membro da Comissão Especial de Licitação 02/ Comissão de Contratação 02 a servidora ANTONIA TÂNIA TRAJANO DA SILVA, matrícula nº 300009-7-8; para o exercício da função de Membro da Comissão Especial de Licitação 03/ Comissão de Contratação 03 o servidor CARLOS HENRIQUE BRITO SÁ BARRETTO, matrícula nº 300464-1-2; para o exercício da função de Membro da Comissão Especial de Licitação 04/ Comissão de Contratação 04 a servidora MARIA ÂNGELA MARTINS MENDES CAVALEIRO, matrícula nº 032603-1-3; para o exercício da função de Membro da Comissão Especial de Licitação 06/ Comissão de Contratação 06, a servidora FRANCIMARY VIEIRA MOREIRA, matrícula nº 400908-1-9 e para o exercício da função de Membro de Equipe de Apoio a servidora MARIA DE FÁTIMA BARATA DE OLIVEIRA, matrícula nº 091254-1-8.”

Art. 2º O Art. 3º do Decreto nº 35.987 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Com as alterações abaixo especificadas, ficam reconduzidos e designados a partir de 01 de fevereiro de 2024 até ulterior deliberação, os Presidentes e Membros das Comissões Especiais de Licitação/Comissão de Contratação 01, 02, 03, 04 e 06 e a Vice-Presidente e Membros da Comissão Central de Concorrências/Comissão Central de Contratação e Membro de Equipe de Apoio com as alterações abaixo especificadas, concedendo-lhes a todos Gratificação por Encargos de Licitação de que trata o Art. 5º, Incisos I e II, da Lei Complementar nº 65, de 03 de janeiro de 2008, nos valores atualizados:”

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO 04 /COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO 04

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
WILLIAM CARVALHO GUIMARÃES	478.524-1-2	PRESIDENTE/AGENTE DE CONTRATAÇÃO	RECONDUZIDO
LUIS CLAUDIO PONTES MASCARENHAS	1.819-8	MEMBRO/APOIO	RECONDUZIDO
JOSÉ WILLIAM PINTO DIÓGENES	083008-1-x	MEMBRO/APOIO	RECONDUZIDO
MARIA ÂNGELA MARTINS MENDES CAVALEIRO	032603-1-3	MEMBRO/APOIO	DESIGNADO

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

DECRETO Nº36.064, de 18 de junho de 2024.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AS ÁREAS E IMÓVEIS QUE INDICA, COM SUAS BENFEITORIAS E ACESSÕES, LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DE BARRO, MAURITI, BREJO SANTO, JATI E PENAFORTE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV, da Constituição Estadual e com fundamento no art. 5º, alínea “h” do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e suas posteriores alterações, CONSIDERANDO que a Secretaria das Cidades tem por missão promover o desenvolvimento equilibrado das cidades e regiões do Ceará por meio de ações de estruturação urbana, habitação, saneamento básico, mobilidade, trânsito e fortalecimento institucional dos municípios; CONSIDERANDO a necessidade de execução das obras dos Sistemas de Abastecimento de Água ao longo do Canal da Integração do São Francisco visando ofertar infraestrutura de saneamento para as famílias residentes nas adjacências, promovendo melhorias na qualidade de vida; CONSIDERANDO que o empreendimento contribui com a universalização dos serviços de saneamento básico, prevista na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. DECRETA:

Art.1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis com suas benfeitorias, acessões e outros acessórios, correspondentes à área total de 168.463,97 ha, situados nos Municípios de Barro, Mauriti, Brejo Santo, Jati e Penaforte/CE, conforme previsto nos Anexos I a IV deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação referida no “caput”, deste artigo, destinar-se-á à implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, nos Municípios de Barro, Mauriti, Brejo Santo, Jati e Penaforte/CE.

Art.2º Caberá à Procuradoria-Geral do Estado, por meio da Comissão Central de Desapropriações e Perícias da Procuradoria do Patrimônio e do Meio Ambiente proceder, por via administrativa ou judicial, a desapropriação prevista neste Decreto, nos termos da Lei Complementar nº 58, de 31 de março de 2006, e posteriores alterações.

Art.3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta dos recursos do Orçamento Geral da União.

Art.4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

ANEXO I A QUE SE REFERE O DECRETO Nº36.064, DE 18 DE JUNHO DE 2024

MEMORIAL DESCRITIVO – Área I

Um terreno de formato irregular, destinado à execução de obras referentes a instalação de Sistemas de Abastecimentos de Água do Projeto PISF, nos municípios de Barro, Mauriti, Brejo Santo, Jati e Penaforte, perfazendo uma área de 95.108,94 ha, com as medidas e confrontações a seguir:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9218921.77 m e E 535659.79 m, Datum SIRGAS 2000 com Meridiano Central-39; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 188°52'50” e 102.17; até o vértice 2, de coordenadas N 9218820.83 m e E 535644.02 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 141°10'59” e 223.76; até o vértice 3, de coordenadas N 9218646.49 m e E 535784.28 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 113°46'10” e 544.28; até o vértice 4, de coordenadas N 9218427.11 m e E 536282.39 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 170°35'2” e 700.57; até o vértice 5, de coordenadas N 9217735.98 m e E 536397.01 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 144°59'28” e 640.44; até o vértice 6, de coordenadas N 9217211.41 m e E 536764.43 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 118°17'7” e 798.79; até o vértice 7, de coordenadas N 9216832.89 m e E 537467.85 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 151°48'33” e 914.08; até o vértice 8, de coordenadas N 9216027.24 m e E 537899.66 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 197°37'0” e 545.50; até o vértice 9, de coordenadas N 9215507.32 m e E 537734.57 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os

Governador

ELMANO DE FREITAS DA COSTA

Vice-Governadora

JADE AFONSO ROMERO

Casa Civil

MAXIMILIANO CESAR PEDROSA QUINTINO DE MEDEIROS

Procuradoria Geral do Estado

RAFAEL MACHADO MORAES

Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado

ALOISIO BARBOSA DE CARVALHO NETO

Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização

LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO

Secretaria da Articulação Política

AUGUSTA BRITO DE PAULA

Secretaria das Cidades

JOSÉ JÁCOME CARNEIRO ALBUQUERQUE

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

SANDRA MARIA NUNES MONTEIRO

Secretaria da Cultura

GECIÓLA FONSECA TORRES, RESPONDENDO

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

MOISÉS BRAZ RICARDO

Secretaria do Desenvolvimento Econômico

JOÃO SALMITO FILHO

Secretaria da Diversidade

MITCHELLE BENEVIDES MEIRA

Secretaria dos Direitos Humanos

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO

Secretaria da Educação

ELIANA NUNES ESTRELA

Secretaria do Esporte

ROGÉRIO NOGUEIRA PINHEIRO

Secretaria da Fazenda

FABRIZIO GOMES SANTOS

Secretaria da Infraestrutura

HÉLIO WINSTON BARRETO LEITÃO

Secretaria da Igualdade Racial

MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA

Secretaria da Juventude

ADELITTA MONTEIRO NUNES

Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima

VILMA MARIA FREIRE DOS ANJOS

Secretaria das Mulheres

JADE AFONSO ROMERO

Secretaria da Pesca e Aquicultura

ORIEL GUIMARÃES NUNES FILHO

Secretaria da Proteção Animal

DAVID ANDRADE RATTACASO, RESPONDENDO

Secretaria do Planejamento e Gestão

ALEXANDRE SOBREIRA CIALDINI

Secretaria dos Povos Indígenas

JULIANA ALVES

Secretaria da Proteção Social

ONÉLIA MARIA MOREIRA LEITE DE SANTANA

Secretaria dos Recursos Hídricos

Secretaria das Relações Internacionais

ROSEANE OLIVEIRA DE MEDEIROS

Secretaria da Saúde

TÂNIA MARA SILVA COELHO

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social

ANTÔNIO ROBERTO CESÁRIO DE SÁ

Secretaria do Trabalho

VLADYSON DA SILVA VIANA

Secretaria do Turismo

YRWANA ALBUQUERQUE GUERRA

Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos
de Segurança Pública e Sistema Penitenciário

RODRIGO BONA CARNEIRO

seguintes azimuth plano e distância:182°58'53" e 550.76; até o vértice 10, de coordenadas N 9214957.31 m e E 537705.92 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:206°02'6" e 1159.02; até o vértice 11, de coordenadas N 9213915.90 m e E 537197.20 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:233°42'48" e 664.40; até o vértice 12, de coordenadas N 9213522.69 m e E 536661.65 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:193°29'4" e 860.75; até o vértice 13, de coordenadas N 9212685.67 m e E 536460.94 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:232°35'44" e 424.46; até o vértice 14, de coordenadas N 9212427.84 m e E 536123.77 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:217°12'14" e 833.19; até o vértice 15, de coordenadas N 9211764.21 m e E 535619.97 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:196°18'15" e 379.37; até o vértice 16, de coordenadas N 9211400.10 m e E 535513.47 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:151°30'7" e 592.96; até o vértice 17, de coordenadas N 9210878.99 m e E 535796.39 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:176°35'6" e 1595.79; até o vértice 18, de coordenadas N 9209286.03 m e E 535891.44 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:200°17'31" e 547.23; até o vértice 19, de coordenadas N 9208772.76 m e E 535701.65 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:257°46'31" e 717.84; até o vértice 20, de coordenadas N 9208620.76 m e E 535000.09 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:233°04'4" e 363.29; até o vértice 21, de coordenadas N 9208402.47 m e E 534709.69 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:164°32'57" e 392.42; até o vértice 22, de coordenadas N 9208024.23 m e E 534814.24 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:109°25'26" e 932.91; até o vértice 23, de coordenadas N 9207713.98 m e E 535694.05 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:187°00'1" e 374.66; até o vértice 24, de coordenadas N 9207342.11 m e E 535648.39 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:208°30'56" e 515.05; até o vértice 25, de coordenadas N 9206889.55 m e E 535402.51 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:257°42'3" e 457.62; até o vértice 26, de coordenadas N 9206792.07 m e E 534955.39 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:189°58'2" e 556.99; até o vértice 27, de coordenadas N 9206243.49 m e E 534858.98 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:222°55'30" e 337.23; até o vértice 28, de coordenadas N 9205996.55 m e E 534629.31 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:191°52'32" e 795.95; até o vértice 29, de coordenadas N 9205217.64 m e E 534465.52 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:63°48'22" e 678.03; até o vértice 30, de coordenadas N 9205516.93 m e E 535073.92 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:108°40'48" e 814.90; até o vértice 31, de coordenadas N 9205255.93 m e E 535845.89 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:23°00'30" e 542.00; até o vértice 32, de coordenadas N 9205754.82 m e E 536057.74 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:97°01'46" e 834.90; até o vértice 33, de coordenadas N 9205652.64 m e E 536886.36 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:65°47'5" e 797.34; até o vértice 34, de coordenadas N 9205979.68 m e E 537613.54 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:98°45'9" e 1063.78; até o vértice 35, de coordenadas N 9205817.81 m e E 538664.94 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimuth plano e distância:78°59'53" e 585.90; até o vértice 36, de coordenadas N 9205929.62 m e E 539240.07 m;

deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 142°41'30" e 442.08; até o vértice 37, de coordenadas N 9205577.99 m e E 539508.02 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 126°50'42" e 390.51; até o vértice 38, de coordenadas N 9205343.82 m e E 539820.53 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 149°52'5" e 610.10; até o vértice 39, de coordenadas N 9204816.16 m e E 540126.79 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 82°47'53" e 251.77; até o vértice 40, de coordenadas N 9204847.72 m e E 540376.57 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 65°04'23" e 512.89; até o vértice 41, de coordenadas N 9205063.89 m e E 540841.69 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 93°04'56" e 646.39; até o vértice 42, de coordenadas N 9205029.13 m e E 541487.15 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 139°48'49" e 758.36; até o vértice 43, de coordenadas N 9204449.78 m e E 541976.50 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 205°08'26" e 817.43; até o vértice 44, de coordenadas N 9203709.78 m e E 541629.22 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 181°44'48" e 433.37; até o vértice 45, de coordenadas N 9203276.61 m e E 541616.01 m; deste, segue confrontando com Município de Barro do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 321°04'9" e 1523.59; até o vértice 46, de coordenadas N 9204461.82 m e E 540658.62 m; deste, segue confrontando com Município de Barro do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 225°08'24" e 4706.16; até o vértice 47, de coordenadas N 9201142.22 m e E 537322.73 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 225°08'24" e 4057.98; até o vértice 48, de coordenadas N 9198279.82 m e E 534446.30 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 205°02'21" e 1512.91; até o vértice 49, de coordenadas N 9196909.10 m e E 533805.97 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 145°36'33" e 3263.33; até o vértice 50, de coordenadas N 9194216.19 m e E 535649.21 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 230°22'14" e 2901.89; até o vértice 51, de coordenadas N 9192365.32 m e E 533414.21 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 253°10'26" e 7830.67; até o vértice 52, de coordenadas N 9190098.61 m e E 525918.79 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 159°24'41" e 3327.35; até o vértice 53, de coordenadas N 9186983.77 m e E 527088.87 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 198°30'28" e 2163.04; até o vértice 54, de coordenadas N 9184932.60 m e E 526402.24 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 205°00'53" e 702.46; até o vértice 55, de coordenadas N 9184296.03 m e E 526105.20 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 182°50'26" e 809.51; até o vértice 56, de coordenadas N 9183487.51 m e E 526065.08 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 172°44'43" e 1223.82; até o vértice 57, de coordenadas N 9182273.48 m e E 526219.62 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 155°17'52" e 5426.84; até o vértice 58, de coordenadas N 9177343.24 m e E 528487.50 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 256°58'49" e 4937.76; até o vértice 59, de coordenadas N 9176230.83 m e E 523676.68 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 245°56'18" e 4272.85; até o vértice 60, de coordenadas N 9174488.71 m e E 519775.11 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 221°48'47.66" e 4420.28; até o vértice 61, de coordenadas N 9171194.18 m e E 516828.09 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 229°24'38" e 473.13; até o vértice 62, de coordenadas N 9170886.34 m e E 516468.79 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 229°24'38" e 2406.54; até o vértice 63, de coordenadas N 9169320.56 m e E 514641.29 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 159°46'54" e 1641.56; até o vértice 64, de coordenadas N 9167780.15 m e E 515208.60 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 192°14'59" e 865.63; até o vértice 65, de coordenadas N 9166934.23 m e E 515024.94 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 226°04'35" e 5336.36; até o vértice 66, de coordenadas N 9163232.40 m e E 511181.34 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 228°37'58" e 1834.88; até o vértice 67, de coordenadas N 9162019.77 m e E 509804.28 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 200°14'32" e 3342.43; até o vértice 68, de coordenadas N 9158883.77 m e E 508647.82 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 200°14'32" e 2347.66; até o vértice 69, de coordenadas N 9156681.11 m e E 507835.55 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 236°11'31" e 4318.01; até o vértice 70, de coordenadas N 9154278.53 m e E 504247.68 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 258°58'45" e 1397.28; até o vértice 71, de coordenadas N 9154011.42 m e E 502876.17 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 234°23'43" e 414.21; até o vértice 72, de coordenadas N 9153770.27 m e E 502539.39 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 223°05'48" e 954.10; até o vértice 73, de coordenadas N 9153073.59 m e E 501887.52 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 193°53'34" e 1671.27; até o vértice 74, de coordenadas N 9151451.21 m e E 501486.23 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 225°01'55" e 2975.36; até o vértice 75, de coordenadas N 9149348.49 m e E 499381.15 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 248°16'54" e 4872.75; até o vértice 76, de coordenadas N 9147545.37 m e E 494854.30 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 203°05'18" e 3524.84; até o vértice 77, de coordenadas N 9144302.86 m e E 493472.03 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 234°51'12" e 487.41; até o vértice 78, de coordenadas N 9144022.28 m e E 493073.48 m; deste, segue confrontando com Município de Penaforte do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 234°51'12" e 1707.52; até o vértice 79, de coordenadas N 9143039.31 m e E 491677.27 m; deste, segue confrontando com Município de Penaforte do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 197°23'31" e 3535.55; até o vértice 80, de coordenadas N 9139665.40 m e E 490620.47 m; deste, segue confrontando com Município de Penaforte do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 166°12'30" e 1526.11; até o vértice 81, de coordenadas N 9138183.29 m e E 490984.27 m; deste, segue confrontando com Município de Penaforte do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 195°10'43" e 1357.42; até o vértice 82, de coordenadas N 9136873.23 m e E 490628.86 m; deste, segue confrontando com Município de Penaforte do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 167°35'55" e 2638.75; até o vértice 83, de coordenadas N 9134296.05 m e E 491195.55 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 86°04'32" e 2170.31; até o vértice 84, de coordenadas N 9134444.58 m e E 493360.77 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 207°10'8" e 1124.02; até o vértice 85, de coordenadas N 9133444.58 m e E 492847.53 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 236°25'43" e 1349.42; até o vértice 86, de coordenadas N 9132698.39 m e E 491723.19 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 242°01'21" e 1434.59; até o vértice 87, de coordenadas N 9132025.39 m e E 490456.25 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 211°10'13" e 655.40; até o vértice 88, de coordenadas N 9131464.60 m e E 490117.03 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 267°26'38" e 368.56; até o vértice 89, de coordenadas N 9131448.17 m e E 489748.84 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 334°23'31" e 907.23; até o vértice 90, de coordenadas N 9132266.29 m e E 489356.72 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 22°00'30" e 781.16; até o vértice 91, de coordenadas N 9132990.52 m e E 489649.45 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 46°42'32" e 649.99; até o vértice 92, de coordenadas N 9133436.23 m e E 490122.57 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 38°18'14" e 547.45; até o vértice 93, de coordenadas N 9133865.82 m e E 490461.90 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 334°59'44" e 1596.90; até o vértice 94, de coordenadas N 9135313.06 m e E 489786.91 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 11°42'9" e 1524.28; até o vértice 95, de coordenadas N 9136805.66 m e E 490096.08 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 325°28'16" e 905.25; até o vértice 96, de coordenadas N 9137551.44 m e E 489582.97 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 345°09'15" e 829.22; até o vértice 97, de coordenadas N 9138352.98 m e E 489370.51 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 327°20'35" e 1112.63; até o vértice 98, de coordenadas N 9139289.72 m e E 488770.12 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 10°53'24" e 754.02; até o vértice 99, de coordenadas N 9140030.16 m e E 488912.58 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 3°02'43" e 467.06; até o vértice 100, de coordenadas N 9140496.57 m e E 488937.39 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 338°47'9" e 1835.71; até o vértice 101, de coordenadas N 9142207.88 m e E 488273.13 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 318°18'22" e 502.65; até o vértice 102, de coordenadas N 9142583.22 m e E 487938.80 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 313°38'17" e 1609.14; até o vértice 103, de coordenadas N 9143693.69 m e E 486774.25 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 320°10'11" e 1194.91; até o vértice 104, de coordenadas N 9144611.32 m e E 486008.89 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 341°55'27" e 347.52; até o vértice 105, de coordenadas N 9144941.69 m e E 485901.06 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 332°28'32" e 1018.96; até o vértice 106, de coordenadas N 9145845.31 m e E 485430.18 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 318°20'3" e 583.06; até o vértice 107, de coordenadas N 9146280.88 m e E 485042.57 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 303°40'34" e 958.05; até o vértice 108, de coordenadas N 9146812.11 m e E 484245.30 m; deste, segue confron-

tando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: $275^{\circ}10'40''$ e 397.42; até o vértice 109, de coordenadas N 9146847.98 m e E 483849.50 m; deste, segue confrontando com Município de Jardim do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $46^{\circ}35'58''$ e 823.28; até o vértice 110, de coordenadas N 9147413.65 m e E 484447.67 m; deste, segue confrontando com Município de Jardim do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $55^{\circ}38'50''$ e 1552.32; até o vértice 111, de coordenadas N 9148289.59 m e E 485729.23 m; deste, segue confrontando com Município de Jardim do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $1^{\circ}43'12''$ e 908.08; até o vértice 112, de coordenadas N 9149197.27 m e E 485756.49 m; deste, segue confrontando com Município de Jardim do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $59^{\circ}18'57''$ e 775.51; até o vértice 113, de coordenadas N 9149593.01 m e E 486423.42 m; deste, segue confrontando com Município de Jardim do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $15^{\circ}38'7''$ e 417.29; até o vértice 114, de coordenadas N 9149994.86 m e E 486535.89 m; deste, segue confrontando com Município de Jardim do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $51^{\circ}21'54''$ e 565.23; até o vértice 115, de coordenadas N 9150347.77 m e E 486977.42 m; deste, segue confrontando com Município de Jardim do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $4^{\circ}35'17''$ e 347.25; até o vértice 116, de coordenadas N 9150693.90 m e E 487005.19 m; deste, segue confrontando com Município de Jardim do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $9^{\circ}30'9''$ e 7586.12; até o vértice 117, de coordenadas N 9158175.93 m e E 488257.60 m; deste, segue confrontando com Município de Jardim do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $107^{\circ}02'19''$ e 3982.27; até o vértice 118, de coordenadas N 9157009.04 m e E 492065.07 m; deste, segue confrontando com Município de Jardim do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $36^{\circ}06'31''$ e 635.25; até o vértice 119, de coordenadas N 9157522.26 m e E 492439.44 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $76^{\circ}40'2''$ e 426.98; até o vértice 120, de coordenadas N 9157620.72 m e E 492854.91 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $177^{\circ}07'34''$ e 271.71; até o vértice 121, de coordenadas N 9157349.35 m e E 492868.53 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $140^{\circ}42'24''$ e 485.78; até o vértice 122, de coordenadas N 9156973.40 m e E 493176.17 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $126^{\circ}15'0''$ e 808.02; até o vértice 123, de coordenadas N 9156495.61 m e E 493827.79 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $77^{\circ}14'16''$ e 242.42; até o vértice 124, de coordenadas N 9156549.16 m e E 494064.22 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $150^{\circ}06'40''$ e 1138.98; até o vértice 125, de coordenadas N 9155561.67 m e E 494631.80 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $140^{\circ}00'28''$ e 503.81; até o vértice 126, de coordenadas N 9155175.68 m e E 494955.58 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $75^{\circ}12'20''$ e 572.23; até o vértice 127, de coordenadas N 9155321.80 m e E 495508.84 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $57^{\circ}02'16''$ e 937.51; até o vértice 128, de coordenadas N 9155831.89 m e E 496295.44 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $66^{\circ}57'24''$ e 770.27; até o vértice 129, de coordenadas N 9156133.39 m e E 497004.25 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $337^{\circ}41'6''$ e 1191.58; até o vértice 130, de coordenadas N 9157235.73 m e E 496551.81 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $3^{\circ}57'4''$ e 1025.19; até o vértice 131, de coordenadas N 9158258.48 m e E 496622.45 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $346^{\circ}56'10''$ e 600.57; até o vértice 132, de coordenadas N 9158843.51 m e E 496486.70 m; deste, segue confrontando com Município de Porteira do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $1^{\circ}26'24''$ e 8490.54; até o vértice 133, de coordenadas N 9167331.37 m e E 496700.11 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $40^{\circ}21'18''$ e 15232.33; até o vértice 135, de coordenadas N 9178939.08 m e E 506563.41 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $116^{\circ}38'32''$ e 7179.74; até o vértice 135, de coordenadas N 9175719.54 m e E 512980.83 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $12^{\circ}08'46''$ e 11603.57; até o vértice 136, de coordenadas N 9187063.35 m e E 515422.28 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $31^{\circ}09'46''$ e 16488.45; até o vértice 137, de coordenadas N 9201172.50 m e E 523954.61 m; deste, segue confrontando com Município de Barro do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: $33^{\circ}24'13''$ e 21261.42; até o vértice 1, de coordenadas N 9218921.77 m e E 535659.79 m, encerrando esta descrição.

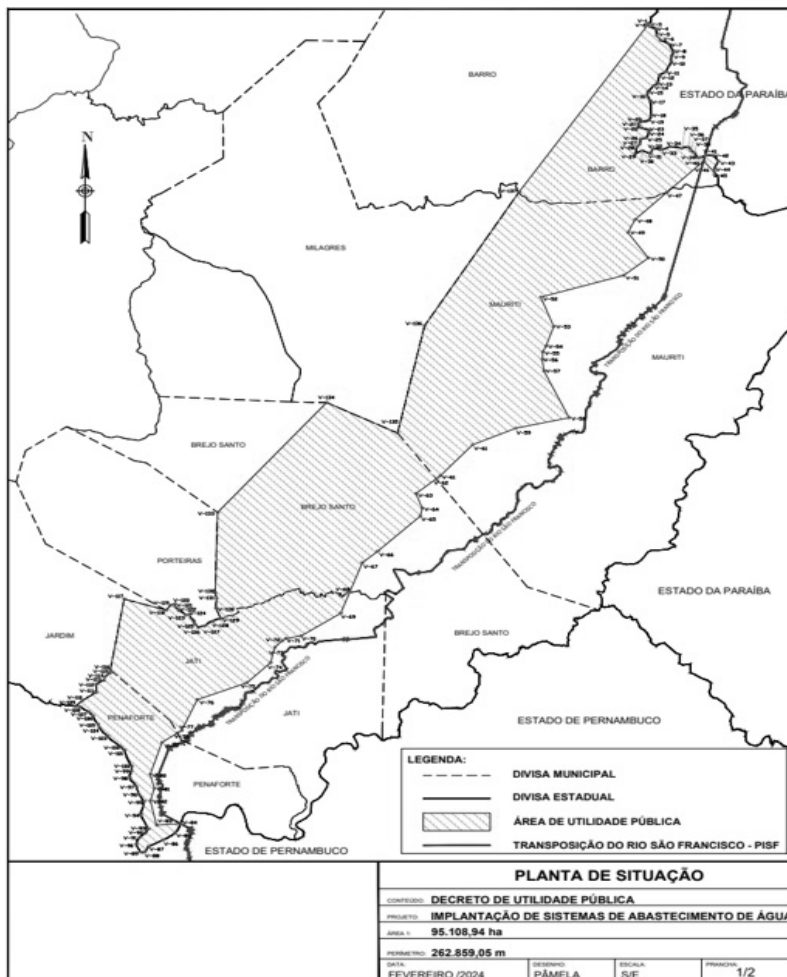
CONFRONTAÇÕES GÊNICAS:

AO NORTE: Com o estado da Paraíba;

AO LESTE: Com os municípios cearenses de Mauriti, de Brejo Santo, de Jati e Penaforte;

AO SUL: Com o estado de Pernambuco e o município cearense de Penaforte;

AO OESTE: Com os municípios cearenses de Barro, Milagres, Brejo Santo, Porteiras e Jardim.

ANEXO II A QUE SE REFERE O DECRETO Nº36.064, DE 18 DE JUNHO DE 2024

ANEXO III A QUE SE REFERE O DECRETO Nº36.064, DE 18 DE JUNHO DE 2024
MEMORIAL DESCRITIVO – Área 2

Um terreno de formato irregular, destinado à execução de obras referentes a instalação de Sistemas de Abastecimentos de Água do Projeto PISF, nos municípios de Mauriti, Brejo Santo, Jati e Penaforte, perfazendo uma área de 73.355,03 ha, com as medidas e confrontações a seguir:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 9198743.66 m e E 545510.15 m, Datum SIRGAS 2000 com Meridiano Central-39; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 86°50'36" e 515.10; até o vértice 2, de coordenadas N 9198772.02 m e E 546024.47 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 66°12'36" e 636.50; até o vértice 3, de coordenadas N 9199028.77 m e E 546606.88 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 74°04'34" e 1656.57; até o vértice 4, de coordenadas N 9199483.26 m e E 548199.89 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 60°51'59" e 569.75; até o vértice 5, de coordenadas N 9199760.64 m e E 548697.55 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 104°53'53" e 462.48; até o vértice 6, de coordenadas N 9199641.74 m e E 549144.49 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 136°17'57" e 457.60; até o vértice 7, de coordenadas N 9199310.91 m e E 549460.64 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 184°17'45" e 373.72; até o vértice 8, de coordenadas N 9198938.24 m e E 549432.65 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 204°03'22" e 605.96; até o vértice 9, de coordenadas N 9198384.91 m e E 549185.64 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 187°13'40" e 410.29; até o vértice 10, de coordenadas N 9197977.88 m e E 549134.02 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 166°27'18" e 506.93; até o vértice 11, de coordenadas N 9197485.06 m e E 549252.74 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 154°12'22" e 437.80; até o vértice 12, de coordenadas N 9197090.87 m e E 549443.24 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 128°17'25" e 572.91; até o vértice 13, de coordenadas N 9196735.87 m e E 549892.91 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 79°42'47" e 556.40; até o vértice 14, de coordenadas N 9196835.23 m e E 550440.36 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 182°14'47" e 781.22; até o vértice 15, de coordenadas N 9196054.60 m e E 550409.90 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 172°44'37" e 609.26; até o vértice 16, de coordenadas N 9195450.23 m e E 550486.85 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 158°11'26" e 295.98; até o vértice 17, de coordenadas N 9195175.43 m e E 550596.81 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 139°02'46" e 564.13; até o vértice 18, de coordenadas N 9194749.37 m e E 550966.57 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 153°36'11" e 444.62; até o vértice 19, de coordenadas N 9194351.12 m e E 551164.26 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 142°27'9" e 297.44; até o vértice 20, de coordenadas N 9194115.30 m e E 551345.53 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 185°34'59" e 770.72; até o vértice 21, de coordenadas N 9193348.24 m e E 551270.54 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 234°08'9" e 375.20; até o vértice 22, de coordenadas N 9193128.42 m e E 550966.48 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 186°44'41" e 438.23; até o vértice 23, de coordenadas N 9192693.23 m e E 550915.01 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 205°35'0" e 354.37; até o vértice 24, de coordenadas N 9192373.60 m e E 550761.99 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 254°37'48" e 252.80; até o vértice 25, de coordenadas N 9192306.60 m e E 550518.23 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 212°21'3" e 769.89; até o vértice 26, de coordenadas N 9191656.20 m e E 550106.25 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 244°54'33" e 440.24; até o vértice 27, de coordenadas N 9191469.52 m e E 549707.55 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 209°33'40" e 349.24; até o vértice 28, de coordenadas N 9191165.74 m e E 549535.25 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 191°29'0" e 280.74; até o vértice 29, de coordenadas N 9190890.61 m e E 549479.36 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 168°51'10" e 287.53; até o vértice 30, de coordenadas N 9190608.50 m e E 549534.95 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 149°41'18" e 557.38; até o vértice 31, de coordenadas N 9190127.32 m e E 549816.26 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 178°40'43" e 617.67; até o vértice 32, de coordenadas N 9189509.81 m e E 549830.50 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 206°16'49" e 712.94; até o vértice 33, de coordenadas N 9188870.56 m e E 549514.83 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 197°18'4" e 749.24; até o vértice 34, de coordenadas N 9188155.22 m e E 549292.01 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 241°49'47" e 569.48; até o vértice 35, de coordenadas N 9187886.38 m e E 548789.99 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 183°25'15" e 787.38; até o vértice 36, de coordenadas N 9187100.40 m e E 548743.01 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 220°30'32" e 1053.64; até o vértice 37, de coordenadas N 9186299.32 m e E 548058.60 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 216°03'3" e 584.72; até o vértice 38, de coordenadas N 9185826.57 m e E 547714.49 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 215°03'22" e 1304.70; até o vértice 39, de coordenadas N 9184758.56 m e E 546965.10 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 230°09'20" e 530.60; até o vértice 40, de coordenadas N 9184418.60 m e E 546557.71 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 197°34'32" e 316.01; até o vértice 41, de coordenadas N 9184117.35 m e E 546462.29 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 170°44'19" e 589.54; até o vértice 42, de coordenadas N 9183535.49 m e E 546557.17 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 207°42'20" e 688.35; até o vértice 43, de coordenadas N 9182926.06 m e E 546237.13 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 201°41'58" e 771.63; até o vértice 44, de coordenadas N 9182209.11 m e E 545951.83 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 253°40'49" e 416.85; até o vértice 45, de coordenadas N 9182091.98 m e E 545551.77 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 238°47'23" e 407.76; até o vértice 46, de coordenadas N 9181880.69 m e E 545203.03 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 205°39'19" e 1262.59; até o vértice 47, de coordenadas N 9180742.56 m e E 544656.37 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 195°18'54" e 480.84; até o vértice 48, de coordenadas N 9180278.80 m e E 544529.37 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 83°51'10" e 1021.42; até o vértice 49, de coordenadas N 9180388.17 m e E 545544.92 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 121°08'35" e 357.84; até o vértice 50, de coordenadas N 9180203.10 m e E 545851.19 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 163°35'35" e 413.76; até o vértice 51, de coordenadas N 9179806.19 m e E 545968.05 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 198°18'42" e 919.22; até o vértice 52, de coordenadas N 9178933.52 m e E 545679.25 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 173°58'42" e 775.84; até o vértice 53, de coordenadas N 9178161.96 m e E 545760.63 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 297°13'42" e 680.48; até o vértice 54, de coordenadas N 9178473.30 m e E 545155.56 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 245°27'21" e 513.55; até o vértice 55, de coordenadas N 9178259.98 m e E 544688.41 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 204°43'55" e 739.84; até o vértice 56, de coordenadas N 9177588.00 m e E 544378.88 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 240°17'53" e 1014.96; até o vértice 57, de coordenadas N 9177085.10 m e E 543497.27 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 159°14'34" e 532.64; até o vértice 58, de coordenadas N 9176587.04 m e E 543686.05 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 174°57'27" e 944.93; até o vértice 59, de coordenadas N 9175645.76 m e E 543769.10 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 276°41'37" e 1181.53; até o vértice 60, de coordenadas N 9175783.48 m e E 542595.62 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 255°52'31" e 366.49; até o vértice 61, de coordenadas N 9175694.05 m e E 542240.21 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 233°56'46" e 657.10; até o vértice 62, de coordenadas N 9175307.31 m e E 541708.96 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 271°48'59" e 588.57; até o vértice 63, de coordenadas N 9175325.97 m e E 541120.69 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 283°26'45" e 1219.54; até o vértice 64, de coordenadas N 9175609.55 m e E 539934.58 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 266°28'11" e 401.88; até o vértice 65, de coordenadas N 9175584.80 m e E 539533.46 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 241°49'48" e 586.40; até o vértice 66, de coordenadas N 9175307.97 m e E 539016.52 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 175°13'38" e 294.56; até o vértice 67, de coordenadas N 9175014.44 m e E 539041.02 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 110°02'56" e 526.28; até o

vértice 68, de coordenadas N 9174834.01 m e E 539535.41 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 171°03'49" e 530.31; até o vértice 69, de coordenadas N 9174310.14 m e E 539617.79 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 129°41'28" e 672.23; até o vértice 70, de coordenadas N 9173880.82 m e E 540135.06 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 168°37'15" e 790.91; até o vértice 71, de coordenadas N 9173105.45 m e E 540291.11 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 128°17'50" e 599.01; até o vértice 72, de coordenadas N 9172734.22 m e E 540761.22 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 185°45'36" e 375.26; até o vértice 73, de coordenadas N 9172360.85 m e E 540723.55 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 236°49'28" e 967.80; até o vértice 74, de coordenadas N 9171831.27 m e E 539913.50 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 220°46'50" e 765.40; até o vértice 75, de coordenadas N 9171251.69 m e E 539413.57 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 215°19'8" e 616.58; até o vértice 76, de coordenadas N 9170748.60 m e E 539057.11 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 194°35'53" e 1254.71; até o vértice 77, de coordenadas N 9169534.40 m e E 538740.87 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 131°28'38" e 454.95; até o vértice 78, de coordenadas N 9169233.07 m e E 539081.73 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 215°07'54" e 545.34; até o vértice 79, de coordenadas N 9168787.08 m e E 538767.91 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 253°31'49" e 850.05; até o vértice 80, de coordenadas N 9168546.09 m e E 537952.74 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 152°29'15" e 1123.23; até o vértice 81, de coordenadas N 9167549.88 m e E 538471.60 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 189°17'54" e 979.37; até o vértice 82, de coordenadas N 9166583.38 m e E 538313.36 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 213°21'8" e 979.05; até o vértice 83, de coordenadas N 9165765.57 m e E 537775.09 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 140°49'20" e 800.53; até o vértice 84, de coordenadas N 9165145.01 m e E 538280.81 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 207°09'6" e 321.15; até o vértice 85, de coordenadas N 9164859.25 m e E 538134.25 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 222°14'48" e 916.03; até o vértice 86, de coordenadas N 9164181.15 m e E 537518.38 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 124°47'0" e 620.79; até o vértice 87, de coordenadas N 9163827.00 m e E 538028.24 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 237°36'21" e 772.55; até o vértice 88, de coordenadas N 9163413.12 m e E 537375.92 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 265°33'36" e 1470.11; até o vértice 89, de coordenadas N 9163299.32 m e E 535910.22 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 245°23'10" e 328.15; até o vértice 90, de coordenadas N 9163162.64 m e E 535611.88 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 215°26'16" e 1108.47; até o vértice 91, de coordenadas N 9162259.52 m e E 534969.17 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 239°24'15" e 746.87; até o vértice 92, de coordenadas N 9161879.38 m e E 534326.28 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 275°14'51" e 1639.21; até o vértice 93, de coordenadas N 9162029.30 m e E 532693.94 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 233°36'40" e 1053.04; até o vértice 94, de coordenadas N 9161404.57 m e E 531846.23 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 181°12'4" e 1221.20; até o vértice 95, de coordenadas N 9160183.63 m e E 531820.63 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 234°46'2" e 344.93; até o vértice 96, de coordenadas N 9159984.64 m e E 531538.88 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 165°31'38" e 353.09; até o vértice 97, de coordenadas N 9159642.75 m e E 531627.12 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 177°37'34" e 654.93; até o vértice 98, de coordenadas N 9158988.39 m e E 531654.25 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 266°06'47" e 644.79; até o vértice 99, de coordenadas N 9158944.68 m e E 531010.94 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 152°47'52" e 935.07; até o vértice 100, de coordenadas N 9158113.03 m e E 531438.39 m; deste, segue confrontando com Estado da Paraíba, com os seguintes azimute plano e distância: 181°58'30" e 627.64; até o vértice 101, de coordenadas N 9157485.76 m e E 531416.76 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 206°09'2" e 608.33; até o vértice 102, de coordenadas N 9156939.70 m e E 531148.65 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 275°42'56" e 613.68; até o vértice 103, de coordenadas N 9157000.82 m e E 530538.02 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 230°14'57" e 1300.28; até o vértice 104, de coordenadas N 9156169.36 m e E 529538.32 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 266°15'56" e 730.86; até o vértice 105, de coordenadas N 9156121.76 m e E 528809.01 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 143°27'21" e 709.98; até o vértice 106, de coordenadas N 9155551.36 m e E 529231.76 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 233°15'22" e 473.94; até o vértice 107, de coordenadas N 9155267.83 m e E 528851.99 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 208°15'8" e 796.57; até o vértice 108, de coordenadas N 9154566.16 m e E 528474.93 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 191°33'9" e 446.03; até o vértice 109, de coordenadas N 9154129.17 m e E 528385.60 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 183°26'36" e 419.06; até o vértice 110, de coordenadas N 9153710.87 m e E 528360.43 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 191°06'11" e 429.29; até o vértice 111, de coordenadas N 9153289.62 m e E 528277.76 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 271°31'58" e 833.58; até o vértice 112, de coordenadas N 9153311.92 m e E 527444.48 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 291°34'30" e 1120.99; até o vértice 113, de coordenadas N 9153724.13 m e E 526402.03 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 263°05'56" e 366.67; até o vértice 114, de coordenadas N 9153680.07 m e E 526038.02 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 250°59'28" e 866.85; até o vértice 115, de coordenadas N 9153397.73 m e E 525218.43 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 229°35'34" e 592.15; até o vértice 116, de coordenadas N 9153013.89 m e E 524767.54 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 286°58'8" e 440.29; até o vértice 117, de coordenadas N 9153142.39 m e E 524346.42 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 257°02'23" e 291.62; até o vértice 118, de coordenadas N 9153076.99 m e E 524062.22 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 198°52'31" e 643.78; até o vértice 119, de coordenadas N 9152467.83 m e E 523853.96 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 243°13'14" e 297.25; até o vértice 120, de coordenadas N 9152333.90 m e E 523588.59 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 241°02'36" e 584.02; até o vértice 121, de coordenadas N 9152051.15 m e E 523077.57 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 330°37'15" e 411.42; até o vértice 122, de coordenadas N 9152409.66 m e E 522875.74 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 259°24'13" e 763.07; até o vértice 123, de coordenadas N 9152269.35 m e E 522125.68 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 289°22'14" e 705.48; até o vértice 124, de coordenadas N 9152503.34 m e E 521460.14 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 255°39'47" e 712.29; até o vértice 125, de coordenadas N 9152326.96 m e E 520770.03 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 318°15'23" e 884.63; até o vértice 126, de coordenadas N 9152987.02 m e E 520181.04 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 231°24'20" e 377.56; até o vértice 127, de coordenadas N 9152751.49 m e E 519885.95 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 200°32'17" e 1565.55; até o vértice 128, de coordenadas N 9151285.45 m e E 519336.70 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 127°08'43" e 656.98; até o vértice 129, de coordenadas N 9150888.73 m e E 519860.38 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 159°39'57" e 434.65; até o vértice 130, de coordenadas N 9150481.17 m e E 520011.42 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 132°06'51" e 521.87; até o vértice 131, de coordenadas N 9150131.20 m e E 520398.55 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 187°37'6" e 312.33; até o vértice 132, de coordenadas N 9149821.62 m e E 520357.14 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 194°34'38" e 1331.16; até o vértice 133, de coordenadas N 9148533.32 m e E 520022.11 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 185°41'30" e 719.77; até o vértice 134, de coordenadas N 9147817.10 m e E 519950.72 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 208°19'34" e 669.50; até o vértice 135, de coordenadas N 9147227.76 m e E 519633.05 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 247°25'4" e 1384.40; até o vértice 136, de coordenadas N 9146696.14 m e E 518354.79 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 268°28'26" e 1157.78; até o vértice 137, de coordenadas N 9146665.31 m e E 517197.41 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 297°15'45" e 954.76; até o vértice 138,

de coordenadas N 9147102.66 m e E 516348.71 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 281°37'54'' e 675.00; até o vértice 139, de coordenadas N 9147238.75 m e E 515687.57 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 279°05'20'' e 747.70; até o vértice 140, de coordenadas N 9147356.87 m e E 514949.25 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 318°08'52'' e 586.78; até o vértice 141, de coordenadas N 9147793.94 m e E 514557.75 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 224°28'29'' e 801.81; até o vértice 142, de coordenadas N 9147221.80 m e E 513996.00 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 194°19'38'' e 482.21; até o vértice 143, de coordenadas N 9146754.60 m e E 513876.67 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 233°22'32'' e 919.62; até o vértice 144, de coordenadas N 9146205.98 m e E 513138.62 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 184°50'22'' e 442.99; até o vértice 145, de coordenadas N 9145764.57 m e E 513101.25 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 162°13'13'' e 671.28; até o vértice 146, de coordenadas N 9145125.36 m e E 513306.22 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 208°49'39'' e 519.50; até o vértice 147, de coordenadas N 9144670.24 m e E 513055.73 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 173°05'19'' e 890.71; até o vértice 148, de coordenadas N 9143786.00 m e E 513162.91 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 252°20'58'' e 1641.46; até o vértice 149, de coordenadas N 9143288.30 m e E 511598.73 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 317°32'45'' e 900.17; até o vértice 150, de coordenadas N 9143952.46 m e E 510991.12 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 269°56'48'' e 1748.43; até o vértice 151, de coordenadas N 9143950.83 m e E 509242.69 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 217°22'57'' e 375.85; até o vértice 152, de coordenadas N 9143652.19 m e E 509014.50 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 162°31'35'' e 1132.70; até o vértice 153, de coordenadas N 9142571.75 m e E 509354.61 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 228°55'25'' e 321.70; até o vértice 154, de coordenadas N 9142360.38 m e E 509112.10 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 326°22'10'' e 568.69; até o vértice 155, de coordenadas N 9142833.88 m e E 508797.14 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 285°52'55'' e 369.05; até o vértice 156, de coordenadas N 9142934.87 m e E 508442.18 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 267°57'35'' e 462.60; até o vértice 157, de coordenadas N 9142918.40 m e E 507979.87 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 231°54'4'' e 899.92; até o vértice 158, de coordenadas N 9142363.14 m e E 507271.68 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 281°36'32'' e 781.85; até o vértice 159, de coordenadas N 9142520.47 m e E 506505.82 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 189°40'14'' e 780.97; até o vértice 160, de coordenadas N 9141750.60 m e E 506374.63 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 170°38'48'' e 788.86; até o vértice 161, de coordenadas N 9140972.22 m e E 506502.83 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 213°57'22'' e 721.96; até o vértice 162, de coordenadas N 9140373.35 m e E 506099.63 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 200°53'41'' e 608.56; até o vértice 163, de coordenadas N 9139804.80 m e E 505882.59 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 159°32'20'' e 494.15; até o vértice 164, de coordenadas N 9139341.83 m e E 506055.33 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 135°41'32'' e 833.47; até o vértice 165, de coordenadas N 9138745.40 m e E 506637.51 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 182°41'30'' e 392.88; até o vértice 166, de coordenadas N 9138352.95 m e E 506619.06 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 208°34'20'' e 1107.88; até o vértice 167, de coordenadas N 9137380.00 m e E 506089.20 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 236°56'46'' e 645.56; até o vértice 168, de coordenadas N 9137027.89 m e E 505548.12 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 222°33'22'' e 518.21; até o vértice 169, de coordenadas N 9136646.14 m e E 505197.68 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 182°33'35'' e 977.39; até o vértice 170, de coordenadas N 9135669.72 m e E 505154.03 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 217°40'28'' e 870.32; até o vértice 171, de coordenadas N 9134980.87 m e E 504622.11 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 238°40'4'' e 1215.08; até o vértice 172, de coordenadas N 9134349.03 m e E 503584.22 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 130°33'56'' e 1179.33; até o vértice 173, de coordenadas N 9133582.09 m e E 504480.12 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 208°02'33'' e 820.69; até o vértice 174, de coordenadas N 9132857.69 m e E 504094.39 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 262°22'9'' e 823.42; até o vértice 175, de coordenadas N 9132748.35 m e E 503278.26 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 303°37'50'' e 584.75; até o vértice 176, de coordenadas N 9133072.21 m e E 502791.38 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 238°19'44'' e 667.50; até o vértice 177, de coordenadas N 9132721.74 m e E 502223.29 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 280°27'22'' e 1021.57; até o vértice 178, de coordenadas N 9132907.04 m e E 501218.66 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 304°40'59'' e 782.30; até o vértice 179, de coordenadas N 9133352.20 m e E 500575.37 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 271°53'46'' e 731.06; até o vértice 180, de coordenadas N 9133376.39 m e E 499844.71 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 325°01'15'' e 758.62; até o vértice 181, de coordenadas N 9133997.98 m e E 499409.81 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 348°47'54'' e 1229.49; até o vértice 182, de coordenadas N 9135204.04 m e E 499170.97 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 338°18'24'' e 1184.31; até o vértice 183, de coordenadas N 9136304.47 m e E 498733.21 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 290°09'32'' e 542.43; até o vértice 184, de coordenadas N 9136491.41 m e E 498224.01 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 255°36'34'' e 522.67; até o vértice 185, de coordenadas N 9136361.44 m e E 497717.76 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 210°03'38'' e 1461.03; até o vértice 186, de coordenadas N 9135096.85 m e E 496986.04 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 293°05'48'' e 949.17; até o vértice 187, de coordenadas N 9135469.26 m e E 496112.97 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 279°28'16'' e 1206.97; até o vértice 188, de coordenadas N 9135667.87 m e E 494922.46 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 270°39'36'' e 1002.03; até o vértice 189, de coordenadas N 9135679.41 m e E 493920.50 m; deste, segue confrontando com Estado de Pernambuco, com os seguintes azimute plano e distância: 215°36'47'' e 495.41; até o vértice 190, de coordenadas N 9135276.66 m e E 493632.02 m; deste, segue confrontando com Município de Penaforte do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 18°26'52'' e 7053.10; até o vértice 191, de coordenadas N 9141967.31 m e E 495863.92 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 17°42'17'' e 1387.67; até o vértice 192, de coordenadas N 9143289.25 m e E 496285.93 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 45°37'28'' e 3687.76; até o vértice 193, de coordenadas N 9145868.31 m e E 498921.83 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 62°26'9'' e 2342.72; até o vértice 194, de coordenadas N 9146952.38 m e E 500998.64 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 54°34'22'' e 6195.57; até o vértice 195, de coordenadas N 9150544.23 m e E 506046.78 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 54°34'22'' e 3655.35; até o vértice 196, de coordenadas N 9152663.39 m e E 509025.16 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 76°02'11'' e 2058.43; até o vértice 197, de coordenadas N 9153160.20 m e E 511022.74 m; deste, segue confrontando com Município de Jati do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 77°30'31'' e 797.48; até o vértice 198, de coordenadas N 9153332.68 m e E 511801.34 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 77°30'31'' e 2598.39; até o vértice 199, de coordenadas N 9153894.70 m e E 514338.23 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 40°02'47'' e 3406.89; até o vértice 200, de coordenadas N 9156502.75 m e E 516530.25 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 67°28'22'' e 3753.27; até o vértice 201, de coordenadas N 9157941.04 m e E 519997.01 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 61°12'25'' e 1858.51; até o vértice 202, de coordenadas N 9158836.18 m e E 521625.74 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 351°32'47'' e 1071.62; até o vértice 203, de coordenadas N 9159896.16 m e E 521468.21 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 330°38'44'' e 3423.69; até o vértice 204, de coordenadas N 9162880.26 m e E 519789.88 m; deste, segue confrontando com Município de Brejo Santo do Estado do Ceará, com os seguintes azimute plano e distância: 50°20'56'' e 1996.55; até o vértice 205, de coordenadas N 9164154.28 m e E 521327.11 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os

seguintes azimuth plano e distância:50°20'56'' e 1392.88; até o vértice 206, de coordenadas N 9165043.10 m e E 522399.56 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:44°25'49'' e 2978.96; até o vértice 207, de coordenadas N 9167170.38 m e E 524484.95 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:47°03'39'' e 2536.61; até o vértice 208, de coordenadas N 9168898.36 m e E 526341.95 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:70°06'39'' e 2531.21; até o vértice 209, de coordenadas N 9169759.48 m e E 528722.18 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:2°45'17'' e 1353.13; até o vértice 210, de coordenadas N 9171111.05 m e E 528787.21 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:43°33'20'' e 1946.15; até o vértice 211, de coordenadas N 9172521.44 m e E 530128.22 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:65°24'14'' e 1328.16; até o vértice 212, de coordenadas N 9173074.24 m e E 531335.87 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:28°28'22'' e 3454.18; até o vértice 213, de coordenadas N 9176110.61 m e E 532982.63 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:61°27'45'' e 887.75; até o vértice 214, de coordenadas N 9176534.72 m e E 533762.53 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:357°01'14'' e 3866.21; até o vértice 215, de coordenadas N 9180395.70 m e E 533561.57 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:43°35'24'' e 1692.61; até o vértice 216, de coordenadas N 9181621.64 m e E 534728.62 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:21°42'41'' e 4110.99; até o vértice 217, de coordenadas N 9185440.99 m e E 536249.42 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:351°11'58'' e 1064.47; até o vértice 218, de coordenadas N 9186492.93 m e E 536086.57 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:66°14'47'' e 4723.97; até o vértice 219, de coordenadas N 9188395.76 m e E 540410.35 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:55°56'44'' e 2968.00; até o vértice 220, de coordenadas N 9190057.78 m e E 542869.36 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:348°06'16'' e 2174.61; até o vértice 221, de coordenadas N 9192185.70 m e E 542421.11 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:24°46'54'' e 3167.34; até o vértice 222, de coordenadas N 9195061.36 m e E 543748.74 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:326°24'10'' e 1602.42; até o vértice 223, de coordenadas N 9196396.10 m e E 542862.04 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:358°09'25'' e 866.58; até o vértice 224, de coordenadas N 9197262.23 m e E 542834.17 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:73°13'35'' e 2145.54; até o vértice 225, de coordenadas N 9197881.40 m e E 544888.42 m; deste, segue confrontando com Município de Mauriti do Estado do Ceará, com os seguintes azimuth plano e distância:35°47'36'' e 1063.02; até o vértice 1, de coordenadas N 9198743.66 m e E 545510.15 m, encerrando esta descrição.

CONFRONTAÇÕES GÊNICAS:

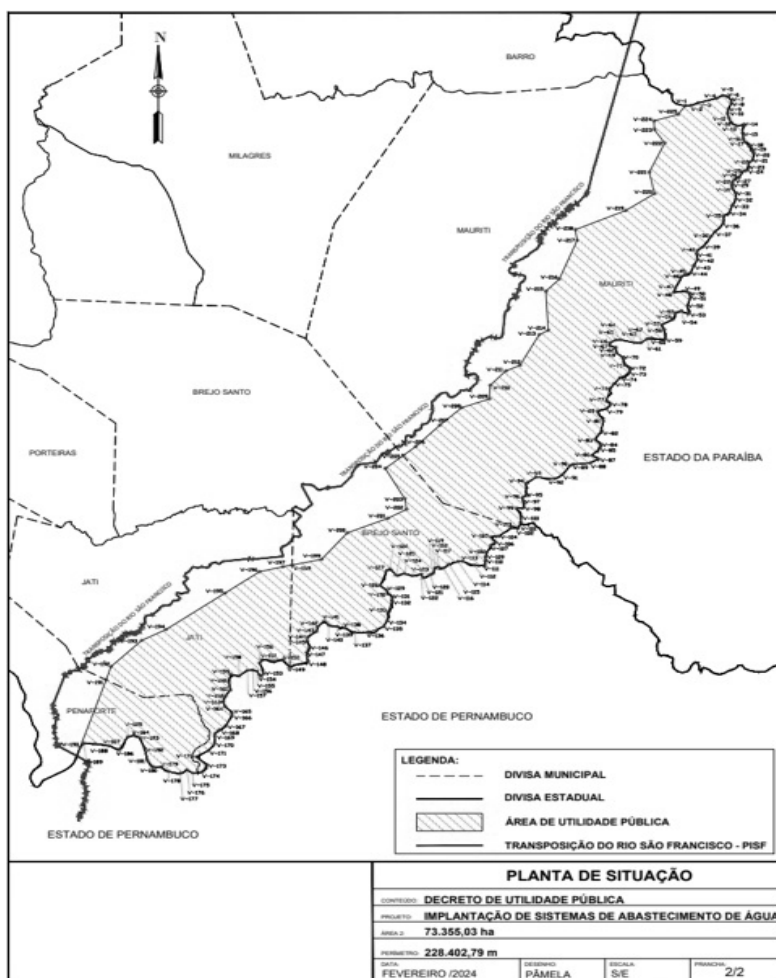
AO NORTE: Com o estado da Paraíba;

AO LESTE: Com o estado da Paraíba e Pernambuco;

AO SUL: Com o estado de Pernambuco e o município cearense de Penaforte;

AO OESTE: Com os municípios cearenses de Mauriti, Brejo Santo, Jati e Penaforte.

ANEXO IV A QUE SE REFERE O DECRETO Nº36.064, DE 18 DE JUNHO DE 2024



*** **

DECRETO Nº36.065, de 18 de junho de 2024.

APROVA O REGULAMENTO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SDE)

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual; CONSIDERANDO o disposto nas Leis nº16.710, de 21 de dezembro de 2018, e nº18.310, de 17 de fevereiro de 2023; CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto nº 33.606, de 25 de maio de 2020, alterado pelo Decreto nº 35.365, de 27 de março de 2023, CONSIDERANDO finalmente o que dispõe o Decreto nº 21.325, de 15 de março de 1991, quanto à indispensável transparência dos atos do Governo, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento da Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE, na forma que integra o Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 33.606, de 25 de maio de 2020.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
João Salmito Filho
SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A ART. 1º DO DECRETO Nº36.065, DE 18 DE JUNHO DE 2024
REGULAMENTO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SDE)

TÍTULO I
DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SDE)

CAPÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º A Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE, criada pela Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023 e reestruturada de acordo com o Decreto nº 35.365, de 27 de março de 2023, constitui órgão da Administração Direta Estadual, de natureza instrumental, regendo-se por este regulamento, pelas normas internas e a legislação em vigor.

CAPÍTULO II
DA MISSÃO INSTITUCIONAL, DA COMPETÊNCIA E DOS VALORES

Art. 2º A Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE tem como missão ser o agente indutor do desenvolvimento econômico do Estado do Ceará de forma sustentável e inovadora, em uma ambiência para a implantação, ampliação e manutenção de negócios, competindo-lhe:

- I - formular, implementar e avaliar a Política de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará;
- II - promover a integração interinstitucional na execução da Política de Desenvolvimento Econômico;
- III - acompanhar e elaborar estatísticas e indicadores econômicos nacionais e internacionais e seus reflexos na economia estadual;
- IV - realizar articulação interinstitucional e intersetorial para melhoria do ambiente de negócios;
- V - promover ações estratégicas para atrair e apoiar novos negócios e iniciativas de investimentos;
- VI - definir, acompanhar e avaliar políticas e programas de incentivo econômicos aos setores produtivos;
- VII - acompanhar os acontecimentos macroeconômicos nacionais e internacionais e seus reflexos na economia estadual;
- VIII - definir, aprovar e acompanhar projetos de investimentos no setor de indústria, comércio, economia criativa, agronegócios empresariais de médio e grande porte;
- IX - desenvolver e fomentar a promoção comercial no âmbito nacional e internacional;
- X - definir prioridades e critérios para concessão, alteração, prorrogação e extinção de incentivos fiscais, financeiros ou tributários do Estado;
- XI - avaliar e monitorar a política de incentivos fiscais, financeiros ou tributários do Estado;
- XII - promover a interiorização de políticas públicas voltadas ao fortalecimento de vocações locais na indústria, comércio e serviços, de forma a diminuir as desigualdades sociais e regionais;
- XIII - ampliar as oportunidades de acesso à geração de trabalho e renda por meio de programas de desenvolvimento dos setores econômicos e projetos de pesquisa e inovação que possam identificar novas atividades produtivas no Estado;
- XIV - divulgar as potencialidades do Ceará nas esferas local, nacional e internacional;
- XV - promover, integrar e executar ações que promovam a política e o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – APLs, em diversos setores produtivos;
- XVI - coordenar e supervisionar a gestão das entidades vinculadas, aprovando as políticas e diretrizes e definindo as respectivas estratégias de atuação;
- XVII - participar de reuniões de órgãos congêneres, no país e no exterior;
- XVIII - estimular a formação, o fortalecimento e a consolidação das cadeias produtivas, promovendo-as e desenvolvendo-as, inclusive por meio da inovação;
- XIX - exercer a representação técnica e institucional dos setores do agronegócio, comércio, serviço e inovação e indústria, promovendo contatos e relações com autoridades e organizações;
- XX - propor, junto à iniciativa privada, políticas da gestão dos clusters produtivos;
- XXI - estimular o adensamento e a interiorização de empresas de pequeno e médio porte em clusters;
- XXII - propor, articular e desenvolver junto às empresas incentivadas e à academia, ações para fortalecimento do ecossistema de inovação e retenção de capital humano; e
- XXIII - exercer outras competências necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos do regulamento.

Art. 3º São valores da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE:

- I – transparência;
- II – sustentabilidade;
- III – eficiência;
- IV – eficácia;
- V – foco;
- VI – ética;
- VII – agilidade; e
- VIII - qualidade de vida.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO
CAPÍTULO ÚNICO

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º A estrutura organizacional básica e setorial da Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE passa a ser a seguinte:

I - DIREÇÃO SUPERIOR

- Secretário do Desenvolvimento Econômico (Sec)

II - GERÊNCIA SUPERIOR

- Secretaria Executiva do Agronegócio (Sexec-AGR)
- Secretaria Executiva de Comércio, Serviços e Inovação (Sexec-CSI)
- Secretaria Executiva da Indústria (Sexec-IND)
- Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna do Desenvolvimento Econômico (Sexec-PGI)

III - ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

1. Assessoria de Comunicação (Ascom)
2. Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria (Ascou)
3. Assessoria Jurídica (Asjur)
4. Assessoria de Promoção de Negócios (Aspro)

IV - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

5. Coordenadoria de Atração do Agronegócio (Coata)
6. Coordenadoria de Inclusão Econômica para o Agronegócio (Coína)
7. Coordenadoria dos Recursos Hídricos para o Agronegócio (Corha)
8. Coordenadoria de Pesquisa e Projetos Especiais para o Agronegócio (Copea)
9. Coordenadoria de Atração de Negócios do Setor de Comércio e Serviços (Coneg)



10. Coordenadoria de Atração de Negócios de Inovação Tecnológica (Coino)
11. Coordenadoria do Observatório Econômico e Data Science (Coeds)
12. Coordenadoria de Atração de Empreendimentos Industriais (Coemi)
13. Coordenadoria de Inclusão Econômica para Setor Industrial (Coini)
14. Coordenadoria de Atração de Empreendimentos Industriais Estruturantes (Coine)
15. Coordenadoria de Atração de Empreendimentos Industriais Especiais (Coies)

V - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL

16. Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Coplá)
17. Coordenadoria Administrativo-Financeira (Coafi)
18. Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep)
19. Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotec)

VI - ÓRGÃOS E ENTIDADES VINCULADAS

- Junta Comercial do Estado do Ceará - Jucec
- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará - Adagri
- Agência do Desenvolvimento do Ceará S/A - Adece
- Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S/A
- Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – Zpeceará.
- Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Ceará – IPEM/CE

TÍTULO III DA DIREÇÃO SUPERIOR CAPÍTULO ÚNICO

DO SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 5º Constituem atribuições do Secretário do Desenvolvimento Econômico:

- I - promover a administração geral da respectiva Secretaria, em estreita observância às disposições normativas da Administração Pública Estadual;
- II - exercer a representação política e institucional do setor específico da pasta, promovendo contatos e relações com autoridades e organizações de diferentes níveis governamentais;
- III - assessorar o Governador e colaborar com outros Secretários de Estado em assuntos de competência da Secretaria de que é titular;
- IV - despachar com o Governador do Estado;
- V - participar das reuniões do Secretariado com Órgãos Colegiados Superiores quando convocado;
- VI - fazer indicação ao Governador do Estado para o provimento de cargos de Direção e Assessoramento, atribuir gratificações e adicionais, na forma prevista em Lei, dar posse aos servidores e inaugurar o processo disciplinar no âmbito da SDE;
- VII - promover o controle e a supervisão das Entidades da Administração Indireta vinculadas à SDE;
- VIII - delegar atribuições aos Secretários Executivos das áreas programáticas e ao Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna;
- IX - atender às solicitações e convocações da Assembleia Legislativa;
- X - apreciar, em grau de recurso hierárquico, quaisquer decisões no âmbito da SDE, dos Órgãos e das Entidades a ela subordinadas ou vinculadas, ouvindo sempre a autoridade cuja decisão ensejou o recurso, respeitados os limites legais;
- XI - decidir, em despacho motivado e conclusivo, sobre assuntos de sua competência;
- XII - autorizar a instalação de processos de licitação e ratificar a sua dispensa ou declaração de sua inexistência, nos termos da legislação específica;
- XIII - aprovar a programação a ser executada pela SDE, órgãos e entidades a ela subordinados ou vinculados, a proposta orçamentária anual e as alterações e ajustes que se fizerem necessários;
- XIV - expedir portarias e atos normativos sobre a organização administrativa interna da Secretaria, não limitada ou restrita por atos normativos superiores e sobre a aplicação de leis, decretos ou regulamentos de interesse da SDE;
- XV - apresentar, anualmente, relatório analítico das atividades da SDE;
- XVI - referendar atos, contratos ou convênios em que a SDE seja parte, ou firmá-los quando tiver atribuição a si delegada pelo Governador do Estado;
- XVII - promover reuniões periódicas de coordenação entre os diferentes escalões hierárquicos da SDE;
- XVIII - atender requisições e pedidos de informações do Poder Judiciário, ouvindo previamente a Procuradoria Geral do Estado - PGE, e do Poder Legislativo;
- XIX - instaurar sindicâncias e determinar a abertura de processo administrativo-disciplinar contra servidores públicos faltosos, aplicando as penalidades de sua competência;
- XX - apreciar, em grau de recurso hierárquico, quaisquer decisões no âmbito da SDE, dos Órgãos e das Entidades a ela subordinadas ou vinculadas, ouvindo sempre a autoridade cuja decisão ensejou o recurso, respeitados os limites legais;
- XXI - exercer, por competência própria, as funções no órgão de ordenador de despesa de forma concorrente com os Secretários Executivos; e
- XXII - desempenhar outras tarefas que lhe forem determinadas pelo Governador do Estado, nos limites de sua competência constitucional e legal.

TÍTULO IV DO ÓRGÃO DE GERÊNCIA SUPERIOR CAPÍTULO I

DAS SECRETARIAS EXECUTIVAS DO AGRONEGÓCIO; DO COMÉRCIO, SERVIÇO E INOVAÇÃO; E DA INDÚSTRIA

Art. 6º Compete as Secretarias Executivas das Áreas Programáticas:

- I - auxiliar o Secretário do Desenvolvimento Econômico na definição de diretrizes estratégicas e na implantação e implementação de ações em sua área de competência;
 - II - disseminar as diretrizes estratégicas nas unidades orgânicas sob a sua subordinação e supervisionar a aplicação dessas quanto às atividades do agronegócio, do comércio, serviço e inovação, e da indústria;
 - III - promover a integração das ações executadas na Secretaria Executiva com as demais Secretarias Executivas da SDE, com fins de alinhá-las aos objetivos e resultados institucionais; e
 - IV - exercer outras atividades correlatas.
- §1º Ficam sob a subordinação da Secretaria Executiva do Agronegócio, as seguintes coordenadorias: Coordenadoria de Atração do Agronegócio (Coata), Coordenadoria de Inclusão Econômica para o Agronegócio (Coina), Coordenadoria dos Recursos Hídricos para o Agronegócio (Corha) e Coordenadoria de Pesquisa e Projetos Especiais para o Agronegócio (Copea).
- §2º Ficam sob a subordinação da Secretaria Executiva de Comércio, Serviços e Inovação, as seguintes coordenadorias: Coordenadoria de Atração de Negócios do Setor de Comércio e Serviços (Coneg), Coordenadoria de Atração de Negócios de Inovação Tecnológica (Coino) e Coordenadoria do Observatório Econômico e Data Science (Coeds).
- §3º Ficam sob a subordinação da Secretaria Executiva da Indústria, as seguintes coordenadorias: Coordenadoria de Atração de Empreendimentos Industriais (Coemi), Coordenadoria de Inclusão Econômica para Setor Industrial (Coini), Coordenadoria de Atração de Empreendimentos Industriais Estruturantes (Coine) e Coordenadoria de Atração de Empreendimentos Industriais Especiais (Coies).

CAPÍTULO II

DA SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 7º Compete a Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna do Desenvolvimento Econômico:

- I - auxiliar o Secretário do Desenvolvimento Econômico na definição de diretrizes estratégicas e na implantação e implementação de ações em sua área de competência;
- II - disseminar as diretrizes estratégicas nas unidades orgânicas sob a sua subordinação e supervisionar a aplicação dessas quanto às atividades de planejamento e gestão interna;
- III - promover a integração das ações executadas de gestão de desenvolvimento institucional e planejamento, de gestão administrativo-financeira da Secretaria Executiva com as demais Secretarias Executivas da SDE, com fins de alinhá-las aos objetivos e resultados institucionais; e



IV - exercer outras atividades correlatas.

Parágrafo único. Ficam sob a subordinação da Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna do Desenvolvimento Econômico, as seguintes coordenadorias: Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Copla), Coordenadoria Administrativo-Financeira (Coafi), Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep) e Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotec).

TÍTULO V DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

CAPÍTULO I DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO (ASCOM)

Art. 8º Compete à Assessoria de Comunicação (Ascom):

- I - prestar assessoramento técnico à Direção e à Gerência Superior e às unidades administrativas da SDE, nos assuntos referentes à comunicação interna e externa;
- II - propor e executar a política de comunicação da SDE, incluindo estratégias, programas, projetos e atividades voltados para o público externo e interno da instituição;
- III - assessorar os dirigentes da SDE em atividades de comunicação social e, em especial, nos contatos e entrevistas à imprensa;
- IV - orientar, coordenar e promover o relacionamento entre a SDE e a imprensa e intermediar as relações de ambos, inclusive, na divulgação de informações jornalísticas e no atendimento às solicitações dos profissionais dos veículos de comunicação;
- V - planejar e coordenar a edição e distribuição de publicações institucionais destinadas ao público externo;
- VI - acompanhar, divulgar e manter arquivos das notícias de interesse da SDE publicadas na mídia impressa e eletrônica (clipping);
- VII - divulgar e manter registros fotográficos e videográficos de eventos realizados pela SDE ou por ela organizados que contribuam para a preservação da memória institucional;
- VIII - coordenar a política de intranet e internet da SDE;
- IX - gerenciar e atualizar as informações da SDE nas redes sociais, no âmbito da rede mundial de computadores;
- X - articular com as Coordenadorias de Imprensa e de Publicidade da Casa Civil e dos demais órgãos e entidades;
- XI - acompanhar, para fins de registro e difusão, a participação em feiras, eventos, atos e cerimônias com a participação dos dirigentes da Secretaria;
- XII - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência;
- XIII - gerenciar contratos e convênios de sua área de atuação;
- XIV - realizar o registro visual de feiras, eventos, atos e cerimônias de interesse da Secretaria; e
- XV - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

CAPÍTULO II DA ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA (ASCOU)

Art. 9º Compete à Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria (Ascou):

- I - auxiliar na interlocução da SDE com a CGE, relativamente aos assuntos pertinentes a sua área de atuação;
- II - prestar assessoramento técnico, visando contribuir para a adequada aplicação dos recursos públicos e atingimento dos resultados esperados pela SDE;
- III - verificar a consistência, fidedignidade, integridade e tempestividade das informações orçamentárias, financeiras, licitatórias, patrimoniais, de pessoal e de investimentos geradas pelas unidades administrativas da SDE;
- IV - acompanhar a implementação das recomendações, determinações e outras demandas provenientes da CGE e de outros órgãos de controle;
- V - monitorar e apoiar as atividades de elaboração da Prestação de Contas Anual - PCA a ser apresentada ao Tribunal de Contas do Estado;
- VI - implementar o sistema de controle interno da SDE;
- VII - verificar a adequação e eficácia dos controles estabelecidos na SDE e a adoção de práticas corretivas, quando necessário;
- VIII - monitorar as atividades de gestão dos contratos, convênios e instrumentos congêneres de receita e de despesa celebrados pela SDE;
- IX - monitorar a conformidade e o resultado das atividades de responsabilização das pessoas físicas e jurídicas no âmbito da SDE;
- X - monitorar a conformidade e o resultado das atividades da Comissão Setorial de Ética Pública;
- XI - monitorar a disponibilização nos sites institucionais na internet de informações de interesse coletivo ou gerais produzidas ou custodiadas pela SDE;
- XII - verificar o cumprimento dos requisitos de transparência pelas instituições parceiras da SDE;
- XIII - monitorar a conformidade e o resultado das atividades do Comitê Setorial de Acesso à Informação;
- XIV - acompanhar o cumprimento das medidas administrativas deliberadas pelo Comitê Gestor de Acesso à Informação - CGAI em relação à SDE;
- XV - promover e atuar diretamente na defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos prestados pela CGE;
- XVI - oferecer atendimento presencial de ouvidoria;
- XVII - receber, analisar e dar tratamento às manifestações de ouvidoria, articulando com as áreas envolvidas no objeto e na apuração, bem como respondê-las, com exceção dos casos previstos em legislação específica;
- XVIII - coordenar as audiências e consultas públicas realizadas pela SDE, em parceria com as respectivas áreas de execução programática envolvidas com a matéria;
- XIX - contribuir com o planejamento e a gestão da SDE a partir dos dados coletados das manifestações de ouvidoria, das audiências e consultas públicas;
- XX - acompanhar o processo de avaliação das políticas e serviços públicos prestados pela SDE, incluindo pesquisas de satisfação realizadas junto aos usuários;
- XXI - exercer ações de mediação e conciliação para a solução pacífica de conflitos entre usuários de serviços prestados pela SDE e suas áreas, bem como em casos que envolvam público interno, com a finalidade de ampliar a resolutividade das manifestações recebidas e melhorar a efetividade na prestação de serviços públicos;
- XXII - contribuir com o processo de desburocratização e simplificação dos serviços públicos prestados pela SDE, a partir dos dados coletados das manifestações de ouvidoria, audiências e consultas públicas;
- XXIII - gerenciar os processos de sua área de atuação, contemplando mapeamento e redesenho identificação de riscos e estabelecimento de controles;
- XXIV - realizar auditoria interna de forma contínua, periódica e sucessiva as execuções das ações por área competente, para avaliação da conformidade em relação ao estabelecido pelas políticas, regulamentos, normas, procedimentos, planos, metas, conforme legislações vigentes;
- XXV - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica;
- XXVI - verificar a adequação dos procedimentos burocráticos e operacionais, notadamente quanto a mitigar os riscos dos processos organizacionais críticos;
- XXVII - supervisionar o alinhamento da gestão de riscos com os objetivos do planejamento estratégico institucional;
- XXVIII - propor, metodologia e normas para a gestão de riscos;
- XXIX - apoiar e assessorar a SDE no processo de gerenciamento de riscos;
- XXX - consolidar as informações apresentadas pelas unidades administrativas e gerente projetos da SDE para subsidiar a elaboração da proposta do plano de gestão de riscos e sugerir ajustes, se for o caso; e
- XXXI - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

CAPÍTULO III DA ASSESSORIA JURÍDICA (ASJUR)

Art. 10. Compete à Assessoria Jurídica (Asjur):

- I - assessorar o Secretário e os Secretários Executivos sobre assuntos de natureza jurídica de interesse da SDE;
- II - assessorar e articular com as unidades orgânicas do sistema SDE;
- III - participar de discussões e reuniões pertinentes às áreas de atuação da SDE;
- IV - analisar atos e processos administrativos, no âmbito de sua competência e nos casos específicos em que for solicitado pelo titular da SDE;
- V - apoiar, na área de sua competência, as unidades orgânicas na execução de projetos e atividades;
- VI - acompanhar a edição da legislação federal e estadual pertinente à administração pública e às áreas de atuação e de interesse do sistema SDE;
- VII - elaborar propostas de projetos de lei e minutas de decretos relativas às áreas de competência do sistema SDE;
- VIII - articular com os demais órgãos jurídicos das vinculadas da SDE e com a Procuradoria Geral do Estado - PGE, visando à uniformidade das orientações jurídicas;



IX - examinar prévia e conclusivamente, os textos de editais de licitação e respectivos contratos ou instrumentos congêneres, bem como emitir parecer nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação;

X - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica;

XI - emitir parecer sobre matéria de interesse da SDE e de suas vinculadas; e

XII - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

CAPÍTULO IV

DA ASSESSORIA DE PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS (ASPRO)

Art. 11. Compete à Assessoria de Promoção de Negócios (Aspro):

I - assessorar o Secretário e os Secretários Executivos sobre assuntos de promoção de negócios de interesse da SDE;

II - assessorar e articular com as unidades orgânicas do sistema SDE;

III - participar de discussões e reuniões pertinentes às áreas de atuação da SDE;

IV - apoiar, na área de sua competência, as unidades orgânicas na execução de projetos e atividades de promoção de negócios da SDE;

V - elaborar proposta de estratégias para promoção dos produtos e serviços da indústria, comércio e serviços, e do agronegócio cearense em novos mercados;

VI - executar as ações de promoção dos produtos e serviços da indústria, comércio e serviços, e do agronegócio cearense em novos mercados, bem como assessorar, planejar e organizar recepção de autoridades e visitantes estrangeiros e brasileiros que visem investir no Estado do Ceará;

VII - promover a formação de parcerias comerciais externas nacionais e internacionais para a atração e promoção de negócios para o Ceará;

VIII - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica;

IX - gerenciar contratos e convênios de sua área de atuação; e

X - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

TÍTULO VI

DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DA COORDENADORIA DE ATRAÇÃO DO AGRONEGÓCIO (COATA)

Art. 12. Compete à Coordenadoria de Atração do Agronegócio (Coata):

I - coordenar o desenvolvimento de planos, programas e projetos das políticas de interiorização dos investimentos no agronegócio;

II - articular e apoiar a assistência técnica para a melhoria da qualidade e aumento da competitividade do agronegócio;

III - articular concessões para a exploração de recursos naturais competitivos para o agronegócio;

IV - propor e coordenar políticas para o desenvolvimento e expansão do agronegócio cearense;

V - propor políticas de interiorização dos investimentos no agronegócio;

VI - desenvolver e coordenar programas de fortalecimento de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais do agronegócio;

VII - propor e coordenar políticas visando garantir o desenvolvimento do mercado e o abastecimento estadual;

VIII - elaborar e acompanhar os indicadores técnicos e econômicos dos agronegócios do Estado;

IX - identificar os polos de produção dos principais agronegócios do Ceará;

X - coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução das tarefas desenvolvidas pelas equipes de campo da coordenadoria;

XI - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica;

XII - acompanhar e fiscalizar a execução de convênios e programas por designação do Secretário Executivo do Agronegócio; e

XIII - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

SEÇÃO II

DA COORDENADORIA DE INCLUSÃO ECONÔMICA PARA O AGRONEGÓCIO (COINA)

Art. 13. Compete à Coordenadoria de Inclusão Econômica para o Agronegócio (Coina):

I - coordenar as políticas de incentivos à inclusão econômica para o agronegócio;

II - coordenar programas, projetos e planos no âmbito da inclusão econômica para o agronegócio;

III - propor, apoiar, coordenar e desenvolver de forma local e regional, sustentável e competitiva as atividades relacionadas à inclusão econômica para o agronegócio;

IV - elaborar e acompanhar relatórios sobre inclusão econômica para o agronegócio;

V - acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de inclusão econômica para o agronegócio, com foco na sustentabilidade, geração de renda, empregabilidade e na competitividade;

VI - propor e apoiar estratégias de mercado para a promoção de produtos e serviços relacionados à inclusão econômica para o agronegócio;

VII - acompanhar e fiscalizar a execução física de convênios e programas, por designação do Secretário Executivo do Agronegócio;

VIII - articular a implantação de processos de qualificação de técnica e gerencial, objetivando consagrar a inclusão econômica, capacitando e organizando o produtor rural para desempenhar seu papel no agronegócio;

IX - conceber, organizar, implantar e apoiar sistema de assistência técnica adequado às demandas dos agentes produtivos do agronegócio;

X - estimular a implantação de processos que garantam a qualidade e a sanidade dos produtos do agronegócio;

XI - orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das tarefas desenvolvidas pelas equipes de campo da coordenadoria;

XII - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência; e

XIII - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

SEÇÃO III

DA COORDENADORIA DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA O AGRONEGÓCIO (CORHA)

Art. 14. Compete à Coordenadoria dos Recursos Hídricos para o Agronegócio (Corha):

I - elaborar proposta de estratégias de monitoramento dos recursos hídricos do Estado como foco no uso da água no setor agropecuário;

II - coordenar programas e projetos relativos à determinação de indicadores e padrões de qualidade dos recursos hídricos;

III - propor políticas, normas, estratégias, programas e projetos relacionados à gestão de recursos hídricos;

IV - acompanhar ações visando à verificação do atendimento às políticas estaduais de recursos hídricos;

V - criar e coordenar o sistema de assessoramento ao irrigante e a rede de monitoramento climático das culturas irrigadas do Estado;

VI - integrar sistema de informações meteorológicas para a agricultura no Ceará;

VII - coordenar o centro de pesquisa e agricultura irrigada do Estado do Ceará;

VIII - propor, coordenar e acompanhar a elaboração e o desenvolvimento de pesquisa em agricultura irrigada em parceria com instituições de pesquisa, ensino, empresas e setores da sociedade civil;

IX - acompanhar programas e projetos na área de gestão de recursos hídricos voltados para o agronegócio;

X - acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, contratos e programas por designação do Secretário Executivo do Agronegócio;

XI - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência; e

XII - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

SEÇÃO IV

DA COORDENADORIA DE PESQUISA E PROJETOS ESPECIAIS PARA O AGRONEGÓCIO (COPEA)

Art. 15. Compete à Coordenadoria de Pesquisa e Projetos Especiais para o Agronegócio (Copea):

I - desenvolver e fomentar pesquisas sobre as diversas áreas do agronegócio;

II - contribuir para a elaboração de políticas de auxílio e gestão estratégica para o setor do agronegócio;

III - coordenar planos de pesquisa e projetos inovadores para o incremento da produção do agronegócio do Estado;



- IV - acompanhar a execução de convênios com outras entidades visando apoio à Pesquisa e Desenvolvimento - P&D do setor e ao seu desenvolvimento;
- V - divulgar, interna e externamente, as atividades de P&D do agronegócio do Estado;
- VI - apoiar, analisar e estudar a introdução de novos produtos no Estado;
- VII - orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das tarefas desenvolvidas pelas equipes de campo da coordenadoria;
- VIII - acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, contratos e programas por designação do Secretário Executivo do Agronegócio;
- IX - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência; e
- X - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DA COORDENADORIA DE ATRAÇÃO DE NEGÓCIOS DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (CONEG)

Art. 16. Compete à Coordenadoria de Atração de Negócios do Setor de Comércio e Serviços (Coneg):

- I - estruturar mecanismos para o aumento da competitividade, produtividade e inovação do setor de comércio e serviços por meio do estímulo aos setores prioritários;
- II - identificar vocações e potencialidades regionais para aumentar a competitividade dos setores;
- III - elaborar políticas para a criação, retenção e expansão do setor de comércio e serviços no intuito de fortalecer o ambiente de negócios nestas áreas;
- IV - elaborar políticas de interiorização dos investimentos;
- V - desenvolver programas de fortalecimento de cadeias produtivas;
- VI - elaborar estratégias para o desenvolvimento de novos processos e produtos nos setores produtivos;
- VII - atrair empresas de alto valor agregado dos setores de comércio, serviços e inovação;
- VIII - apoiar setores e atividades que proporcionem o aumento do valor agregado e da produtividade dos setores de comércio e serviços;
- IX - estimular empresas de comércio e serviços a fornecerem soluções aos setores priorizados da economia;
- X - articular a integração de empresas atraídas com empresas locais;
- XI - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência; e
- XII - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

SEÇÃO II

COORDENADORIA DE ATRAÇÃO DE NEGÓCIOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (COINO)

Art. 17. Compete à Coordenadoria de Atração de Negócios de Inovação Tecnológica (Coino):

- I - promover o fortalecimento de economias regionais potencializando as suas vocações e suas cadeias produtivas através da inovação;
- II - aumentar a competitividade dos municípios em consonância com os programas de fortalecimento de cadeias produtivas, clusters e arranjos produtivos locais;
- III - promover a cooperação universidade-empresa na perspectiva da transferência de tecnologias;
- IV - promover a economia do conhecimento como indutora do desenvolvimento regional;
- V - promover a integração de esforços colaborativos de atores relevantes ao desenvolvimento regional e ao ecossistema de inovação;
- VI - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência; e
- VII - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

SEÇÃO III

DA COORDENADORIA DE OBSERVATÓRIO ECONÔMICO E DATA SCIENCE (COEDS)

Art. 18. Compete à Coordenadoria de Observatório Econômico e Data Science (COEDS):

- I - coletar, organizar e analisar dados econômicos relevantes para o estado do Ceará;
- II - realizar previsões e projeções econômicas para o estado;
- III - acompanhar e avaliar o impacto das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento econômico implementadas pelo governo estadual;
- IV - produzir relatórios e estudos econômicos periódicos;
- V - fornecer suporte técnico e informações relevantes para a tomada de decisões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento econômico do estado;
- VI - buscar parcerias e colaborações com instituições de pesquisa, universidades, organizações do setor privado e outros órgãos governamentais para fortalecer a capacidade de análise econômica e promover o intercâmbio de conhecimentos e dados;
- VII - garantir a segurança de dados e quando necessário à sua anonimização, de forma a assegurar a privacidade de dados, estudos e demais informações sigilosas;
- VIII - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência; e
- IX - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DA COORDENADORIA DE ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS (COEMI)

Art. 19. Compete à Coordenadoria de Atração de Empreendimentos Industriais (Coemi):

- I - assessorar o Secretário Executivo da Indústria em assuntos relacionados à sua área de atuação, e submeter à sua apreciação atos administrativos e regulamentares;
- II - coordenar o planejamento anual de trabalho da coordenadoria, em consonância com o planejamento estratégico da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE;
- III - planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar, executar e avaliar as atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade, com foco em resultados, e de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Direção Superior;
- IV - elaborar estratégias e acompanhar programas e projetos para atração de novos empreendimentos industriais;
- V - participar da elaboração de políticas para retenção, expansão e consolidação do setor industrial;
- VI - estruturar mecanismos e estabelecer parcerias estratégicas para a melhoria da qualidade e aumento da competitividade de produtos industriais;
- VII - desenvolver estratégias para assegurar a sustentabilidade dos distritos e polos industriais existentes;
- VIII - viabilizar parcerias com órgãos, entidades e universidades para a qualificação de capital humano e de fornecedores locais para os setores produtivos;
- IX - coordenar os projetos setoriais sob sua coordenação, quanto aos recursos, execução física, orçamentária e financeira e acompanhamento no âmbito do Plano Plurianual - PPA;
- X - manter atualizadas as informações de sistemas informatizados e aplicativos relativos às atividades da coordenadoria;
- XI - coordenar, orientar e supervisionar as atividades que lhes são pertinentes, promovendo a racionalização dos métodos aplicados, a qualidade e a produtividade da equipe;
- XII - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência; e
- XIII - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

SEÇÃO II

DA COORDENADORIA DE INCLUSÃO ECONÔMICA PARA SETOR INDUSTRIAL (COINI)

Art. 20. Compete à Coordenadoria de Inclusão Econômica para Setor Industrial (Coini):

- I - assessorar o Secretário Executivo da Indústria em assuntos relacionados à sua área de atuação, e submeter à sua apreciação atos administrativos e regulamentares;
- II - coordenar o planejamento anual de trabalho da coordenadoria, em consonância com o planejamento estratégico da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE;
- III - planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar, executar e avaliar as atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade, com foco em resultados, e de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Direção Superior;

- IV - elaborar estratégias, programas e projetos para a criação, retenção e expansão da agenda Environment, Social & Governance - ESG nos setores da indústria;
- V - priorizar a interiorização dos investimentos com foco em iniciativas alinhadas com o crescimento econômico sustentável;
- VI - criar uma agenda de impacto socioambiental positivo para a cadeia produtiva da indústria;
- VII - articular iniciativas que promovam a mobilidade social para o setor da indústria;
- VIII - coordenar os projetos setoriais sob sua coordenação, quanto aos recursos, execução física, orçamentária e financeira e acompanhamento no âmbito do PPA;
- IX - manter atualizadas as informações de sistemas informatizados e aplicativos relativos às atividades da coordenadoria;
- X - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência; e
- XI - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

SEÇÃO III

DA COORDENADORIA DE ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS ESTRUTURANTES (COINE)

Art. 21. Compete à Coordenadoria de Atração de Empreendimentos Industriais Estruturantes (Coine):

- I - assessorar o Secretário Executivo da Indústria em assuntos relacionados à sua área de atuação, e submeter à sua apreciação atos administrativos e regulamentares;
- II - coordenar o planejamento anual de trabalho da coordenadoria, em consonância com o planejamento estratégico da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE;
- III - planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar, executar e avaliar as atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade, com foco em resultados, e de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Direção Superior;
- IV - elaborar estratégias, programas e projetos para a criação, retenção e expansão das indústrias nos setores de energias renováveis, mineração e recursos hídricos em toda sua cadeia produtiva;
- V - priorizar a interiorização dos investimentos da cadeia produtiva nos setores de energias renováveis, mineração e recursos hídricos;
- VI - participar da elaboração e propor políticas para a atração de novos empreendimentos industriais nos setores de energias renováveis, mineração e recursos hídricos de forma sustentável;
- VII - coordenar os projetos setoriais sob sua coordenação, quanto aos recursos, execução física, orçamentária e financeira e acompanhamento no âmbito do PPA;
- VIII - manter atualizadas as informações de sistemas informatizados e aplicativos relativos às atividades da coordenadoria;
- IX - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência; e
- X - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

SEÇÃO IV

DA COORDENADORIA DE ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS ESPECIAIS (COIES)

Art. 22. Compete à Coordenadoria de Atração de Empreendimentos Industriais Especiais (COIES):

- I - assessorar o Secretário Executivo da Indústria em assuntos relacionados à sua área de atuação, e submeter à sua apreciação atos administrativos e regulamentares;
- II - coordenar o planejamento anual de trabalho da coordenadoria, em consonância com o planejamento estratégico da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE;
- III - planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar, executar e avaliar as atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade, com foco em resultados, e de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Direção Superior;
- IV - participar da elaboração de estratégias e coordenar programas e projetos para atração de empreendimentos industriais do setor de petróleo e gás, e empreendimentos dos demais setores econômicos a serem instalados na área da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP e da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – Zpeceará;
- V - contribuir com o desenvolvimento de estratégias político-institucionais de governança para a área do CIPP e da Zpeceará;
- VI - coordenar os projetos setoriais sob sua coordenação, quanto aos recursos, execução física, orçamentária e financeira e acompanhamento no âmbito do PPA;
- VII - manter atualizadas as informações de sistemas informatizados e aplicativos relativos às atividades da coordenadoria;
- VIII - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência; e
- IX - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

TÍTULO VII

DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL

CAPÍTULO I

DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (COPLA)

Art. 23. Compete à Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Copl):

- I - assessorar a Direção Superior no desenvolvimento institucional, na modernização administrativa e na excelência da gestão pública;
- II - assessorar a Direção Superior e a Gerência Superior em assuntos de natureza técnica, de desenvolvimento institucional e de planejamento inerentes a SDE;
- III - coordenar a implementação do Modelo de Gestão para Resultados na setorial;
- IV - coordenar a formulação, o monitoramento e a avaliação da Agenda Estratégica da política setorial;
- V - coordenar a elaboração, o monitoramento e a avaliação do planejamento estratégico organizacional da SDE;
- VI - coordenar, no âmbito da SDE, a elaboração, o monitoramento e avaliação dos instrumentos de planejamento do Governo Estadual (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Operativo Anual);
- VII - coordenar a formulação, o monitoramento e a avaliação do Acordo de Resultados da SDE, visando à efetivação das estratégias setoriais e de governo;
- VIII - coordenar o planejamento, o monitoramento e a avaliação dos projetos da SDE;
- IX - coordenar a gestão por processos no âmbito da SDE;
- X - coordenar projetos de reestruturação organizacional;
- XI - monitorar a execução orçamentária e financeira da SDE, baseado no planejamento global, com vistas à otimização dos recursos disponíveis;
- XII - orientar e assessorar as áreas finalísticas e de apoio acerca do uso de métodos e procedimentos de gerenciamento de projetos;
- XIII - coordenar a elaboração de relatórios de desempenho da política setorial e de execução dos programas de governo;
- XIV - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos em sua área de atuação;
- XV - coordenar o processo de atualização da Carta de Serviços ao Usuário da SDE, bem como propor a adequação dos serviços aos parâmetros de qualidade;
- XVI - coordenar a implementação da gestão por processos no âmbito da SDE;
- XVII - promover a melhoria contínua dos processos da SDE;
- XVIII - monitorar os planos de ação e desempenho dos processos da SDE;
- XIX - estabelecer a governança dos processos da SDE;
- XX - disponibilizar para consulta a documentação dos processos de negócio;
- XXI - assessorar as demais unidades da SDE no desenvolvimento institucional, na gestão por processos e no planejamento estratégico;
- XXII - realizar, em parceria com as demais unidades da SDE, o mapeamento e o redesenho dos processos;
- XXIII - coordenar a definição e monitorar os indicadores de desempenho institucional;
- XXIV - promover a elaboração e monitorar a execução do planejamento estratégico;
- XXV - identificar práticas bem-sucedidas na área de desenvolvimento institucional, dentro e fora do estado, e promovê-las no âmbito da SDE;
- XXVI - elaborar proposta de reestruturação organizacional e regulamento de competências da SDE;



- XXVII - promover a implementação do modelo de gestão para resultados na SDE;
- XXVIII - promover a formulação, o monitoramento e a avaliação da agenda estratégica da política da SDE;
- XXIX - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência; e
- XXX - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

CAPÍTULO II

COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA (COAFI)

Art. 24. Compete à Coordenadoria Administrativo-Financeira (Coafi):

- I - planejar, coordenar e orientar as atividades de administração de gestão de pessoas, financeira e contábil, de materiais, de patrimônio, de logística e de atividades gerais em sintonia com as diretrizes do Governo, no âmbito da SDE;
- II - prestar assessoramento à Direção Superior em assuntos inerentes ao Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, Orçamento Anual - LOA e Plano Operativo Anual - PO referentes ao órgão/entidade, em parceria com a Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional, bem como à elaboração e ajustes desses instrumentos;
- III - acompanhar a elaboração e efetivação da proposta orçamentária da SDE, e controlar sua execução financeira, mantendo informada a Direção Superior;
- IV - responsabilizar-se pela preservação da documentação e informação institucional;
- V - coordenar e executar as atividades institucionais relacionadas à manutenção, à segurança e às reformas e benfeitorias;
- VI - participar dos planejamentos anual e de registro de preços, com vista a efetivação das compras corporativas;
- VII - planejar os atos preparatórios dos procedimentos licitatórios e as contratações em decorrência de licitação, dispensa, inexigibilidade, adesão a registros de preços e chamada pública, entre outros, de sua área de atuação;
- VIII - dar suporte as unidades orgânicas da SDE no âmbito da sua atuação;
- IX - monitorar a execução orçamentária e financeira;
- X - subsidiar, com informações da execução orçamentária e financeira a elaboração da proposta orçamentária;
- XI - coordenar o processo de aquisição de bens e serviços;
- XII - assegurar a atualização de dados e registros nos sistemas corporativos de orçamento, finanças e patrimônio;
- XIII - providenciar a solicitação de limite financeiro ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - Cogerf;
- XIV - providenciar solicitação de créditos orçamentários;
- XV - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, da sua área de competência;
- XVI - gerenciar contratos e convênios de sua área de atuação;
- XVII - programar, em conjunto com a Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, as melhorias organizacionais que possibilitem a excelência do funcionamento da SDE;
- XVIII - elaborar balancetes periódicos e inventários dos bens patrimoniais e de consumo;
- XIX - articular com os fornecedores para encaminhamento da documentação necessária ao pagamento;
- XX - analisar e controlar as solicitações de despesas eventuais e de pequeno vulto por meio do suprimento de fundos;
- XXI - analisar as prestações de contas do suprimento de fundos;
- XXII - programar a execução financeira e operacionalizar o sistema integrado de contabilidade;
- XXIII - articular com a Secretaria da Fazenda - Sefaz, visando à liberação dos recursos para projetos finalísticos;
- XXIV - coordenar o sistema financeiro e orçamentário da SDE, observando as normas emanadas do poder público;
- XXV - coordenar os processos de transferências operacionais para as entidades vinculadas à SDE;
- XXVI - coordenar as solicitações de pagamentos observando as suas devidas classificações e as suas fases de execução: empenho, liquidação e ordem bancária; e
- XXVII - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

CAPÍTULO III

DA COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (COGEP)

Art. 25. Compete à Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep):

- I - coordenar, planejar e monitorar, em nível estratégico, as áreas de movimentação de pessoas, folha de pagamento e a gestão dos sistemas de pessoal em sintonia com as diretrizes estratégicas da SDE;
- II - propor a intermediação da Secretaria em instrumentos de parceria com instituições externas, públicas ou privadas, quando envolver processos e serviços ou outros relacionados ao desenvolvimento de pessoas;
- III - planejar, avaliar e revisar as políticas de desenvolvimento de pessoas, em consonância com as diretrizes vigentes tendo como base as metodologias/tecnologias da área de gestão de pessoas;
- IV - propor políticas de adequação de quadro de pessoal voltadas à realização de concursos e seleção pública;
- V - participar, avaliar e conduzir a execução de projetos que envolvam a inovação em gestão de pessoas;
- VI - coordenar e fiscalizar os contratos de sua área de atuação;
- VII - propor estudos de planejamento de pessoal, qualitativo e quantitativo, atuais e futuros, em sintonia com as diretrizes estratégicas da SDE, visando à adequação dos quadros e das lotações de pessoal;
- VIII - controlar as situações funcionais de acumulações de cargos, empregos e funções e de compatibilidade de horário de servidor;
- IX - realizar o planejamento das necessidades de treinamento e propor a capacitação e desenvolvimento de pessoas;
- X - desenvolver e acompanhar programa de qualidade de vida e promoção da saúde do servidor;
- XI - coordenar e acompanhar o sistema remuneratório e de consignações dos servidores públicos;
- XII - monitorar o andamento dos projetos de automação e alterações nos sistemas de pessoal definidas em conjunto com as áreas de negócio;
- XIII - gerenciar os processos de cessão de servidores e acompanhar, as alterações financeiras no sistema da folha de pagamento;
- XIV - executar, monitorar e acompanhar as atividades relativas aos processos de viagem dos servidores;
- XV - processar e conferir os lançamentos da folha de pagamento dos servidores, efetuando correções quando necessário;
- XVI - realizar a gestão financeira dos contratos de serviços de natureza continuada via sistemas informatizados;
- XVII - coordenar, monitorar e acompanhar os sistemas de gestão de pessoas;
- XVIII - planejar, desenvolver, monitorar e acompanhar ações de promoção da qualidade de vida para os servidores;
- XIX - desenvolver ações de educação continuadas e culturais para o servidor;
- XX - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica;
- XXI - coordenar contratos e convênios de sua área;
- XXII - promover articulação com programas governamentais e não governamentais que desenvolvam trabalhos voltados para a qualidade de vida do servidor; e
- XXIII - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

CAPÍTULO IV

DA COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (COTEC)

Art. 26. Compete à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotec):

- I - programar ações, conforme as orientações estabelecidas pelo modelo de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC do Governo do Estado e legislações vigentes;
- II - articular e promover ações de TIC integradas às vinculadas da SDE, de forma a garantir otimização dos processos e recursos disponíveis, visando unir os propósitos direcionados às ações de desenvolvimento econômico do Governo do Estado do Ceará;
- III - coordenar e elaborar o planejamento estratégico de TIC, alinhado aos objetivos estratégicos da SDE e do Governo do Estado;
- IV - dar suporte aos servidores de rede, correio, intranet, internet e banco de dados;
- V - identificar e promover a implantação de projetos de inovações em TIC;

- VI - implantar, atualizar e monitorar o cumprimento das normas da Política de Segurança da Informação e Comunicação - Posic;
- VII - viabilizar e acompanhar as atividades de gerenciamento da rede interna e externa (intranet, internet e correio), assim como da administração da base de dados, visando à segurança da informação, disponibilização, confiabilidade e integridade de dados;
- VIII - identificar, prover, controlar e manter infraestrutura, de softwares e hardwares adequados de TIC para garantir a entrega dos serviços e produtos junto às áreas da SDE;
- IX - elaborar os editais referentes aos processos de licitação, aprovando, quando necessário, os atos referentes à fase interna da licitação, assim como sua homologação, nos termos da legislação específica, de sua área de competência;
- X - coordenar contratos e convênios de sua área de atuação;
- XI - acompanhar e controlar as solicitações de demandas de TIC, dos usuários da SDE;
- XII - realizar avaliação técnica e manutenção corretiva nos recursos de TIC;
- XIII - monitorar os processos e sistemas de TIC e garantir que eles estejam seguindo as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e boas práticas de proteção de dados;
- XIV - atender as solicitações de levantamentos de informações e relatórios normatizados, oriundos de outros órgãos fiscais e de planejamento, quando couber; e
- XV - exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas ou delegadas por seus superiores.

TÍTULO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO

CAPÍTULO I

DOS CARGOS DE GERÊNCIA SUPERIOR

SEÇÃO I

DOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS DAS ÁREAS PROGRAMÁTICAS

Art. 27. Constituem atribuições básicas dos Secretários Executivos das áreas programáticas:

- I - auxiliar os Secretários na direção, organização, orientação, controle e coordenação das atividades da Secretaria nos assuntos relativos a sua respectiva temática de atuação;
- II - auxiliar o Secretário nas atividades de articulação interinstitucional e com a sociedade civil nos assuntos relativos a sua respectiva temática de atuação;
- III - administrar os serviços relativos à sua respectiva temática de atuação em estreita observância às disposições normativas da Administração Pública Estadual;
- IV - submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedem a sua competência;
- V - participar e, quando for o caso, promover reuniões de coordenação no âmbito da Secretaria ou entre Secretários Executivos de Estado, em assuntos que envolvam articulação intersetorial;
- VI - auxiliar o Secretário no controle e supervisão dos órgãos e entidades da Secretaria;
- VII - promover reuniões periódicas de coordenação entre o setor ao qual é responsável;
- VIII - exercer, por competência própria, as funções no órgão de ordenador de despesa de forma concorrente com os demais Secretários Executivos e o Secretário de Estado; e
- IX - desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições ou por delegação do Secretário a que esteja vinculado.

SEÇÃO II

DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DAS ÁREAS INSTRUMENTAIS

Art. 28. Constituem atribuições básicas do Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna do Desenvolvimento Econômico:

- I - decidir, em despacho motivado e conclusivo, sobre assuntos de sua competência;
- II - autorizar a instalação de processos de licitação e ratificar a sua dispensa ou declaração de sua inexigibilidade, nos termos da legislação específica;
- III - aprovar a programação a ser executada pela Secretaria, órgãos e entidades a ela subordinados ou vinculados, a proposta orçamentária anual e as alterações e ajustes que se fizerem necessários;
- IV - expedir atos normativos internos sobre a organização administrativa da Secretaria;
- V - subscrever contratos ou convênios em que a Secretaria seja parte;
- VI - atender requisições e pedidos de informações do Poder Judiciário, ouvindo previamente a Procuradoria-Geral do Estado, e do Poder Legislativo;
- VII - instaurar sindicâncias e determinar a abertura de processo administrativo-disciplinar contra servidores públicos faltosos;
- VIII - dirigir a implementação do modelo de Gestão para Resultados, a elaboração dos instrumentos legais de planejamento, a gestão por processos e as ações de desenvolvimento organizacional da Secretaria;
- IX - exercer, por competência própria, as funções no órgão de ordenador de despesa de forma concorrente com os demais Secretários Executivos e o Secretário de Estado; e
- X - desempenhar outras tarefas que lhe forem determinadas ou delegadas pelo Secretário de Estado.

CAPÍTULO II

DOS CARGOS DE CHEFIA

Art. 29. Constituem atribuições básicas dos Coordenadores:

- I - planejar, dirigir, coordenar e avaliar o desenvolvimento das atividades de competência da(s) área(s) sob sua gestão, com foco no resultado e de acordo com as diretrizes gerais estabelecidas pela Direção Superior e pela Gerência Superior;
- II - orientar a execução das ações estratégicas;
- III - promover a integração dos processos executados pela(s) área(s) sob sua gestão; e
- IV - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas.

CAPÍTULO III

DOS CARGOS DE ASSESSORAMENTO

Art. 30. Constituem atribuições básicas do Articulador:

- I - assessorar a chefia imediata na definição de diretrizes e planos de trabalhos envolvendo as áreas vinculadas à sua unidade de atuação;
- II - articular com servidores e instituições públicas ou privadas para obtenção de informações necessárias ao andamento de atividades de assessoramento; e
- III - desempenhar outras tarefas que lhe forem determinadas ou delegadas pelo gestor respectivo.

TÍTULO IX

DA GOVERNANÇA

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA DA GOVERNANÇA

Art. 31. A Governança da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE será organizada por meio de comitês e tem a seguinte estrutura:

- I - Comitê Executivo; e
- II - Comitê Setorial.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA E FINALIDADE DOS COMITÊS

Art. 32. Os Comitês de Gestão Participativa, de natureza consultiva e deliberativa, têm como finalidade precípua fazer avançar a missão da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE:

- I - manter alinhada as ações da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE às estratégias globais do Governo do Estado;
- II - promover a integração entre as áreas, as pessoas e os processos de trabalho, para sincronizar as ações internas e externas da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE;
- III - acompanhar o desenvolvimento e a implementação de programas, projetos e atividades; e
- IV - fortalecer o processo de comunicação interna da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE.



CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO, DO FUNCIONAMENTO E DAS ATRIBUIÇÕES DOS COMITÊS
SEÇÃO I
DO COMITÊ EXECUTIVO

Art. 33. O Comitê Executivo é composto pelos seguintes membros titulares:

- I - Secretário;
- II - Secretários Executivos;
- III - Coordenadores e Assessores; e
- IV - Dirigentes das Entidades Vinculadas.

§ 1º O Comitê Executivo será presidido pelo Secretário do Desenvolvimento Econômico.

§ 2º O Coordenador da Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional tem o encargo de secretariar o Comitê Executivo.

§ 3º Os secretários executivos, Dirigentes das Entidades Vinculadas e coordenadores, em suas ausências ou impedimentos legais, serão substituídos por servidores por eles designados, mediante prévia comunicação à Secretaria do Comitê Executivo.

§ 4º Cabe aos membros do Comitê Executivo, incluindo os dirigentes das entidades vinculadas, comprometer-se em observar as práticas de governança estabelecidas neste decreto, atendo-se as normas e os procedimentos específicos aplicáveis.

§ 5º Os casos de inobservância ao disposto no § 4º deste artigo, deverão ser formalmente justificados para a Secretaria Executiva do Comitê, para que seja colocado e discutido na próxima reunião do comitê, quando aplicável.

§ 6º Sempre que convocados pelo Titular da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE, os dirigentes dos órgãos e entidades vinculadas poderão integrar o Comitê Executivo para deliberar sobre matéria pertinente a sua entidade.

§ 7º A participação como membro do Comitê Executivo não fará jus a qualquer tipo de remuneração.

§ 8º O Comitê Executivo tem por finalidade assessorar o Secretário. Caberá ao titular da SDE e os dirigentes das vinculadas, observados as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança no âmbito do Sistema SDE.

Art. 34. O Comitê Executivo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês, preferencialmente na terceira semana de cada mês, por convocação do Presidente e, de forma extraordinária, quando necessário.

§ 1º As convocações e as pautas das reuniões, previamente aprovadas pelo Presidente, serão providenciadas e encaminhadas aos membros pelo Secretário do Comitê Executivo, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes de cada reunião.

§ 2º A critério do Presidente ou da maioria dos membros presentes às reuniões, poderão ser propostas matérias relevantes e urgentes, não expressamente consignadas na pauta da reunião, cabendo ao proponente relatá-las após a apreciação do último item da pauta.

§ 3º As atas das reuniões serão providenciadas pelo Secretário do Comitê Executivo e disponibilizadas na intranet, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a realização da reunião.

§ 4º Poderão participar das reuniões do Comitê Executivo, a convite, consultores e servidores de outros órgãos/entidades do Estado ou de unidades organizacionais da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE, quando necessário, para discussão de temas específicos.

Art. 35. Constituem atribuições básicas do Presidente do Comitê Executivo:

- I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades do comitê, bem como expedir convites especiais;
- II - convocar, abrir, presidir, suspender, prorrogar e encerrar as reuniões ordinárias e extraordinárias e resolver questões de ordem; e
- III - promover o cumprimento das proposições do comitê.

Art. 36. Constituem atribuições básicas dos membros do Comitê Executivo:

- I - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do comitê;
- II - propor ao Secretário do Comitê a inclusão de matérias na pauta das reuniões;
- III - analisar, discutir e propor melhorias relativas às matérias apresentadas nas reuniões;
- IV - propor ao Secretário do Comitê, com a necessária antecedência, a participação nas reuniões de convidados que possam prestar esclarecimentos e subsídios sobre as matérias constantes da pauta;
- V - solicitar ao Secretário do Comitê, informações e documentos necessários ao desempenho de suas atividades junto ao Comitê Executivo; e
- VI - comunicar ao Secretário do Comitê, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a impossibilidade de seu comparecimento à reunião.

Art. 37. Constituem atribuições básicas do Secretário do Comitê Executivo:

- I - providenciar a composição das pautas das reuniões, a partir das propostas de matérias encaminhadas pelos membros do comitê e submetê-las à aprovação prévia do Presidente;
- II - tomar as providências necessárias ao agendamento e organização das reuniões, secretariando-as e elaborando as respectivas atas;
- III - disponibilizar as atas das reuniões do comitê, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a realização das mesmas;
- IV - monitorar o cumprimento das deliberações do Comitê Executivo; e
- V - monitorar o recebimento das atas das reuniões dos comitês setoriais, disponibilizando-as na intranet.

SEÇÃO II
DOS COMITÊS SETORIAIS

Art. 38. Os Comitês Setoriais da SDE, em número de 5 (cinco), um em cada Secretaria Executiva, são compostos pelos seguintes membros titulares:

- I - Secretário Executivo de área;
- II - Coordenadores e Assessores de áreas;
- III - Articuladores; e
- IV - outros servidores, a critério dos Secretários Executivos das áreas.

§ 1º O Comitê Setorial será presidido pelo Secretário Executivo da área.

§ 2º A Secretaria do Comitê Setorial será exercida por um Articulador indicado pelo Presidente.

§ 3º Os Coordenadores ou Assessores de áreas, em suas ausências ou impedimentos legais, serão substituídos por servidores por eles designados, mediante prévia comunicação à Secretaria do Comitê Setorial.

§ 4º A participação como membro do Comitê Setorial não fará jus a qualquer tipo de remuneração.

Art. 39. O Comitê Setorial reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a reunião do Comitê Executivo.

§ 1º As convocações e as pautas das reuniões, previamente aprovadas pelo Presidente, serão providenciadas e encaminhadas aos membros pelo Secretário do Comitê Setorial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes de cada reunião.

§ 2º Na pauta das reuniões do Comitê Setorial constará, obrigatoriamente, o repasse das informações do Comitê Executivo.

§ 3º A critério do Presidente ou da maioria dos membros presentes às reuniões, poderão ser propostas matérias relevantes e urgentes, não expressamente consignadas na pauta da reunião, cabendo ao proponente relatá-las após a apreciação do último item da pauta.

§ 4º As atas das reuniões serão providenciadas pelo Secretário do Comitê Setorial e encaminhadas à Secretaria do Comitê Executivo, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a realização da reunião.

§ 5º As atas das reuniões do Comitê Setorial serão disponibilizadas na intranet pela Secretaria do Comitê Executivo.

§ 6º Poderão participar das reuniões do Comitê Setorial, a convite, consultores e servidores de outros Órgãos/Entidades do Estado ou de unidades organizacionais da Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE, quando necessário, para discussão de temas específicos.

Art. 40. Constituem atribuições básicas do Presidente do Comitê Setorial:

- I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades do Comitê, bem como expedir convites especiais;
- II - convocar, abrir, presidir, suspender, prorrogar e encerrar as reuniões ordinárias e extraordinárias e resolver questões de ordem; e
- III - promover o cumprimento das proposições do Comitê.

Art. 41. Constituem atribuições básicas dos membros do Comitê Setorial:

- I - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê;
- II - propor ao Secretário do Comitê a inclusão de matérias na pauta das reuniões;
- III - analisar, discutir e propor melhorias relativas às matérias apresentadas nas reuniões;
- IV - desenvolver ações de sua competência, necessárias ao cumprimento das deliberações do Comitê Setorial;
- V - propor ao Secretário do Comitê, com a necessária antecedência, a participação nas reuniões de convidados que possam prestar esclarecimentos e subsídios sobre as matérias constantes da pauta;



VI - solicitar ao Secretário do Comitê, informações e documentos necessários ao desempenho de suas atividades junto ao Comitê Setorial; e
VII - comunicar ao Secretário do Comitê, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a impossibilidade de seu comparecimento à reunião.
Art. 42. Constituem atribuições básicas do Secretário do Comitê Setorial:

- I - providenciar a composição das pautas das reuniões, a partir das propostas de matérias encaminhadas pelos membros do Comitê e submetê-las a aprovação prévia do Presidente;
II - tomar as providências necessárias ao agendamento e organização das reuniões, secretariando-as e elaborando as respectivas atas;
III - disponibilizar as atas das reuniões do Comitê, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a realização das mesmas; e
IV - monitorar o cumprimento das deliberações do Comitê Setorial.

**TÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 43. Cabe ao Secretário do Desenvolvimento Econômico - SDE designar servidor, através de portaria, para desempenhar as atividades de Ouvidor, que terá as seguintes atribuições:

- I - exercer a função de representante do cidadão junto à instituição em que atua;
II - receber, analisar e apurar todas as manifestações que lhe forem dirigidas ou colhidas em veículos de comunicação formal e informal, notificando as unidades orgânicas envolvidas para os esclarecimentos necessários;
III - funcionar como um canal permanente de acesso, comunicação rápida e eficiente entre a SDE e os usuários;
IV - manter a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE, gestora do Sistema Estadual de Ouvidoria, informada das atividades, programas e dificuldades;
V - garantir o retorno das providências adotadas a partir da sua intervenção e dos resultados alcançados;
VI - assegurar aos solicitantes o caráter de sigilo, discríção e fidedignidade nas informações transmitidas; e
VII - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas pelo Secretário.

Art. 44. Serão substituídos por motivos de férias, viagens e outros impedimentos eventuais por indicação do Secretário:

- I - os afastamentos, ausências ou impedimentos do Secretário do Desenvolvimento Econômico importarão a sua substituição automática, sucessivamente, pelo Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna do Desenvolvimento Econômico, sem prejuízo de suas atribuições originárias;
II - o Presidente de Comissão por um dos membros componentes da comissão; e
III - os demais dirigentes serão substituídos por servidores das áreas específicas, indicados pelos titulares dos cargos, respeitado o princípio hierárquico.
Art. 45. Os casos omissos serão resolvidos por provimento do Secretário do Desenvolvimento Econômico.

*** **

DECRETO Nº36.066, de 18 de junho de 2024.

CONCEDE E CESSA O PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE LICITAÇÃO, NA FORMA DO INCISO II E §§ 6º, 7º, DO ART. 5º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº65, DE 3 DE JANEIRO DE 2008.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 88, nos incisos IV e VI, da Constituição Estadual, CONSIDERANDO o teor do NUP 22001.049308/2024-61 e CONSIDERANDO o disposto no inciso II e §§ 6º e 7º, do art. 5º, da Lei Complementar nº 65, de 03 de janeiro de 2008, com redação dada pela Lei Complementar n.º 194, de 16 de abril de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Gratificação por Encargo de Licitação, na forma do inciso II, e §§ 6º e 7º, do art. 5º, da Lei Complementar n.º 65, de 03 de janeiro de 2008, até ulterior deliberação e no seu valor atualizado, ao servidor abaixo indicado:

NOME	ÓRGÃO SOLICITANTE	MATRÍCULA	A PARTIR DE
MARCOS FELIPE VICENTE	SEDUC	47844010	Data de publicação no DOE

Art. 2º Fica cessado o pagamento da concessão de gratificação por encargo de licitação, nos termos abaixo especificado:

NOME	ÓRGÃO SOLICITANTE	MATRÍCULA	A PARTIR DE
MARJORIE DIONISIO XAVIER CASTELLON	SEDUC	300175-9-5	1º/03/2024

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

DECRETO Nº36.067, de 18 de junho de 2024.

REDENOMINA A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO ANTÔNIO CUSTÓDIO PARA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL ANTÔNIO CUSTÓDIO, NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, incisos IV e VI, da Constituição do Estado e CONSIDERANDO a necessidade de redenominar a escola neste ato indicada, em face da ampliação de suas atividades, com o atendimento da comunidade estudantil, no que concerne à Educação em Tempo Integral, aumentando a possibilidade de universalização deste ensino; DECRETA:

Art. 1º Fica redenominada, na estrutura organizacional da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, a ESCOLA DE ENSINO MÉDIO ANTÔNIO CUSTÓDIO, localizada no Município de Frecheirinha/CE, criada pelo Decreto nº 23.270, de 21 de junho de 1994, publicado no Diário Oficial do Estado, de 23 de junho de 1994, revogado pelo Decreto nº 24.718, de 26 de novembro de 1997, publicado no Diário Oficial do Estado, de 28 de novembro de 1997, estando na área de abrangência da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 6, sediada no Município de Sobral/CE, que passa a denominar-se ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL ANTÔNIO CUSTÓDIO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO

*** **

DECRETO Nº36.068, de 18 de junho de 2024.

REDENOMINA A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO MONSENHOR FURTADO PARA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL MONSENHOR FURTADO, NO MUNICÍPIO DE MERUOCA/CE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, incisos IV e VI, da Constituição do Estado e CONSIDERANDO a necessidade de redenominar a escola neste ato indicada, em face da ampliação de suas atividades, com o atendimento da comunidade estudantil, no que concerne à Educação em Tempo Integral, aumentando a possibilidade de universalização deste ensino; DECRETA:

Art. 1º Fica redenominada, na estrutura organizacional da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, a ESCOLA DE ENSINO MÉDIO MONSENHOR FURTADO, localizada no Município de Meruoca/CE, encampada pelo Decreto nº 18.381, de 27 de janeiro de 1987, publicado no Diário Oficial do Estado de, 28 de janeiro de 1987, estando na área de abrangência da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 6, sediada no Município de Sobral/CE, que passa a denominar-se ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL MONSENHOR FURTADO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO

*** **



DECRETO Nº36.069, de 18 de junho de 2024.

CRIA CEJA - CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE MARACANAÚ SITUADA NO DISTRITO DE PAJUÇARA, NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ/CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, incisos IV e VI, da Constituição do Estado e CONSIDERANDO o Art. 6º, da Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023; CONSIDERANDO a necessidade de criar o estabelecimento de ensino neste ato indicado, em face da ampliação de suas atividades, com o atendimento da comunidade estudantil, no que concerne à Educação de Jovens e Adultos, aumentando a possibilidade de universalização deste ensino; DECRETA:

Art. 1º Fica criado o CEJA - CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE MARACANAÚ, situado no Distrito de Pajuçara, no Município de Maracanaú/CE, constante na estrutura organizacional da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, sob a área de abrangência da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 1, sediada no Município de Maracanaú/CE, com a seguinte denominação: CEJA - CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE MARACANAÚ.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO

*** **

DECRETO Nº36.070, de 18 de junho de 2024.

REDENOMINA A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO MANUEL SÁTIRO PARA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL MANUEL SÁTIRO, NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA/CE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, incisos IV e VI, da Constituição do Estado e CONSIDERANDO a necessidade de redenominar a escola neste ato indicada, em face da ampliação de suas atividades, com o atendimento da comunidade estudantil, no que concerne à Educação em Tempo Integral, aumentando a possibilidade de universalização deste ensino; DECRETA:

Art. 1º Fica redenominada, na estrutura organizacional da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, a ESCOLA DE ENSINO MÉDIO MANUEL SÁTIRO, localizada no Município de Jaguaruana/CE, criada pelo Decreto nº 11.493, de 17 de outubro de 1975, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de outubro de 1975, tendo o Ensino Médio implantado pelo Decreto nº 26.927, de 20 de fevereiro de 2003, publicado no Diário Oficial do Estado, de 25 de fevereiro de 2003, estando na área de abrangência da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 10, sediada no Município de Russas/CE, que passa a denominar-se ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL MANUEL SÁTIRO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO

*** **

DECRETO Nº36.071, de 18 de junho de 2024.

REDENOMINA A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO JOSÉ CLÁUDIO DE ARAÚJO PARA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL JOSÉ CLÁUDIO DE ARAÚJO, NO MUNICÍPIO DE MUCAMBO/CE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, incisos IV e VI, da Constituição do Estado e CONSIDERANDO a necessidade de redenominar a escola neste ato indicada, em face da ampliação de suas atividades, com o atendimento da comunidade estudantil, no que concerne à Educação em Tempo Integral, aumentando a possibilidade de universalização deste ensino; DECRETA:

Art. 1º Fica redenominada, na estrutura organizacional da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, a ESCOLA DE ENSINO MÉDIO JOSÉ CLÁUDIO DE ARAÚJO, localizada no Município de Mucambo/CE, criada pelo Decreto nº 11.493, de 17 de outubro de 1975, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de outubro de 1975, redenominada pelo Decreto nº 12.685, de 13 de fevereiro de 1978, publicado no Diário Oficial do Estado, de 17 de fevereiro de 1978, tendo o Ensino Médio implantado pelo Decreto nº 26.237, de 01 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial do Estado, de 05 de junho de 2001, estando na área de abrangência da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 6, sediada no Município de Sobral/CE, que passa a denominar-se ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL JOSÉ CLÁUDIO DE ARAÚJO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO

*** **

DECRETO Nº36.072, de 18 de junho de 2024.

CRIA A ESCOLA INDÍGENA YBI PIRANG, SITUADA NA ALDEIA ESPÍRITO SANTO, NO MUNICÍPIO DE MONSENHOR TABOSA/CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, incisos IV e VI, da Constituição do Estado e CONSIDERANDO o Art. 5º, da Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018; CONSIDERANDO a necessidade de criar o estabelecimento de ensino neste ato indicado e, CONSIDERANDO a necessidade de atender as populações indígenas em suas demandas por escolaridade nas etapas/ níveis da Educação Básica, contribuindo para sua expansão ou universalização e buscando viabilizar o acesso e a permanência dos alunos; DECRETA:

Art. 1º Fica criada a ESCOLA INDÍGENA YBI PIRANG, situada na Aldeia Espírito Santo, no município de Monsenhor Tabosa/CE, constante na estrutura organizacional da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, sob a área de abrangência da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 13, sediada no Município de Crateús/CE, com a denominação de: ESCOLA INDÍGENA YBI PIRANG.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO

*** **

DECRETO Nº36.073, de 18 de junho de 2024.

REGULAMENTA A LEI Nº17.354, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O DEVEDOR CONTUMAZ E ESTABELECE MEDIDAS DE FORTALECIMENTO DA COBRANÇA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 88 da Constituição Estadual, CONSIDERANDO a decisão do Superior Tribunal de Justiça nos autos do RMS 65714-SE, que estabeleceu a legitimidade da submissão de empresas à Regime Especial de Fiscalização, salvo comprovação de que as medidas inviabilizem indevidamente o livre exercício da atividade econômica, desde que atendidos os requisitos previstos em lei; CONSIDERANDO o precedente do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RHC 163334/SC, no qual se estabeleceu que o contribuinte que, de forma contumaz e com dolo de apropriação, deixa de recolher o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço, incide no tipo penal do art. 2º, II, da Lei nº 8.137/90, seja em operações próprias ou em substituição tributária; CONSIDERANDO o disposto no art. 6º da Lei nº 17.354, de 16 de dezembro de 2020, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a expedir ato normativo específico para fins de operacionalização das disposições nela previstas, DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 17.354, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o devedor contumaz do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e estabelece medidas de fortalecimento da cobrança de créditos tributários.

Art. 2º Na hipótese de identificação de contribuinte cujo comportamento o caracterize como devedor contumaz, nos termos do art. 1º da Lei nº 17.354, de 2020, a Administração Fazendária poderá proceder à suspensão e à cassação de sua inscrição no Cadastro Geral da Fazenda (CGF) conforme



estabelecido no art. 3.º da referida Lei, observando-se o disposto nos arts. 109 a 112 da Lei n.º 18.665, de 28 de dezembro de 2023.

Art. 3.º O devedor contumaz ficará sujeito ao regime especial de fiscalização e controle, previsto no art. 151 da Lei n.º 18.665, de 2023, se restarem frustradas as tentativas de satisfação do crédito tributário por meio de audiência no Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), de que trata o inciso III do art. 5.º da Lei n.º 17.354, de 2020.

Art. 4.º O regime especial de fiscalização e controle, previsto no art. 151 da Lei n.º 18.665, de 2023, será aplicado em desfavor do contribuinte enquadrado como devedor contumaz, observando as condições previstas neste Decreto.

§ 1.º A aplicação do regime disposto no caput deste artigo será precedida de notificação por meio do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), ou outra ferramenta que o substitua.

§ 2.º A notificação de que trata o § 1.º deste artigo determinará ao contribuinte que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize os débitos estaduais tributários e não-tributários em aberto, e indicará:

I - o valor do crédito tributário inadimplido;

II - os períodos considerados para fins de recolhimento da inadimplência;

III - as medidas legais a que ficará sujeito em razão de seu enquadramento na condição de devedor contumaz.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Fabrício Gomes Santos
SECRETÁRIO DA FAZENDA

*** **

DECRETO Nº36.074, de 18 de junho de 2024.

ABRE AO ÓRGÃO CEARAPREV, DECRETO DE CRÉDITOS ADICIONAIS, DECORRENTE DE CRÉDITO ESPECIAL - LEI Nº18.845, DE 05 JUNHO DE 2024, NO VALOR DE R\$ 120.000,00.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 88, da Constituição Estadual, combinado com o inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, do art. 5º da Lei Estadual nº Lei nº 18.664, de 28 de dezembro de 2023 (D.O.E 29/12/2023) – LOA 2024. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao vigente orçamento da Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará – Cearaprev, na forma do anexo único, constante do presente Decreto e da tabela abaixo, crédito suplementar decorrente de Crédito Especial - Lei Estadual Lei nº 18.845, de 05 de junho de 2024, no valor de R\$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS).

Art. 2º - Os recursos necessários à execução deste Decreto, conforme autorização contida na referida Lei, decorrem do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, de recursos não vinculados de impostos (Tesouro), na forma do Art. 43, § 1º, inciso I da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

R\$ 1,00

ÓRGÃO	SIGLA	ORIGEM	APLICAÇÃO	DIFERENÇA (B - A)
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	CEARAPREV	0,00	120.000,00	120.000,00
2.500.9100000 - Recursos não Vinculados de Impostos - Superávit		120.000,00	0,00	120.000,00
TOTAL		120.000,00	120.000,00	120.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR
Alexandre Sobreira Cialdini
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

ANEXO DO DECRETO Nº36.074 DE 18 DE JUNHO DE 2024

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 120.000,00

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DAS INDIRETAS

ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
46200009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ					120.000,00
46200009 - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ					120.000,00
28.846.427 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO. 20195 - PAGAMENTO DO BENEFÍCIO ESPECIAL AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ					27.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.500.9100000	0	27.000,00
28.846.427 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO. 20196 - PAGAMENTO DO BENEFÍCIO ESPECIAL AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ					16.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.500.9100000	0	16.000,00
28.846.427 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO. 20200 - PAGAMENTO DO BENEFÍCIO ESPECIAL AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ					20.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.500.9100000	0	20.000,00
28.846.427 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO. 20202 - PAGAMENTO DO BENEFÍCIO ESPECIAL AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ					17.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.500.9100000	0	17.000,00
28.846.427 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO. 20203 - PAGAMENTO DO BENEFÍCIO ESPECIAL AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ					20.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.500.9100000	0	20.000,00
28.846.427 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO. 20210 - PAGAMENTO DO BENEFÍCIO ESPECIAL AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO CEARÁ					20.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.500.9100000	0	20.000,00
TOTAL DO ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DAS INDIRETAS					120.000,00

*** **

DECRETO Nº36.075, de 18 de junho de 2024.

CONCEDER A GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE LICITAÇÃO, NA FORMA DO INCISO II E §§ 6º, 7º, DO ART. 5º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº65, DE 3 DE JANEIRO DE 2008.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 88, nos incisos IV e VI, da Constituição Estadual, CONSIDERANDO o teor do NUP 62000.000210/2024-31 e CONSIDERANDO o disposto no inciso II e §§ 6º e 7º, do art. 5º, da Lei Complementar nº 65, de 03 de janeiro de 2008, com redação dada pela Lei Complementar n.º 194, de 16 de abril de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Gratificação por Encargo de Licitação, na forma do inciso II, e §§ 6º e 7º, do art. 5º, da Lei Complementar n.º 65, de 03 de janeiro de 2008, até ulterior deliberação e no seu valor atualizado, ao servidor abaixo indicado:

NOME	ÓRGÃO SOLICITANTE	MATRÍCULA	A PARTIR DE
PAULO CÉSAR XAVIER DOS SANTOS	SECRETARIA DAS MULHERES	3000004-8	Data de circulação no DOE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **



DECRETO Nº36.076, de 18 de junho de 2024.

CONCEDER A GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE LICITAÇÃO, NA FORMA DO INCISO II E §§ 6º, 7º, DO ART. 5º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº65, DE 3 DE JANEIRO DE 2008.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 88, nos incisos IV e VI, da Constituição Estadual, CONSIDERANDO o teor do NUP 62000.000362/2024-33 e CONSIDERANDO o disposto no inciso II e §§ 6º e 7º, do art. 5º, da Lei Complementar nº 65, de 03 de janeiro de 2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 194, de 16 de abril de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Gratificação por Encargo de Licitação, na forma do inciso II, e §§ 6º e 7º, do art. 5º, da Lei Complementar nº 65, de 03 de janeiro de 2008, até ulterior deliberação e no seu valor atualizado, ao servidor abaixo indicado:

NOME	ÓRGÃO SOLICITANTE	MATRÍCULA	A PARTIR DE
MANUELLA DE MESQUITA GUIMARÃES	SECRETARIA DAS MULHERES	3000007-2	Data de circulação no DOE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

DECRETO Nº36.078, de 21 de junho de 2024.

INSTITUI O POLO INDUSTRIAL AUTOMOBILÍSTICO SITUADO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual, CONSIDERANDO a importância do setor automobilístico para o Ceará, segmento de alto valor agregado e setor industrial com grande poder no mercado, com investimento em pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias e com atuação sob a forma de cadeia global, tanto de produção quanto de distribuição, empregando mão de obra especializada; CONSIDERANDO que o alto potencial do Estado do Ceará no mercado automobilístico, tendo em vista os insumos disponíveis e qualificação de seu pessoal, resultado de parcerias com universidades e centro de pesquisa avançada; CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver o setor automobilístico do Estado, por meio do alinhamento de atores locais e regionais, visando o oferecimento de novas oportunidades, por meio da interação entre a academia, os setores público e o privado; CONSIDERANDO os benefícios que a criação do Polo Industrial Automobilístico, no município de Horizonte, poderá trazer para todo o Ceará, implicando a atração de investimentos públicos e privados no setor, a captação de aportes financeiros interno e internacionais, a inovação e a evolução tecnológica, bem como a geração de novas oportunidades de emprego e renda; DECRETA:

Art. 1º Este Decreto institui o Polo Industrial Automobilístico situado no município do Horizonte, dispondo sobre o regime especial de disciplina para as áreas ou lotes que o integram, conforme especificado nos Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º O Polo Industrial Automobilístico constitui complexo espacial destinado à implantação de empreendimentos privados no setor automobilístico com foco no desenvolvimento econômico local e estadual.

Art. 3º O Polo Industrial Automobilístico tem como objetivos:

I – incentivar o estabelecimento de novas empresas do setor automobilístico no Estado do Ceará;

II – desenvolver programas de capacitação e treinamento para profissionais da área, em diferentes níveis;

III – criar ambiente propício para redução de custos de logística e estoques, bem como permitir melhor acompanhamento e avaliação dos fornecedores;

IV – incentivar a transferência de tecnologia e a comercialização de produtos e serviços na área automobilística;

V – contribuir para o desenvolvimento econômico regional, gerando empregos qualificados, produtos finais de maior valor agregado, aumentando a competitividade do setor automobilístico local.

Art. 4º Cabe, concorrentemente, à Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE e à Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará S.A – Adece, como agentes indutores do desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, de forma sustentável e inovadora:

I – formular, implementar e avaliar o planejamento de desenvolvimento econômico do Polo Industrial Automobilístico;

II – promover ações estratégicas para atrair e apoiar novos negócios e iniciativas de investimentos no Polo Industrial Automobilístico;

III – desenvolver e fomentar a promoção comercial do Polo Industrial Automobilístico em âmbito nacional e internacional.

IV – realizar estudos e celebrar parcerias, inclusive com organizações sociais, buscando o planejamento e a execução de ações no sentido da implementação e do desenvolvimento do Polo Industrial Automobilístico.

Art. 5º À Adece cabe a gestão operacional dos imóveis integrantes do Polo Industrial Automobilístico, objetivando o atendimento de suas finalidades.

Art. 6º As empresas instaladas no Polo Industrial Automobilístico receberão do Estado os incentivos e o apoio necessários à instalação do negócio e à sua operação.

Parágrafo único. Para fins do caput, deste artigo, à SDE caberá, sem o prejuízo de outras medidas:

I – estudar a concessão de incentivos fiscais compatíveis com o empreendimento, observando a legislação aplicável, em articulação com a Secretaria da Fazenda (SEFAZ);

II – fornecer apoio na articulação interinstitucional necessária à instalação do empreendimento;

III – promover esforços institucionais para viabilização do licenciamento ambiental necessário à instalação do empreendimento;

IV – propiciar, com a articulação necessária, a infraestrutura necessária à instalação e operação do empreendimento, com apoio para fornecimento de energia elétrica e água e outros temas correlatos, com as devidas aprovações governamentais e legais, caso necessário.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 21 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

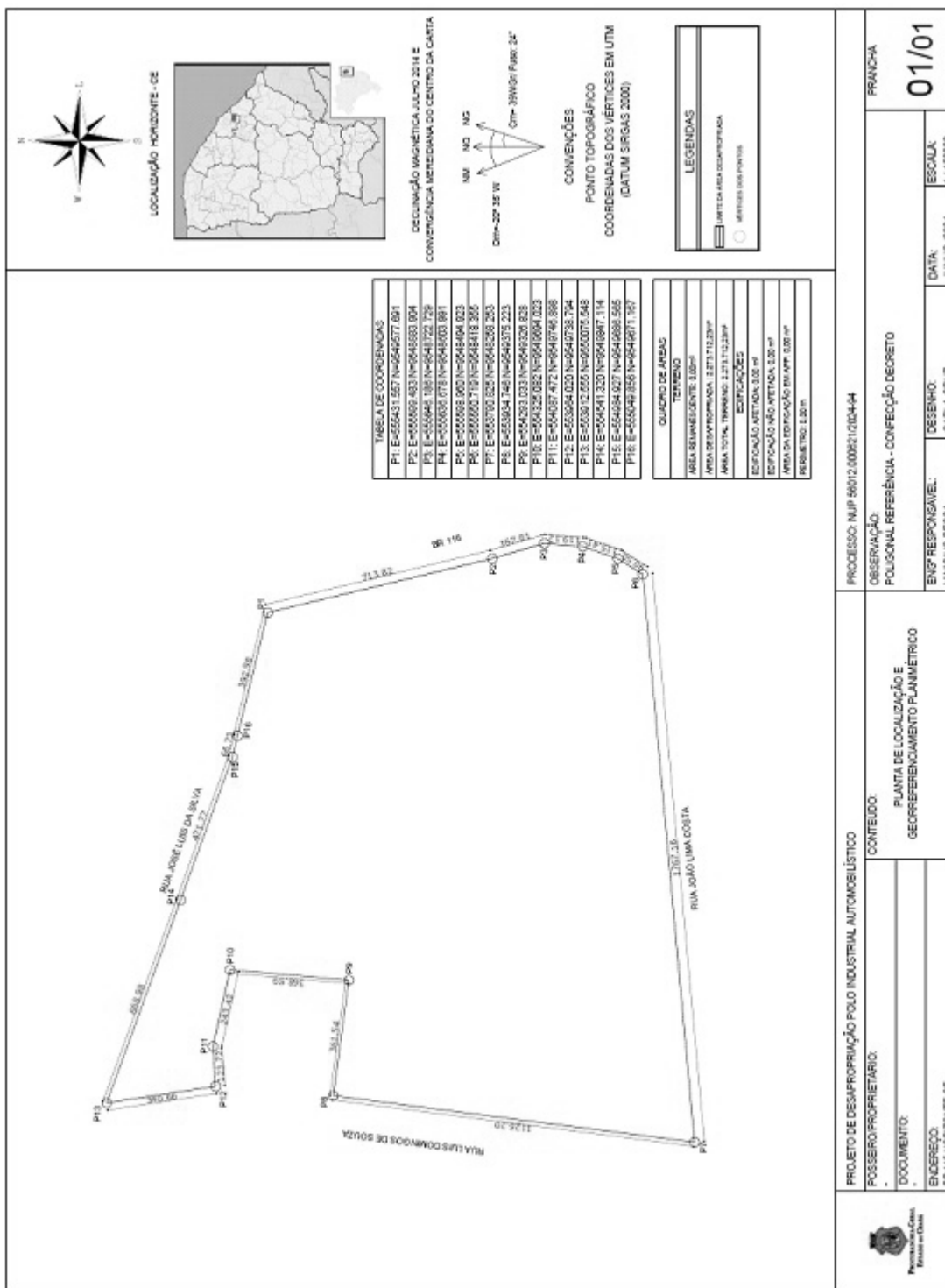
ANEXO I A QUE SE REFERE O DECRETO Nº36.078, DE 21 DE JUNHO DE 2024

DESCRIÇÃO – POLO INDUSTRIAL AUTOMOBILÍSTICO DO ESTADO DO CEARÁ

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P01, de coordenadas UTMN = 9.549.577,691 m e E = 555.431,557 m deste segue com confrontando com azimute de 166°23'37" e distância de 713,82 m, segue até o pontoP02 de coordenada - N = 9.548.883,904 m - E = 555.599,483 m, segue com azimute de 163°50'25" e distância de 167,81 m, segue até o pontoP03 de coordenada - N = 9.548.722,729 m - E = 555.646,186 m, segue com azimute de 184°34'40" e distância de 119,12 m, segue até o pontoP04 de coordenada - N = 9.548.603,991 m - E = 555.636,678 m, segue com azimute de 199°04'36" e distância de 115,41 m, segue até o pontoP05 de coordenada - N = 9.548.494,923 m - E = 555.598,960 m, segue com azimute de 212°12'45" e distância de 90,50 m, segue até o pontoP06 de coordenada - N = 9.548.418,355 m - E = 555.550,719 m, agora, confrontando com RUA JOÃO LIMA COSTA; segue com azimute de 264°48'07" e distância de 1.767,16 m, segue até o pontoP07 de coordenada - N = 9.548.258,253 m - E = 553.790,825 m, agora, confrontando com RUA LUIS DOMINGOS DE SOUZA; segue com azimute de 7°20'31" e distância de 1.126,20 m, segue até o pontoP08 de coordenada - N = 9.549.375,223 m - E = 553.934,746 m, segue com azimute de 97°41'33" e distância de 361,54 m, segue até o pontoP09 de coordenada - N = 9.549.326,828 m - E = 554.293,033 m, segue com azimute de 4°59'18" e distância de 368,59 m, segue até o pontoP10 de coordenada - N = 9.549.694,023 m - E = 554.325,082 m, segue com azimute de 282°32'44" e distância de 243,42 m, segue até o pontoP11 de coordenada - N = 9.549.746,898 m - E = 554.087,472 m, segue com azimute de 266°14'39" e distância de 123,72 m, segue até o pontoP12 de coordenada - N = 9.549.738,794 m - E = 553.964,020 m, segue com azimute de 351°18'39" e distância de 340,66 m, segue até o pontoP13 de coordenada - N = 9.550.075,548 m - E = 553.912,555 m, agora, confrontando com RUA JOSÉ LUÍS DA SILVA; segue com azimute de 109°57'59" e distância de 668,98 m, segue até o pontoP14 de coordenada - N = 9.549.847,114 m - E = 554.541,320 m, segue com azimute de 109°53'46" e distância de 471,77 m, segue até o pontoP15 de coordenada - N = 9.549.686,565 m - E = 554.984,927 m, segue com azimute de 103°20'28" e distância de 66,73 m, segue até o pontoP16 de coordenada - N = 9.549.671,167 m - E = 555.049,856 m, segue com azimute de 103°45'38" e distância de 392,98 m, segue até o ponto P01, onde teve início essa descrição. Perfazendo uma área total de 2.273.712,23 m².

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao meridiano central – 39º, tendo como datum o SIRGAS.





*** **

ABRE AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES CRÉDITO SUPLEMENTAR DE R\$ 377.962.768,22 PARA REFORÇO DE DOTACÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSIGNADAS AO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 88, da Constituição Estadual, combinado com os incisos I e III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, do art. 5º da Lei Estadual nº 18.664, de 28 de dezembro de 2023 – LOA 2024. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – AL para atender despesas de custeio de manutenção referente ao dissídio coletivo dos servidores terceirizados, reajuste da retribuição de assessoramento parlamentar e sua patronal, e também o auxílio saúde. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE, entre projetos e atividades, para atender despesas com obras e reformas da estrutura física administrativa. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias do TRIBUNAL DE JUSTIÇA – TJ, entre projetos e atividades, para pagamento de despesas do PROMOJD e ajuste de valores entre os graus de jurisdição. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA, entre projetos e atividades, para o pagamento de convênios. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da POLÍCIA CIVIL – PCCE para as seguintes despesas: aquisição de equipamentos e material permanente para equipar as delegacias de polícia civil (ar condicionado, mobiliários, computadores, eletroeletrônicos e cadeiras); a aquisição de computadores destinados a Área de Tecnologia da Informação e Comunicação e atender as demandas de aquisição de pistolas e computadores. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da POLÍCIA MILITAR – PMCE para a manutenção e funcionamento da frota veicular e manutenção dos serviços administrativos. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ – AESP para viabilizar o pagamento da gratificação por atividade de magistério para os cursos de formação inicial da AESP em 2024, previstos no Plano Anual de Capacitação – PAC. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias do FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ – FSPDS, entre projetos e atividades, para atender as demandas de aquisição de pistolas e computadores. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO – SAP, entre projetos e atividades, para aditivar o Contrato

do SENAI. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias do FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ – FUNPEN para as seguintes despesas: aquisição de estações de trabalho e reestruturação dos equipamentos de gerenciamento e comunicação dos computadores das unidades prisionais do Complexo Itaitinga I, II e Complexo Aquiraz I, processadores INTEL core i5 para a modernização do Parque de Equipamentos de TIC da secretaria; instalação das coberturas e reforma da Unidade Prisional de Ensino, capacitação; e transferência de receita financeira para o Fundo Rotativo do Estado do Ceará – FUOPEN. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ, entre projetos e atividades, para adequação do Parque Tecnológico e pagamento de serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA, entre projetos e atividades, para supervisão de assistência técnica e extensão rural – ATER, apoio ao desenvolvimento territorial rural sustentável da agricultura familiar, apoio à implementação de tecnologia social de acesso à água, formação e capacitação de agricultores familiares e aquisição de máquinas e equipamentos para o funcionamento do abatedouro público do município de Tauá. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias da EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ – EMATERCE, entre projetos e atividades, para atender demanda de pagamentos a ETICE e assistência técnica e extensão rural as famílias em situação de extrema pobreza. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar, dotações orçamentárias do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ – IDACE para as seguintes despesas: Projeto URUANAN - área reformada do Pirangi; apoio ao desenvolvimento de políticas públicas em áreas de assentamento, reassentamentos, comunidades originárias, comunidades tradicionais e áreas rurais do Estado do Ceará; regularização fundiária estratégica; levantamento físico e cadastro multifinalitário georreferenciados e geração de peças técnicas. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC, entre projetos e atividades, para as seguintes despesas: custear o Programa Alfabetização na Idade Certa, manutenção e funcionamento das escolas de ensino médio em tempo integral e complementar; construção do Centro de Documentação da Secretaria da Educação; construções de escolas estaduais de ensino médio rural, de centros de educação infantil, de escolas de ensino médio regular e escolas de ensino integral; reformas de escolas municipais e aquisições de mobiliários escolares, bibliotecas móveis, materiais didáticos e fardamentos escolares. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FUNDES, entre projetos e atividades, para as seguintes despesas: contratos de gestão, complemento para pagamento de gratificação de desempenho institucional - GDI no mês de junho de 2024 no HGF, HIAS, HCAS, HSI, HSMM, HEMOCE; pagamento de convênios/termos de ajuste/termos de fomento com os municípios e instituições filantrópicas; atender despesas com cirurgias eletivas referentes ao programa de redução de filas; construção de unidades básicas de saúde, aquisição de equipamentos, aquisição de veículos, aquisição de centrais de ar condicionado e despesas com medicamentos e dieta nutricional judicializados. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA CULTURA – SECULT para as seguintes despesas: apoio cultural para a realização do chitão dos Inhamuns, realização de evento cultural – Maracanaú, Memorial Patativa do Assaré, modernização do Espaço Museológico, programação cultural e festival do Programa Ceará sem Fome. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS – SRH, entre projetos e atividades, para quitação da medição e para pagamentos futuros do Projeto Malha D'Água – Sistema Banabuiú – Sertão Central. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS – FUNCEME para as seguintes despesas: manutenção de serviços administrativos, manutenção de energia e aquisição de equipamento – CLUSTER. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da CASA CIVIL para atender a Coordenadoria de Políticas Públicas para realização de apoio a instituições e organizações da sociedade civil, necessidades da Coordenadoria de Eventos da Casa Civil para a prestação de serviços de publicidade. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias da FUNDAÇÃO DE TELEDUCACÃO DO CEARÁ – FUNTELC, entre projetos e atividades, para as seguintes despesas: manutenção dos serviços administrativos, obrigações tributárias e contributivas; aquisição de materiais para câmaras para transmissão ao vivo de programas; e serviço de sinal digital (HD) com multiprogramação em 51 estações de retransmissão. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR – SECITECE, entre projetos e atividades, despesa auxílio financeiro a pesquisadores e modernização da infraestrutura de TI. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FUNCAP, entre projetos e atividades, para atender o convênio Tecnova transversal com recursos FINEP e atender aos projetos do Programa Cientista Chefe. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO CEARÁ – NUTEC, entre projetos e atividades, para inclusão produtiva na cadeia reversa de equipamentos eletroeletrônicos. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias da SECRETARIA DO TURISMO – SETUR, entre projetos e atividades, para pagamento dos contratos de promoção e marketing turístico nos eventos nacionais e internacionais que a SETUR realiza, participa, apoia, patrocina e contribui, direcionados à promoção do Estado do Ceará e aquisição, instalação de material permanente de tecnologia da informação e comunicação. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias dos ENCARGOS GERAIS DO ESTADO – EGE para realizar repasse para o Fundo Estadual da Cultura. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO – CGE para tratar da aquisição de 01 (um) veículo, tipo van, mínimo 16 lugares, para atendimento das demandas de transporte da CGE e pagamento de contrato de terceirização. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE – FUNDEJ, entre projetos e atividades, para suprir necessidades com aquisição de material esportivo. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DAS CIDADES – SCIDADES para as seguintes despesas: construção de fogões sustentáveis para famílias de baixa renda; pagamento das obras do PISF; repasse de recurso financeiro, por meio de convênios e instrumentos congêneres em execução e em formalização junto às prefeituras municipais nas 14 regiões. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP para atender reforma do calçadão do município de Granjeiro. CONSIDERANDO a necessidade de realocar dotações orçamentárias do FUNDO PREVIDENCIÁRIO – PREVID, entre projetos e atividades, para regularizar orçamento e reserva orçamentária do Regime de Previdência Social – RPPS. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, entre projetos e atividades, para as seguintes despesas: manutenção de TI/ETICE com pagamento de links, internet das unidades da SPS e sede, computação em nuvem; pagamento de despesas das unidades regionalizadas de acolhimento institucional para idosos e crianças, adolescentes e jovens em situação de violações de direitos e o serviço de família acolhedora; implantação e manutenção do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes - alta complexidade e despesa de terceirização e manutenção veicular para dar continuidade a serviços de orientação e apoio das políticas sobre drogas à população cearense por meio de um veículo com consultório equipado e climatizado e com equipe multiprofissional em praças, parques, bairros, eventos e municípios e pagamento do cartão Ceará sem Fome. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias do FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE – FECA para aquisição de equipamentos e material permanente para as entidades apoiadas. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias do FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS, entre projetos e atividades, para as seguintes despesas: execução qualificada da gestão, apoio técnico aos serviços sócio assistenciais da proteção social especial de média e alta complexidade e pagamento do Cartão mais Infância Ceará. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE para desapropriação de área, implantação de negócios e novos investimentos para o Estado, e desapropriação de imóvel em Horizonte. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – SEMA para execução dos contratos de gestão, complexo ambiental e gastronômico da Sabiaguaba e teleférico do horto. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA – SPA para realização das políticas públicas voltadas a pesca e aquicultura através do contrato de gestão executado pelo Instituto Agropolos. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS – SEDIH, entre projetos e atividades, para custear o cronograma de desembolso do convênio de despesa relacionado à execução do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PPDDH e atender as necessidades do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/CE). CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias do FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ – FEICE para atendimento das iniciativas a serem celebradas por meio de termos de fomento, em ações voltadas para a pessoa idosa com vistas a garantir os seus direitos e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade. CONSIDERANDO a autorização dada ao Poder Executivo para transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, mediante decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual – LOA 2024, Lei nº 18.664, de 28 de dezembro de 2023, e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, ou ainda em casos de complementaridade, conforme disposto no art. 44 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2024 - Lei 18.430, de 21 de julho de 2023. CONSIDERANDO a autorização dada ao Poder Executivo para alterar, mediante decreto, a codificação das ações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual – LOA 2024, Lei nº 18.664, de 28 de dezembro de 2023, e em seus créditos adicionais, nos termos do art. 43 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2024 - Lei 18.430, de 21 de julho de 2023. DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento dos seguintes órgãos: Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça, Secretaria da Infraestrutura, Polícia Civil, Polícia Militar, Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará, Fundo de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização, Fundo Penitenciário do Estado do Ceará, Secretaria da Fazenda, Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Secretaria da Educação, Fundo Estadual de Saúde, Secretaria da Cultura, Secretaria dos Recursos Hídricos, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, Casa Civil, Fundação de Teleducção do Ceará, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará, Secretaria do Turismo, Encargos Gerais do Estado,

Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude, Secretaria das Cidades, Superintendência de Obras Públicas, Fundo Previdenciário, Secretaria da Proteção Social, Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente, Fundo Estadual de Assistência Social, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Secretaria da Pesca e Aquicultura, Secretaria dos Direitos Humanos, Fundo Estadual do Idoso do Ceará, no valor total de R\$ 377.962.768,22 (TREZENTOS E SETENTA E SETE MILHÕES, NOVECENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS), para reforço de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento, conforme os anexos I e II.

R\$ 1,00

ÓRGÃO	SIGLA	ORIGEM	APLICAÇÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	AL	0,00	7.200.000,00
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	TCE	2.016.872,61	2.016.872,61
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TJ	200.000,00	200.000,00
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	SEINFRA	350.000,00	350.000,00
POLÍCIA CIVIL	PC	0,00	1.281.149,85
POLÍCIA MILITAR	PM	0,00	11.811.298,99
ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ	AESP	0,00	2.000.000,00
FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ	FSPDS	1.779.416,02	1.779.416,02
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO	SAP	100.000,00	100.000,00
FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ	FUNPEN	0,00	6.370.804,51
SECRETARIA DA FAZENDA	SEFAZ	955.000,00	955.000,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	SDA	7.727.314,00	11.790.783,65
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	EMATERCE	120.000,00	2.030.000,00
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ	IDACE	0,00	7.388.115,43
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	SEDUC	49.900.000,00	74.700.000,00
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	FUNDES	13.775.923,29	52.495.664,42
SECRETARIA DA CULTURA	SECULT	0,00	889.743,56
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	SRH	11.000.000,00	11.000.000,00
FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	FUNCEME	0,00	256.045,45
CASA CIVIL	CASA CIVIL	0,00	16.410.000,00
FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ	FUNTELC	600,00	101.650,00
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	SECITECE	100.000,00	100.000,00
FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	FUNCAP	1.110.000,00	1.110.000,00
NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ	NUTEC	65.000,00	65.000,00
SECRETARIA DO TURISMO	SETUR	310.000,00	310.000,00
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	EGE	35.443.722,47	21.000.000,00
CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	CGE	0,00	716.628,02
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE	FUNDEJ	60.000,00	60.000,00
SECRETARIA DAS CIDADES	SCIDADES	383.485,87	14.510.485,87
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS	SOP	0,00	350.000,00
FUNDO FINANCEIRO - FUNAPEV	FUNAPEV	18.397.352,00	0,00
FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID	PREVID	63.624.526,57	63.624.526,57
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL	SPS	3.267.235,77	10.308.235,77
FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	FECA	0,00	346.654,00
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FEAS	304.911,71	9.263.911,71
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SDE	0,00	29.991.074,47
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA	SEMA	0,00	3.915.000,00
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	SPA	0,00	1.531.000,00
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS	SEDIH	50.000,00	6.896.353,99
FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ	FEICE	0,00	2.737.353,33
2.500.9100000 - Recursos não Vinculados de Impostos - Superávit		111.678.230,38	
2.501.1100000 - Recursos Ordinários - Superávit - EGE		21.000.000,00	
2.544.9200000-Recursos de Precatórios do Fundef - Superávit - SEDUC		19.000.000,00	
2.550.9200000 -Transferência do Salário-Educação - Superávit - SEDUC		1.600.000,00	
2.603.9200000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde Recursos Destinados ao Enfrentamento da Covid-19 no Bojo da Ação 21c0 - Superávit - FUNDES		124.896,04	
2.669.9200000 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social - Superávit - FECA		346.654,00	
2.669.9200000 Outros Recursos Vinculados à Assistência Social - Superávit - FEICE		2.737.353,33	
2.712.9200000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN - Superávit		5.543.712,33	
2.754.3220058 - Operações de Crédito Externas - TESOURO/BIRD - Superávit - SDA		4.063.469,65	
2.759.1200070 - Recursos Diretamente Arrecadados - Superávit - FUNPEN		827.092,18	
TOTAL		377.962.768,22	377.962.768,22

Art. 2º – Em conformidade com a Art. 44 da Lei Estadual nº 18.430, de 21 de julho de 2023 – LDO 2024, a ação orçamentária 11399 - Fortalecimento e Promoção do Apoio Direto para Sistemas Municipais de Cultura será transposta da Secretaria da Cultura - SECULT para o Fundo Estadual da Cultura – FEC e a ação 21056 – será transposta do Fundo Rotativo do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará para o Fundo Penitenciário do Estado do Ceará – FUNPEN.

Art. 3º – Fica alterada a classificação das seguintes ações: 20010 - Custeio na Saúde - para Cirurgias e Procedimentos Oftalmológicos/Mombaça; 20011 - Custeio na Saúde - para Cirurgias e Procedimentos Oftalmológicos/Quixadá; 20093 - Custeio e Manutenção do Hospital José Maria Philomeno Gomes em Pacajus; 20013 - Custeio na Saúde no Município de Redenção; 20025 - Custeio na Saúde - para Cirurgias e Procedimentos Oftalmológicos/Parambu; 20047 - Custeio da Saúde do Município de Tarrafas; 20072 - Custeio de Saúde para o Município de Redenção; 20085 - Custeio do Sistema de Saúde do Município de Maranguape; 20090 - Custeio para Saúde do Município de Pires Ferreira, conforme detalhadas no quadro abaixo:

Art. 4º – Os recursos necessários à execução deste decreto decorrem de anulações orçamentárias, conforme os anexos III e IV e do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 5º – Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 21 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa

GOVERNADOR

Alexandre Sobreira Cialdini

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

ANEXO DO DECRETO Nº36.079, DE 21 DE JUNHO DE 2024

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 377.962.768,22

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DIRETAS

ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
01000000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA					7.200.000,00
01100002 - SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA					7.200.000,00
01.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					7.200.000,00
20127 - Manutenção dos Serviços Administrativos - AL	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	7.200.000,00



ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
02000000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO					2.016.872,61
02100001 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO					2.016.872,61
01.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					
10498 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - TCE.					998.592,12
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	998.592,12
01.122.432 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL.					
20985 - Manutenção dos Serviços Administrativos - IPC					58.974,49
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	58.974,49
01.126.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					
10258 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - TCE.					959.306,00
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	959.306,00
04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA					200.000,00
04100011 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS					100.000,00
02.128.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.					100.000,00
10719 - Desenvolvimento e Capacitação de Servidores e Magistrados -TJ 2º Grau (PROMOJUD-COMP.II)					100.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	1	100.000,00
04100101 - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA					100.000,00
02.128.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.					100.000,00
10719 - Desenvolvimento e Capacitação de Servidores e Magistrados -TJ 2º Grau (PROMOJUD-COMP.II)					100.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	1	100.000,00
08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA					350.000,00
08100005 - ENERGIA, COMUNICAÇÃO E MINERAÇÃO					350.000,00
25.752.321 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ.					
11067 - Apoio a Municípios, Entidades Públicas e Governamentais e Organizações Cívis na Ampliação e Melhoria da Infraestrutura de Energia.					350.000,00
	01 - CARIRI	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	350.000,00
10100002 - POLÍCIA CIVIL					1.281.149,85
10100002 - POLÍCIA CIVIL					1.281.149,85
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					1.083.779,85
11102 - Modernização das Estruturas da Policia Civil					
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	1.083.779,85
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					
12064 - Modernização na área de tecnologia e comunciação da Polícia Civil.					197.370,00
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	197.370,00
10100003 - POLÍCIA MILITAR					11.811.298,99
10100003 - POLÍCIA MILITAR					11.811.298,99
06.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					4.314.528,12
20143 - Manutenção dos Serviços Administrativos - PM					
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	4.314.528,12
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					
21008 - Manutenção e Funcionamento da Frota Veicular da PMCE.					7.496.770,87
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	7.496.770,87
10100008 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ					2.000.000,00
10100008 - ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ					2.000.000,00
06.122.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					2.000.000,00
21013 - Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistério para os Cursos de Formação Inicial.					
	03 - GRANDE FORTALEZA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	2.000.000,00
18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO					100.000,00
18100009 - COORDENADORIA DE INCLUSÃO SOCIAL DO PRESO E EGRESSO					100.000,00
06.421.197 - GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E PROMOÇÃO DA RESSOCIALIZAÇÃO.					
11466 - Apoio a Capacitação Profissional para Pessoas Presas.					100.000,00
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.700.2200082	1	100.000,00
19000000 - SECRETARIA DA FAZENDA					955.000,00
19100001 - SECRETARIA DA FAZENDA					955.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					240.000,00
10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	240.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					
10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					715.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	715.000,00
21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO					11.790.783,65
21100002 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA					300.000,00
20.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					
20368 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - Folha Complementar - SDA					300.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	300.000,00
21100029 - COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE AGRICULTURA FAMILIAR					867.109,83
20.608.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR.					867.109,83
10069 - Aquisição de Sementes e Mudas.					
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	867.109,83
21100030 - COORDENADORIA DO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA PECUÁRIA					1.600.000,00
20.608.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR.					1.500.000,00
10702 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Semoventes e Acompanhamento Técnico ao Projeto.					
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	1.500.000,00
20.608.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR.					
10975 - Estruturação de Equipamentos para o Desenvolvimento da Agropecuária.					100.000,00
	13 - SERTÃO DOS INHAMUNS	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	100.000,00
21100032 - COORDENADORIA DO DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS E REASSENTAMENTOS					3.260.204,17
20.606.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR.					
10971 - Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores (as).					3.010.204,17
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	3.010.204,17
20.608.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR.					250.000,00
10961 - Realização de Capacitação para Beneficiários, Técnicos e Parceiros.					
	10 - SERTÃO DE CANINDÉ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	250.000,00
21100033 - COORDENADORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO RURAL					1.700.000,00
17.511.352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL.					1.700.000,00
10047 - Implantação de Cisternas.					
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	1.700.000,00
21100037 - UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS SÃO JOSÉ III					4.063.469,65
17.511.352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL.					1.500.000,00
10046 - Implantação de Módulo Sanitário - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).					
	01 - CARIRI	INVESTIMENTOS	2.754.3220058	1	1.500.000,00
17.511.352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL.					
10046 - Implantação de Módulo Sanitário - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).					419.314,99

ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
17.511.352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL. 10046 - Implantação de Módulo Sanitário - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).	02 - CENTRO SUL	INVESTIMENTOS	2.754.3220058	1	419.314,99
17.511.352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL. 10046 - Implantação de Módulo Sanitário - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).	04 - LITORAL LESTE	INVESTIMENTOS	2.754.3220058	1	1.327.704,30
17.511.352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL. 10046 - Implantação de Módulo Sanitário - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).	09 - SERTÃO CENTRAL	INVESTIMENTOS	2.754.3220058	1	500.000,00
17.511.352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL. 10046 - Implantação de Módulo Sanitário - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).	11 - SERTÃO DE SOBRAL	INVESTIMENTOS	2.754.3220058	1	40.000,00
17.511.352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL. 10046 - Implantação de Módulo Sanitário - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).	14 - VALE DO JAGUARIBE	INVESTIMENTOS	2.754.3220058	1	276.450,36
22000000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO					74.700.000,00
22100022 - GABINETE DO SECRETÁRIO					74.700.000,00
12.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ. 10134 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - SEDUC.	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	2.550.9200000	1	1.600.000,00
12.361.142 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE. 11263 - Apoio aos Municípios na Expansão da Oferta de Vagas no Desenvolvimento do PAIC Integral.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	14.900.000,00
12.361.142 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE. 11269 - Ampliação e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Municipais de Ensino Fundamental.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	747.352,00
12.361.142 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE. 11269 - Ampliação e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Municipais de Ensino Fundamental.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	3.000.000,00
12.361.142 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE. 11271 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação na Rede Pública Municipal de Ensino.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	452.648,00
12.362.141 - EDUCAÇÃO, EQUIDADE E DIREITOS HUMANOS. 10780 - Construção e Aquisição de Equipamentos de Escolas Indígenas, Quilombolas e do Campo.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.544.9200000	1	4.000.000,00
12.362.143 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO. 11288 - Construção e Aquisição de Equipamentos para Escolas Estaduais de Ensino Médio.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.544.9200000	1	2.000.000,00
12.362.143 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO. 11292 - Reforma de Escolas Estaduais de Ensino Médio.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.544.9200000	1	3.000.000,00
12.362.144 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO. 11272 - Construção, Adequação e Aquisição de Equipamentos para Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.544.9200000	1	4.000.000,00
12.362.144 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO. 20977 - Manutenção e Funcionamento das Unidades Escolares em Tempo Integral.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	35.000.000,00
12.365.142 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE. 11262 - Construção e Aquisição de Equipamentos de Centros de Educação Infantil.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.544.9200000	1	6.000.000,00
27000000 - SECRETARIA DA CULTURA					889.743,56
27100010 - COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL					350.000,00
13.391.132 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA CEARENSE. 11500 - Desenvolvimento do Programa Cultura Alimentar.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	250.000,00
13.392.132 - PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA CEARENSE. 11502 - Requalificação, Restauração e Conservação de Bens Imóveis de Relevância Cultural.	01 - CARIRI	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	100.000,00
27100017 - COORDENADORIA DE TERRITÓRIO E ARTICULAÇÃO REGIONAL					539.743,56
13.392.131 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE, DIVERSIDADE E CULTURA CEARENSE. 11233 - Apoio, Participação e Realização de Eventos Culturais.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	500.000,00
13.392.131 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE, DIVERSIDADE E CULTURA CEARENSE. 11233 - Apoio, Participação e Realização de Eventos Culturais.	13 - SERTÃO DOS INHAMUNS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	39.743,56
29000000 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS					11.000.000,00
29100005 - COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS					11.000.000,00
18.544.342 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS. 11454 - Implantação do Projeto Malha D'água - Sistema Banabuiu - Sertão Central (IPF - Comp I).	09 - SERTÃO CENTRAL	INVESTIMENTOS	1.754.3220049	1	11.000.000,00
30000000 - CASA CIVIL					16.410.000,00
30100004 - COORDENADORIA DE EVENTOS					7.000.000,00
04.122.431 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. 11715 - Coordenação, Organização, Mobilização e Estruturação de Eventos.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	7.000.000,00
30100009 - COORDENADORIA DE PUBLICIDADE					8.410.000,00
04.131.431 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. 11706 - Criação, Produção, Veiculação das Ações Governamentais	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	2.410.000,00
04.131.431 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. 11709 - Apoio às Ações Governamentais na Área da Infraestrutura.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	2.000.000,00
04.131.431 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. 11710 - Apoio às Ações Governamentais na Área da Convivência Social.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	2.000.000,00
04.131.431 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. 11711 - Apoio às Ações Governamentais na Área do Turismo.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	2.000.000,00
30100011 - COORDENADORIA DE APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS					1.000.000,00
04.122.431 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. 11724 - Apoio a Instituições e Organizações da Sociedade Civil para Implementação de Políticas Públicas.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	1.000.000,00
31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR					100.000,00
31100001 - GABINETE DO SECRETÁRIO					100.000,00



ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
19.126.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					100.000,00
10307 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SECITECE.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	100.000,00
36000000 - SECRETARIA DO TURISMO					310.000,00
36100006 - COORDENADORIA DE GESTÃO DO TURISMO					310.000,00
23.695.281 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ.					260.000,00
11290 - Participação em Feiras, Eventos e Ações de Promoção e Marketing Turísticos.	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	260.000,00
23.695.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					50.000,00
10313 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETUR.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	50.000,00
40000000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO					21.000.000,00
40100001 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ					21.000.000,00
28.846.427 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO.					21.000.000,00
20479 - Obrigações Especiais Devidas pelo Estado.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.501.1100000	0	21.000.000,00
41000000 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO					716.628,02
41100001 - CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO					716.628,02
04.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					154.067,56
20189 - Manutenção dos Serviços Administrativos - CGE	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	154.067,56
04.126.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					200.000,00
20311 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGE	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	200.000,00
14.422.434 - TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.					300.000,00
11194 - Realização de Avaliação de Serviços Públicos.	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	300.000,00
14.422.434 - TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.					62.560,46
20680 - Realização de Atendimentos de Serviços de Ouvidoria, Acesso à Informação e Transparência.	10 - SERTÃO DE CANINDÉ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	62.560,46
43000000 - SECRETARIA DAS CIDADES					14.510.485,87
43100001 - SECRETARIA DAS CIDADES					14.510.485,87
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					925.000,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	01 - CARIRI	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	925.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					1.177.500,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	02 - CENTRO SUL	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	1.177.500,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					1.230.000,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	1.230.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					50.000,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	04 - LITORAL LESTE	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	50.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					442.500,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	05 - LITORAL NORTE	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	442.500,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					435.000,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	06 - LITORAL OESTE / VALE DO CURU	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	435.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					162.500,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	07 - MACIÇO DO BATURITÉ	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	162.500,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					297.500,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	08 - SERRA DA IBIAPABA	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	297.500,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					430.000,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	09 - SERTÃO CENTRAL	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	430.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					17.500,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	10 - SERTÃO DE CANINDÉ	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	17.500,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					385.000,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	11 - SERTÃO DE SOBRAL	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	385.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					202.500,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	12 - SERTÃO DOS CRATEÚS	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	202.500,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					330.000,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	13 - SERTÃO DOS INHAMUNS	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	330.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					750.000,00
11620 - Apoio à Estruturação de Vias Públicas, Oriundas de Demandas Municipais, para Torná-las Seguras, Acessíveis e Inclusivas	14 - VALE DO JAGUARIBE	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	750.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					250.000,00
11627 - Apoio à Estruturação de Espaços públicos, Oriundos de Demandas Municipais, para Torná-los Seguros, Acessíveis e Inclusivos	01 - CARIRI	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	250.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					1.125.000,00
11627 - Apoio à Estruturação de Espaços públicos, Oriundos de Demandas Municipais, para Torná-los Seguros, Acessíveis e Inclusivos	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	1.125.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					140.000,00
11627 - Apoio à Estruturação de Espaços públicos, Oriundos de Demandas Municipais, para Torná-los Seguros, Acessíveis e Inclusivos	07 - MACIÇO DO BATURITÉ	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	140.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					385.000,00
11627 - Apoio à Estruturação de Espaços públicos, Oriundos de Demandas Municipais, para Torná-los Seguros, Acessíveis e Inclusivos	08 - SERRA DA IBIAPABA	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	385.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					80.000,00
11627 - Apoio à Estruturação de Espaços públicos, Oriundos de Demandas Municipais, para Torná-los Seguros, Acessíveis e Inclusivos	10 - SERTÃO DE CANINDÉ	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	80.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					62.500,00
11627 - Apoio à Estruturação de Espaços públicos, Oriundos de Demandas Municipais, para Torná-los Seguros, Acessíveis e Inclusivos	11 - SERTÃO DE SOBRAL	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	62.500,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					310.000,00
11627 - Apoio à Estruturação de Espaços públicos, Oriundos de Demandas Municipais, para Torná-los Seguros, Acessíveis e Inclusivos					



ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.	12 - SERTÃO DOS CRATEÚS	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	310.000,00
11627 - Apoio à Estruturação de Espaços públicos, Oriundos de Demandas Municipais, para Torná-los Seguros, Acessíveis e Inclusivos					635.000,00
	14 - VALE DO JAGUARIBE	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	635.000,00
16.481.113 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL.					383.485,87
11783 - Melhoria das Condições Ambientais das Unidades Habitacionais no Meio Rural, com a Instalação de Fogões Sustentáveis.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	383.485,87
16.482.111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA.					27.500,00
11869 - Ampliação da Oferta de Moradia de Interesse Social oriundas de Demandas Municipais.	11 - SERTÃO DE SOBRAL	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	27.500,00
16.482.111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA.					100.000,00
11869 - Ampliação da Oferta de Moradia de Interesse Social oriundas de Demandas Municipais.	12 - SERTÃO DOS CRATEÚS	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	100.000,00
16.482.111 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA.					50.000,00
11869 - Ampliação da Oferta de Moradia de Interesse Social oriundas de Demandas Municipais.	14 - VALE DO JAGUARIBE	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	50.000,00
17.511.352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL.					4.127.000,00
11515 - Implantação do Serviço de Abastecimento de Água - Projeto de Integração do São Francisco.	01 - CARIRI	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	4.127.000,00
47000000 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL					10.308.235,77
47100001 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO					700.000,00
08.126.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					700.000,00
20327 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - SPS	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	700.000,00
47100010 - COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS					1.108.235,77
14.301.161 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS.					608.235,77
10080 - Manutenção da Unidade Móvel da Política sobre Drogas.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	608.235,77
14.301.161 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS.					500.000,00
10081 - Manutenção do Centro de Referência sobre Drogas.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	500.000,00
47100016 - COORDENADORIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE À FOME					8.500.000,00
08.244.181 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE À FOME.					8.500.000,00
11218 - Concessão do Cartão Alimentação - Projeto Ceará Sem Fome.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	8.500.000,00
56000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					29.991.074,47
56100001 - GABINETE DO SECRETÁRIO					29.991.074,47
22.662.252 - DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DOS SETORES INDUSTRIAIS.					29.991.074,47
10760 - Atendimento de Demandas para Implantação de Empreendimento Industriais.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	29.991.074,47
57000000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA					3.915.000,00
57100001 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE					3.915.000,00
18.541.335 - CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS E BIODIVERSIDADE DO CEARÁ.					3.915.000,00
11900 - Promoção da Infraestrutura Física nas Unidades de Conservação.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	3.915.000,00
61000000 - SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA					1.531.000,00
61100001 - SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA					1.531.000,00
21.608.212 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA.					181.000,00
11363 - Promoção e Participação em Feiras e Eventos do Segmento Pesqueiro e Aquícola.	11 - SERTÃO DE SOBRAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	181.000,00
21.608.212 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA.					318.000,00
11380 - Apoio a Assessoria Realizada no Segmento da Pesca e Aquicultura.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	318.000,00
21.608.212 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA.					316.000,00
11380 - Apoio a Assessoria Realizada no Segmento da Pesca e Aquicultura.	04 - LITORAL LESTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	316.000,00
21.608.212 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA.					316.000,00
11380 - Apoio a Assessoria Realizada no Segmento da Pesca e Aquicultura.	05 - LITORAL NORTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	316.000,00
21.608.212 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA.					75.000,00
11530 - Apoio Técnico para as Atualizações e Emissões de Registro.	02 - CENTRO SUL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	75.000,00
21.608.212 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA.					90.000,00
11530 - Apoio Técnico para as Atualizações e Emissões de Registro.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	90.000,00
21.608.212 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA.					55.000,00
11530 - Apoio Técnico para as Atualizações e Emissões de Registro.	04 - LITORAL LESTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	55.000,00
21.608.212 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA.					65.000,00
11530 - Apoio Técnico para as Atualizações e Emissões de Registro.	05 - LITORAL NORTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	65.000,00
21.608.212 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA.					45.000,00
11530 - Apoio Técnico para as Atualizações e Emissões de Registro.	06 - LITORAL OESTE / VALE DO CURU	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	45.000,00
21.608.212 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PESCA E AQUICULTURA.					70.000,00
11530 - Apoio Técnico para as Atualizações e Emissões de Registro.	14 - VALE DO JAGUARIBE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	70.000,00
63000000 - SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS					6.896.353,99
63100001 - SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS					6.896.353,99
14.422.169 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.					2.022.312,50
11916 - Gestão e Manutenção das Ações do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte - PPCAAM.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	2.022.312,50
14.422.169 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.					699.872,49
11943 - Gestão e Manutenção das Ações do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PPDDH.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	699.872,49
14.422.169 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.					50.000,00
11943 - Gestão e Manutenção das Ações do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PPDDH.	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	2.665.2200082	1	50.000,00
14.422.169 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.					4.124.169,00
12017 - Realização de Ações Voltadas à Promoção da Memória e a Educação em Direitos Humanos.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	4.124.169,00
TOTAL DO ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DIRETAS					229.983.626,78



ANEXO DO DECRETO Nº36.079, DE 21 DE JUNHO DE 2024
ANEXO II - SUPLEMENTAÇÃO DAS INDIRETAS

ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
10200006 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ					1.779.416,02
10200007 - FSPDS - POLÍCIA CIVIL					1.779.416,02
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					100.000,00
12028 - Modernização das Estruturas da Polícia Civil - FSPDS.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.759.1200070	1	100.000,00
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					439.000,00
12028 - Modernização das Estruturas da Polícia Civil - FSPDS.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.759.1200070	1	439.000,00
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					90.000,00
12044 - Modernização das Estruturas Médico-Psicossocial da Polícia Civil do Estado do Ceará - FSPDS.	01 - CARIRI	INVESTIMENTOS	2.713.9200000	1	90.000,00
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					2.806,02
12044 - Modernização das Estruturas Médico-Psicossocial da Polícia Civil do Estado do Ceará - FSPDS.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.713.9200000	1	2.806,02
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					90.000,00
12044 - Modernização das Estruturas Médico-Psicossocial da Polícia Civil do Estado do Ceará - FSPDS.	11 - SERTÃO DE SOBRAL	INVESTIMENTOS	2.713.9200000	1	90.000,00
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					196.610,00
12063 - Modernização na área de tecnologia e comunicação da Polícia Civil - FSPDS.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.759.1200070	1	196.610,00
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					861.000,00
12063 - Modernização na área de tecnologia e comunicação da Polícia Civil - FSPDS.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.759.1200070	1	861.000,00
18200004 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ					6.370.804,51
18200004 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ					6.370.804,51
06.183.197 - GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E PROMOÇÃO DA RESSOCIALIZAÇÃO.					204.850,00
12073 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de TIC e Segurança para Modernização da Inteligência - FUNPEN.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.712.9200000	1	204.850,00
06.421.197 - GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E PROMOÇÃO DA RESSOCIALIZAÇÃO.					5.338.862,33
12076 - Ampliação e Estruturação dos Equipamentos do Sistema Penitenciário - FUNPEN.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.712.9200000	1	5.338.862,33
06.421.197 - GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E PROMOÇÃO DA RESSOCIALIZAÇÃO.					827.092,18
21056 - Promoção de Ações de Ressocialização da Pessoa Privada de Liberdade.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.759.1200070	1	827.092,18
21200001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ					2.030.000,00
21200001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ					2.030.000,00
20.606.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR.					1.910.000,00
10993 - Assistência Técnica e Extensão Rural as Famílias em Situação de Extrema Pobreza.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	1.910.000,00
20.606.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR.					120.000,00
10996 - Expansão e Aperfeiçoamento das Ações de ATER .	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	120.000,00
21200003 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ					7.388.115,43
21200003 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ					7.388.115,43
21.127.112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL.					2.000.000,00
11717 - Regularização Fundiária, Titulação e Reconhecimento de Imóveis Rurais	04 - LITORAL LESTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	2.000.000,00
21.127.112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL.					2.301.115,43
11717 - Regularização Fundiária, Titulação e Reconhecimento de Imóveis Rurais	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	2.301.115,43
21.631.112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL.					1.087.000,00
11729 - Acompanhamento e Monitoramento de Unidades Familiares, Assentamentos e Reassentamentos	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	1.087.000,00
21.631.112 - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL.					2.000.000,00
11729 - Acompanhamento e Monitoramento de Unidades Familiares, Assentamentos e Reassentamentos	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	2.000.000,00
24200004 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE					52.495.664,42
24200014 - SECRETARIA EXECUTIVA - SEXEC					14.833.652,10
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE.					14.833.652,10
10905 - Implantação do Hospital Estadual Universitário	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	14.833.652,10
24200074 - COORDENADORIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DO SISTEMA DE SAÚDE - CORSIS					2.114.196,20
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE.					2.114.196,20
10883 - Promoção da assistência de cirurgias eletivas no Estado do Ceará	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	2.114.196,20
24200184 - HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA - HGF					1.076.491,85
10.126.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE.					31.475,54
20579 - Manutenção dos serviços da área de tecnologia da informação e comunicação em unidades hospitalares sob gestão estadual.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.600.9200000	1	31.475,54
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE.					1.045.016,31
20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal	03 - GRANDE FORTALEZA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	1.045.016,31
24200204 - HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN - HIAS					312.325,02
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE.					312.325,02
20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal	03 - GRANDE FORTALEZA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	312.325,02
24200214 - HOSPITAL DR. CARLOS ALBERTO DE STUDART GOMES - HM					370.845,74
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE.					370.845,74
20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal	03 - GRANDE FORTALEZA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	370.845,74
24200224 - HOSPITAL SÃO JOSÉ DE DOENÇAS INFECCIOSAS - HSJDI					90.472,99
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE.					90.472,99
20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal	03 - GRANDE FORTALEZA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	90.472,99
24200234 - HOSPITAL DE SAÚDE MENTAL DE MESSEJANA					131.685,31
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE.					131.685,31
20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal	03 - GRANDE FORTALEZA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	131.685,31
24200254 - SECRETARIA ADMINISTRATIVO - FINANCEIRA - SEAFI					18.911.851,66
10.301.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE.					2.000.000,00
10878 - Contribuição para melhoria na atenção básica					



ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	2.000.000,00	
10.301.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10878 - Contribuição para melhoria na atenção básica				349.031,00	
15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	349.031,00	
10.301.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10898 - Celebração de parcerias para melhoria da assistência a saúde na atenção básica.				785.820,66	
15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	785.820,66	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10885 - Contribuição para melhoria da assistência hospitalar e ambulatorial.				1.000.000,00	
03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	1.000.000,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10885 - Contribuição para melhoria da assistência hospitalar e ambulatorial.				900.000,00	
08 - SERRA DA IBIAPABA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	900.000,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10885 - Contribuição para melhoria da assistência hospitalar e ambulatorial.				11.867.000,00	
15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	11.867.000,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10899 - Celebração de parcerias para melhoria da assistência ambulatorial e hospitalar.				1.650.000,00	
15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	1.650.000,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10899 - Celebração de parcerias para melhoria da assistência ambulatorial e hospitalar.				360.000,00	
15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	360.000,00	
24200314 - CENTRAL DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA - LACEN				116.565,20	
10.305.172 - PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO. 10939 - Aquisição e instalação de material permanente das áreas de vigilância em saúde no combate a COVID-19				116.565,20	
03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.603.9200000	1	116.565,20	
24200324 - CENTRO INTEGRADO DE DIABETES E HIPERTENSÃO (CIDH)				5.030,92	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal				5.030,92	
03 - GRANDE FORTALEZA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	5.030,92	
24200344 - CENTRO ODONTOLÓGICO TIPO II (CEO- RODOLFO TEÓFILO)				11.306,61	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal				11.306,61	
03 - GRANDE FORTALEZA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	11.306,61	
24200374 - CENTRO DE REFERÊNCIA NACIONAL EM DERMATOLOGIA D. LIBÂNIA - CRDL				4.128,39	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal				4.128,39	
03 - GRANDE FORTALEZA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	4.128,39	
24200424 - CENTROS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARÁ - HEMOCE				168.870,27	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal				36.406,25	
01 - CARIRI	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	36.406,25	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal				2.811,92	
02 - CENTRO SUL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	2.811,92	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal				129.652,10	
03 - GRANDE FORTALEZA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	129.652,10	
24200744 - COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - COASF				6.985.145,13	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20586 - Acesso ao direito à saúde dos usuários do sus oriundos de demandas judiciais.				5.622.044,73	
03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	5.622.044,73	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20587 - Acesso à terapia nutricional dos usuários do sus oriundos de demandas judiciais.				1.363.100,40	
03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	1.363.100,40	
24200794 - HOSPITAL GERAL DA POLÍCIA MILITAR JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR				72.962,55	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal				72.962,55	
03 - GRANDE FORTALEZA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	72.962,55	
24200844 - SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO NORTE				1.029.670,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				402.868,00	
05 - LITORAL NORTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	402.868,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				210.434,00	
08 - SERRA DA IBIAPABA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	210.434,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				223.934,00	
11 - SERTÃO DE SOBRAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	223.934,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				192.434,00	
12 - SERTÃO DOS CRATEÚS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	192.434,00	
24200854 - SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO CARIRI				976.924,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				605.556,00	
01 - CARIRI	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	605.556,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				371.368,00	
02 - CENTRO SUL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	371.368,00	
24200864 - SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DO SERTÃO CENTRAL				655.488,72	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				183.320,00	
09 - SERTÃO CENTRAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	183.320,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				210.434,00	
10 - SERTÃO DE CANINDÉ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	210.434,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio				169.192,00	
13 - SERTÃO DOS INHAMUNS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	169.192,00	
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20581 - Manutenção do hospital regional do Sertão Central executado por meio de contrato de gestão.				92.542,72	
09 - SERTÃO CENTRAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	92.542,72	
24200874 - SUPERINTENDÊNCIA DO LITORAL LESTE/JAGUARIBE				652.276,85	



ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio					192.434,00
	04 - LITORAL LESTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	192.434,00
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio					447.868,00
	14 - VALE DO JAGUARIBE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	447.868,00
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20599 - Manutenção do hospital regional Vale do Jaguaribe (HRVJ).					11.974,85
	14 - VALE DO JAGUARIBE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	11.974,85
24200894 - SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE FORTALEZA					3.975.774,91
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10902 - Aquisição e instalação de material permanente nas áreas de atenção à saúde no combate a COVID-19.					2.380,24
	01 - CARIRI	INVESTIMENTOS	2.603.9200000	1	2.380,24
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10902 - Aquisição e instalação de material permanente nas áreas de atenção à saúde no combate a COVID-19.					2.380,24
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.603.9200000	1	2.380,24
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10902 - Aquisição e instalação de material permanente nas áreas de atenção à saúde no combate a COVID-19.					1.190,12
	05 - LITORAL NORTE	INVESTIMENTOS	2.603.9200000	1	1.190,12
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10902 - Aquisição e instalação de material permanente nas áreas de atenção à saúde no combate a COVID-19.					1.190,12
	10 - SERTÃO DE CANINDÉ	INVESTIMENTOS	2.603.9200000	1	1.190,12
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10902 - Aquisição e instalação de material permanente nas áreas de atenção à saúde no combate a COVID-19.					1.190,12
	14 - VALE DO JAGUARIBE	INVESTIMENTOS	2.603.9200000	1	1.190,12
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio					880.394,00
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	880.394,00
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio					210.434,00
	06 - LITORAL OESTE / VALE DO CURU	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	210.434,00
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20575 - Apoio ao Funcionamento de Centros de Especialidades Odontológicas sob Gestão de Consórcio					223.934,00
	07 - MACIÇO DO BATURITÉ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	223.934,00
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20606 - Apoio na assistência de cuidados prolongados na desospitalização.					2.652.682,07
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	2.652.682,07
29200007 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS					256.045,45
29200007 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS					256.045,45
18.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					64.000,02
20177 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNCEME					64.000,02
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	64.000,02
18.545.341 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS.					192.045,43
10068 - Ampliação do Conhecimento da Realidade Cearense sobre Tempo, Clima, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Energias para Subsidiar Decisões e Políticas Públicas.					192.045,43
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	192.045,43
30200001 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ					101.650,00
30200001 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ					101.650,00
04.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					600,00
20179 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNTELC					600,00
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	600,00
24.722.134 - TELEDIFUSÃO EDUCATIVA, CULTURAL E INFORMATIVA.					25.500,00
11553 - Aquisição e/ou Instalação de Serviço, Material e Equipamento Permanente para o Parque Técnico da TV Ceará - FUNTELC					25.500,00
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500.9100000	0	25.500,00
24.722.134 - TELEDIFUSÃO EDUCATIVA, CULTURAL E INFORMATIVA.					75.550,00
11553 - Aquisição e/ou Instalação de Serviço, Material e Equipamento Permanente para o Parque Técnico da TV Ceará - FUNTELC					75.550,00
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.500.9100000	0	75.550,00
31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO					1.110.000,00
31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO					1.110.000,00
19.571.221 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.					1.000.000,00
10772 - Apoio a Projetos de Inovação na Esfera Pública do Estado no Âmbito do Programa Cientista Chefe					1.000.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	1.000.000,00
19.571.222 - INOVA CEARÁ.					110.000,00
10775 - Apoio Financeiro a Projetos de Inovação pela Modalidade Subvenção Econômica					110.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.700.2200082	1	110.000,00
31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ					65.000,00
31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ					65.000,00
19.573.336 - RESÍDUOS SÓLIDOS.					65.000,00
11187 - Realização de Estudos e Pesquisas na Área de Resíduos Sólidos.					65.000,00
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	65.000,00
42200001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE					60.000,00
42200001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE					60.000,00
27.812.151 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO.					60.000,00
12088 - Realização de Eventos Esportivos.					60.000,00
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.759.1200070	1	60.000,00
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS					350.000,00
43200007 - SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS					350.000,00
15.451.311 - DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.					350.000,00
12085 - Requalificação de Espaços públicos Urbanos Municipais					350.000,00
	01 - CARIRI	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	350.000,00
46200007 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID					63.624.526,57
46200007 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID					63.624.526,57
99.997.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL.					35.367.139,85
20488 - Reserva Orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS					35.367.139,85
	15 - ESTADO DO CEARÁ	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.800.1200003	1	35.367.139,85
99.997.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL.					28.257.386,72
20488 - Reserva Orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS					28.257.386,72
	15 - ESTADO DO CEARÁ	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.800.1200004	1	28.257.386,72
47200001 - FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE					346.654,00
47200001 - FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE					346.654,00
08.243.122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.					346.654,00
11142 - Apoio a Entidades que Trabalham com Serviços de Atendimento a Crianças e Adolescentes.					346.654,00
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.669.9200000	1	346.654,00



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido
a partir de fontes
responsáveis

FSC® C128031

ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
47200002 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					9.263.911,71
47200002 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					9.263.911,71
08.241.122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.					180.000,00
11090 - Manutenção da Unidade de Acolhimento para Pessoas Idosas					
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	180.000,00
08.243.122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.					1.279.000,00
11704 - Manutenção dos Abrigos Institucionais Regionalizados para Criança e Adolescente (mapp investimento).					
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	1.279.000,00
08.243.123 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.					7.500.000,00
11130 - Execução do Programa Mais Infância Ceará - Cartão Mais Infância					
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	7.500.000,00
08.244.122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.					304.911,71
12124 - Execução Qualificada da Gestão e Apoio Técnico no Âmbito da Proteção Social Especial.					
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	304.911,71
63200001 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ					2.737.353,33
63200001 - FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ					2.737.353,33
14.241.101 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS.					2.737.353,33
12061 - Apoio a Entidades que Trabalham com Serviços de Atendimento as Pessoas Idosas.					
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.669.9200000	1	2.737.353,33
TOTAL DO ANEXO II - SUPLEMENTAÇÃO DAS INDIRETAS					147.979.141,44

ANEXO DO DECRETO Nº36.079, DE 21 DE JUNHO DE 2024

ANEXO III - ANULAÇÃO DIRETAS

ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
02000000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO					2.016.872,61
02100001 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO					2.016.872,61
01.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					1.618.613,87
10149 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - TCE.					
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	1.618.613,87
01.126.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					398.258,74
10383 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TCE.					
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	398.258,74
04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA					200.000,00
04100011 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS					100.000,00
02.128.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.					100.000,00
10718 - Desenvolvimento e Capacitação de Servidores e Magistrados - TJ 1º Grau (PROMOJUD-COMP.II)					
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	1	100.000,00
04100101 - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA					100.000,00
02.128.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.					100.000,00
10718 - Desenvolvimento e Capacitação de Servidores e Magistrados - TJ 1º Grau (PROMOJUD-COMP.II)					
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	1	100.000,00
08000000 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA					350.000,00
08100005 - ENERGIA, COMUNICAÇÃO E MINERAÇÃO					350.000,00
25.752.321 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ.					350.000,00
11106 - Elaboração de Estudos, Planos, Projetos e Contratação de Apoio Técnico para Promoção da Política Pública de Energia.					
	01 - CARIRI	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	350.000,00
18000000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO					100.000,00
18100009 - COORDENADORIA DE INCLUSÃO SOCIAL DO PRESO E EGRESSO					100.000,00
06.421.197 - GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E PROMOÇÃO DA RESSOCIALIZAÇÃO.					100.000,00
11749 - Promoção da Oferta de Trabalho à Pessoa Presa no Sistema Penitenciário.					
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.700.2200082	1	100.000,00
19000000 - SECRETARIA DA FAZENDA					955.000,00
19100001 - SECRETARIA DA FAZENDA					955.000,00
04.122.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					20.000,00
10045 - Implantação de Ações de Divulgação da Simplificação da Legislação Tributária.					
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.122.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					20.000,00
10045 - Implantação de Ações de Divulgação da Simplificação da Legislação Tributária.					
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.122.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					40.000,00
10048 - Estruturação do Atendimento ao Contribuinte - Projeto Atendimento 4.0.					
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	40.000,00
04.122.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					40.000,00
10048 - Estruturação do Atendimento ao Contribuinte - Projeto Atendimento 4.0.					
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	40.000,00
04.122.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					30.000,00
10989 - Reequipamento dos Postos Fiscais e Células de Execução Tributárias.					
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	30.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					10.000,00
10487 - Automação do Processo de Arrecadação - PROFISCO					
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					10.000,00
10487 - Automação do Processo de Arrecadação - PROFISCO					
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					15.000,00
10600 - Atualização da Plataforma Tecnológica - PROFISCO					
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	15.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					20.000,00
10600 - Atualização da Plataforma Tecnológica - PROFISCO					
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					10.000,00
10601 - Aperfeiçoamento da Gestão Financeira - PROFISCO					
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					20.000,00
10601 - Aperfeiçoamento da Gestão Financeira - PROFISCO					
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					5.000,00
11163 - Otimização da Gestão de Projetos e Processos - PROFISCO					
	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	5.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					25.000,00
11163 - Otimização da Gestão de Projetos e Processos - PROFISCO					



ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
15 - ESTADO DO CEARÁ		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	25.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11173 - Desenvolvimento de Plataforma de Atendimento Automatizada - PROFISCO					15.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	15.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11173 - Desenvolvimento de Plataforma de Atendimento Automatizada - PROFISCO					10.000,00
15 - ESTADO DO CEARÁ		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					10.000,00
01 - CARIRI		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					10.000,00
02 - CENTRO SUL		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					15.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	15.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					10.000,00
04 - LITORAL LESTE		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					10.000,00
05 - LITORAL NORTE		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					10.000,00
06 - LITORAL OESTE / VALE DO CURU		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					10.000,00
08 - SERRA DA IBIAPABA		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					5.000,00
10 - SERTÃO DE CANINDÉ		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	5.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					5.000,00
11 - SERTÃO DE SOBRAL		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	5.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					10.000,00
12 - SERTÃO DOS CRATEÚS		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					15.000,00
13 - SERTÃO DOS INHAMUNS		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	15.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					15.000,00
14 - VALE DO JAGUARIBE		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	15.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11175 - Aperfeiçoamento do Controle do Trânsito de Mercadorias - PROFISCO					20.000,00
15 - ESTADO DO CEARÁ		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11206 - Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Gestão Fazendária - PROFISCO					10.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11206 - Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Gestão Fazendária - PROFISCO					25.000,00
15 - ESTADO DO CEARÁ		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	25.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11208 - Modernização das Tecnologias de Fiscalização e Inteligência Fiscal - PROFISCO					10.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.412 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL.					
11208 - Modernização das Tecnologias de Fiscalização e Inteligência Fiscal - PROFISCO					20.000,00
15 - ESTADO DO CEARÁ		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					
10018 - Implantação de Nova Sede Administrativa da Instituição - SEFAZ.					10.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
04.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					
10181 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SEFAZ.					40.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	40.000,00
04.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					
10290 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEFAZ.					30.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	30.000,00
04.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					
10370 - Realização de Atividades de Desenvolvimento Institucional - SEFAZ.					30.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	30.000,00
04.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					
10530 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - SEFAZ.					45.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	45.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					
10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00
01 - CARIRI		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					
10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00
02 - CENTRO SUL		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					
10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00
04 - LITORAL LESTE		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					
10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00
05 - LITORAL NORTE		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					
10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00
06 - LITORAL OESTE / VALE DO CURU		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					
10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00
07 - MACIÇO DO BATURITÉ		INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE.					
10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00



ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
08 - SERRA DA IBIAPABA	08 - SERRA DA IBIAPABA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE. 10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00
09 - SERTÃO CENTRAL	09 - SERTÃO CENTRAL	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE. 10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00
10 - SERTÃO DE CANINDÉ	10 - SERTÃO DE CANINDÉ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE. 10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00
11 - SERTÃO DE SOBRAL	11 - SERTÃO DE SOBRAL	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE. 10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00
12 - SERTÃO DOS CRATEÚS	12 - SERTÃO DOS CRATEÚS	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE. 10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00
13 - SERTÃO DOS INHAMUNS	13 - SERTÃO DOS INHAMUNS	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.411 - MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADE. 10881 - Adequação do Parque Tecnológico.					20.000,00
14 - VALE DO JAGUARIBE	14 - VALE DO JAGUARIBE	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	20.000,00
04.126.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ. 10415 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEFAZ.					30.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	30.000,00
04.128.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ. 10641 - Capacitação de Agentes Públicos para o Desenvolvimento das Atividades - SEFAZ.					10.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
21000000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO					7.727.314,00
21100002 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA					300.000,00
20.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ. 20040 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - Folha Normal - SDA					300.000,00
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	300.000,00
21100034 - COORDENADORIA DO CRÉDITO RURAL					350.000,00
20.608.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR. 10653 - Apoio ao Programa Garantia Safra.					350.000,00
09 - SERTÃO CENTRAL	09 - SERTÃO CENTRAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	350.000,00
21100037 - UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS SÃO JOSÉ III					7.077.314,00
17.511.352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL. 10006 - Suporte a Proteção e Conservação de Fontes Hídricas - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).					47.779,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	4	47.779,00
17.511.352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL. 10046 - Implantação de Módulo Sanitário - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).					667.360,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	4	667.360,00
17.511.352 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL. 10623 - Implantação de Sistema de Abastecimento de Água - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. II).					649.971,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	4	649.971,00
20.606.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR. 10645 - Supervisão e Apoio à Gestão - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. III).					3.066.307,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	4	3.066.307,00
20.606.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR. 10959 - Realização de Feiras e Eventos - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. III).					168.503,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	4	168.503,00
20.606.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR. 10960 - Apoio a Entidades na Manutenção de Atividades Estratégicas e Operacionais - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. III).					372.798,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	4	372.798,00
20.606.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR. 10962 - Realização de Capacitação para Beneficiários, Técnicos e Parceiros - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. III).					485.598,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	4	485.598,00
20.608.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR. 10113 - Implantação de Projeto de Desenvolvimento de Negócio - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. I).					1.408.528,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	4	1.408.528,00
20.608.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR. 10132 - Implantação de Plano de Desenvolvimento Comunitário - (PSJ III - 2ª Fase - Comp. I).					210.470,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	4	210.470,00
22000000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO					49.900.000,00
22100022 - GABINETE DO SECRETÁRIO					49.900.000,00
12.361.142 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL COM EQUIDADE E QUALIDADE. 11264 - Apoio aos Municípios na Promoção da Integração Social no Âmbito Educacional no Desenvolvimento do PAIC Integral.					14.900.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	14.900.000,00
12.362.144 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO. 20974 - Desenvolvimento do Programa Estadual de Alimentação Escolar em Tempo Integral.					29.555.635,63
01 - CARIRI	01 - CARIRI	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	29.555.635,63
12.362.144 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR AO ENSINO MÉDIO. 20974 - Desenvolvimento do Programa Estadual de Alimentação Escolar em Tempo Integral.					5.444.364,37
02 - CENTRO SUL	02 - CENTRO SUL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	5.444.364,37
29000000 - SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS					11.000.000,00
29100002 - COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS					11.000.000,00
18.544.341 - PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS. 11541 - Regulação de Uso dos Recursos Hídricos (IPF - Comp. I).					11.000.000,00
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.754.3220049	1	11.000.000,00
31000000 - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR					100.000,00
31100001 - GABINETE DO SECRETÁRIO					100.000,00
19.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ. 10198 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SECITECE.					100.000,00
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	100.000,00
36000000 - SECRETARIA DO TURISMO					310.000,00
36100006 - COORDENADORIA DE GESTÃO DO TURISMO					310.000,00
15.695.261 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. 11322 - Duplicação de Rodovias de Acesso a Destinos e Localidades Turísticas (PROINFUTUR - Comp II).					90.000,00
06 - LITORAL OESTE / VALE DO CURU	06 - LITORAL OESTE / VALE DO CURU	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	6	90.000,00
15.695.281 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ. 11317 - Urbanização dos Destinos Turísticos.					10.000,00
07 - MACIÇO DO BATURITÉ	07 - MACIÇO DO BATURITÉ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
15.695.281 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ. 11317 - Urbanização dos Destinos Turísticos.					10.000,00



ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
15.695.281 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ.					5.000,00
11319 - Urbanismo, Implantação e Ampliação dos Destinos Turísticos (PROINFUTUR - Comp. II).					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	6	5.000,00
15.695.281 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ.					10.000,00
11897 - Implantação de Equipamentos Turísticos.					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
18.695.281 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ.					10.000,00
11312 - Limpeza do Litoral Cearense por meio de Coleta dos Resíduos Sólidos, com Conservação e Conscientização da População.					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
23.695.281 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ.					80.000,00
11305 - Implantação de Roteiros Turísticos Culturais.					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	80.000,00
23.695.281 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ.					10.000,00
11321 - Elaboração de Estudos para Implantação dos Distritos Turísticos.					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	10.000,00
23.695.281 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ.					5.000,00
11331 - Desenvolvimento Econômico e Formação de Capital Social (PROINFUTUR - Comp. I).					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	6	5.000,00
23.695.281 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ.					15.000,00
11986 - Capacitação de Profissionais no Âmbito da Educação Patrimonial.					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	15.000,00
23.695.281 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ.					15.000,00
11986 - Capacitação de Profissionais no Âmbito da Educação Patrimonial.					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	15.000,00
23.695.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					50.000,00
10204 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - SETUR.					
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	50.000,00
40000000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO					35.443.722,47
40100002 - ENTIDADE SOB SUPERVISÃO DA SEPLAG					35.443.722,47
04.122.427 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO.					31.991.074,47
00010 - Reforço de Dotações de Pessoal decorrente de Concursos, Plano de Cargos e Acordos.					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	31.991.074,47
04.122.427 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO.					3.452.648,00
00011 - Reforço de Dotação para Atualização do Custeio do Estado.					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	3.452.648,00
43000000 - SECRETARIA DAS CIDADES					383.485,87
43100001 - SECRETARIA DAS CIDADES					383.485,87
16.481.113 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL.					383.485,87
11953 - Georreferenciamento e Estudos Técnicos de Interesse Social no Meio Rural de Domicílios Inadequados para Fins de Substituição de Casas de Taipa.					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	383.485,87
47000000 - SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL					3.267.235,77
47100001 - COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO					700.000,00
08.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					700.000,00
20205 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SPS					
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	700.000,00
47100016 - COORDENADORIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE À FOME					2.067.235,77
08.244.181 - GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE À FOME.					2.067.235,77
11646 - Concessão de Vale Gás para as Famílias em Situação de Vulnerabilidade.					
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	2.067.235,77
47100017 - COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					500.000,00
08.243.168 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.					300.000,00
11649 - Atendimento a Crianças e suas Famílias na Cidade Mais Infância - Conservação e Gestão de Mídia.					
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	300.000,00
08.243.168 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.					200.000,00
11649 - Atendimento a Crianças e suas Famílias na Cidade Mais Infância - Conservação e Gestão de Mídia.					
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	200.000,00
63000000 - SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS					50.000,00
63100001 - SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS					50.000,00
14.422.169 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.					50.000,00
11943 - Gestão e Manutenção das Ações do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PPDDH.					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.665.2200082	1	50.000,00
TOTAL DO ANEXO III - ANULAÇÃO DIRETAS					111.803.630,72

ANEXO DO DECRETO Nº36.079, DE 21 DE JUNHO DE 2024
ANEXO IV - ANULAÇÃO DAS INDIRETAS

ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
10200006 - FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ					1.779.416,02
10200007 - FSPDS - POLÍCIA CIVIL					479.416,02
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					100.000,00
12028 - Modernização das Estruturas da Polícia Civil - FSPDS.					
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.759.1200070	1	100.000,00
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					182.806,02
12028 - Modernização das Estruturas da Polícia Civil - FSPDS.					
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	2.713.9200000	1	182.806,02
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					196.610,00
12063 - Modernização na área de tecnologia e comunicação da Polícia Civil - FSPDS.					
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.759.1200070	1	196.610,00
10200016 - UNIDADE DE COORDENAÇÃO GERAL DO FSPDS					1.300.000,00
06.181.196 - SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDA E INTEGRADA À SOCIEDADE.					1.300.000,00
11061 - Estruturação das Unidades Prestadoras de Serviço de Segurança Pública - FSPDS					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	2.759.1200070	1	1.300.000,00
21200001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ					120.000,00
21200001 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ					120.000,00
20.606.211 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR.					120.000,00
10996 - Expansão e Aperfeiçoamento das Ações de ATER .					
03 - GRANDE FORTALEZA	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	120.000,00
24200004 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE					13.775.923,29
24200174 - COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - COGEP					4.969.843,75
10.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					2.757.199,64
20171 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNDES					
15 - ESTADO DO CEARÁ	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	2.757.199,64



ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20591 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais na Rede Assistencial - Folha Normal	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	2.212.644,11
24200184 - HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA - HGF					2.212.644,11
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20578 - Manutenção dos serviços em unidades hospitalares sob gestão estadual.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.600.9200000	1	4.524.604,00
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 20578 - Manutenção dos serviços em unidades hospitalares sob gestão estadual.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.600.9200000	1	31.475,54
24200254 - SECRETARIA ADMINISTRATIVO - FINANCEIRA - SEAFI					4.250.000,00
10.301.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10878 - Contribuição para melhoria na atenção básica	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	2.000.000,00
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10885 - Contribuição para melhoria da assistência hospitalar e ambulatorial.	01 - CARIRI	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	350.000,00
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10885 - Contribuição para melhoria da assistência hospitalar e ambulatorial.	03 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	1.000.000,00
10.302.171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE. 10885 - Contribuição para melhoria da assistência hospitalar e ambulatorial.	08 - SERRA DA IBIAPABA	INVESTIMENTOS	1.500.9100000	0	900.000,00
30200001 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ 30200001 - FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ					600,00
04.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ. 20179 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNTELC					600,00
31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO 31200005 - FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	600,00
19.571.221 - CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. 10829 - Ampliação de Bolsas para Formação de Capital Humano Qualificado pelos Programas de Pós-Graduação do Ceará.	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	1.110.000,00
19.571.222 - INOVA CEARÁ. 10773 - Apoio Financeiro à Inovação Empresarial pela Modalidade Subvenção Econômica	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.700.2200082	1	1.110.000,00
19.571.222 - INOVA CEARÁ. 10774 - Estímulo à Formação de Capital Humano de Excelência para Projetos de Inovação	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.700.2200082	1	100.000,00
31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ 31200006 - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO CEARÁ					10.000,00
19.573.336 - RESÍDUOS SÓLIDOS. 11183 - Capacitação dos Gestores Ambientais Municipais do Segmento de Resíduos Sólidos - NUTEC	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	65.000,00
19.573.336 - RESÍDUOS SÓLIDOS. 11184 - Publicação de Estudos e Pesquisas na Área de Resíduos Sólidos - NUTEC	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	35.000,00
19.573.336 - RESÍDUOS SÓLIDOS. 11186 - Realização de Consultorias para Gestores Ambientais Municipais, no Tema Resíduos Sólidos - NUTEC.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	10.000,00
42200001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE 42200001 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E JUVENTUDE					20.000,00
27.812.151 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO. 12099 - Apoio a Eventos de Esporte e Lazer.	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.759.1200070	1	60.000,00
46200004 - FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV 46200004 - FUNDO FINANCEIRO - FUNAPREV					60.000,00
09.272.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20125 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Administração Geral do Poder Executivo - Folha Normal	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.500.9100000	0	18.397.352,00
46200007 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID 46200007 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID					18.397.352,00
09.272.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20238 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Ministério Público - Folha Normal	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.800.1200003	1	63.624.526,57
09.272.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20238 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Ministério Público - Folha Normal	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.800.1200004	1	613.891,15
09.272.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20239 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Administração Geral do Poder Executivo - Folha Normal	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.800.1200003	1	2.000.000,00
09.272.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20239 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Administração Geral do Poder Executivo - Folha Normal	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.800.1200004	1	2.000.000,00
09.272.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20240 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Tribunal de Justiça do Estado - Folha Normal	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.800.1200003	1	30.292.580,05
09.272.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20240 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Tribunal de Justiça do Estado - Folha Normal	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.800.1200004	1	22.625.011,18
09.272.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20241 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Tribunal de Contas do Estado - Folha Normal	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.800.1200003	1	22.625.011,18
09.272.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20241 - Pagamento de Inativos e Pensionistas do Tribunal de Contas do Estado - Folha Normal	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.800.1200004	1	1.842.585,46
09.272.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20243 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado - Folha Normal	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.800.1200003	1	1.842.585,46
09.272.426 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL. 20243 - Pagamento de Inativos e Pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado - Folha Normal	15 - ESTADO DO CEARÁ	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.800.1200004	1	1.580.079,39
47200002 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					1.580.079,39
					1.065.306,33
					1.065.306,33
					796.982,12
					796.982,12
					1.552.776,86
					1.552.776,86
					1.255.314,03
					1.255.314,03
					304.911,71



ORGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
47200002 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					304.911,71
08.244.122 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.					304.911,71
11089 - Manutenção do Abrigo Institucional para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar (MAPP Investimento)					304.911,71
	03 - GRANDE FORTALEZA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.9100000	0	304.911,71
TOTAL DO ANEXO IV - ANULAÇÃO DAS INDIRETAS					99.237.729,59

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legal e constitucionalmente estabelecidas, CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 22.180, de 20 de outubro de 1992, alterado pelo Decreto nº 34.419, de 24 de fevereiro de 2014 e pelo Decreto nº 35.992, de 10 de maio de 2024; CONSIDERANDO o constante no Processo NUP 63000.000516/2024-50, RESOLVE **NOMEAR HILTON DO COUTO COHEN**, como representante da Secretaria de Direitos Humanos, no Conselho Penitenciário do Estado do Ceará - COPEN, a partir da publicação, revogando as disposições em contrário. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legal e constitucionalmente estabelecidas, CONSIDERANDO o disposto no art. 15, §§ 1º do Código de Trânsito Brasileiro, CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto Estadual nº 34.000, publicado no DOE em 26 de março de 2021, em seu art. 5º e a Resolução nº 901, de 09 de março de 2022, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN; CONSIDERANDO o constante do Processo nº 07182467/2023 RESOLVE **NOMEAR WALTER SÉRGIO DE SOUZA ABREU** como Secretário-Executivo do CETRAN/CE. Este ATO entrará em vigor na data de sua publicação. Fortaleza/Ce, 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legal e constitucionalmente estabelecidas, CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, § 5º, da Lei Complementar Estadual nº 47, de 16 de julho de 2004, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 191, de 13 de janeiro de 2019; CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto Estadual nº 33.393, de 13 de dezembro de 2019, em seu § 1º do art. 6º; CONSIDERANDO o ato publicado em 1º de fevereiro de 2023, que nomeou os o Presidente do Comitê Executivo de Governança do Fundo de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará; CONSIDERANDO o constante do NUP nº 10001.006950/2024-77, RESOLVE **NOMEAR ANTÔNIO ROBERTO CESÁRIO DE SÁ**, Secretário da Segurança Pública e Defesa Social, em substituição a SAMUEL ELÂNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR, na Função de Presidente do Comitê Executivo de Governança do Fundo de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, a partir de 29 de maio de 2024. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

GOVERNADORIA

CASA CIVIL

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº051/2022

CONTRATANTE: ESTADO DO CEARÁ, por meio da Casa Civil, situada na Av. Barão de Studart, nº 505, Meireles, Fortaleza-CE, CEP: 60.120-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.469.891/0001-02, neste ato representado pelo Sr. Francisco José Moura Cavalcante, Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE. CONTRATADA: Empresa **G. MARKETING, COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA EM MARKETING LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.515.680/0001-25, com sede na Av. Washington Soares, nº 855, sala 809, Edson Queiroz, CEP 60.811-971, Fortaleza-CE, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Carlos Henrique Reis da Gama, inscrito no CPF sob o nº 771.571.847-53. OBJETO: Constitui objeto deste aditivo a **prorrogação e renovação contratual por 12 (doze) meses**, a contar do dia 02 (dois) de julho de 2024. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos NUPs 30001.003025/2024-00 e 30001.005772/2024-74, no art. 65, §8º e art. 57, inciso II, todos da Lei nº 8.666/93. FORO: Fortaleza – Ceará. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato 051/2022 vigorará por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 02 de julho de 2024. VALOR GLOBAL: O valor global do contrato não sofrerá alteração até conclusão da análise do requerimento da Contratada por meio do processo NUP 30001.005772/2024-74. O pagamento advindo do objeto do Contrato será proveniente dos recursos do (s) próprios órgão (s) e será efetuado até 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 30100003.04.122.421.20178.15.339039.1.500.9100000.0.2.01. DA RATIFICAÇÃO: Permanecem em vigor e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado e seus termos aditivos, ficando ressalvadas as compensações e/ou indenizações às quais a contratada eventualmente tenha direito em razão de eventos causadores de desequilíbrio econômico-financeiro ocorridos no âmbito dessa avença e até a presente data, nos termos do art. 65, II, d da Lei 8.666/93. DATA DA ASSINATURA: data da assinatura eletrônica. SIGNATÁRIOS: Francisco José Moura Cavalcante - CONTRATANTE e Carlos Henrique Reis da Gama – CONTRATADA.

Sabrine Gondim Lima
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

Nº DO NUP: 30001.005134/2024-53

EXTRATO DE FOMENTO Nº65/2024

CONVENIENTES: O ESTADO DO CEARÁ, através da CASA CIVIL, com sede no Palácio da Abolição, situado na Av. Barão de Studart, nº 505 - Meireles, Fortaleza – CE, CEP: 60.120-013, inscrita no CNPJ sob o nº 09.469.891/0001-02, e o(a) **INSTITUTO DE APOIO À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - IAUPE**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.507.661/0001-04, com sede na Avenida Santos Dumont, nº 300, Afritos, Recife-PE, CEP 52.050-035. OBJETO: Constitui o objeto deste instrumento o **apoio financeiro concedido ao conveniente** para o implemento do projeto projeto “CONNECT CEARÁ - DIVULGAÇÃO DE INFORMATIVOS DIGITAIS E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO, UTILIZANDO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL”, a ser realizado nos dias 19/06/2024 a 19/06/2025, visando melhorar a comunicação entre o governo e os cidadãos, otimizando a divulgação de serviços e políticas públicas de todas as secretarias do Estado do Ceará, através de uma plataforma digital que utiliza inteligência artificial para enviar informativos personalizados, de modo a superar o desconhecimento e os desafios enfrentados pelos usuários de programas sociais e políticas públicas do Estado do Ceará, a fim de alcançar um aumento na inclusão da população nos programas governamentais, reduzir filas de atendimento presencial e melhorar a eficiência e a qualidade do atendimento ao cidadão, conforme o Plano de Trabalho aprovado, parte integrante e indissociável deste instrumento. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo de fomento tem como fundamento a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto nº 32.810/2018, a Lei Complementar nº 119/2012, alterada pela Lei Complementar nº 178/2018, a Portaria da CGE nº 218/2018, a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e demais documentos integrantes do processo administrativo de NUP nº 30001.005134/2024-53. FORO: Fortaleza-CE VIGÊNCIA: A vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo a mesma ser prorrogada mediante a celebração de termo aditivo. VALOR GLOBAL: R\$ 9.644.575,00 (nove milhões seiscentos e quarenta e quatro mil quinhentos e setenta e cinco reais), em 12 (doze) parcela(s), sendo a primeira no valor de R\$ 968.600,00 (novecentos e sessenta e oito mil e seiscentos reais) e as demais no valor de R\$ 788.725,00 (setecentos e oitenta e oito mil setecentos e vinte e cinco reais), conforme cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 30100011.04.122.431.11724.15.335041.1.500910.0000.0. DATA DA ASSINATURA: 19 de junho de 2024. SIGNATÁRIOS: Francisco José Moura Cavalcante, Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Casa Civil, e Prof. Pedro Henrique de Barros Falcão, Diretor do Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco - IAUPE. .

Sabrine Gondim Lima
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

O (A) PROCURADOR GERAL no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso II, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **EXONERAR**, de Ofício o(a) servidor(a) **GABRIEL PEREIRA ARCANJO**, matrícula 3000275X, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Assessor Especial, símbolo DNS-1, integrante da Estrutura organizacional do(a) PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, a partir de 01 de Junho de 2024. PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, Fortaleza, 21 de maio de 2024.

Rafael Machado Moraes
PROCURADOR GERAL



AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ

O (A) CONSELHEIRO DIRETOR no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso I, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **EXONERAR**, a Pedido o(a) servidor(a) **GISLENE ROCHA DE LIMA**, matrícula 00007315, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Procurador Chefe, símbolo FCR, integrante da Estrutura organizacional do(a) AGENCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ, a partir de 01 de Abril de 2024. AGENCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 10 de maio de 2024.

Joao Gabriel Laprovitera Rocha
CONSELHEIRO DIRETOR
Rafael Machado Moraes
PROCURADOR GERAL

VICE-GOVERNADORIA

ASSESSORIA ESPECIAL

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 02/2024

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, POR INTERMÉDIO DA ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.400.188/0001-14 CONTRATADA: **P S DE SOUSA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 47.306.913/0001-02. OBJETO: Este contrato tem por objeto a **prestação de SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 15 (QUINZE) UNIDADES DE RASTREADOR AVL**, destinado ao rastreamento dos veículos pertencentes à Assessoria Especial da Vice-Governadoria, conforme especificações constantes no Termo de Referência da Cotação Eletrônica nº 2023/30981-VICEGOV. As condições de prestação de serviços e as especificações constantes no Termo de Referência da Cotação Eletrônica nº: 2023/30981-VICEGOV integram este contrato independentemente de sua transcrição. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento os preceitos do direito público, em especial as disposições do Art. 75, II e correlatos da Lei Federal nº 14.133/2021, com suas alterações, o Processo Administrativo NUP nº 58001.000332/2023-69, a Cotação Eletrônica nº: 2023/30981 e as demais disposições legais aplicáveis à matéria FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. VALOR GLOBAL: R\$ 8.388,00 (oito mil, trezentos e oitenta e oito reais) pagos em até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta-corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão pela fonte de recurso do Tesouro Estadual 00 – Dotação Orçamentária 58100001.04.122.421.20223.03.339039.1.5009100000.0. DATA DA ASSINATURA: Data da Assinatura Eletrônica SIGNATÁRIOS: Marlon Carvalho Cambraia, Assessor Especial da Vice-Governadoria e Poliana Santiago de Sousa, P S DE SOUSA LTDA.

João Marcos de Abreu Teixeira
ASSESSOR JURÍDICO

Registre-se e publique-se.

SECRETARIAS E VINCULADAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo NUP nº18001.001381/2024-85, e com fundamento no Artigo 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 19, de 04 de junho de 1998, combinado com os artigos 27 e 29 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.092, de 08 de janeiro de 2001. RESOLVE **declarar CUMPRIDO o Estágio Probatório**, TORNANDO ESTÁVEIS no Serviço Público Estadual os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único deste Ato, no cargo efetivo de Agente Penitenciário, redenominado Policial Penal pela Lei nº 17.388 de 26/02/2021, pertencente ao Grupo Ocupacional Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO e integrantes da Carreira de Polícia Penal, lotados na Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Luís Mauro Albuquerque Araújo
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO

ANEXO ÚNICO DO ATO DE CUMPRIMENTO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO – PROCESSO Nº
ATO DATADO EM 27 DE MAIO DE 2024

ORD.	MATRÍCULA	NOME	DOE NOMEAÇÃO	DATA EXERCÍCIO	A PARTIR DE
1	43091409	LUCAS MORAIS DOS SANTOS	28/06/2018	03/07/2018	28/01/2022
2	43088327	MANOEL RICARDO AQUINO DE OLIVEIRA	28/06/2018	03/07/2018	12/08/2021
3	43088556	MANUEL CARLOS FERREIRA DE LIMA	28/06/2018	03/07/2018	26/07/2021
4	43088866	MARCELO DOS SANTOS RIOS	28/06/2018	03/07/2018	04/07/2021
5	43088424	MARCIO LIRA PONTES	28/06/2018	03/07/2018	14/07/2021
6	43088513	MARIO HENRIQUE VICTOR BONFIM	28/06/2018	03/07/2018	23/07/2021
7	4309002X	PAULO VICTOR DE OLIVEIRA ARAUJO	28/06/2018	03/07/2018	04/07/2021
8	43089749	PEDRO HENRIQUE CASTRO DE SOUSA	28/06/2018	03/07/2018	29/01/2022
9	43095560	RENAN BARROSO CARVALHO	28/06/2018	03/07/2018	01/11/2021
10	43097695	RENAN CEZAR MARTINS DE FARIA	28/06/2018	03/07/2018	18/07/2021
11	43094718	RENILSON VIEIRA DE SOUZA FILHO	28/06/2018	03/07/2018	07/07/2021
12	43092960	RODRIGO SILVA ALVES DE OLIVEIRA	28/06/2018	03/07/2018	04/07/2021
13	43097350	SAMUEL PAIVA SOUSA	28/06/2018	03/07/2018	04/07/2021
14	43095943	SARA FREITAS DE OLIVEIRA DAMASCENO MACIEL	28/06/2018	03/07/2018	04/07/2021
15	4309601X	SHISLENY DO VALE AVELINO	28/06/2018	03/07/2018	04/07/2021
16	43094629	TARCISIO GERALDO VEREDA DE SOUZA	28/06/2018	03/07/2018	04/07/2021
17	43096028	TEREZA CAMILA VERISSIMO DE ARAUJO	28/06/2018	03/07/2018	12/07/2021
18	43094874	THIAGO SERGIO DA SILVA BRITO	28/06/2018	03/07/2018	21/07/2021
19	43098039	VANELI FERREIRA DA SILVA	28/06/2018	03/07/2018	04/07/2021

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo NUP nº 18001.008108/2023-81, e com fundamento no Artigo 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 19, de 04 de junho de 1998, combinado com os artigos 27 e 29 da Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.092, de 08 de janeiro de 2001. RESOLVE **declarar CUMPRIDO o Estágio Probatório**, TORNANDO ESTÁVEIS no Serviço Público Estadual os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único deste Ato, no cargo efetivo de Agente Penitenciário, redenominado Policial Penal pela Lei nº 17.388 de 26/02/2021, pertencente ao Grupo Ocupacional Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO e integrantes da Carreira de Polícia Penal, lotados na Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Luís Mauro Albuquerque Araújo
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO



ANEXO ÚNICO DO ATO DE CUMPRIMENTO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO – PROCESSO Nº
ATO DATADO EM 27 DE MAIO DE 2024

ORD.	MATRICULA	NOME	DOE NOMEAÇÃO	DATA EXERCÍCIO	A PARTIR DE
1.	43089358	OSSIAN DOS SANTOS SOUSA	28/06/2018	03/07/2018	09/07/2021
2.	43090186	PEDRO HENRIQUE TORRES VITORIANO	28/06/2018	03/07/2018	24/07/2021
3.	43089579	PEDRO IVO MONTEIRO DA COSTA	28/06/2018	03/07/2018	22/08/2021
4.	43098209	PRISCILA DA SILVA SERPA	28/06/2018	03/07/2018	24/02/2022
5.	43093002	RAFAEL DE AZEVEDO PORTELA	28/06/2018	03/07/2018	04/02/2022
6.	43093843	RENATO MENDES TEIXEIRA DE LIMA	28/06/2018	03/07/2018	04/08/2021
7.	43092790	RODRIGO GOMES DE OLIVEIRA DIAS	28/06/2018	03/07/2018	22/07/2021
8.	43093991	THIAGO DA SILVA MARQUES	28/06/2018	03/07/2018	20/07/2021
9.	4309484X	THIAGO OLIVEIRA AQUINO	28/06/2018	03/07/2018	03/08/2021
10.	43098160	VANESSA BRUNO PESSOA	28/06/2018	03/07/2018	13/12/2021
11.	43091131	WILLY CORREIA LEITE	28/06/2018	03/07/2018	06/07/2021
12.	43096885	YURI HENDERSON DE MORAES MENEZES	28/06/2018	03/07/2018	24/07/2021

SECRETARIA DAS CIDADES

PORTARIA Nº106/2024 - O SECRETÁRIO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria Nº 079/2019 e o art. 82, inciso XIV, da Lei Estadual Nº 13.875, de 07/02/2007, considerando o disposto no art. 8º da Lei Estadual Nº 12.509/95 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado), a Instrução Normativa – TCE/CE Nº 03/2017, e considerando o que consta no processo administrativo VIPROC nº 07699630/2023, RESOLVE: Art. 1º – **Instaurar Tomada de Contas Especial** para fins de apuração de possíveis irregularidades na execução do CONVÊNIO nº 047/CIDADES/2014 (930114), firmado entre o Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria das Cidades, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA**. Art. 2º – A Comissão Tomadora de Contas Especial Permanente encontra-se designada através da Portaria nº 003/2024, publicada no DOE nº 009, de 12/01/2024, que ficará desde logo autorizada a emitir notificações e tomar depoimentos, se for o caso, bem como praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições. Art. 3º – Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para conclusão dos trabalhos. Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput poderá ser prorrogado pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado, em caráter excepcional, mediante solicitação fundamentada, formulada, conforme o caso, pelo Secretário das Cidades, ou outras autoridades de nível hierárquico equivalente. Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 17 de junho de 2024.

José Jácome Carneiro Albuquerque
SECRETÁRIO DAS CIDADES

Registre-se. Publique-se.

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº012/CIDADES/2023

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/CIDADES/2023, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES, E A EMPRESA e TECNOSAN PROJETOS E SOLUÇÕES EM SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA; II - CONTRATANTE: A SECRETARIA DAS CIDADES com interveniência da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE; III - ENDEREÇO: Fortaleza – Ceará, na Avenida General Albuquerque Lima, Edifício SEPLAG - 1º Andar, Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - CAMBEBA; IV - CONTRATADA: **TECNOSAN PROJETOS E SOLUÇÕES EM SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA**; V - ENDEREÇO: Avenida B, nº 1123, Bairro Planalto Aeroporto- Morada Nova/CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Contrato de Empréstimo nº 28320 - COOPERAÇÃO FINANCEIRA ALEMÃ COM BRASIL, celebrado entre o Governo Mutuário do Empréstimo e o BANCO KfW ENTWICKLUNGSBANK; artigo: 42, §5º da Lei nº 8.666/93 e Cláusula 24 das Condições Gerais do Contrato; VII - FORO: COMARCA DE FORTALEZA; VIII - OBJETO: – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA: Considerando as ordens de paralisação e retomada da execução contratual, datadas de 04 de janeiro de 2024 e 19 de março de 2024, respectivamente, o **prazo** de execução fica **prorrogado** por mais 213 (duzentos e treze) dias, contados a partir do dia 15/06/2024, findando-se em 15/01/2025, conforme novo cronograma físico-financeiro. O prazo de vigência do presente Contrato fica prorrogado por mais 263 (duzentos e sessenta e três) dias, passando de 460 (quatrocentos e sessenta) dias para 723 (setecentos e vinte e três) dias, finalizando em 28 de fevereiro de 2025; IX - VALOR GLOBAL: PERMANECE INALTERADO; X - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato fica prorrogado por mais 263 (duzentos e sessenta e três) dias, passando de 460 (quatrocentos e sessenta) dias para 723 (setecentos e vinte e três) dias, finalizando em 28 de fevereiro de 2025; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato original, não modificados por este Termo Aditivo; XII - DATA: 10 de junho de 2024; XIII - SIGNATÁRIOS: Carlos Edilson Araujo, SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DAS CIDADES; Neurisangelo Cavalcante de Freitas, COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE e Francisco Diego de Paula Silveira, TECNOSAN PROJETOS E SOLUÇÕES EM SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA .

Robério Xavier de Araújo
ASSESSORIA JURÍDICA

Registre-se e publique-se.

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº015/CIDADES/2023

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/CIDADES/2023, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES, E A EMPRESA JOTA BARROS PROJETOS E ASSESSORIA TECNICA LTDA; II - CONTRATANTE: A SECRETARIA DAS CIDADES com a interveniência da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE; III - ENDEREÇO: Fortaleza – Ceará, na Avenida General Albuquerque Lima, Edifício SEPLAG - 1º Andar, Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - CAMBEBA; IV - CONTRATADA: **JOTA BARROS PROJETOS E ASSESSORIA TECNICA LTDA**; V - ENDEREÇO: Rua Tabelião Joaquim Coelho, nº 622, Sapiranga, Fortaleza, Ceará; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Contrato de Empréstimo nº 28320 - COOPERAÇÃO FINANCEIRA ALEMÃ COM BRASIL, celebrado entre o Governo Mutuário do Empréstimo e o BANCO KfW ENTWICKLUNGSBANK; artigo: 42, §5º da Lei nº 8.666/93 e Cláusula 24 das Condições Gerais do Contrato; VII - FORO: COMARCA DE FORTALEZA; VIII - OBJETO: – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA: Considerando a suspensão da execução contratual, através da Ordem de Paralisação, datada de 12 de janeiro de 2024, devolve-se, automaticamente, o período de 60 (sessenta) dias remanescentes, contados a partir da nova ordem de retomada dos serviços. Após, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias o prazo de execução, conforme novo cronograma físico-financeiro. O **prazo** de vigência do presente Contrato fica **prorrogado** por mais 255 (duzentos e cinquenta e cinco dias) dias, passando de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) dias para 720 (setecentos e vinte) dias, finalizando em 25 de fevereiro de 2025; IX - VALOR GLOBAL: PERMANECE INALTERADO; X - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato fica prorrogado por mais 255 (duzentos e cinquenta e cinco dias) dias, passando de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) dias para 720 (setecentos e vinte) dias, finalizando em 25 de fevereiro de 2025. ; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato original, não modificados por este Termo Aditivo; XII - DATA: 13 de junho de 2024; XIII - SIGNATÁRIOS: Carlos Edilson Araujo, SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA; Neurisangelo Cavalcante de Freitas, COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE e Cláudio José Queiroz Barros, JOTA BARROS PROJETOS E ASSESSORIA TECNICA LTDA .

Robério Xavier de Araújo
ASSESSORIA JURÍDICA

Registre-se e publique-se.

*** **



Nº DO PROCESSO: 43001.001737/2024-28

EXTRATO OITAVO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº021/CIDADES/2020

I - ESPÉCIE: OITAVO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 021/CIDADES/2020 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES, E O MUNICÍPIO DE REDENÇÃO; II - OBJETO: O prazo de vigência do Instrumento supracitado fica **prorrogado** por mais 6 (seis) meses, a partir da data de assinatura do presente Termo Aditivo; III - VALOR GLOBAL: R\$ 900.817,01 (novecentos mil, oitocentos e dezessete reais e um centavo); IV - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Instrumento original, não alteradas por este Termo Aditivo.; V - DATA E ASSINANTES: 13 de junho de 2024. Carlos Edilson Araujo, SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA e David Santa Cruz Benevides, PREFEITO DE REDENÇÃO.

Robério Xavier de Araújo
ASSESSORIA JURÍDICA

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº085/2023

NUP: 43022.004001/2024-63

I – ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 085/2023 FIRMADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP E A CONSTRUTORA SAMARIA LTDA; II - CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.866.288/0001-30, doravante denominada SOP ou CONTRATANTE, neste ato representada por seu Superintendente Adjunto de Rodovias Sr. JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO, com endereço profissional na SOP ; III – ENDEREÇO: com sede na Av. Alberto Craveiro, n.º 2775, Bairro Castelão - Fortaleza-Ce, CEP: 60.860-901; IV – CONTRATADA: **CONSTRUTORA SAMARIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.498.061/0001-84 e CGF nº. 06.044.704-4, aqui denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo sócio administrador, Sr. GISCARD FRANCISCO DIOGENES MAIA, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.107.663-09; V – ENDEREÇO: estabelecida na Fazenda Boa Esperança, s/nº, bairro Zona Rual – CEP 62.685-000, Paraipaba/CE.; VI – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O aludido termo fundamenta-se no art. 190, da Lei nº. 14.133/2021; art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, tudo de acordo com o processo administrativo supramencionado; VII – FORO: Fortaleza – Ce; VIII – OBJETO: 1.1. O aditivo ora epígrafado tem por finalidade a **prorrogação dos prazos de execução e vigência do Contrato nº085/2023**; 1.2. O prazo de execução do contrato fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias corridos, findando em 22/12/2024; 1.3. O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 270 (duzentos e setenta) dias corridos, findando em 22/03/2025.; IX – VALOR GLOBAL: Sem Alteração; X – DA VIGÊNCIA: 22/03/2025; XI – DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do CONTRATO original, do qual passa a fazer parte integrante este Termo, independente da transcrição; XII – DATA: 17/06/2024; XIII – SIGNATÁRIOS: JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO (SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS DA SOP) e GISCARD FRANCISCO DIOGENES MAIA (REPRESENTANTE DA CONTRATADA-CONSTRUTORA SAMARIA LTDA.)

José Ilo de Oliveira Santiago
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS

*** **

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº DO DOCUMENTO 25/2024

PROCESSO Nº: 43022.003066 / 2024-91 DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE OBJETO: **Autorização para implantação de dois pórticos com urbanização e acesso na faixa de domínio da CE-265** no Município de Ibicuitinga/CE. JUSTIFICATIVA: A referida inexigibilidade visa permitir o uso de faixa de domínio, por meio do Termo de Permissão de Uso Especial, para implantação de dois pórticos com urbanização e acesso na faixa de domínio da CE-265 no Município de Ibicuitinga/CE, com Trecho do Pórtico 01 + Urbanização: 265ECE0170 – Início: ENTR. CE-594 (IBICUITINGA); Fim: ENTR. CE-153, Coordenadas UTM: 539105.12 m E; 9450165.60 m S, com extensão do pórtico de 18,70 m, sob o canteiro central e extensão da urbanização (Piso intertravado) de 451,94 m², entre os limites da plataforma e o limite da Faixa de Domínio; Trecho do Pórtico 02 + Urbanização: 265ECE0150 – Início: ENTR. CE-138 (MORADA NOVA); Fim: ENTR. CE-594 (IBICUITINGA); Coordenadas UTM: 541251.58 m E; 9449619.96 m S, com extensão do pórtico de 18,70 m, sob o canteiro central e extensão da urbanização (Piso intertravado) de 451,94 m², entre os limites da plataforma e o limite da Faixa de Domínio e Trecho do Acesso: 265ECE0150 – Início: ENTR. CE-138 (MORADA NOVA); Fim: ENTR. CE-594 (IBICUITINGA); Coordenadas UTM: 540504.57 m E; 9449693.70 m S; com extensão da área utilizada de 509,70 m², entre os limites da plataforma e o limite da Faixa de Domínio, conforme Lei nº 17.835 de 16 de dezembro de 2021, em seu artigo 10 “A Superintendência de Obras Públicas - SOP poderá autorizar projetos de urbanização na faixa de domínio...” VALOR GLOBAL: 0,00 () DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Não se aplica. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base no artigo 6º do Decreto nº 33.039 de 15 de abril de 2019, por meio de Inexigibilidade a ser fundamentada no caput do art. Art. 74 e no Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 CONTRATADA: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUITINGA** (Prefeito Francisco José Magalhães Carneiro) DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: José Ilo de Oliveira Santiago (Superintendente Adjunto de Rodovias da SOP) RATIFICAÇÃO: José Valdeci Rebouças (Superintendente da SOP).

José Ilo de Oliveira Santiago
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

*** **

Nº DO PROCESSO: 43022.004443/2024-18

EXTRATO NONO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº041/2018

I - ESPÉCIE: NONO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 41/2018, CELEBRADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP/CE E O MUNICÍPIO DE VARJOTA-CE. A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS - SOP, com sede à Av. Alberto Craveiro, nº 2775 – Térreo – Castelão, CEP: 60.861-211, Fortaleza – CE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.866.288/0001-30, neste ato representada por seu Superintendente Adjunto de Rodovias, SR. JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 104.929.333-91, residente e domiciliado na Rua das Oiticacas, nº 413, Bairro: Jerônimo de Medeiros Prado, CEP: 62.044-400, Sobral- CE, e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE VARJOTA-CE**, devidamente qualificado no termo originário, neste ato representado pelo prefeito municipal Sr. FRANCISCO ELMO BEZERRA MONTE, devidamente qualificado no termo originário, doravante denominado REPRESENTANTE;; II - OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo** de vigência do convênio por mais 184 (cento e oitenta e quatro) dias, findando em 22/12/2024;; III - VALOR GLOBAL: 290.943,22 (Duzentos e noventa mil, novecentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos); IV - DA RATIFICAÇÃO: RATIFICA-SE AS DEMAIS CLÁUSULAS;; V - DATA E ASSINANTES: 13 DE JUNHO DE 2024: JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO (Superintendente Adjunto de Rodovias da SOP) E FRANCISCO ELMO BEZERRA MONTE (Prefeito do Município de Varjota-CE)..

José Ilo de Oliveira Santiago
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS

*** **

Nº DO PROCESSO: 43022.003847/2024-86

EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº012/2023

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 012/2023, CELEBRADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP/CE, com sede à Av. Alberto Craveiro, nº 2775 – Térreo – Castelão, CEP: 60.861-211, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.866.288/0001-30, neste ato representada por seu Superintendente Adjunto de Rodovias, SR. JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 104.929.333-91, residente e domiciliado na Rua das Oiticacas, nº 413, Bairro: Jerônimo de Medeiros Prado, CEP: 62.044-400, Sobral-CE e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE JUCÁS – CE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.541.279/0001-60, com sede na Rodovia Jucás/ Saboeiro CE 284, nº 1212, Sagrada Família – CEP: 63.580-000, Jucás-CE, neste ato representado pelo prefeito municipal SR. JOSÉ EDSONRIVA SOUZA CUNHA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 701.072.543-87, residente e domiciliado na Rua Anastácio Ferreira da Cunha, nº 120, Distrito São Pedro do Norte, CEP: 63.580-000, Jucás-CE., doravante denominado CONVENIENTE; II - OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo** de vigência do convênio por mais 180 (cento e oitenta) dias, findando em 17/12/2024.; III - VALOR GLOBAL: 388.683,59 (trezentos e oitenta e oito mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos); IV - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais Cláusulas; V - DATA E ASSINANTES: 17/06/2024; JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO (Superintendente Adjunto de Rodovias da SOP) e JOSÉ EDSONRIVA SOUZA CUNHA (Prefeito do Município de Jucás-CE).

José Ilo de Oliveira Santiago
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS

*** **



Nº DO PROCESSO: 43022.004788/2024-63
EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº022/2023

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 022/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP, com sede à Av. Alberto Craveiro, nº 2775 – Térreo – Castelão, CEP: 60.861-211, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.866.288/0001-30, neste ato representada por seu Superintendente Adjunto de Rodovias, SR. JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 104.929.333-91, residente e domiciliado na Rua das Oiticicas, nº 413, Bairro: Jerônimo de Medeiros Prado, CEP: 62.044-400, Sobral-CE e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 07.669.682/0001-79, com sede na Avenida Ilídio Sampaio, 2131, Centro, ITAPIPOCA – Ce, CEP: 63.430-000 representado neste ato pela prefeita municipal Sr. FELIPE SOUZA PINHEIRO, brasileiro, portador de CPF/MF sob nº 511.253.073-15, residente e domiciliado no município de ITAPIPOCA, doravante denominado CONVENIENTE;; II - OBJETO: O presente Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo** de vigência do convênio por mais 180 (cento e oitenta) dias corridos, findando em 25/12/2024; III - VALOR GLOBAL: 1.545.993,65 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta e cinco centavos); IV - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais Clausulas; V - DATA E ASSINANTES: 15/06/2024; JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO (Superintendente Adjunto de Rodovias da SOP) e FELIPE SOUZA PINHEIRO (Prefeito do Município de ITAPIPOCA/CE).

José Ilo de Oliveira Santiago
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS

*** **

Nº DO PROCESSO: 43022.004755/2024-13
EXTRATO SEGUNDO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº172/2022

I - ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 172/2022, CELEBRADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP/CE E O MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA-CE. A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS - SOP, com sede à Av. Alberto Craveiro, nº 2775 – Térreo – Castelão, CEP: 60.861-211, Fortaleza – CE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.866.288/0001-30, neste ato representada por seu Superintendente Adjunto de Rodovias, SR. JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 104.929.333-91, residente e domiciliado na Rua das Oiticicas, nº 413, Bairro: Jerônimo de Medeiros Prado, CEP: 62.044-400, Sobral-CE, e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA-CE**, devidamente qualificado no termo originário, neste ato representado pelo prefeito municipal Sr. FELIPE SOUZA PINHEIRO, devidamente qualificado no termo originário, doravante denominado CONVENIENTE;; II - OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo** de vigência do convênio por mais 180 (cento e oitenta) dias, findando em 09/12/2024; III - VALOR GLOBAL: 1.059.206,74 (UM MILHÃO, CINQUENTA E NOVE MIL, DUZENTOS E SEIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS); IV - DA RATIFICAÇÃO: RATIFICA-SE AS DEMAIS CLÁUSULAS;; V - DATA E ASSINANTES: 10 DE JUNHO DE 2024; JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO (Superintendente Adjunto de Rodovias da SOP) E FELIPE SOUZA PINHEIRO (Prefeito do Município de Itapipoca-CE)..

José Ilo de Oliveira Santiago
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS

*** **

Nº DO PROCESSO: 43022.004255/2024-81
EXTRATO SEGUNDO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº293/2022

I - ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 293/2022, CELEBRADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP E O MUNICÍPIO DE TAUÁ – CE. A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS - SOP, inscrita no CNPJ sob o nº 33.866.288/0001-30, com sede na Av. Alberto Craveiro, nº 2775, bairro Castelão, Fortaleza-CE, CEP: 60.860-901, neste ato representada por seu Superintendente Adjunto de Rodovias, Sr. JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 200779826614 SSP/CE, inscrito no CPF sob o nº 104.929.333-91, residente e domiciliado na Rua das Oiticicas, nº 413 – bairro Jerônimo de Medeiros Prado – Sobral/CE, CEP: 62.044-400, doravante denominado CONCEDENTE e, de outro lado o **MUNICÍPIO DE TAUÁ-CE**, inscrito no CNPJ nº 07.849.532/0001-47, com sede na Rua: Coronel Lourenço Feitosa, nº 211, Altos, Centro, Tauá-CE, CEP: 63.660-000, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. PATRÍCIA PEQUENO COSTA GOMES DE AGUIAR, brasileira, casada, portadora de Identidade nº 95002611020 (SSP-CE) e de CPF nº 233.689.933-72, residente e domiciliada na BR – 020, Vila Castelo, nº 720, Distrito de Marrecas, Tauá-CE, CEP: 63.660-000, doravante denominado CONVENIENTE;; II - OBJETO: O aditivo epigrafoado tem como finalidade **prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº293/2022**, cujo objeto é a REFORMA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE TAUÁ-CE, em conformidade com o Plano de Trabalho e seus Anexos, aprovado pelo Concedente, elaborados para esse fim, projetos, orçamentos e demais elementos consubstanciados nos autos do processo em referência, os quais passam a fazer parte integrante do Instrumento, independentemente de transcrição. O prazo de vigência fica prorrogado por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, findando em 27/06/2025;; III - VALOR GLOBAL: 4.554.526,06 (Quatro milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais e seis centavos); IV - DA RATIFICAÇÃO: RATIFICA-SE AS DEMAIS CLÁUSULAS;; V - DATA E ASSINANTES: 17 DE JUNHO DE 2024: OSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO (SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS DA SOP) E PATRÍCIA PEQUENO COSTA GOMES DE AGUIAR (PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TAUÁ-CE)..

José Ilo de Oliveira Santiago
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS

*** **

Nº DO PROCESSO: 43022.003845/2024-97
EXTRATO SEGUNDO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº329/2022

I - ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 329/2022, CELEBRADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP/CE, com sede à Av. Alberto Craveiro, nº 2775 – Térreo – Castelão, CEP: 60.861-211, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.866.288/0001-30, neste ato representada por seu Superintendente Adjunto de Rodovias, SR. JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 104.929.333-91, residente e domiciliado na Rua das Oiticicas, nº 413, Bairro: Jerônimo de Medeiros Prado, CEP: 62.044-400, Sobral-CE e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE ITATIRA – CE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.963.739/0001-48, com sede na Rua Pe. José Laurindo, nº 1249, Centro, CEP: 62.720-000, Itatira-CE, representado pelo prefeito municipal SR. JOSÉ FERREIRA MATEUS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 224.296.201-97, portador do RG nº 98097004856 SSP/CE, residente e domiciliado Pv Umaita, s/n, Distrito de Lagoa do Mato, CEP: 62.720- 000, Itatira-CE, doravante denominado CONVENIENTE; II - OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo** de vigência do convênio por mais 180 (cento e oitenta) dias, findando em 27/12/2024; III - VALOR GLOBAL: 330.875,37 (trezentos e trinta mil, oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e sete centavos); IV - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais Clausulas; V - DATA E ASSINANTES: 12/06/2024; JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO (Superintendente Adjunto de Rodovias da SOP) e JOSÉ FERREIRA MATEUS (Prefeito do Município de Itatira – CE).

José Ilo de Oliveira Santiago
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS

*** **

Nº DO PROCESSO: 43022.003848/2024-21
EXTRATO SEGUNDO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº020/2023

I - ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº.020/2023, CELEBRADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP/CE E O MUNICÍPIO DE JUCÁS/CE. A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS - SOP, com sede à Av. Alberto Craveiro, nº 2775 – Térreo – Castelão, CEP: 60.861-211, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.866.288/0001-30, neste ato representada por seu Superintendente Adjunto de Rodovias, SR. JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 104.929.333-91, residente e domiciliado na Rua das Oiticicas, nº 413, Bairro: Jerônimo de Medeiros Prado, CEP: 62.044-400, Sobral-CE e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE JUCÁS/CE**, já qualificado nos autos originais, neste ato representado pelo prefeito municipal SR. José Edsonriva Souza Cunha, igualmente já qualificado nos autos do processo original, residente e domiciliado no município de JUCÁS/CE, doravante denominado CONVENIENTE;; II - OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo** de vigência do convênio por mais 180 (cento e oitenta dias), findando em 25/12/2024; III - VALOR GLOBAL: 431.470,04 (Quatrocentos e trinta e um mil, quatrocentos e setenta reais e quatro centavos); IV - DA RATIFICAÇÃO: RATIFICA-SE AS DEMAIS CLÁUSULAS;; V - DATA E ASSINANTES: 17 DE JUNHO DE 2024: JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO (Superintendente Adjunto de Rodovias da SOP) E José Edsonriva Souza Cunha (Prefeito do Município de JUCÁS/CE)..

José Ilo de Oliveira Santiago
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS

*** **



Nº DO PROCESSO: 43022.004761/2024-71
EXTRATO TERCEIRO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº170/2022

I - ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 170/2022, CELEBRADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP/CE, com sede à Av. Alberto Craveiro, nº 2775 – Térreo – Castelhão, CEP: 60.861-211, Fortaleza – CE, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.866.288/0001-30, neste ato representada por seu Superintendente Adjunto de Rodovias, SR. JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob no nº 104.929.333-91, residente e domiciliado na Rua das Oitocicas, nº 413, Bairro: Jerônimo de Medeiros Prado, CEP: 62.044-400, Sobral-CE, e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA-CE**, devidamente qualificado no termo originário, neste ato representado pelo prefeito municipal Sr. FELIPE SOUZA PINHEIRO, devidamente qualificado no termo originário, doravante denominado CONVENIENTE; II - OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo** de vigência do convênio por mais 180 (cento e oitenta) dias, findando em 11/12/2024.; III - VALOR GLOBAL: 1.416.801,98 (hum milhão, quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos e um reais e noventa e oito centavos); IV - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as devidas providências; V - DATA E ASSINANTES: 13/06/2024; JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO (Superintendente Adjunto de Rodovias da SOP) e FELIPE SOUZA PINHEIRO (Prefeito do Município de Itapipoca-CE).

José Ilo de Oliveira Santiago
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS

*** **

Nº DO PROCESSO: 43022.004509/2024-61
EXTRATO TERCEIRO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº173/2022

I - ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 173/2022/SOP, CELEBRADO ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP/CE, com sede à Av. Alberto Craveiro, nº 2775 – Térreo – Castelhão, CEP: 60.861-211, Fortaleza – CE, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.866.288/0001-30, neste ato representada por seu Superintendente Adjunto de Rodovias, SR. JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob no nº 104.929.333-91, residente e domiciliado na Rua das Oitocicas, nº 413, Bairro: Jerônimo de Medeiros Prado, CEP: 62.044-400, Sobral-CE, e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE CATUNDA-CE**, devidamente qualificado no termo originário, neste ato representado pela prefeita municipal Sr. RAVENNA FERNANDES GOMES MESQUITA LIMA, devidamente qualificada no termo originário, doravante denominado CONVENIENTE; II - OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo** de vigência do convênio por mais 180 (cento e oitenta) dias, findando em 17/12/2024.; III - VALOR GLOBAL: 300.192,55 (trezentos mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos); IV - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais Clausulas; V - DATA E ASSINANTES: 13/06/2024; JOSÉ ILO DE OLIVEIRA SANTIAGO (SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS DA SOP) e RAVENNA FERNANDES GOMES MESQUITA LIMA (PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CATUNDA-CE).

José Ilo de Oliveira Santiago
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE RODOVIAS

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº087/2024 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi outorgada pela Secretária da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, através da Portaria nº 32/2023, de 17 de março de 2023, publicada em DOE nº 056, de 22 de março de 2023 e , no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE CONCEDER VALE-TRANSPORTE ELETRÔNICO-VTE URBANO**, nos termos do § 3º do art. 6º do Decreto nº 23.673, de 3 de maio de 1995, aos **SERVIDORES** desta Secretaria, relacionados no Anexo único desta Portaria, durante o mês de **JULHO/2024**. SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, Fortaleza, 14 de junho de 2024.

Adeline de Araújo Lobão da Silva
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 087 / 2024 DE 14 DE JUNHO DE 2024

Nome do Servidor	Cargo ou Função	Matrícula Nº	Tipo	Quant.
José Flávio Guedes	Agente de Administração	125941-1-9	A	46
Francisco Murilo Filomeno Santiago	Supervisor de Núcleo	300002-6-9	A	46
Leonel Ferrer Bastos	Supervisor de Núcleo	300001-5-3	A	46
Jacqueline Cavalcante de Alencar	Orientador de Célula	300001-9-6	A	46
Francisco Marden Pitombeira Leitão	Orientador de Célula	300003-8-2	A	46

FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA Nº30/2024 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO , no uso de suas atribuições legais , **RESOLVE AUTORIZAR**, nos termos do § 1º do art. 6º do Decreto nº 23.636, de 07/03/1995, a **circulação**, (além do expediente normal e aos sábados, domingos e feriados) dos seguintes **VEÍCULOS** FOCUS OHZ- 7366 e FOCUS OHZ-9509, por 30 (trinta) dias, contados a partir de 16/06/2024. FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, em Fortaleza, 13 de junho de 2024.

Raimundo Nogueira da Costa Filho
PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

*** **

2º ADITIVO AO TERMO DE OUTORGA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA Nº06/2021

I – OUTORGANTE: FUNCAP; II – OUTORGADA: empresa **NEX2ME TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.**; III – OBJETO: **prorrogação do prazo** de utilização dos recursos e de vigência do contrato por mais 5 meses; IV – SIGNATÁRIOS: Jorge Barbosa Soares, Diretor de Inovação da Funcap e Janaína Oleinik Moura Rosa, Representante legal da empresa. FUNCAP, em Fortaleza, 15 de maio de 2024.

Marília Rêgo G. Matos
PROCURADORA JURÍDICA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do processo NUP 46001.007697/2023-35, e em conformidade com o Decreto nº 32.960, de 13/02/19, e alterações, **RESOLVE CESSAR OS EFEITOS DA CESSÃO** do servidor **LÚCIO FERREIRA GOMES**, Professor, matrícula nº 0000431-6, lotado na Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Presidente da Companhia Docas do Ceará, formalizada pelo Ato Governamental datado de 03/07/2023, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará de 03/07/2023, a partir de 28/11/2023. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Sandra Maria Nunes Monteiro
SECRETÁRIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº13/2024
INTERESSADO: VENEZA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
NUP Nº31012.001254/2024-15

A requerente tem realmente direito ao que pleiteia, fazendo jus ao pagamento da quantia de R\$ 14.946,74 (quatorze mil, novecentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos), de acordo com a Declaração de Análise de Faturamento - DAF emitida através do SISTER e das planilhas anexadas ao processo administrativo em epígrafe, relativamente à diferença entre os valores que seriam realmente devidos à empresa e aqueles que foram pagos no período de julho a dezembro de 2022, em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2022 (MTE CE000190/2022) celebrada em favor da categoria de Empregados em Empresas de Processamento de Dados e contemplada no Segundo (2º) Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2022-ASSEJUR, que promoveu a repactuação contratual em virtude da citada negociação coletiva. Tratando-se de despesa de exercício anterior, o caso amolda-se à previsão do artigo 37 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de sorte que a dívida deverá ser reconhecida pelo Magnífico Sr. Reitor desta I.E.S., de acordo com o artigo 113 da lei nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973. UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA, em Crato/CE, 13 de junho de 2024.

Carlos Kleber Nascimento de Oliveira

REITOR

SECRETARIA DA CULTURA

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº816/2022

PROCESSO Nº27001.000947/2022-81

Ementa: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 816/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CULTURA – SECULT, E PEDRO BISMARCK DE ALBUQUERQUE FILHO, PARA OS FINS QUE ABAIXO ESPECIFICA. Da Fundamentação: Fundamenta-se o presente Termo Aditivo nas disposições do XII EDITAL CEARÁ DE INCENTIVO ÀS ARTES - ARTES VISUAIS, na Lei Estadual nº 18.012 de 01 de abril de 2022, no Decreto Estadual nº 35.635 de 25 de agosto de 2023, e no que couber, nas demais legislações aplicáveis à matéria. Esse TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL – TEC se baseia, ainda, nas informações contidas no Processo Administrativo nº 27001.000947/2022-81. Do objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto, para melhor atingimento do interesse público pretendido, nos termos e condições previstos nas cláusulas seguintes, **promover a prorrogação do término da vigência** para 14/12/2024. Vigência: Em razão do presente Termo Aditivo, fica prorrogado a vigência do Termo de Execução Cultural nº 816/2022 para o dia 14/12/2024. Da Ratificação: Permanecem inalteradas as demais cláusulas previstas no Termo de Execução Cultural nº 816/2022 não modificadas pelo presente Termo Aditivo. O Foro: Fortaleza/CE. Data da Assinatura: Fortaleza, CE 13 de JUNHO de 2024 Signatários: RAFAEL CORDEIRO FELISMINO - SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ E PEDRO BISMARCK DE ALBUQUERQUE FILHO - Agente Cultural.

Vitor Melo Studart

COORDENADOR JURÍDICO

*** **

13º EDITAL CEARÁ DAS ARTES - TEATRO
RESULTADO FINAL
LISTA GERAL POR ORDEM ALFABÉTICA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Categoria	Município	Nota	Situação
1	on-86449180	AILTON SINÉZIO DE JESUS	O NOVO ESPETÁCULO DA TRUPE	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	JUAZEIRO DO NORTE	45,1	Selecionado
2	on-364144958	ALAN RODRIGUES DE FREITAS	A MORTE E A ALTA COSTURA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	SOBRAL	38,5	Classificável
3	on-863396594	ALESSANDRA SARAIVA PINHEIRO FERRAZ	I.N.R.I. - PROCESSO DE MONTAGEM FINAL DE CURSO DE TEATRO DOS ALUNOS DA UFC	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	CAUCAIA	40,5	Selecionado (Cota Proponente Negro)
4	on-91848402	ALEX RODRIGUES DE SOUZA	CURSO CONSTRUÇÃO DE PERSONAGEM	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	QUIXADÁ	27,9	Selecionado
5	on-1203985535	ALEXANDRE RIPARDO PAUXIS	FÉ E CORAGEM	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	15,5	Desclassificado
6	on-359356940	ALFREDO PEREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR	DEMARCANDO ESPAÇOS: MULHERES INDÍGENAS CEARENSES	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	NOVA RUSSAS	39,0	Classificável (Cota Proponente Negro)
7	on-301147194	ALUISIO VIEIRA DA SILVA FILHO	O ÚLTIMO METRÔ	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	40,7	Classificável
8	on-65026209	AMANDYRA	QUEBRADA EPOPEIA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	35,7	Classificável (Cota Proponente Negro)
9	on-691753002	ANA AMÁLIA DE MORAIS FEITOSA	QUANDO O TEATRO ENCONTRA A INFÂNCIA - UMA JORNADA INVESTIGATIVA COM CRIANÇAS	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	FORTALEZA	46,2	Selecionado
10	on-2143768597	ANA CRISTINA RODRIGUES VIANA	MENOSPAUSA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	44,5	Selecionado
11	on-318904651	ANA MARIA CASTRO SOUSA	A CADEIRA	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	35,8	Classificável
12	on-1862755521	ANA MARLENE FERREIRA LIMA	SRTA MARSHMALOW	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	45,8	Selecionado (Cota Proponente Negro)
13	on-818026643	ANNA KAROLINE CARDOSO DE AQUINO	ESPETÁCULO SEGUNDA CLASSE - CIRCULAÇÃO	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	42,7	Classificável
14	on-891946196	ANNALIES BARBOSA BORGES	OLHOS NÃO PACÍFICOS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	32,5	Classificável
15	on-158799603	ANTHONY WILLIAM OLIVEIRA FERNANDES	A SOLIDÃO DAS PORCAS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	35,3	Classificável
16	on-1810432156	ANTONIO JORGE ANDRADE	O VOO DA ASA BRANCA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	ORÓS	35,9	Classificável
17	on-1081678009	ANTONIO KLEBER PINHEIRO DO Ó	ESPETÁCULO O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE 1932 - CIA ARAUTOS DO BONFIM	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	SENADOR POMPEU	43,0	Classificável
18	on-1280247688	ANTONIO MARQUES LUCAS PIMENTA	ANANCE - O DONO DAS HISTÓRIAS	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	PACAJUS	33,5	Classificável
19	on-508771732	ANTONIO SIMÃO CAVALCANTE	DE PASSAGEM - RITUAIS DE MORTE NO SERTÃO CEARENSE	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	BANABUIÚ	38,2	Classificável
20	on-1605925561	ANTONIO WESLEN CRUZ DA SILVA	NARRATIVAS ONÍRICAS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	MARACANAÚ	44,7	Selecionado
21	on-1873488817	ANTONIO WESLEY VIANA DE FREITAS	FORMAÇÃO POPULAR DO TEATRO DE IBARETAMA	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	IBARETAMA	15,5	Desclassificado
22	on-1438611351	ANTÔNIA VIRGÍNIA DE OLIVEIRA ALVES	SHOWSPETACULO FLOR DE MANDACARU	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	SOBRAL	44,7	Selecionado (Cota Proponente Com Deficiência)
23	on-1000554352	ANTÔNIO CÉLIO PINTO LIMA	VEM BUDEGAR COM OS FI DE CHICO NA BUDEGA DO FUXICO	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	37,3	Classificável

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Categoria	Município	Nota	Situação
24	on-633287410	AURICÉLIA MARTINS MESQUITA	CORACOES GUERREIROS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	32,1	Classificável
25	on-1500452700	AYUME DA SILVA ANDRADE	CARNEPRATA	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	45,8	Classificável
26	on-2076983579	BARBARA LEITE MATIAS	CORAGEM - SOMOS AS VOZES DOS NOSSOS ANCESTRAIS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	CRATO	47,7	Selecionado (Ampla Concorrência)*
27	on-1130636107	BERNARDO FERREIRA LUCAS FILHO	AS TRAMBIQUEIRAS	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	41,2	Classificável
28	on-1659390083	BRENA CANTO BASTOS	SEMEAR MARGARIDAS- CIRCULAÇÃO DE MARGARIDA CONTRA TANQUES.	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	48,7	Selecionado (Ampla Concorrência)*
29	on-751380757	BRUNO LEONARDO DA SILVA CASTRO	ISOLAMENTOS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	MARACANAÚ	36,1	Classificável
30	on-1078083766	BRUNO LIMA MARIANO	LEMBRA DA CANÇÃO: 15 ANOS DE VITROLA NOVA	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	48,3	Classificável
31	on-129530672	CARLOS ALBERTO DE FREITAS GOMIDE	CARROÇA DE MAMULENGOS VARAL DE HISTÓRIAS	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	JUAZEIRO DO NORTE	44,2	Selecionado
32	on-1031435266	CARLOS RINALDO COSTA MOREIRA	GRUGUMIM	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	44,0	Classificável
33	on-1021537777	CAROLINA FEITOSA BOMFIM	IBEJADA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	39,2	Classificável (Cota Proponente Negro)
34	on-1239692459	CICERO DAVI DE SOUSA ALVES	O REI ANALFABETO NO REINO DA GRAMÁTICA	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	JUAZEIRO DO NORTE	41,0	Classificável
35	on-1283202810	CINTHIA SIQUEIRA COLARES	O DESTINO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	ICÓ	26,8	Classificável (Cota Proponente Com Deficiência)
36	on-798099940	CLAUDEMIR CARLOS ALMEIDA	UM CONTO, UM ESPETÁCULO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	TAUÁ	40,2	Classificável
37	on-1964573252	CLAUDIA MARIA FERNANDES ANCHETA	SOMOS TODAS FRIDA KAHLO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	29,2	Classificável
38	on-1290692326	CLÁUDIO HENRIQUE TOMAZ IVOZ IVO	MARIA SEVERINA BRASILEIRA DA SILVA	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	47,3	Classificável
39	on-1335235640	CRISNALDO DE SALES PRADO	CASA MEMÓRIA	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	SOBRAL	41,1	Selecionado
40	on-2007435899	DAMIÃO BEZERRA DUARTE	ÁGUAS EM CONFLITO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	BAIXIO	36,5	Classificável
41	on-42433443	DANIEL ROCHA DO NASCIMENTO	PUNHADO-PIRAMBU-PATU	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	SENADOR POMPEU	0,0	Desclassificado
42	on-2031489039	DANIELI GOMES NOGUEIRA	PROJETO MONTAGEM DE UM ESPETÁCULO. "CONTRA A MORTE" EM 3 ATOS.	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	MORADA NOVA	27,7	Classificável
43	on-771906027	DARLAN CORREIA DA SILVA	CIRCULAÇÃO DA PAIXÃO DE CRISTO MONTE-MOR: TURISMO, CULTURA E FÉ NA SERRA DE BATURITÉ.	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	BATURITÉ	40,8	Classificável
44	on-764034468	DAVID MARCELO ALENCAR SILVEIRA	OÁSIS SILVIA MOURA: VIVÊNCIAS EM TEATRO RELACIONAL.	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	30,0	Classificável
45	on-1312377655	DEIVID LEVY DUARTE ALEXANDRE	ALICE NO PAÍS DA NEGAÇÃO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	SANTANA DO CARIRI	40,8	Classificável
46	on-158033248	DENIS SILVA QUEIROZ	DRAMATURGIAS DA SECA E DA FOME	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	35,5	Classificável
47	on-20003909	DIEGO BRITO BEZERRA	ENTENDI A REFERÊNCIA: JOGOS TEATRAIS BASEADOS EM IMAGENS GRÁFICAS	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	FORTALEZA	31,0	Selecionado
48	on-2065172281	DIELAN DA SILVA VIANA FAUSTINO	DIVA	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	MARACANAÚ	42,7	Classificável
49	on-1673860051	DÉBORA INGRID BARBOSA DIMAS CSEMIRO	VOO TEATRAIS - MULHERES E RURALIDADES	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	RUSSAS	51,0	Selecionado
50	on-10303148	EDCEU BARBOZA DE SOUZA	(COR)PO[FÊ]STA - SAMBA PRA FALAR DE NÓIS.	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	CRATO	43,7	Selecionado (Ampla Concorrência)*
51	on-34279987	EDSON CARLOS PORTELA	EU QUERO MEUS DIREITOS!	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	GROAÍRAS	35,7	Classificável
52	on-5657595	EDUARDO DE SOUSA ABREU	CORAÇÕES PERCUSSIVOS: A MAGIA MUSICAL DOS EXUS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	27,7	Classificável
53	on-484335563	ELEONARDO SILVA DE SOUZA	MARULHA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	CASCADEL	42,2	Classificável
54	on-246965262	ELISNEUDO FONSECA LIMA	GAIOLA DAS LOUCAS, A MUNDIÇA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	23,0	Desclassificado
55	on-2018983928	ELISÂNGELA DE CASTRO SABOIA	BOI BASEIRO: BRINCADEIRAS DE "AJUNTAR" EM TERREIROS DE TRADIÇÃO	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	CASCADEL	48,7	Selecionado
56	on-1538480666	ELIZABETH FERNANDES CORDEIRO	BRINCADEIRAS PERDIDAS – 20 ANOS	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	JUAZEIRO DO NORTE	38,8	Classificável (Cota Proponente Negro)
57	on-1898987593	EMANOEL WANDERSON SIEBRA SILVA	DA PERIFERIA À PERIFERIA (CIRCULANDO COM O INFANTIL DO COLETIVO ATUANTES EM CENA)	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	JUAZEIRO DO NORTE	46,3	Selecionado (Cota Proponente Negro)
58	on-766006202	EMERSON BASTOS	PAUS: UM DIVÃ	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	45,7	Selecionado
59	on-1953134376	ERICA GOMES CARDOSO	ARTE EM AÇÃO: TRANSFORMANDO VIDAS NA CASA DA COMÉDIA CEARENSE	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	FORTALEZA	35,0	Selecionado
60	on-1532497604	EVANDRO TEIXEIRA GOMES JÚNIOR	IR E VIR BODE IOIÓ: O BODE QUER	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	47,0	Classificável
61	on-1582659695	FELIPE NASCIMENTO DE CASTRO SIQUEIRA	REFUNDAÇÃO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	SOBRAL	40,5	Classificável
62	on-1061976579	FERNANDA DUARTE PIMENTEL	"VIOLETA, O CANTO DE TODOS EM TODOS OS CANTOS"	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	41,7	Classificável
63	on-1016092640	FERNANDA FRANCO ZEBBALOS	ANNONIMOS 18 ANOS	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	48,3	Classificável
64	on-1394411046	FLAVIA CAVALCANTE TAVARES	NA BEIRA - CIRCULAÇÃO 20 ANOS GARAJAL	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	49,8	Selecionado
65	on-1500739817	FRANCISCO ANDRE PEREIRA	CIA. TEATRAL TAMA	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	URUBURETAMA	6,7	Desclassificado
66	on-1574975317	FRANCISCO DANIEL ALVES	SALMO 91	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	28,3	Classificável (Cota Proponente Negro)
67	on-1085688559	FRANCISCO ERIK WASHINGTON MARQUES DA SILVA	DOCE ENCANTO	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	FORTALEZA	39,2	Selecionado (Ampla Concorrência)*



Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPOSITANTE	PROJETO	CATEGORIA	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
68	on-318666842	FRANCISCO FRANCINER LOURENÇO LIMA	CAVALO, BORBOLETAS E CANOAS	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	RUSSAS	36,5	Selecionado (Ampla Concorrência)*
69	on-945040993	FRANCISCO GILVAN JUSTINO ALVES	O DRAGÃO NUCLEAR: A PELEJA DA VIDA E MORTE NO SERTÃO*	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	ITATIRA	39,5	Classificável
70	on-1220572366	FRANCISCO GOLDEMBERG DE SOUZA BATISTA	ESPETÁCULO - BRUJAS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	CAUCAIA	43,6	Classificável
71	on-278155165	FRANCISCO HAROLDO ARAGÃO FILHO	GRATILUZ - A TRAGÉDIA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	34,2	Classificável
72	on-1344561956	FRANCISCO OLAVO NEVES RODRIGUES DE SOUSA	EMBALA EU	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	CRATEÚS	30,7	Classificável
73	on-1253392364	FRANCISCO RAFAEL ALVES PEREIRA	OFICINA DE INICIAÇÃO TEATRAL	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	MILAGRES	22,5	Desclassificado
74	on-1748309006	FRANCISCO RAFAEL DA SILVA SEMINO	DRAMATURGIA E MISTÉRIO: AS HISTÓRIAS ASSOMBROSAS DO CEARÁ	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	FORTALEZA	25,8	Selecionado (Ampla Concorrência)*
75	on-1556684497	FRANCISCO RAFAEL DO NASCIMENTO RODRIGUES	ESPETÁCULO: O CANTO DA CORUJA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	31,9	Classificável (Cota Proponente Negro)
76	on-1661496084	FRANCISCO ROBERTO DE MENEZES	BEM VINDO AO TOUR NA CAVERNA PELA A IDADE DA TERRA - TURNÊ REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	48,7	Classificável
77	on-1344284749	FRANCISCO WESLEY MARQUES DANTAS	PANEM ET CIRCENSES	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	30,6	Classificável
78	on-1844600865	GABRIEL ANGELO DE LUNA SILVA	ENTREMEIOS POÉTICOS: MONTAGEM/ CRIAÇÃO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	JUAZEIRO DO NORTE	34,5	Classificável
79	on-196431477	GEANE ALBUQUERQUE DE SOUZA	PUBLICAMENTE INQUIETA: AÇÃO E MANUTENÇÃO EM GRUPO	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	FORTALEZA	41,7	Selecionado
80	on-296505542	GYL GIFFONY ARAUJO MOURA	VOCÊ ESTEVE AQUI	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	46,5	Selecionado
81	on-228462278	HEMETÉRIO SEGUNDO PEREIRA ARAÚJO	GRUPO ARTE DE VIVER	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	FORTALEZA	18,2	Desclassificado
82	on-2037139267	HERELANA DIAS DE AQUINO	TERRA-MULHER: RAÍZES DE RESISTÊNCIA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	48,5	Selecionado
83	on-1487218401	HILTON DA COSTA ANDRADE	OS TAMBORETES	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	CAUCAIA	44,7	Classificável
84	on-1003036536	HIROLDO FRANKLIN GURGEL SERRA	QUE COINCIDÊNCIA É O AMOR	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	35,0	Selecionado (Cota Proponente Com Deficiência)
85	on-671365134	ISABEL GOMIDE FRANÇA	CONTOS EM MINIATURAS - UM PEQUENO ESPETÁCULO PARA PEQUENOS CORAÇÕES	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	JUAZEIRO DO NORTE	41,0	Classificável
86	on-1519612728	ISABELLA CAVALCANTI NASCIMENTO	BAGACEIRA MANUTENÇÃO: DEU VONTADE DE NÃO MORRER	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	FORTALEZA	43,5	Selecionado
87	on-724377247	JANSEN VIANA	IGBOYA - A CORAGEM PRETA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	32,8	Classificável (Cota Proponente Negro)
88	on-351173990	JOABY LIMA DUARTE	MAMBEMBE DO MACIÇO	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	ARATUBA	38,8	Classificável
89	on-1880895331	JOHN WESLEY DE OLIVEIRA MONTEIRO	CIA. DEGRAUS, 40 ANOS FAZENDO A CULTURA ACONTECER.	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	BATURITÉ	29,8	Classificável
90	on-790982128	JONAS ALVES SILVA JUNIOR	MITI – MOSTRA IGUAUENSE DE TEATRO INFANTIL	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	IGUATU	23,8	Classificável
91	on-1160056159	JONATHAN DOS SANTOS COUTINHO	A ESCOLINHA DO MAR	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	38,0	Classificável
92	on-1938769757	JOSÉ AFONSO TEIXEIRA FILHO	VOLARE: DE BRASIL PARA EL MUNDO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	39,3	Classificável
93	on-748173571	JOSÉ CARDOSO BEZERRA DE OLIVEIRA BRITO	TEATRO LAMA: MULTIPLICADORES DA CENAS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	BREJO SANTO	29,5	Classificável (Cota Proponente Negro)
94	on-2064127710	JOSÉ EDSON CÂNDIDO ALVES	CURRAL DAS ÉGUAS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	36,3	Classificável
95	on-1284182600	JOSÉ ELVIS BARBOSA DE ALENCAR	O BACURIM DO COVEIRO - DO CORDEL PARA OS PALCOS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	ASSARÉ	23,5	Desclassificado
96	on-1259035716	JOSÉ FÁBIO DE SOUSA	BINHO EM: SENTA QUE LÁ VEM A HISTÓRIA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	HORIZONTE	26,3	Classificável (Cota Proponente Negro)
97	on-895974532	JOSÉ JÚNIOR SANTOS DE ARAÚJO	EXPEDIÇÃO URANO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	40,3	Classificável
98	on-1545339442	JOSÉ VALTEMIR BARREIRA JUNIOR	LAMPEJO - MEMÓRIA EM TRÂNSITO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	32,5	Classificável
99	on-449846981	JOSÉ WELLINGTON PEREIRA DE QUEIROZ	O AUTO DO CUMPADE CIDO	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	CAUCAIA	31,3	Classificável (Cota Proponente Negro)
100	on-1818896094	JOYCE CUSTÓDIO DE FREITAS	OLHOS D'ÁGUA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	QUIXADÁ	42,0	Classificável
101	on-347340806	JOÃO ARLESON DA SILVA MORAIS	DE ONDE VEM O BAIÃO TEATRO, INF NCIA E MEIO AMBIENTE	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	PACAJUS	44,3	Classificável (Cota Proponente Negro)
102	on-372510052	JOÃO MARTINS DE MESQUITA JUNIOR	VENTINHO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	43,6	Classificável
103	on-667571732	JOÃO VICTOR PAIVA AZEVEDO	INTERIORES - A ARTE PELAS TERRAS DO SERTÃO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	GROAÍRAS	29,0	Classificável
104	on-1040406270	JUCILEUDO DANTAS DE SOUZA	SEDE CULTURAL GRUPO BASE DE TEATRO	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	CASCABEL	36,0	Selecionado
105	on-1301771082	JURACY DO NASCIMENTO PINTO	OS CLOWNS DEGRAUS - VIAJANDO NO MUNDO MÁGICO	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	BATURITÉ	38,7	Classificável
106	on-1257775559	JUVILLIAN CARNEIRO COSTA	O AUTO DA PEDRA LASCADA	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	ITAPIOCA	43,3	Classificável (Cota Proponente Com Deficiência)
107	on-273621191	JÉSSICA PEREIRA DA SILVA	UM PÉ DE MORINGA - TEATRO SOB DUAS RODAS	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	CAUCAIA	47,2	Selecionado
108	on-690708885	JÚLIO CESAR COSTA	PROJETO MUSICAL RITA DE CÁSSIA. O BRILHO DA LUA SOBRE O MAR	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	31,2	Classificável (Cota Proponente Com Deficiência)
109	on-1648893983	KARLA KARENINA SALES FERNANDES	SOLOS - CINCO VOZES, UMA ATRIZ.	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	33,3	Classificável
110	on-1880514926	KEVEN VILMAR DA SILVA ROCHA	O CONCERTO DO SR. PARAFUSO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	39,5	Selecionado (Cota Proponente Negro)
111	on-638806359	KLEDIANE SOUSA CORDEIRO FURTADO	CIA CRIANDO ARTE - CASA CRIAR	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	VARJOTA	19,0	Desclassificado



Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Categoria	Município	Nota	Situação
112	on-1592813319	LEANDRO DE SOUSA GONÇALVES	CIRCULA TEATRO AMBIENTAL	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	QUIXERAMOBIM	37,8	Classificável
113	on-1517767664	LEUISE LOPES FURTADO	OBA! HOJE TEM TEATRO!	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	FORTALEZA	42,2	Selecionado
114	on-1061321500	LORENA OLIVEIRA GALINDO ALMEIDA	DONA: UM ESPETÁCULO INSPIRADO NA OBRA SENHORA DE JOSÉ DE ALENCAR	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	36,3	Classificável
115	on-1233920722	LUCAS DE SOUZA GERMANO	5º OFICINA DE ATORES DA CIA. DEGRAUS- INCLUSÃO, PRÁTICA E PERCEPÇÃO.	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	BATURITÉ	31,2	Selecionado
116	on-492770590	LUCIANA GOMES DE ANDRADE	ESPETÁCULO SOU CABRA DA PESTE	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	PARAIPABA	31,8	Classificável
117	on-1006850249	LUCIANO ALVES LOPES	MARIQUINHA MARICOTA	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	44,0	Classificável
118	on-1173827410	LUIS CARLOS CANDIDO SOUZA	CIRCUITO METROPOLITANO: CANGAIAS 13 ANOS	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	MARACANAÚ	48,7	Selecionado (Ampla Concorrência)*
119	on-1920295224	LUIZ EDUARDO SOUZA SILVA	40º PAIXÃO DE CRISTO DA CIA. DEGRAUS - JESUS É A PALAVRA E A VIDA.	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	BATURITÉ	25,3	Classificável
120	on-166203390	MALIKA	MLK - UMA CARTA PARA OS M(EUS)	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	SOBRAL	35,3	Classificável (Cota Proponente Negro)
121	on-674633806	MARCELINO CÂMARA GOMES	GRUPO CATAVENTO: 35 ANOS DE TEATRO INFANTIL	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	FORTALEZA	32,0	Classificável (Cota Proponente Com Deficiência)
122	on-1462661767	MARCELLO EMILIANO PEREIRA GIRÃO	A MULHER QUE ENTENDEU TUDO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	MORADA NOVA	40,8	Classificável
123	on-1497130224	MARCIA MARIA DE OLIVEIRA LIMA	GALPÃO DAS ARTES: MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	RUSSAS	40,0	Selecionado
124	on-367281561	MARCOS ANDRÉ VIDAL GIRÃO	ATIRASTE UMA PEDRA - CIRCULAÇÃO 05 ANOS	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	43,3	Classificável
125	on-431574731	MARIA CRISTINA BORGES FRANCESCUTTI	2º LABORATÓRIO TRUPE DO RISO EM PALHAÇARIA - ANO 2024	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	FORTALEZA	21,5	Desclassificado
126	on-1416246987	MARIA DA CONCEICAO DA COSTA SOARES	MAS PERAI, DE ONDE EU VIM?	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	42,8	Classificável (Cota Proponente Negro)
127	on-1168054906	MARIA DO ESPÍRITO SANTO DE SOUSA	CIA. ARGUMENTO COM O PÉ NA ESTRADA.	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	52,0	Selecionado
128	on-1523984618	MARIA DO SOCORRO DE SOUSA SILVA	SARAU CULTURAL: RESGATE A ARTE POPULAR DE MORADA NOVA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	MORADA NOVA	0,0	Desclassificado
129	on-146604736	MARIA ILZENIR GERMANO DOS SANTOS	TEATRO COMO OFICINA: NO TERREIRO DE CASA A GENTE VIRA SER TÃO	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	ITATIRA	23,2	Desclassificado
130	on-134308840	MARIA JOAQUINA CARLOS	MEMORÁVEIS NARRATIVAS DE BEM QUERERES	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	JUAZEIRO DO NORTE	47,0	Classificável
131	on-1180372466	MARIA JOSE DA SILVA MELO FIGUEIREDO	TANGO PARA HELÔ	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	25,8	Classificável
132	on-1064056404	MARIA JOSILENE DE FREITAS MEDEIROS	ESPETÁCULO TEATRAL "AS DORES DAS MARIAS DESSE CHÃO" - DIFUSÃO DA CULTURA TEATRAL DE BASE COMUNITÁRIA.	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	ICAPUÍ	35,2	Classificável
133	on-362051361	MARIA LIDUINA COSTA	PÁGINAS DO JAGUARIBE, UM RIO DE LETRAS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	LIMOEIRO DO NORTE	27,4	Classificável
134	on-1028801401	MARIA RAÍSSALA BEZERRA FERNANDES	ENTRELAÇAMENTOS E MEMÓRIAS	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	CRATO	44,5	Selecionado
135	on-1732321996	MARIA SHIRLEY CHAVES PEREIRA	ARTE DE INCLUIR	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	FORTALEZA	23,7	Desclassificado
136	on-1403744966	MARIA TATIANE DE SOUSA FREITAS	LUZ ORDINÁRIA - SOMBRA MESTIÇA	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	FORTALEZA	42,0	Selecionado (Ampla Concorrência)*
137	on-2144541048	MATEUS MESQUITA FREITAS	UM AMOR ASTRONÔMICO	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	49,5	Selecionado (Ampla Concorrência)*
138	on-1862673927	MATHEUS COSMO DE ALMEIDA	TEATRO E AUTOCONHECIMENTO NA INFÂNCIA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	30,2	Classificável
139	on-716574713	MATHEUS GOMIDE FRANÇA	TAL MÃE, TAL FILHA	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	JUAZEIRO DO NORTE	46,3	Classificável
140	on-160301427	MATHEUS NORONHA CHAVES	REMONTAGEM DO "NADA COMO VIVER: UM ESPETÁCULO COM CANÇÕES DO BELCHIOR"	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	FORTALEZA	20,8	Desclassificado
141	on-1403334472	MAURO CESAR ALVES	SERTÃO INVISÍVEL	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	SOLOMÓPOLE	33,9	Classificável
142	on-649543210	MAYCON WILLIAM RODRIGUES DE AZEVEDO	CASSACOS - OU SOBRE INVENTAR SERTÕES	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	VARJOTA	42,0	Classificável
143	on-1458593451	MICHELLE AYRES GANDOLPHI	CRISTAIS BRINCANTES	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	CAUCAIA	41,3	Classificável
144	on-1883138646	MICHELLE DANIELLE FEITOSA FERRUCIO PONTES	TEATRO E AUTISMO: ARTE E ENFRENTAMENTO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	JUAZEIRO DO NORTE	31,8	Classificável
145	on-258359844	MOISÉS FILIPE CARVALHO	GATO PRETO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	CAUCAIA	44,6	Selecionado
146	on-1234847263	MURILO RAMOS DA COSTA	BURLE MARX - O JARDINEIRO DO BRASIL	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	36,3	Classificável
147	on-1294345342	NAIANE ALVES DE LIMA	I FESTIVAL CEARENSE DE CASAMENTO MATUTO	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	ARATUBA	0,0	Desclassificado
148	on-292705047	NAIRTON SANTOS PINHEIRO	CICURLAÇÃO CO.VIL	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	47,8	Selecionado (Cota Proponente Negro)
149	on-1853304539	NATALIA LIMA COSTA	UM INIMIGO DO POVO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	33,6	Classificável (Cota Proponente Negro)
150	on-597495924	NÁDIA DA SILVA CAMUÇA	LÍNGUAS COMO QUE DE FOGO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	43,9	Classificável
151	on-1024335782	PATRÍCIA REGIA OLIVEIRA DE ARAUJO	CRUARTEVIDA	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	FORTALEZA	17,0	Desclassificado
152	on-454711466	PATRÍCIO RAMONN TEIXEIRA LIRA	FOLHAS AVULSAS	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	PACAJUS	36,7	Classificável
153	on-394354224	PAULA CRISTIANE SILVA	FAZARTE	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	FARIAS BRITO	12,0	Desclassificado
154	on-1306727763	PAULO ROBERTO CANDIDO DE OLIVEIRA	SIM, NÓS FAZEMOS TEATRO!	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	FORTALEZA	46,1	Selecionado (Ampla Concorrência)*
155	on-1289775846	PAULO ROBERTO VIANNA JUNIOR	MONTAÇÃO - O MUSICAL	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	40,3	Classificável

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Categoria	Município	Nota	Situação
156	on-99564753	PEDRO RÓBERIO FAUSTINO DA SILVA	BACIA DAS ALMAS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	MARACANAÚ	16,8	Desclassificado
157	on-293415172	PRISCILA QUEIROZ FREIRE	CAMINHO DE PEDRAS: ALQUIMIA DAS ALEGRIAS POSSÍVEIS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	40,6	Classificável
158	on-1548838467	QUEZIA JULIETE GOMES PORTELA	O TEATRO QUE SE MOVE	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	FORTALEZA	34,3	Selecionado (Cota Proponente Com Deficiência)
159	on-424300656	RAIMUNDO HOTOMBERG ALVES DE QUEIROZ	MANIFESTO DO RESPEITO	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	QUIXADÁ	37,0	Classificável (Cota Proponente Negro)
160	on-254034627	RAIMUNDO MOREIRA DA COSTA	CIA. PRISMA DE ARTES E SUA COMUNIDADE.	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	FORTALEZA	35,4	Classificável
161	on-977101665	RANGIEL SANTOS BENTO SILVA	CONEXÕES TEATRAIS	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	MILAGRES	29,2	Classificável
162	on-1122113594	RICARDO TABOSA DE SOUSA	METENDO A BOCA - CIRCULAÇÃO	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	50,5	Selecionado
163	on-1905721607	ROBERTA SORAIA MOURA FERREIRA	FEITAS DE NÓS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	39,5	Classificável
164	on-1258693361	ROBERTA WERMONT RIBEIRO UCHÔA	ALTERADA, PORÉM MEDICADA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	30,0	Classificável
165	on-1064262690	ROSANA TAYNARA BRAGA REIS	APAVORAÇÃO, DE PROCURA-SE MARLY	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	REDENÇÃO	42,7	Classificável
166	on-1418748749	SILVIANNE LIMA DE FREITAS	GRUPO PAVILHÃO DA MAGNÓLIA - OCUPAÇÃO ABSURDA!	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	FORTALEZA	41,4	Selecionado
167	on-810048909	SIOMAR KOHLER ZIEGLER	SEMEANDO TEATRO EM BELAS ÁGUAS	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	FORTALEZA	24,4	Selecionado
168	on-1250842821	TALITA ALMEIDA FIGUEIREDO	DEGRINGOLOU	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	35,0	Classificável (Cota Proponente Com Deficiência)
169	on-667054187	TAYNÁRIA ROMÃO DA SILVA	CASA CRIATIVA - TECENDO ABRAÇOS E SABERES	GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00	TAUÁ	41,2	Selecionado
170	on-1960725324	THIAGO ARAUJO PINTO	DEPOIS DAS ONZE	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	45,7	Classificável
171	on-1319980565	THIAGO ARRAIS PEREIRA	KARTAS KAFKA: UM PÉRIPOLO METROPOLITANO	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	25,5	Classificável
172	on-1366188979	THYAGO TEIXEIRA FARIAS	TEATRO NUM SOPRO DE VIDA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	SOBRAL	35,0	Classificável
173	on-656233292	TIAGO FERREIRA BEZERRA	"CONTOS AFRO-BRASILEIROS: RESGATANDO NOSSA CULTURA ATRAVÉS DAS NARRATIVAS TRADICIONAIS"	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	PENTECOSTE	34,0	Classificável (Cota Proponente Negro)
174	on-1747780270	TIETA MACAU	A'MASSA: PINDORAMA SAMPLEADA	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	45,3	Selecionado (Ampla Concorrência)*
175	on-1442473400	UERLLEY ALLAND COSTA SOARES	O CANTO DAS ÍRIAS	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	24,3	Classificável
176	on-1353333229	VERÔNICA MENEZES SANTOS SALVIANO	VOU TE CONTAR	PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00	FORTALEZA	14,8	Desclassificado
177	on-2114718828	VILANI MARCELINO FERREIRA	RETALHOS E NÓS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	CRATO	42,2	Selecionado (Cota Proponente Negro)
178	on-1335521300	VITOR DAMASCENO COSTA	MEMÓRIAS DO DRAMA: COMÉDIAS E BAILADOS PELAS ESTRADAS DO CEARÁ	DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00	CASCADEL	49,7	Selecionado
179	on-1949377948	WESLEY AZEVEDO LOBO SOARES	PRETO REI: CRIAÇÃO E MONTAGEM DE UM ESPETÁCULO PARA AS INFÂNCIAS NEGRAS	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	28,4	Classificável
180	on-1887178343	WILLIAM AXEL DA SILVA MOREIRA	QUASE DEVASSOS EM UM QUASE PARAÍSO	PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00	FORTALEZA	33,1	Classificável

DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00 - AMPLA CONCORRÊNCIA - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
1	on-1168054906	MARIA DO ESPÍRITO SANTO DE SOUSA	CIA. ARGUMENTO COM O PÉ NA ESTRADA.	FORTALEZA	52,0	Selecionado
2	on-1122113594	RICARDO TABOSA DE SOUSA	METENDO A BOCA - CIRCULAÇÃO	FORTALEZA	50,5	Selecionado
3	on-1394411046	FLAVIA CAVALCANTE TAVARES	NA BEIRA - CIRCULAÇÃO 20 ANOS GARAJAL	FORTALEZA	49,8	Selecionado
4	on-2144541048	MATEUS MESQUITA FREITAS	UM AMOR ASTRONÔMICO	FORTALEZA	49,5	Selecionado (Ampla Concorrência)*
5	on-1659390083	BRENA CANTO BASTOS	SEMEAR MARGARIDAS- CIRCULAÇÃO DE MARGARIDA CONTRA TANQUES.	FORTALEZA	48,7	Selecionado (Ampla Concorrência)*
6	on-1661496084	FRANCISCO ROBERTO DE MENEZES	BEM VINDO AO TOUR NA CAVERNA PELA A IDADE DA TERRA - TURNÊ REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	FORTALEZA	48,7	Classificável
7	on-1078083766	BRUNO LIMA MARIANO	LEMBRA DA CANÇÃO: 15 ANOS DE VITROLA NOVA	FORTALEZA	48,3	Classificável
8	on-1016092640	FERNANDA FRANCO ZEBBALOS	ANNONIMOS 18 ANOS	FORTALEZA	48,3	Classificável
9	on-1290692326	CLÁUDIO HENRIQUE TOMAZ IVOZ IVO	MARIA SEVERINA BRASILEIRA DA SILVA	FORTALEZA	47,3	Classificável
10	on-1532497604	EVANDRO TEIXEIRA GOMES JÚNIOR	IR E VIR BODE IOIÔ: O BODE QUER	FORTALEZA	47,0	Classificável
11	on-1500452700	AYUME DA SILVA ANDRADE	CARNEPRATA	FORTALEZA	45,8	Classificável
12	on-1960725324	THIAGO ARAUJO PINTO	DEPOIS DAS ONZE	FORTALEZA	45,7	Classificável
13	on-1006850249	LUCIANO ALVES LOPES	MARIQUINHA MARICOTA	FORTALEZA	44,0	Classificável
14	on-367281561	MARCOS ANDRÉ VIDAL GIRÃO	ATIRASTE UMA PEDRA - CIRCULAÇÃO 05 ANOS	FORTALEZA	43,3	Classificável
15	on-1416246987	MARIA DA CONCEICAO DA COSTA SOARES	MAS PERÁI, DE ONDE EU VIM?	FORTALEZA	42,8	Classificável
16	on-818026643	ANNA KAROLINE CARDOSO DE AQUINO	ESPETÁCULO SEGUNDA CLASSE - CIRCULAÇÃO	FORTALEZA	42,7	Classificável
17	on-1061976579	FERNANDA DUARTE PIMENTEL	"VIOLETA, O CANTO DE TODOS EM TODOS OS CANTOS"	FORTALEZA	41,7	Classificável
18	on-1130636107	BERNARDO FERREIRA LUCAS FILHO	AS TRAMBIQUEIRAS	FORTALEZA	41,2	Classificável
19	on-301147194	ALUÍSIO VIEIRA DA SILVA FILHO	O ULTIMO METRÔ	FORTALEZA	40,7	Classificável
20	on-1160056159	JONATHAN DOS SANTOS COUTINHO	A ESCOLINHA DO MAR	FORTALEZA	38,0	Classificável
21	on-1000554352	ANTÔNIO CÉLIO PINTO LIMA	VEM BUDEGAR COM OS FI DE CHICO NA BUDEGA DO FUXICO	FORTALEZA	37,3	Classificável
22	on-318904651	ANA MARIA CASTRO SOUSA	A CADEIRA	FORTALEZA	35,8	Classificável
23	on-1648893983	KARLA KARENINA SALES FERNANDES	SOLOS - CINCO VOZES, UMA ATRIZ.	FORTALEZA	33,3	Classificável
24	on-764034468	DAVID MARCELO ALENCAR SILVEIRA	OÁSIS SILVIA MOURA: VIVÊNCIAS EM TEATRO RELACIONAL.	FORTALEZA	30,0	Classificável
25	on-1319980565	THIAGO ARRAIS PEREIRA	KARTAS KAFKA: UM PÉRIPOLO METROPOLITANO	FORTALEZA	25,5	Classificável
26	on-1442473400	UERLLEY ALLAND COSTA SOARES	O CANTO DAS ÍRIAS	FORTALEZA	24,3	Classificável

DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES NEGROS - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
1	on-292705047	NAIRTON SANTOS PINHEIRO	CICURLAÇÃO CO.VIL	FORTALEZA	47,8	Selecionado (Cota Proponente Negro)
2	on-1862755521	ANA MARLENE FERREIRA LIMA	SRTA MARSHMALOW	FORTALEZA	45,8	Selecionado (Cota Proponente Negro)
3	on-1416246987	MARIA DA CONCEICAO DA COSTA SOARES	MAS PERAI, DE ONDE EU VIM?	FORTALEZA	42,8	Classificável (Cota Proponente Negro)

DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES INDÍGENAS - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES QUILOMBOLAS - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES COM DEFICIÊNCIA - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00 - AMPLA CONCORRÊNCIA - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
1	on-1673860051	DÉBORA INGRID BARBOSA DIMAS CSEMIRO	VOO TEATRAIS - MULHERES E RURALIDADES	RUSSAS	51,0	Selecionado
2	on-1335521300	VITOR DAMASCENO COSTA	MEMÓRIAS DO DRAMA: COMÉDIAS E BAILADOS PELAS ESTRADAS DO CEARÁ	CASCABEL	49,7	Selecionado
3	on-1173827410	LUIS CARLOS CANDIDO SOUZA	CIRCUITO METROPOLITANO: CANGAIAS 13 ANOS	MARACANAÚ	48,7	Selecionado (Ampla Concorrência)*
4	on-2018983928	ELISÂNGELA DE CASTRO SABOIA	BOI BASEIRO: BRINCADEIRAS DE "AJUNTAR" EM TERREIROS DE TRADIÇÃO	CASCABEL	48,7	Selecionado
5	on-273621191	JÉSSICA PEREIRA DA SILVA	UM PÉ DE MORINGA - TEATRO SOB DUAS RODAS	CAUCAIA	47,2	Selecionado
6	on-134308840	MARIA JOAQUINA CARLOS	MEMORÁVEIS NARRATIVAS DE BEM QUERERES	JUAZEIRO DO NORTE	47,0	Classificável
7	on-716574713	MATHEUS GOMIDE FRANÇA	TAL MÃE, TAL FILHA	JUAZEIRO DO NORTE	46,3	Classificável
8	on-1487218401	HILTON DA COSTA ANDRADE	OS TAMBORETES	CAUCAIA	44,7	Classificável
9	on-347340806	JOÃO ARLESON DA SILVA MORAIS	DE ONDE VEM O BAIÃO TEATRO, INF NCIA E MEIO AMBIENTE	PACAJUS	44,3	Classificável
10	on-1257775559	JUVILLIAN CARNEIRO COSTA	O AUTO DA PEDRA LASCADA	ITAPIPOCA	43,3	Classificável
11	on-1081678009	ANTONIO KLEBER PINHEIRO DO Ó	ESPETÁCULO O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE 1932 - CIA ARAUTOS DO BONFIM	SENADOR POMPEU	43,0	Classificável
12	on-1064262690	ROSANA TAYNARA BRAGA REIS	APAVORAÇÃO, DE PROCURA-SE MARLY	REDENÇÃO	42,7	Classificável
13	on-2065172281	DIELAN DA SILVA VIANA FAUSTINO	DIVA	MARACANAÚ	42,7	Classificável
14	on-1458593451	MICHELLE AYRES GANDOLPHI	CRISTAIS BRINCANTES	CAUCAIA	41,3	Classificável
15	on-1239692459	CICERO DAVI DE SOUSA ALVES	O REI ANALFABETO NO REINO DA GRAMÁTICA	JUAZEIRO DO NORTE	41,0	Classificável
16	on-771906027	DARLAN CORREIA DA SILVA	CIRCULAÇÃO DA PAIXÃO DE CRISTO MONTE-MOR: TURISMO, CULTURA E FÉ NA SERRA DE BATURITÉ.	BATURITÉ	40,8	Classificável
17	on-359356940	ALFREDO PEREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR	DEMARCANDO ESPAÇOS: MULHERES INDÍGENAS CEARENSES	NOVA RUSSAS	39,0	Classificável
18	on-351173990	JOABY LIMA DUARTE	MAMBEMBE DO MACIÇO	ARATUBA	38,8	Classificável
19	on-1538480666	ELIZABETH FERNANDES CORDEIRO	BRINCADEIRAS PERDIDAS – 20 ANOS	JUAZEIRO DO NORTE	38,8	Classificável
20	on-1301771082	JURACY DO NASCIMENTO PINTO	OS CLOWNS DEGRAUS - VIAJANDO NO MUNDO MÁGICO	BATURITÉ	38,7	Classificável
21	on-1592813319	LEANDRO DE SOUSA GONÇALVES	CIRCULA TEATRO AMBIENTAL	QUIXERAMOBIM	37,8	Classificável
22	on-424300656	RAIMUNDO HOTOMBERG ALVES DE QUEIROZ	MANIFESTO DO RESPEITO	QUIXADÁ	37,0	Classificável
23	on-454711466	PATRÍCIO RAMONN TEIXEIRA LIRA	FOLHAS AVULSAS	PACAJUS	36,7	Classificável
24	on-1064056404	MARIA JOSILENE DE FREITAS MEDEIROS	ESPETÁCULO TEATRAL "AS DORES DAS MARIAS DESSE CHÃO" - DIFUSÃO DA CULTURA TEATRAL DE BASE COMUNITÁRIA.	ICAPUI	35,2	Classificável
25	on-1280247688	ANTONIO MARQUES LUCAS PIMENTA	ANANCE - O DONO DAS HISTÓRIAS	PACAJUS	33,5	Classificável
26	on-449846981	JOSÉ WELLINGTON PEREIRA DE QUEIROZ	O AUTO DO CUMPADE CIDO	CAUCAIA	31,3	Classificável
27	on-977101665	RANGIEL SANTOS BENTO SILVA	CONEXÕES TEATRAIS	MILAGRES	29,2	Classificável
28	on-790982128	JONAS ALVES SILVA JUNIOR	MITI – MOSTRA IGUA TUENSE DE TEATRO INFANTIL	IGUATU	23,8	Classificável
29	on-146604736	MARIA ILZENIR GERMANO DOS SANTOS	TEATRO COMO OFICINA: NO TERREIRO DE CASA A GENTE VIRA SER TÃO	ITATIRA	23,2	Desclassificado
30	on-1294345342	NAIANE ALVES DE LIMA	I FESTIVAL CEARENSE DE CASAMENTO MATUTO	ARATUBA	0,0	Desclassificado

DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES NEGROS - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
1	on-1898987593	EMANOEL WANDERSON SIEBRA SILVA	DA PERIFERIA À PERIFERIA (CIRCULANDO COM O INFANTIL DO COLETIVO ATUANTES EM CENA)	JUAZEIRO DO NORTE	46,3	Selecionado (Cota Proponente Negro)
2	on-347340806	JOÃO ARLESON DA SILVA MORAIS	DE ONDE VEM O BAIÃO TEATRO, INF NCIA E MEIO AMBIENTE	PACAJUS	44,3	Classificável (Cota Proponente Negro)
3	on-359356940	ALFREDO PEREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR	DEMARCANDO ESPAÇOS: MULHERES INDÍGENAS CEARENSES	NOVA RUSSAS	39,0	Classificável (Cota Proponente Negro)
4	on-1538480666	ELIZABETH FERNANDES CORDEIRO	BRINCADEIRAS PERDIDAS – 20 ANOS	JUAZEIRO DO NORTE	38,8	Classificável (Cota Proponente Negro)
5	on-424300656	RAIMUNDO HOTOMBERG ALVES DE QUEIROZ	MANIFESTO DO RESPEITO	QUIXADÁ	37,0	Classificável (Cota Proponente Negro)
6	on-449846981	JOSÉ WELLINGTON PEREIRA DE QUEIROZ	O AUTO DO CUMPADE CIDO	CAUCAIA	31,3	Classificável (Cota Proponente Negro)

DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES INDÍGENAS - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES QUILOMBOLAS - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						



DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES COM DEFICIÊNCIA - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
1	on-1438611351	ANTÔNIA VIRGÍNIA DE OLIVEIRA ALVES	SHOWSPETACULO FLOR DE MANDACARU	SOBRAL	44,7	Selecionado (Cota Proponente Com Deficiência)
2	on-1257775559	JUVILLIAN CARNEIRO COSTA	O AUTO DA PEDRA LASCADA	ITAPIPOCA	43,3	Classificável (Cota Proponente Com Deficiência)

GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00 - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
1	on-1306727763	PAULO ROBERTO CANDIDO DE OLIVEIRA	SIM, NÓS FAZEMOS TEATRO!	FORTALEZA	46,1	Selecionado (Ampla Concorrência)*
2	on-1519612728	ISABELLA CAVALCANTI NASCIMENTO	BAGACEIRA MANUTENÇÃO: DEU VONTADE DE NÃO MORRER	FORTALEZA	43,5	Selecionado
3	on-196431477	GEANE ALBUQUERQUE DE SOUZA	PUBLICAMENTE INQUIETA: AÇÃO E MANUTENÇÃO EM GRUPO	FORTALEZA	41,7	Selecionado
4	on-1418748749	SILVIANNE LIMA DE FREITAS	GRUPO PAVILHÃO DA MAGNÓLIA - OCUPAÇÃO ABSURDA!	FORTALEZA	41,4	Selecionado
5	on-254034627	RAIMUNDO MOREIRA DA COSTA	CIA. PRISMA DE ARTES E SUA COMUNIDADE.	FORTALEZA	35,4	Classificável
6	on-674633806	MARCELINO CÂMARA GOMES	GRUPO CATAVENTO: 35 ANOS DE TEATRO INFANTIL	FORTALEZA	32,0	Classificável
7	on-1732321996	MARIA SHIRLEY CHAVES PEREIRA	ARTE DE INCLUIR	FORTALEZA	23,7	Desclassificado
8	on-431574731	MARIA CRISTINA BORGES FRANCESCUTTI	2º LABORATÓRIO TRUPE DO RISO EM PALHAÇARIA – ANO 2024	FORTALEZA	21,5	Desclassificado
9	on-160301427	MATHEUS NORONHA CHAVES	REMONTAGEM DO “NADA COMO VIVER: UM ESPETÁCULO COM CANÇÕES DO BELCHIOR”	FORTALEZA	20,8	Desclassificado
10	on-228462278	HEMETÉRIO SEGUNDO PEREIRA ARAÚJO	GRUPO ARTE DE VIVER	FORTALEZA	18,2	Desclassificado
11	on-1024335782	PATRÍCIA REGIA OLIVEIRA DE ARAUJO	CRIARTEVIDA	FORTALEZA	17,0	Desclassificado

GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00 - COTA PROPONENTES NEGROS - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00 - COTA PROPONENTES INDÍGENAS - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00 - COTA PROPONENTES QUILOMBOLAS - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00 - COTA PROPONENTES COM DEFICIÊNCIA - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
1	on-1548838467	QUEZIA JULIETE GOMES PORTELA	O TEATRO QUE SE MOVE	FORTALEZA	34,3	Selecionado (Cota Proponente Com Deficiência)
2	on-674633806	MARCELINO CÂMARA GOMES	GRUPO CATAVENTO: 35 ANOS DE TEATRO INFANTIL	FORTALEZA	32,0	Classificável (Cota Proponente Com Deficiência)

GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00 - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
1	on-129530672	CARLOS ALBERTO DE FREITAS GOMIDE	CARROÇA DE MAMULENGOS VARAL DE HISTÓRIAS	JUAZEIRO DO NORTE	44,2	Selecionado
2	on-667054187	TAYNÁRIA ROMÃO DA SILVA	CASA CRIATIVA - TECENDO ABRAÇOS E SABERES	TAUÁ	41,2	Selecionado
3	on-1335235640	CRISNALDO DE SALES PRADO	CASA MEMÓRIA	SOBRAL	41,1	Selecionado
4	on-1497130224	MARCIA MARIA DE OLIVEIRA LIMA	GALPÃO DAS ARTES: MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO	RUSSAS	40,0	Selecionado
5	on-1040406270	JUCILEUDO DANTAS DE SOUZA	SEDE CULTURAL GRUPO BASE DE TEATRO	CASCADEL	36,0	Selecionado
6	on-1880895331	JOHN WESLEY DE OLIVEIRA MONTEIRO	CIA. DEGRAUS, 40 ANOS FAZENDO A CULTURA ACONTECER.	BATURITÉ	29,8	Classificável
7	on-638806359	KLEDIANE SOUSA CORDEIRO FURTADO	CIA CRIANDO ARTE - CASA CRIAR	VARJOTA	19,0	Desclassificado
8	on-1500739817	FRANCISCO ANDRE PEREIRA	CIA. TEATRAL TAMA	URUBURETAMA	6,7	Desclassificado

GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00 - COTA PROPONENTES NEGROS - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00 - COTA PROPONENTES INDÍGENAS - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00 - COTA PROPONENTES QUILOMBOLAS - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

GESTÃO DE GRUPOS E COMPANHIAS - R\$ 50.000,00 - COTA PROPONENTES COM DEFICIÊNCIA - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00 - AMPLA CONCORRÊNCIA - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROponente	Projeto	Município	Nota	Situação
1	on-691753002	ANA AMÁLIA DE MORAIS FEITOSA	QUANDO O TEATRO ENCONTRA A INFÂNCIA - UMA JORNADA INVESTIGATIVA COM CRIANÇAS	FORTALEZA	46,2	Selecionado
2	on-1517767664	LEUISE LOPES FURTADO	OBA! HOJE TEM TEATRO!	FORTALEZA	42,2	Selecionado
3	on-1403744966	MARIA TATIANE DE SOUSA FREITAS	LUZ ORDINÁRIA - SOMBRA MESTIÇA	FORTALEZA	42,0	Selecionado (Ampla Concorrência)*
4	on-1085688559	FRANCISCO ERIK WASHINGTON MARQUES DA SILVA	DOCE ENCANTO	FORTALEZA	39,2	Selecionado (Ampla Concorrência)*



Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
5	on-1953134376	ERICA GOMES CARDOSO	ARTE EM AÇÃO: TRANSFORMANDO VIDAS NA CASA DA COMÉDIA CEARENSE	FORTALEZA	35,0	Selecionado
6	on-20003909	DIEGO BRITO BEZERRA	ENTENDI A REFERÊNCIA: JOGOS TEATRAIS BASEADOS EM IMAGENS GRÁFICAS	FORTALEZA	31,0	Selecionado
7	on-1748309006	FRANCISCO RAFAEL DA SILVA SEMINO	DRAMATURGIA E MISTÉRIO: AS HISTÓRIAS ASSOMBROSAS DO CEARÁ	FORTALEZA	25,8	Selecionado (Ampla Concorrência)*
8	on-810048909	SIOMAR KOHLER ZIEGLER	SEMEANDO TEATRO EM BELAS ÁGUAS	FORTALEZA	24,4	
9	on-1353333229	VERÔNICA MENEZES SANTOS SALVIANO	VOU TE CONTAR	FORTALEZA	14,8	Desclassificado

PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00 - COTA PROPONENTES NEGROS - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00 - COTA PROPONENTES INDÍGENAS - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00 - COTA PROPONENTES QUILOMBOLAS - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00 - COTA PROPONENTES COM DEFICIÊNCIA - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00 - AMPLA CONCORRÊNCIA - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
1	on-1028801401	MARIA RAÍSSALA BEZERRA FERNANDES	ENTRELAÇAMENTOS E MEMÓRIAS	CRATO	44,5	Selecionado
2	on-318666842	FRANCISCO FRANCINER LOURENÇO LIMA	CAVALO, BORBOLETAS E CANOAS	RUSSAS	36,5	Selecionado (Ampla Concorrência)*
3	on-1233920722	LUCAS DE SOUZA GERMANO	5º OFICINA DE ATORES DA CIA. DEGRAUS-INCLUSÃO, PRÁTICA E PERCEPÇÃO.	BATURITÉ	31,2	
4	on-91848402	ALEX RODRIGUES DE SOUZA	CURSO CONSTRUÇÃO DE PERSONAGEM	QUIXADÁ	27,9	Selecionado
5	on-1253392364	FRANCISCO RAFAEL ALVES PEREIRA	OFICINA DE INICIAÇÃO TEATRAL	MILAGRES	22,5	Desclassificado
6	on-1873488817	ANTONIO WESLEY VIANA DE FREITAS	FORMAÇÃO POPULAR DO TEATRO DE IBARETAMA	IBARETAMA	15,5	Desclassificado
7	on-394354224	PAULA CRISTIANE SILVA	FAZARTE	FARIAS BRITO	12,0	Desclassificado

PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00 - COTA PROPONENTES NEGROS - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00 - COTA PROPONENTES INDÍGENAS - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00 - COTA PROPONENTES QUILOMBOLAS - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PESQUISA E FORMAÇÃO - R\$ 22.500,00 - COTA PROPONENTES COM DEFICIÊNCIA - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00 - AMPLA CONCORRÊNCIA - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
1	on-2037139267	HERELANA DIAS DE AQUINO	TERRA-MULHER: RAÍZES DE RESISTÊNCIA	FORTALEZA	48,5	Selecionado
2	on-296505542	GYL GIFFONY ARAUJO MOURA	VOCÊ ESTEVE AQUI	FORTALEZA	46,5	Selecionado
3	on-766006202	EMERSON BASTOS	PAUS: UM DIVÃ	FORTALEZA	45,7	Selecionado
4	on-1747780270	TIETA MACAU	A'MASSA: PINDORAMA SAMPLEADA	FORTALEZA	45,3	Selecionado (Ampla Concorrência)*
5	on-2143768597	ANA CRISTINA RODRIGUES VIANA	MENOSPAUSA	FORTALEZA	44,5	
6	on-1031435266	CARLOS RINALDO COSTA MOREIRA	GRUGUMIM	FORTALEZA	44,0	Classificável
7	on-597495924	NÁDIA DA SILVA CAMUÇA	LÍNGUAS COMO QUE DE FOGO	FORTALEZA	43,9	Classificável
8	on-372510052	JOÃO MARTINS DE MESQUITA JUNIOR	VENTINHO	FORTALEZA	43,6	Classificável
9	on-293415172	PRISCILA QUEIROZ FREIRE	CAMINHO DE PEDRAS: ALQUIMIA DAS ALEGRIAS POSSÍVEIS	FORTALEZA	40,6	Classificável
10	on-1289775846	PAULO ROBERTO VIANNA JUNIOR	MONTAÇÃO - O MUSICAL	FORTALEZA	40,3	Classificável
11	on-895974532	JOSÉ JÚNIOR SANTOS DE ARAÚJO	EXPEDIÇÃO URANO	FORTALEZA	40,3	Classificável
12	on-1905721607	ROBERTA SORAIA MOURA FERREIRA	FEITAS DE NÓS	FORTALEZA	39,5	Classificável
13	on-1938769757	JOSÉ AFONSO TEIXEIRA FILHO	VOLARE: DE BRASIL PARA EL MUNDO	FORTALEZA	39,3	Classificável
14	on-1021537777	CAROLINA FEITOSA BOMFIM	IBEJADA	FORTALEZA	39,2	Classificável
15	on-2064127710	JOSÉ EDSON CÂNDIDO ALVES	CURRAL DAS ÉGUAS	FORTALEZA	36,3	Classificável
16	on-1061321500	LORENA OLIVEIRA GALINDO ALMEIDA	DONA: UM ESPETÁCULO INSPIRADO NA OBRA SENHORA DE JOSÉ DE ALENCAR	FORTALEZA	36,3	Classificável
17	on-1234847263	MURILO RAMOS DA COSTA	BURLE MARX - O JARDINEIRO DO BRASIL	FORTALEZA	36,3	Classificável
18	on-65026209	AMANDYRA	QUEBRADA EPOPEIA	FORTALEZA	35,7	Classificável
19	on-158033248	DENIS SILVA QUEIROZ	DRAMATURGIAS DA SECA E DA FOME	FORTALEZA	35,5	Classificável



Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
20	on-158799603	ANTHONY WILLIAM OLIVEIRA FERNANDES	A SOLIDÃO DAS PORCAS	FORTALEZA	35,3	Classificável
21	on-1250842821	TALITA ALMEIDA FIGUEIREDO	DEGRINGOLOU	FORTALEZA	35,0	Classificável
22	on-278155165	FRANCISCO HAROLDO ARAGÃO FILHO	GRATILUZ - A TRAGÉDIA	FORTALEZA	34,2	Classificável
23	on-1853304539	NATALIA LIMA COSTA	UM INIMIGO DO POVO	FORTALEZA	33,6	Classificável
24	on-1887178343	WILLIAM AXEL DA SILVA MOREIRA	QUASE DEVASSOS EM UM QUASE PARAÍSO	FORTALEZA	33,1	Classificável
25	on-724377247	JANSEN VIANA	IGBOYA - A CORAGEM PRETA	FORTALEZA	32,8	Classificável
26	on-1545339442	JOSÉ VALTEMIR BARREIRA JUNIOR	LAMPEJO - MEMÓRIA EM TRÂNSITO	FORTALEZA	32,5	Classificável
27	on-891946196	ANNALIES BARBOSA BORGES	OLHOS NÃO PACÍFICOS	FORTALEZA	32,5	Classificável
28	on-633287410	AURICÉLIA MARTINS MESQUITA	CORACOES GUERREIROS	FORTALEZA	32,1	Classificável
29	on-1556684497	FRANCISCO RAFAEL DO NASCIMENTO RODRIGUES	ESPETÁCULO: O CANTO DA CORUJA	FORTALEZA	31,9	Classificável
30	on-690708885	JÚLIO CESAR COSTA	PROJETO MUSICAL RITA DE CÁSSIA, O BRILHO DA LUA SOBRE O MAR	FORTALEZA	31,2	Classificável
31	on-1344284749	FRANCISCO WESLEY MARQUES DANTAS	PANEM ET CIRCENSES	FORTALEZA	30,6	Classificável
32	on-1862673927	MATHEUS COSMO DE ALMEIDA	TEATRO E AUTOCONHECIMENTO NA INFÂNCIA	FORTALEZA	30,2	Classificável
33	on-1258693361	ROBERTA WERMONT RIBEIRO UCHÔA	ALTERADA, PORÉM MEDICADA	FORTALEZA	30,0	Classificável
34	on-1964573252	CLAUDIA MARIA FERNANDES ANCHIETA	SOMOS TODAS FRIDA KAHLO	FORTALEZA	29,2	Classificável
35	on-1949377948	WESLEY AZEVEDO LOBO SOARES	PRETO REI: CRIAÇÃO E MONTAGEM DE UM ESPETÁCULO PARA AS INFÂNCIAS NEGRAS	FORTALEZA	28,4	Classificável
36	on-1574975317	FRANCISCO DANIEL ALVES	SALMO 91	FORTALEZA	28,3	Classificável
37	on-5657595	EDUARDO DE SOUSA ABREU	CORAÇÕES PERCUSSIVOS: A MAGIA MUSICAL DOS EXUS	FORTALEZA	27,7	Classificável
38	on-1180372466	MARIA JOSE DA SILVA MELO FIGUEIREDO	TANGO PARA HELÔ	FORTALEZA	25,8	Classificável
39	on-246965262	ELISNEUDO FONSECA LIMA	GAIOLA DAS LOUCAS, A MUNDIÇA	FORTALEZA	23,0	Desclassificado
40	on-1203985535	ALEXANDRE RIPARDO PAUXIS	FÉ E CORAGEM	FORTALEZA	15,5	Desclassificado

PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES NEGROS - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
1	on-1880514926	KEVEN VILMAR DA SILVA ROCHA	O CONCERTO DO SR. PARAFUSO	FORTALEZA	39,5	Selecionado (Cota Proponente Negro)
2	on-1021537777	CAROLINA FEITOSA BOMFIM	IBEJADA	FORTALEZA	39,2	Classificável (Cota Proponente Negro)
3	on-65026209	AMANDYRA	QUEBRADA EPOPÉIA	FORTALEZA	35,7	Classificável (Cota Proponente Negro)
4	on-1853304539	NATALIA LIMA COSTA	UM INIMIGO DO POVO	FORTALEZA	33,6	Classificável (Cota Proponente Negro)
5	on-724377247	JANSEN VIANA	IGBOYA - A CORAGEM PRETA	FORTALEZA	32,8	Classificável (Cota Proponente Negro)
6	on-1556684497	FRANCISCO RAFAEL DO NASCIMENTO RODRIGUES	ESPETÁCULO: O CANTO DA CORUJA	FORTALEZA	31,9	Classificável (Cota Proponente Negro)
7	on-1574975317	FRANCISCO DANIEL ALVES	SALMO 91	FORTALEZA	28,3	Classificável (Cota Proponente Negro)

PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES INDÍGENAS - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES QUILOMBOLAS - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES COM DEFICIÊNCIA - CAPITAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
1	on-1003036536	HIROLD DO FRANKLIN GURGEL SERRA	QUE COINCIDÊNCIA É O AMOR	FORTALEZA	35,0	Selecionado (Cota Proponente Com Deficiência)
2	on-1250842821	TALITA ALMEIDA FIGUEIREDO	DEGRINGOLOU	FORTALEZA	35,0	Classificável (Cota Proponente Com Deficiência)
3	on-690708885	JÚLIO CESAR COSTA	PROJETO MUSICAL RITA DE CÁSSIA, O BRILHO DA LUA SOBRE O MAR	FORTALEZA	31,2	Classificável (Cota Proponente Com Deficiência)

PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00 - AMPLA CONCORRÊNCIA - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
1	on-2076983579	BARBARA LEITE MATIAS	CORAGEM - SOMOS AS VOZES DOS NOSSOS ANCESTRAIS	CRATO	47,7	Selecionado (Ampla Concorrência)*
2	on-86449180	AILTON SINÉZIO DE JESUS	O NOVO ESPETÁCULO DA TRUPE	JUAZEIRO DO NORTE	45,1	Selecionado
3	on-1605925561	ANTONIO WESLEN CRUZ DA SILVA	NARRATIVAS ONÍRICAS	MARACANAÚ	44,7	Selecionado
4	on-258359844	MOISÉS FILIPE CARVALHO	GATO PRETO	CAUCAIA	44,6	Selecionado
5	on-10303148	EDCEU BARBOZA DE SOUZA	(COR)PO[FÉ]STA - SAMBA PRA FALAR DE NÓIS.	CRATO	43,7	Selecionado (Ampla Concorrência)*
6	on-1220572366	FRANCISCO GOLDEMBERG DE SOUZA BATISTA	ESPETÁCULO - BRUIJAS	CAUCAIA	43,6	Classificável
7	on-484335563	ELEONARDO SILVA DE SOUZA	MARULHA	CASCADEL	42,2	Classificável
8	on-649543210	MAYCON WILLIAM RODRIGUES DE AZEVEDO	CASSACOS - OU SOBRE INVENTAR SERTÕES	VARJOTA	42,0	Classificável
9	on-1818896094	JOYCE CUSTÓDIO DE FREITAS	OLHOS D'ÁGUA	QUIXADÁ	42,0	Classificável
10	on-671365134	ISABEL GOMIDE FRANÇA	CONTOS EM MINIATURAS - UM PEQUENO ESPETÁCULO PARA PEQUENOS CORAÇÕES	JUAZEIRO DO NORTE	41,0	Classificável
11	on-1312377655	DEIVID LEVY DUARTE ALEXANDRE	ALICE NO PAÍS DA NEGAÇÃO	SANTANA DO CARIRI	40,8	Classificável
12	on-1462661767	MARCELLO EMILIANO PEREIRA GIRÃO	A MULHER QUE ENTENDEU TUDO	MORADA NOVA	40,8	Classificável
13	on-1582659695	FELIPE NASCIMENTO DE CASTRO SIQUEIRA	REFUNDAÇÃO	SOBRAL	40,5	Classificável
14	on-798099940	CLAUDEMIR CARLOS ALMEIDA	UM CONTO, UM ESPETÁCULO	TAUÁ	40,2	Classificável
15	on-945040993	FRANCISCO GILVAN JUSTINO ALVES	O DRAGÃO NUCLEAR: A PELEJA DA VIDA E MORTE NO SERTÃO"	ITATIRA	39,5	Classificável
16	on-364144958	ALAN RODRIGUES DE FREITAS	A MORTE E A ALTA COSTURA	SOBRAL	38,5	Classificável
17	on-508771732	ANTONIO SIMÃO CAVALCANTE	DE PASSAGEM - RITUAIS DE MORTE NO SERTÃO CEARENSE	BANABUIÚ	38,2	Classificável
18	on-2007435899	DAMIÃO BEZERRA DUARTE	ÁGUAS EM CONFLITO	BAIXIO	36,5	Classificável
19	on-751380757	BRUNO LEONARDO DA SILVA CASTRO	ISOLAMENTOS	MARACANAÚ	36,1	Classificável
20	on-1810432156	ANTONIO JORGE ANDRADE	O VOO DA ASA BRANCA	ORÓS	35,9	Classificável



Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
21	on-34279987	EDSON CARLOS PORTELA	EU QUERO MEUS DIREITOS!	GROAÍRAS	35,7	Classificável
22	on-166203390	MALIKA	MLK - UMA CARTA PARA OS M(EUS)	SOBRAL	35,3	Classificável
23	on-1366188979	THYAGO TEIXEIRA FARIAS	TEATRO NUM SOPRO DE VIDA	SOBRAL	35,0	Classificável
24	on-1844600865	GABRIEL ANGELO DE LUNA SILVA	ENTREMEIOS POÉTICOS: MONTAGEM/CRIAÇÃO	JUAZEIRO DO NORTE	34,5	Classificável
25	on-656233292	TIAGO FERREIRA BEZERRA	“CONTOS AFRO-BRASILEIROS: RESGATANDO NOSSA CULTURA ATRAVÉS DAS NARRATIVAS TRADICIONAIS”	PENTECOSTE	34,0	Classificável
26	on-1403334472	MAURO CESAR ALVES	SERTÃO INVISÍVEL	OLONÓPOLE	33,9	Classificável
27	on-1883138646	MICHELLE DANIELLE FEITOSA FERRUCIO PONTES	TEATRO E AUTISMO: ARTE E ENFRENTAMENTO	JUAZEIRO DO NORTE	31,8	Classificável
28	on-492770590	LUCIANA GOMES DE ANDRADE	ESPETÁCULO SOU CABRA DA PESTE	PARAIPABA	31,8	Classificável
29	on-1344561956	FRANCISCO OLAVO NEVES RODRIGUES DE SOUSA	EMBALA EU	CRATEÚS	30,7	Classificável
30	on-748173571	JOSÉ CARDOSO BEZERRA DE OLIVEIRA BRITO	TEATRO LAMA: MULTIPLICADORES DA CENAS	BREJO SANTO	29,5	Classificável
31	on-667571732	JOÃO VICTOR PAIVA AZEVEDO	INTERIORES - A ARTE PELAS TERRAS DO SERTÃO	GROAÍRAS	29,0	Classificável
32	on-2031489039	DANIELI GOMES NOGUEIRA	PROJETO MONTAGEM DE UM ESPETÁCULO. “CONTRA A MORTE” EM 3 ATOS.	MORADA NOVA	27,7	Classificável
33	on-362051361	MARIA LIDUINA COSTA	PÁGINAS DO JAGUARIBE, UM RIO DE LETRAS	LIMOEIRO DO NORTE	27,4	Classificável
34	on-1283202810	CINTHIA SIQUEIRA COLARES	O DESTINO	ICÓ	26,8	Classificável
35	on-1259035716	JOSÉ FÁBIO DE SOUSA	BINHO EM: SENTA QUE LÁ VEM A HISTÓRIA	HORIZONTE	26,3	Classificável
36	on-1920295224	LUIZ EDUARDO SOUZA SILVA	40º PAIXÃO DE CRISTO DA CIA. DEGRAUS - JESUS É A PALAVRA E A VIDA.	BATURITÉ	25,3	Classificável
37	on-1284182600	JOSÉ ELVIS BARBOSA DE ALENCAR	O BACURIM DO COVEIRO - DO CORDEL PARA OS PALCOS	ASSARÉ	23,5	Desclassificado
38	on-99564753	PEDRO RÓBERIO FAUSTINO DA SILVA	BACIA DAS ALMAS	MARACANAÚ	16,8	Desclassificado
39	on-42433443	DANIEL ROCHA DO NASCIMENTO	PUNHADO-PIRAMBU-PATU	SENADOR POMPEU	0,0	Desclassificado
40	on-1523984618	MARIA DO SOCORRO DE SOUSA SILVA	SARAU CULTURAL: RESGATE A ARTE POPULAR DE MORADA NOVA	MORADA NOVA	0,0	Desclassificado

PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES NEGROS - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
1	on-2114718828	VILANI MARCELINO FERREIRA	RETALHOS E NÓS	CRATO	42,2	Selecionado (Cota Proponente Negro)
2	on-863396594	ALESSANDRA SARAIVA PINHEIRO FERRAZ	I.N.R.I. - PROCESSO DE MONTAGEM FINAL DE CURSO DE TEATRO DOS ALUNOS DA UFC	CAUCAIA	40,5	Selecionado (Cota Proponente Negro)
3	on-166203390	MALIKA	MLK - UMA CARTA PARA OS M(EUS)	SOBRAL	35,3	Classificável (Cota Proponente Negro)
4	on-656233292	TIAGO FERREIRA BEZERRA	“CONTOS AFRO-BRASILEIROS: RESGATANDO NOSSA CULTURA ATRAVÉS DAS NARRATIVAS TRADICIONAIS”	PENTECOSTE	34,0	Classificável (Cota Proponente Negro)
5	on-748173571	JOSÉ CARDOSO BEZERRA DE OLIVEIRA BRITO	TEATRO LAMA: MULTIPLICADORES DA CENAS	BREJO SANTO	29,5	Classificável (Cota Proponente Negro)
6	on-1259035716	JOSÉ FÁBIO DE SOUSA	BINHO EM: SENTA QUE LÁ VEM A HISTÓRIA	HORIZONTE	26,3	Classificável (Cota Proponente Negro)

PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES INDÍGENAS - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES QUILOMBOLAS - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
Não há cotistas habilitados nessa categoria						

PRODUÇÃO/MONTAGEM DE ESPETÁCULOS - R\$ 35.000,00 - COTA PROPONENTES COM DEFICIÊNCIA - INTERIOR

Nº	Nº INSCRIÇÃO	PROPONENTE	PROJETO	MUNICÍPIO	NOTA	SITUAÇÃO
1	on-1283202810	CINTHIA SIQUEIRA COLARES	O DESTINO	ICÓ	26,8	Classificável (Cota Proponente Com Deficiência)

LEGENDA

Selecionado	Proponente selecionado de forma preliminar na admissibilidade da proposta e na análise de mérito cultural, inscrito na ampla concorrência, ou seja, que não optou na inscrição por nenhuma da reserva de vagas.
Selecionado (Ampla Concorrência)*	Proponente selecionado de forma preliminar na admissibilidade da proposta e na análise de mérito cultural, pela ampla concorrência, com inscrição pela reserva de vagas. Considerando a previsão de que os proponentes cotistas podem concorrer tanto às vagas reservadas quanto às vagas destinadas à ampla concorrência, não sendo computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas aquele proponente que obtiver aprovação dentro das vagas ofertadas à ampla concorrência.
Selecionado (Cota Proponente Negro)	Proponente selecionado de forma preliminar na admissibilidade da proposta e na análise de mérito cultural na reserva de vagas para pessoas negras, com sua autodeclaração confirmada pelo procedimento de heteroidentificação.
Selecionado (Cota Proponente Indígena)	Proponente selecionado de forma preliminar na admissibilidade da proposta e na análise de mérito cultural na reserva de vagas para pessoas indígenas, com sua documentação de pertencimento étnico validada.
Selecionado (Cota Proponente com Deficiência)	Proponente selecionado de forma preliminar na admissibilidade da proposta e na análise de mérito cultural na reserva de vagas para pessoas com deficiência, com laudo de deficiência enviado e com validade confirmada.
Selecionado (Cota Proponente Quilombola)	Proponente selecionado de forma preliminar na admissibilidade da proposta e na análise de mérito cultural na reserva de vagas para pessoas quilombolas, com sua documentação de pertencimento étnico validada.
Classificável	Proponente classificável (com nota maior que 50% do total de pontuação, mas com nota insuficiente para ocupar uma vaga de classificado, dentro do número de vagas disponíveis) de forma preliminar na admissibilidade da proposta e na análise de mérito cultural, inscrito na ampla concorrência, ou seja, que não optou na inscrição por nenhuma da reserva de vagas.
Classificável (Cota Proponente Negro)	Proponente classificável (com nota maior que 50% do total de pontuação, mas com nota insuficiente para ocupar uma vaga de classificado, dentro do número de vagas disponíveis) de forma preliminar na admissibilidade da proposta e na análise de mérito cultural na reserva de vagas para pessoas negras, com sua autodeclaração confirmada pelo procedimento de heteroidentificação.
Classificável (Cota Proponente Indígena)	Proponente classificável (com nota maior que 50% do total de pontuação, mas com nota insuficiente para ocupar uma vaga de classificado, dentro do número de vagas disponíveis) de forma preliminar na admissibilidade da proposta e na análise de mérito cultural na reserva de vagas para pessoas indígenas, com sua documentação de pertencimento étnico validada.
Classificável (Cota Proponente com Deficiência)	Proponente classificável (com nota maior que 50% do total de pontuação, mas com nota insuficiente para ocupar uma vaga de classificado, dentro do número de vagas disponíveis) de forma preliminar na admissibilidade da proposta e na análise de mérito cultural na reserva de vagas para pessoas com deficiência, com laudo de deficiência enviado e com validade confirmada.
Classificável (Cota Proponente Quilombola)	Proponente classificável (com nota maior que 50% do total de pontuação, mas com nota insuficiente para ocupar uma vaga de classificado, dentro do número de vagas disponíveis) de forma preliminar na admissibilidade da proposta e na análise de mérito cultural na reserva de vagas para pessoas quilombola, com sua documentação de pertencimento étnico validada.

O Resultado Final da Análise de Mérito Cultural está sendo divulgado com duas listas. A primeira é a lista geral por ordem alfabética e a segunda por ordem de pontuação por categoria, divisão capital e interior e divisão em ampla concorrência, cota negros, cota pessoas com deficiência, cota indígenas e cota quilombola.

Gecíola Fonseca Torres

SECRETÁRIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ, EM EXERCÍCIO

Rafael Cordeiro Felismino

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CULTURA

Raquel Santos Honório

COORDENADORA DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL

*** **

EXTRATO DO 01º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº137/2024
NUP: 27001.000574/2024-18

EMENTA: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DA CULTURA – SECULT/CE, E 50.784.288 TALITA JORDINA RODRIGUES, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA. CONTRATANTE E ENDEREÇO: O Estado do Ceará, por meio da SECRETARIA DA CULTURA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.555/0001-11, com sede na Rua Major Facundo nº 500 – 6º andar, bairro Centro, CEP: 60.025-100, Fortaleza/CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo da Cultura, RAFAEL CORDEIRO FELISMINO, brasileiro, regularmente inscrito no CPF/MF nº ***.757.133-**, residente e domiciliado nesta Capital; CONTRATADA E ENDEREÇO: 50.784.288 TALITA JORDINA RODRIGUES, CNPJ - MEI nº 50.784.288/0001-00, com endereço no, Centro, Balneário Píçarras/SC. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente 01º Termo Aditivo nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na Cláusula Quinta do Contrato nº 137/2024. FORO: Fortaleza; OBJETO: O presente 01º Termo Aditivo tem por objeto a alteração do Contrato nº137/2024, para proceder o acréscimo de R\$ 300,00 (trezentos reais), correspondente à análise de 4 (quatro) projetos, ao valor global do instrumento contratual. VALOR GLOBAL: O valor global do contrato passará a ser de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais). DA VIGÊNCIA: Sem repercussão de prazo. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As demais Cláusulas e condições do Contrato Original que não foram expressamente modificadas por este Instrumento permanecem inalteradas, sendo ratificadas pelas partes. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, CE 14 junho de 2024. SIGNATÁRIOS: RAFAEL CORDEIRO FELISMINO - Secretário Executivo da Cultura do Estado do Ceará e 50.784.288 TALITA JORDINA RODRIGUES - CONTRATADA(A).

Vitor Melo Studart
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº241/2024
NUP: 27001.003535/2024-64

Ementa: TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CULTURA – SECULT, E O AGENTE CULTURAL ABAIXO DESIGNADO. O Estado do Ceará, através da SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ nº 07.954.555/0001-11, com sede na Rua Major Facundo, 500, 6º andar, Centro, CEP: 60.025-100, nesta Capital, doravante denominada SECULT, neste ato representada pelo SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CULTURA, RAFAEL CORDEIRO FELISMINO, brasileiro, matrícula nº 30000137, residente e domiciliado nesta Capital e a(o) agente cultural:

Nome do agente cultural e CPF/CNPJ	Fábrica de Imagens Ações Educativas em Cidadania e Gênero,, CNPJ: 02.346.978/0001-35
ENDEREÇO	Maraponga, Fortaleza/CE
NOME E CPF DO REPRESENTANTE LEGAL	Christiane Ribeiro Gonçalves Monte Rocha, CPF: ***.684.703-**
CONTA BANCÁRIA	Banco do Brasil, Agência nº 2906-8, Conta Corrente nº **.794-*

Objeto: Constitui objeto do presente TEC a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “PONTOS DE REVOLUÇÃO”, contemplado no EDITAL DE APOIO AO AUDIOVISUAL CEARENSE - PRODUÇÕES, na CATEGORIA XIX – CULTURA VIVA / PRODUÇÃO E FINALIZAÇÃO DE CURTA-METRAGEM, para a realização de ação cultural, mediante o financiamento direto, conforme Plano de Ação e outros anexos que integram este termo independentemente de transcrição. O presente termo terá o seguinte: valor, vigência, dotação orçamentária e fiscal:

VALOR	R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
VIGÊNCIA	12 (doze) meses contados a partir da assinatura do presente instrumento
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	180743 - 27200004.13.392.131.11355.03.335041.2.7159200000.1
FISCAL	Enzo Gael Loureiro Gomes, Matrícula nº 3000015-3

Fundamentação Legal: O presente TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL – TEC se fundamenta nas disposições do edital mencionado na cláusula primeira, publicado no Diário Oficial do Estado datado de 31 de agosto de 2023; na Lei Complementar Federal nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19; no Decreto Federal nº 11.453/2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura; no Decreto Federal nº 11.525/2023, que regulamenta a Lei Complementar Federal nº 195/2022; e na Lei Estadual nº 16.602/2018, que institui a Política Estadual Cultura Viva do Estado do Ceará. Foro: Fortaleza/CE; Data da assinatura: Fortaleza, CE 14 de junho de 2024. Signatários: RAFAEL CORDEIRO FELISMINO - SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ E FÁBRICA DE IMAGENS AÇÕES EDUCATIVAS EM CIDADANIA E GÊNERO - AGENTE CULTURAL FOMENTADO.

Vitor Melo Studart
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº242/2024
NUP: 27001.003533/2024-75

Ementa: TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CULTURA – SECULT, E O AGENTE CULTURAL ABAIXO DESIGNADO. O Estado do Ceará, através da SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ nº 07.954.555/0001-11, com sede na Rua Major Facundo, 500, 6º andar, Centro, CEP: 60.025-100, nesta Capital, doravante denominada SECULT, neste ato representada pelo SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CULTURA, RAFAEL CORDEIRO FELISMINO, brasileiro, matrícula nº 30000137, residente e domiciliado nesta Capital e a(o) agente cultural:

Nome do agente cultural e CPF/CNPJ	Comunidade Zaila Lavor, CNPJ: 10.171.888/0001-89
ENDEREÇO	Juvencio Santana, Juazeiro do Norte/CE
NOME E CPF DO REPRESENTANTE LEGAL	Neilian Cavalcante Mafra, CPF: ***.204.043-**
CONTA BANCÁRIA	Banco do Brasil, Agência nº 433-2, Conta Corrente nº **.506-*

Objeto: Constitui objeto do presente TEC a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “VIVÊNCIAS - A VIDA ALÉM DA TRADIÇÃO”, contemplado no EDITAL DE APOIO AO AUDIOVISUAL CEARENSE - PRODUÇÕES, na CATEGORIA XIX – CULTURA VIVA / PRODUÇÃO E FINALIZAÇÃO DE CURTA-METRAGEM, para a realização de ação cultural, mediante o financiamento direto, conforme Plano de Ação e outros anexos que integram este termo independentemente de transcrição. O presente termo terá o seguinte: valor, vigência, dotação orçamentária e fiscal:

VALOR	R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
VIGÊNCIA	12 (doze) meses contados a partir da assinatura do presente instrumento
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	181043 - 27200004.13.392.131.11355.01.335041.2.7159200000.1
FISCAL	Enzo Gael Loureiro Gomes, Matrícula nº 3000015-3

Fundamentação Legal: O presente TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL – TEC se fundamenta nas disposições do edital mencionado na cláusula primeira, publicado no Diário Oficial do Estado datado de 31 de agosto de 2023; na Lei Complementar Federal nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19; no Decreto Federal nº 11.453/2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura; no Decreto Federal nº 11.525/2023, que regulamenta a Lei Complementar Federal nº 195/2022; e na Lei Estadual nº 16.602/2018, que institui a Política Estadual Cultura Viva do Estado do Ceará. Foro: Fortaleza/CE; Data da assinatura: Fortaleza, CE 14 de junho de 2024. Signatários: RAFAEL CORDEIRO FELISMINO - SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ E COMUNIDADE ZAÍLA LAVOR - AGENTE CULTURAL FOMENTADO.

Vitor Melo Studart
COORDENADOR JURÍDICO

*** **



TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL Nº75/2024
NUP: 27001.003188/2024-70

Ementa: TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVES DA SECRETARIA DA CULTURA - SECULT, E O AGENTE CULTURAL ABAIXO DESIGNADO. O Estado do Ceará, através da SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ n.º 07.954.555/0001-11, com sede na Rua Major Facundo, 500, 6º andar, Centro, CEP: 60.025-100, nesta Capital, doravante denominada SECULT, neste ato representada pelo SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CULTURA, RAFAEL CORDEIRO FELISMINO, brasileiro, matrícula n. 30000137, residente e domiciliado nesta Capital e a(o) agente cultural:

Nome do agente cultural e CPF	GRUPO ARTE DE VIVER, CNPJ: 06.055.001/0001-10
Endereço	MONTESÉ, FORTALEZA, CE
Nome e CPF do representante legal:	HEMETÉRIO SEGUNDO PEREIRA ARAÚJO, CPF *** 063.943-**
Conta Bancária	BANCO DO BRASIL, Ag. 2917-3, Conta **6173-*, conta corrente

Objeto: Constitui objeto do presente TPC, o **reconhecimento e valorização às iniciativas culturais** dos Pontos de Cultura certificados, conforme Lei n. 16.602/2018, em nível estadual, por meio de premiação da iniciativa selecionada no Edital Prêmio Cultura Viva, conforme processo administrativo supracitado. O presente termo terá o seguinte: valor, vigência, dotação orçamentária e fiscal:

VALOR	40.000,00 (Quarenta Mil reais)
VIGÊNCIA	12 (doze) meses contados a partir da data da última assinatura
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	27200004.13.392.131.11388.03.339031.2.7169200000.1
FISCAL	Enzo Gael Loureiro Gomes, Matrícula 30000153

Fundamentação Legal: O presente TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL - TPC fundamenta-se nas disposições do edital mencionado na cláusula primeira, tendo por fundamento art. 41 e seguintes do Decreto Federal 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da Lei Complementar Federal Nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto Federal Nº. 11.525/2023 (Decreto que regulamenta a Lei Complementar Federal Nº 195/2022), no Decreto Federal Nº 11.453/2023 (Decreto do Fomento Nacional) e de forma subsidiária, nos casos omissos das legislações supracitadas, a Lei Estadual Nº 18.012/2022 (Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará e Sistema Estadual da Cultura). Esse termo se baseia, ainda, nas informações contidas no Processo Administrativo a este vinculado. Foro: Fortaleza/CE; Data da assinatura: Fortaleza, CE 14 de JUNHO de 2024. Signatários: RAFAEL CORDEIRO FELISMINO - SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CULTURA E GRUPO ARTE DE VIVER - AGENTE CULTURAL FOMENTADO

Vitor Melo Studart
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL Nº183/2024
NUP: 27001.003891/2024-88

Ementa: TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CULTURA - SECULT, E O AGENTE CULTURAL ABAIXO DESIGNADO. O Estado do Ceará, através da SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ n.º 07.954.555/0001-11, com sede na Rua Major Facundo, 500, 6º andar, Centro, CEP: 60.025-100, nesta Capital, doravante denominada SECULT, neste ato representada pelo SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CULTURA, RAFAEL CORDEIRO FELISMINO, brasileiro, matrícula n.º 30000137, residente e domiciliado nesta Capital e a(o) agente cultural:

Nome do agente cultural e CPF/CNPJ	VALENTE STUDIO DE PRODUCAO DE VIDEOS E JOGOS LTDA, CPF/CNPJ: 17.623.726/0001-83
Endereço	Meireles, Fortaleza, CE, BR
Nome e CPF do representante legal	LUIS CLAUDIO MARTINS DOS SANTOS, CPF: ***.711.303-**
Conta Bancária	BANCO DO BRASIL; AGENCIA: 1369-2; CONTA: **796-*; TIPO DE CONTA: CORRENTE

Objeto: Constitui objeto do presente TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL o **reconhecimento e valorização de agentes culturais** e/ou iniciativas do setor audiovisual por meio de premiação da iniciativa selecionada no EDITAL DE PREMIAÇÃO CULTURAL - FOMENTO À EXIBIÇÃO, PRESERVAÇÃO E EMPRESAS DO AUDIOVISUAL CEARENSE, conforme processo administrativo NUP: nº 27001.003891/2024-88. O presente termo terá o seguinte: valor, vigência, dotação orçamentária e fiscal:

VALOR	R\$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS)
VIGÊNCIA	12 (doze) meses contados a partir da assinatura do presente instrumento
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	27200004.13.392.131.11355.03.339031.2.7159200000.1
FISCAL	DANIEL FILIPE DE SOUZA SANTOS, MATRÍCULA: 3000936-3

Fundamentação Legal: O presente TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL - TPC fundamenta-se nas disposições do edital mencionado na cláusula primeira, tendo por fundamento art. 41 e seguintes do Decreto Federal 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da Lei Complementar Federal Nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto Federal Nº. 11.525/2023 (Decreto que regulamenta a Lei Complementar Federal Nº 195/2022), no Decreto Federal Nº 11.453/2023 (Decreto do Fomento Nacional) e de forma subsidiária, nos casos omissos das legislações supracitadas, a Lei Estadual Nº 18.012/2022 (Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará e Sistema Estadual da Cultura). Foro: Fortaleza/CE; Data da assinatura: Fortaleza, CE 14 de JUNHO de 2024. Signatários: RAFAEL CORDEIRO FELISMINO - SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ E VALENTE STUDIO DE PRODUCAO DE VIDEOS E JOGOS LTDA - AGENTE CULTURAL FOMENTADO

Vitor Melo Studart
COORDENADOR JURÍDICO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA ADAGRI Nº382/2024.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO INTERNA DE GESTÃO DO TRÂNSITO AGROPECUÁRIO E SUAS ATRIBUIÇÕES.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ (ADAGRI), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 13.496, de 02/07/2004, alterada pela Lei nº 14.481, de 08/10/2009, e pela Lei nº 17.745 de 04/11/2021. CONSIDERANDO a Portaria ADAGRI nº 401/2019 publicada no Diário Oficial do Estado em 29/07/2019 que institui a Comissão Interna de Gestão de Trânsito Agropecuário – CIGTA, para fortalecimento da gestão do trânsito animal e vegetal, produtos, subprodutos e insumos, bem como para apoio e coordenação aos Núcleos Locais e postos fixos da ADAGRI, promovendo suporte técnico às Gerências vinculadas às Diretorias de Sanidade Animal e Vegetal. CONSIDERANDO que o trânsito de animais, vegetais é, reconhecidamente, uma das formas de risco sanitário mais importante de transmissão, estabelecimento e difusão de pragas e doenças, de modo que, a caracterização da movimentação de animais, vegetais e seus produtos e subprodutos, bem como o fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e controle destes movimentos, têm relevante valor na caracterização da agropecuária do Estado, além de estar intimamente associada à definição de risco sanitários relacionados a doenças e pragas. CONSIDERANDO que a caracterização da movimentação de vegetais e seus produtos, bem como o fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e controle destes movimentos, têm relevante valor na produção e relações de comércio nos mercados internos e externos. CONSIDERANDO que o controle do trânsito de animais suscetíveis à febre aftosa e outras doenças segue com grandes desafios, influenciado pela alta variabilidade e dinamismo dos sistemas produtivos, e consequentemente a necessidade de sua rastreabilidade. Ademais, as restrições normais de trânsito e os fatores econômicos diretamente envolvidos são elementos influenciadores importantes que precisam sempre ser considerados no controle de trânsito agropecuário. Em função dessa realidade e da própria importância na prevenção e difusão de doenças e pragas, os mecanismos de controle da movimentação precisam ser constantemente ajustados e adaptados de maneira a favorecer os resultados para a vigilância. CONSIDERANDO ser imprescindível o uso de sistemas informatizados integrados, onde os dados possam ser transmitidos contínua e instantaneamente a bancos de dados unificados situados nos níveis



estaduais, nacional e internacional, devendo a ADAGRI, portanto, estar preparada para realizar essas tarefas com regularidade, principalmente porque vislumbra manutenção e expansão de status sanitários nas áreas vegetal e animal, entre eles a suspensão da vacinação contra febre aftosa. RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Interna de Gestão do Trânsito Agropecuário, para fortalecimento da gestão do trânsito animal e vegetal, produtos, subprodutos e insumos, bem como para apoio e coordenação aos Núcleos Locais, postos fixos e móveis de fiscalização do trânsito agropecuário da ADAGRI, promovendo suporte técnico de gestão do trânsito agropecuário para as diretorias da ADAGRI.

Art. 2º Compete à Comissão Interna de Gestão do Trânsito Agropecuário as seguintes responsabilidades fundamentais:

I – Dar suporte técnico à gerência de tecnologia da informação quanto aos sistemas de informação, primando pelo apoio à confiabilidade, auditoria, implementação de rotinas e relatórios técnicos descritivos, bem como o monitoramento dos dados registrados pelos usuários no sistema quanto ao controle de trânsito animal e vegetal, bem como de produtos, subprodutos e insumos;

II – Acompanhar e manter a base de informações padronizada com procedimentos e regulamentos atualizados sobre procedimentos técnicos e normas para as emissões da Guia de Trânsito Animal, Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV, Guia de Trânsito Interno de Vegetais – GTIV, Certificado de Inspeção Sanitária modelo – E, outros conforme a legislação atual;

III – Acompanhar o cadastro básico dos emitentes de e-GTA, PTV e CIS-E registrados na ADAGRI;

IV – Assessorar o planejamento mensal a ser proposto junto aos supervisores e servidores dos Núcleos Locais para a realização de plantões e blitzes, bem como definições de locais de atuação em resposta às análises de trânsito previamente elaboradas;

V – Aprovar o planejamento mensal a ser proposto junto aos supervisores e servidores dos Núcleos Locais para a realização de plantões, blitzes volantes e locais de atuação em resposta às análises de trânsito previamente elaboradas;

VI – Assessorar os supervisores, os servidores participantes das equipes de blitzes e postos fixos, por meio de publicações técnicas, como forma de subsidiar servidores nas abordagens no trânsito agropecuário no território do Estado do Ceará e divisas;

VII – Elaborar escala de plantão de servidores nos Postos Fixos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário;

VIII – Emitir relatórios analíticos e sintéticos do fluxo de trânsito animal e vegetal, produtos, subprodutos e insumos intraestadual e interestadual, bem como apontar os riscos sanitários referentes ao ingresso e egresso de animais e vegetais, produtos e subprodutos para conhecimento do Serviço de Sanidade Agropecuária;

IX – Emitir parecer sobre mitigação de riscos sanitários referentes ao ingresso e egresso de animais e vegetais, produtos e subprodutos para conhecimento do Serviço de Sanidade Agropecuária;

X – Acompanhar e dar suporte técnico às atividades executadas pelos servidores nos postos fixos e blitzes juntamente aos supervisores regionais e servidores dos Núcleos Locais;

XI – Acompanhar o controle de servidores cedidos ou contratados para exercer o controle de trânsito junto aos Postos Fixos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário;

XII – Articular junto às Diretorias das áreas Animal e Vegetal para elaboração de procedimentos de vigilância de trânsito e atualizar normas de fiscalização deste, com finalidade de compor Manual Operacional dos Postos Fixos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário e blitzes volantes;

XIII – Realizar auditorias nos Postos Fixos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário, Núcleos Locais e Regionais;

XIV – Programar e promover capacitações técnicas em colaboração às atividades dos servidores de fiscalização do trânsito agropecuário da ADAGRI e profissionais das iniciativas privada e públicas quanto ao conhecimento da legislação vigente, ao acesso e ao uso dos sistemas informatizados;

XV – Ter acesso aos relatórios semestrais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA referente às gerências técnicas e programas sanitários;

XVI – Participar de eventos técnicos ligados à rastreabilidade e sanidade no sentido de manter a equipe técnica atualizada, proporcionando aprimoramento na execução do serviço e repasse das informações quanto à prevenção e difusão de doenças.

Art. 3º A Comissão Interna de Gestão do Trânsito Agropecuário será constituída pelos servidores efetivos da Adagri designados e listados abaixo.

SERVIDORES	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO
Antônio Dimas Simão de Oliveira	199839-1-9	Engenheiro Agrônomo – Auditor-Fiscal Estadual Agropecuário – Gerente de Fiscalização de Insumos Agrícolas e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
Francisco Gleyber Cartaxo Bastos	169406-1-5	Engenheiro Agrônomo – Auditor-Fiscal Estadual Agropecuário – Gerente de Sanidade Vegetal e Certificação Fitossanitária.
Jarier de Oliveira Moreno	016945-3-7	Médico Veterinário – Auditor-Fiscal Estadual Agropecuário – Gerente dos Programas Sanitários, Aquicultura e Pesca.
José Erisvaldo Maia Junior	169426-1-8	Médico Veterinário – Auditor-Fiscal – Gerente de Inspeção de Produtos de Origem Animal
Dagoberto Saunders de Oliveira	169396-1-7	Engenheiro Agrônomo – Auditor-Fiscal Estadual Agropecuário – Supervisor Regional
Joaquim Sampaio Barros	300001-9-6	Médico Veterinário – Assessor Técnico
José Tito Carneiro Silva	300001-8-8	Engenheiro Agrônomo – Assessor Técnico
Victor Coelho de Alencar	3000020-x	Gerente de Tecnologia da Informação

Art. 4º A Comissão Interna de Gestão do Trânsito Agropecuário estará vinculada à Presidência da ADAGRI e será coordenada pelo Engenheiro Agrônomo Antônio Dimas Simão de Oliveira, Auditor-Fiscal Estadual Agropecuário, matrícula 199839-1-9, ocupante do cargo de Gerente de Fiscalização de Insumos Agrícolas e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.

Inciso I – Fica estabelecido o envio de relatório mensal elaborado pela Comissão, apresentando o controle de trânsito animal e vegetal, produto, subprodutos e insumos do Estado do Ceará aos demais servidores, gerentes técnicos e Diretorias de Sanidade Animal e Vegetal;

Inciso II – O envio do relatório mensal elaborado pela Comissão, para outras instituições, será de competência exclusiva da Presidência da ADAGRI;

Inciso III – O coordenador da Comissão poderá requisitar o aporte técnico de servidores da Diretoria de Sanidade Animal (DISAN), Diretoria de Sanidade Vegetal (DISAV) e Diretoria de Planejamento e Gestão (DPLAG) para colaborarem nas iniciativas da Comissão;

Inciso IV – No caso de ausência ou impedimento do titular, a coordenação da Comissão Interna de Gestão do Trânsito Agropecuário ficará sob responsabilidade do Médico Veterinário José Erisvaldo Maia Junior, Auditor-Fiscal Agropecuário – Matrícula 169426-1-8, ocupante do cargo de Gerente de Inspeção de Produtos de Origem Animal, substituído imediato do coordenador previsto no caput do art. 4º desta Portaria;

Art. 5º A Comissão Interna de Gestão do Trânsito Agropecuário deverá realizar supervisões internas e orientações aos Núcleos Locais, postos fixos e blitzes em qualquer época, desde que a situação assim justifique, para conhecimento in loco do atendimento às normas técnicas estaduais e federais quando ao trânsito agropecuário, bem como participar das atividades de blitzes volantes em apoio aos núcleos locais, postos fixos e blitzes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, Fortaleza, 14 de junho de 2024.

Elmo Roberto Belchior Aguiar

PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº001/2024

NUP 63000.000249/2024-11

I – ESPÉCIE: TERMO DE FOMENTO Nº 001/2024; II – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.066.112/0001-13; III – ENDEREÇO: Rua Des. Valdetário Pinheiro Mota, nº 970, Papicu, CEP 60.175-742; IV – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: INSTITUTO DE ARTE E CIDADANIA DO CEARÁ - IAC-CE, inscrito no CNPJ nº 23.554.074/0001-75; V – ENDEREÇO: Rua Major Celestino, nº. 1040, Bairro Antônio Bezerra, Fortaleza-CE, VI – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente instrumento fundamenta-se, além da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e da Constituição Estadual: a) na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações; b) na Lei Estadual nº 15.175/2012; c) na Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações; d) no Decreto Estadual nº 32.810/2018 e suas alterações; e) na Lei Estadual nº 18.159/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023); f) no Ato Declaratório de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2024. VII – FORO: Na forma do Artigo 54, X, do Decreto Estadual nº 32.810/2018, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste termo, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o Foro de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. VIII – OBJETO: Constitui objeto



do presente Termo de Fomento a **execução do Projeto “EnvelheSer Ativo 2ª edição”**, credenciado e executado conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independente de transcrição. IX – VALOR GLOBAL: A Administração Pública, por força deste Termo de Fomento, transferirá à Organização da Sociedade Civil recursos financeiros no valor total de R\$408.419,52 (quatrocentos e oito mil quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho. X – DA VIGÊNCIA: O presente Termo de Fomento terá vigência iniciada na data de sua assinatura, expirando sua validade em 31 de dezembro de 2024, podendo ser alterada através de Termo Aditivo, por expressa manifestação e anuência das partes, devendo tal interesse ser apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto. XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 63200001.14.241.101.12061.15.335041.1.669.920000 0.1 XII – DATA DA ASSINATURA: 06/06/2024; XIII – SIGNATÁRIOS: Maria do Perpétuo Socorro França Pinto – Secretária dos Direitos Humanos e Monalice Araújo Batista Fernandes - Instituto de Arte e Cidadania do Ceará – IAC-CE.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
SECRETÁRIA DOS DIREITOS HUMANOS

*** **

SELEÇÃO DE PERITOS DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA – MEPCT
EDITAL DE SELEÇÃO Nº001/2024

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

A SECRETÁRIA DOS DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve **HOMOLOGAR O RESULTADO FINAL** do Processo Seletivo de Peritos do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Ceará, regido pelo Edital de Seleção nº 001/2024 do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – CEPCT. 1. DO RESULTADO FINAL 1.1. Resultado Final da Seleção de Peritos do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, na seguinte ordem: número de posição, nome do(a) candidato(a), vaga (AC = ampla concorrência; VR = vaga reservada), N1 – nota obtida na fase de análise de currículo, N2 – nota obtida na fase de entrevista, nota total e resultado.

POSICÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	VAGA	N1	N2	TOTAL	RESULTADO
1ª	SATTVA BATISTA GOLTARA	AC	16,5	10,0	26,5	APROVADA
2ª	FRANCIANE DA SILVA SANTOS OLIVEIRA	AC	16,0	10,0	26,0	APROVADA
3ª	MARIA ELCELANE DE OLIVEIRA LINHARES	AC	16,0	9,4	25,4	APROVADA
4ª	ANA CRISTINA PEREIRA DE LIMA MELO	AC	15,0	9,8	24,8	APROVADA
5ª	ALESSANDRA FELIX XAVIER	VR	15,0	9,6	24,6	APROVADA
6ª	AMANDA OLIVEIRA DA SILVA	VR	15,0	9,4	24,4	APROVADA
7ª	MAYRÁ LOBATO PEQUENO	AC	16,0	7,8	23,8	CLASSIFICÁVEL
8ª	ADRIANA ABREU DE SÁ	AC	15,0	5,5	20,5	CLASSIFICÁVEL
9ª	RENAN SANTOS PINHEIRO	AC	7,0	10	17,0	CLASSIFICÁVEL
10ª	NATHALIA FLORÊNCIO FREIRE	VR	14,0	2,8	16,8	CLASSIFICÁVEL
11ª	SERGIO BARROS ONOFRE	AC	6,5	6,5	13,0	CLASSIFICÁVEL

2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 2.1. O resultado final desta Seleção Pública fica homologada na data de sua publicação. Fortaleza, 20 de junho de 2024.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
SECRETÁRIA DOS DIREITOS HUMANOS
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP 22001.018204/2023-24, com fundamento nos artigos 110, inciso I, alínea “b”, § 1º e 113 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51 da Lei 10.884 de 02 de fevereiro de 1984 alterada pela Lei 17.938 de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de Setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, **RESOLVE PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNCIONAL AUTORIZAR O AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO FUNCIONAL** do(a) servidor(a) **EMANUELLE MENDES DE SOUSA DANIEL**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível F, matrícula(s) nº 47852617, lotado(a) na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE BIOLOGIA - PROFBIO, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN, de forma integral, por 60 (sessenta dias), no período de 01 de Outubro de 2023 a 29 de Novembro de 2023, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do NUP 22001.008475/2023-71, **RESOLVE CESSAR OS EFEITOS**, a partir de 01 de agosto de 2023, do Ato datado de 31 de agosto de 2022, e publicado no Diário Oficial do Estado, de 02 de setembro de 2022 que autorizou o AFASTAMENTO para participar do curso MESTRADO EM LETRAS ministrado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, o(a) servidor(a) **FRANCISCO ROQUE MAGALHAES NETO**, matrícula 30292111, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível F, lotado(a) no(a) CAIC MARIA ALVES CARIOCA, no município de Fortaleza/CE, da Secretaria da Educação. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP 22001.039645/2024-41, com fundamento nos artigos 110, inciso I, alínea “b”, § 1º e 113 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51 da Lei 10.884 de 02 de fevereiro de 1984 alterada pela Lei 17.938 de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017 – GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 11 de maio de 2017, **RESOLVE PRORROGAR O AFASTAMENTO** da servidora **MONIKA ALENCAR ROCHA**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível L, matrícula nº 47895618, lotada na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso MESTRADO EM EDUCAÇÃO, ministrado pela UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT, pelo período de 31 de maio de 2024 a 28 de fevereiro de



2025, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pela servidora, para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando a mencionada servidora obrigada a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará a imediata suspensão do ato autorizador. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

*** **

PORTARIA Nº0710/2024-GAB. A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 93, da Constituição do Estado, e tendo em vista o que consta do processo nº 22001.008795/2024-11, RESOLVE, de conformidade com o artigo 23, da Lei nº 12.066, de 13/01/1993 e suas alterações posteriores, combinados com o Decreto Nº 32.103, de 12/12/2016, **PROMOVER COM TITULAÇÃO**, os **PROFISSIONAIS** do Grupo Ocupacional Magistério da Educação Básica - MAG, lotados nesta Secretaria da Educação, conforme constantes do anexo único, parte integrante desta Portaria, a partir da data de entrada do processo. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza 06 de junho de 2024.

Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

ANEXO ÚNICO QUE SE REFERE A PORTARIA Nº0710/2024-GAB, DE 06 DE JUNHO DE 2024

Enquadramento: 15 - Lei 15.901/2015 Grupo Ocupacional: MAG

Nº	MATRÍCULA	NOME	CARGO	NÍVEL/TITULAÇÃO	NÍVEL/TITULAÇÃO ATUAL	A PARTIR	PROCESSO
1	30123417	JOSE WILLIAM MOREIRA	K020 - Professor	H / ESPECIALIZAÇÃO	J / MESTRADO	26/01/2024	22001.008795/2024-11

*** **

PORTARIA Nº0714/2024-GAB. A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 93 da Constituição do Estado, e tendo em vista o que consta do processo nº 22001.072950/2024-44, RESOLVE, de conformidade com o artigo 23 da Lei nº 12.066 de 13/01/1993 e suas alterações posteriores, combinados com o Decreto Nº 32.103, de 12/12/2016, **PROMOVER COM TITULAÇÃO**, os **PROFISSIONAIS** do Grupo Ocupacional Magistério da Educação Básica - MAG, lotados nesta Secretaria da Educação, conforme constantes do anexo único, parte integrante desta portaria, a partir da data de entrada do processo. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, 07 de junho de 2024.

Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

ANEXO ÚNICO QUE SE REFERE A PORTARIA Nº0714/2024 – GAB, DE 07 DE JUNHO DE 2024

Enquadramento: 15 - Lei 15.901/2015 Grupo Ocupacional: MAG

Nº	MATRÍCULA	NOME	CARGO	NÍVEL/TITULAÇÃO	NÍVEL/TITULAÇÃO ATUAL	A PARTIR	PROCESSO
1	3038251X	KLEIMBERG MOURA MATOS	K020 - Professor	D / LICENCIATURA PLENA	F / ESPECIALIZAÇÃO	14/05/2024	22001.072950/2024-44

*** **

PORTARIA Nº0730/2024-GAB. A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 93, da Constituição do Estado, e tendo em vista o que consta do processo nº 22001.067596/2024-36, RESOLVE, de conformidade com o artigo 23 da Lei nº 12.066 de 13/01/1993 e suas alterações posteriores, combinados com o Decreto Nº 32.103, de 12/12/2016, **PROMOVER COM TITULAÇÃO**, os **PROFISSIONAIS** do Grupo Ocupacional Magistério da Educação Básica - MAG, lotados nesta Secretaria da Educação, conforme constantes do anexo único, parte integrante desta Portaria, a partir da data de entrada do processo. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, 10 de junho de 2024.

Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

ANEXO ÚNICO QUE SE REFERE A PORTARIA Nº0730/2024 – GAB, DE 10 DE JUNHO DE 2024

Enquadramento: 15 - Lei 15.901/2015 Grupo Ocupacional: MAG

Nº	MATRÍCULA	NOME	CARGO	NÍVEL/TITULAÇÃO	NÍVEL/TITULAÇÃO ATUAL	A PARTIR	PROCESSO
1	30242416	MARILIA PIMENTEL CARVALHO DE SA RORIZ	K020 - Professor	E / LICENCIATURA PLENA	F / ESPECIALIZAÇÃO	02/05/2024	22001.067596/2024-36

*** **

PORTARIA Nº0775/2024 – GAB - A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em substituição, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do NUP 22001.043294/2024-72, RESOLVE **CESSAR OS EFEITOS, da Portaria nº0362/2023 – GAB**, datada de 22 de março 2023 e publicada no Diário Oficial do Estado de 11 de abril de 2023, que autorizou a PRORROGAÇÃO DO AFASTAMENTO para participar do curso MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ministrado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC, o servidor **FABIO ARAUJO BEZERRA**, matrícula 47947316, lotado no EEM DONA LUIZA TIMBÓ, desde 02 de fevereiro de 2024. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 17 de junho de 2024.

Maria Jucineide da Costa Fernandes
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, EM SUBSTITUIÇÃO

*** **

PORTARIA Nº0778/2024 – GAB - A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, EM SUSBSTITUIÇÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo Nº 22001.005360/2024-14, com fundamento no artigo 62, inciso V, da Lei 10.884, de 02 de fevereiro de 1984 e suas alterações posteriores, RESOLVE **MAJORAR** o percentual da **GRATIFICAÇÃO POR EFETIVA REGÊNCIA DE CLASSE**, do servidor **EVERTON ALVES DA SILVA**, matrícula 15976012, APÓS OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRADO, de 32,79% (trinta e dois e setenta e nove por cento) para 37,82% (trinta e sete e oitenta e dois por cento), sobre o vencimento base, com vigência a partir de 22 de janeiro de 2024. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 17 de junho de 2024.

Maria Jucineide da Costa Fernandes
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, EM SUSBSTITUIÇÃO

*** **



PORTARIA Nº0787/2024 – GAB - A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, EM SUBSTITUIÇÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo Nº 22001.054045/2024-11, com fundamento no artigo 62, inciso V, da Lei 10.884, de 02 de fevereiro de 1984 e suas alterações posteriores, **RESOLVE MAJORAR** o percentual da **GRATIFICAÇÃO POR EFETIVA REGÊNCIA DE CLASSE**, do(a) servidor(a) **RUI BARBOSA JUNIOR**, matrícula 13819017, APÓS OBTENÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO, de 27,76% (vinte e sete e setenta e seis por cento) para 32,79% (trinta e dois e setenta e nove por cento), sobre o vencimento base, com vigência a partir de 02 de abril de 2024. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de junho de 2024.

Maria Jucineide da Costa Fernandes
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, EM SUBSTITUIÇÃO

*** **

PORTARIA Nº0791/2024- GAB - A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, em substituição, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo Nº 22001.081599/2024-82, com fundamento no artigo 62, inciso V, da Lei 10.884, de 02 de fevereiro de 1984 e suas alterações posteriores, **RESOLVE MAJORAR** o percentual da **GRATIFICAÇÃO POR EFETIVA REGÊNCIA DE CLASSE**, do(a) servidor(a) **EDNALVA MENEZES DA ROCHA**, matrícula 16161519, APÓS OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRADO, de 32,79% (trinta e dois e setenta e nove por cento) para 37,82% (trinta e sete e oitenta e dois por cento), sobre o vencimento base, com vigência a partir de 10 de junho de 2024. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 19 de junho de 2024.

Maria Jucineide da Costa Fernandes
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, EM SUBSTITUIÇÃO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº PROC. Nº22001.079556/202437 PRE RESERVA : 1323940

I - ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº 05/2023; II - CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0621-55, crede 18 Crato/CE, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Diretor Sr. Cicero Adauto dos Santos de Sousa; III - ENDEREÇO: CRATO/CE; IV - CONTRATADA: **COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO CENTRO SUL**, inscrita no CNPJ sob nº 32.144.817/0001-20, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Lucivan Jose Vieira Silva; V - ENDEREÇO: CRATO/CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: resolvem firmar o presente Termo Aditivo de acordo com a Chamada Pública de nº 01/2023, publicado no DOE de 05/05/2023, de acordo com o processo nº 22001.079556/2024-37, e regulamentado no art. 57 § 1º inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; VII - FORO: CRATO/CE; VIII - OBJETO: O presente aditivo tem como finalidade **prorrogar o prazo** de vigência e execução, que tem por objetivo Aquisição de Gêneros da Agricultura Familiar, da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Governador Adauto Bezerra, conforme orçamento de despesas em anexo ao contrato original, independente de transcrição; IX - VALOR GLOBAL: PERMANECE INALTERADA; X - DA VIGÊNCIA: O prazo previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA, que trata da vigência do contrato, ora aditado, fica prorrogado por mais 120 (Cento e vinte) dias, a partir de 25 de junho 2024 até 22 de outubro de 2024. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA, que trata da execução do contrato, ora aditado, fica prorrogado por mais 120 (Cento e vinte) dias, a partir de 13 de junho de 2024 até 10 de outubro de 2024.; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato original e seus aditivos. E, para validade do que ficou convencionado, as partes assinam o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo.; XII - DATA: 04 DE JUNHO DE 2024; XIII - SIGNATÁRIOS: Cicero Adauto dos Santos de Sousa - CONTRATANTE, Lucivan Jose Vieira Silva - CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01 - MARIA SILVIA ALVES VIEIRA COSTA, 02 - VICENTE EDVALDO SOARES ARRAIS . Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 22001.068208/2024-34/131992900

CONTRATANTE: EEM SANTO AMARO, situada(o) na Rua Nova Conquista, 871 – Bom Jardim, Fortaleza/Ce, inscrita(o) no CNPJ sob o nº 07.954.514/0518-97, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo Célia Viana de Araújo CONTRATADA: **MV COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA**, com sede na Avenida São Vicente de Paula, n 440 - Araturi (Jurema), Caucaia - CE, 61.655-000, Fone: (85) 9987 6658, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 11.224.603/0001-93, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pela Michele Vitor Martins. OBJETO: 3.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de GÁS ENGARRAFADO 13 KGS MATERIAL DE CONSUMO**, nas condições estabelecidas na Cotação Eletrônica nº 06/2024, Termo de Participação nº 20240006, Termo de Referência e na proposta do CONTRATADO. 3.2. É parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, a Cotação Eletrônica nº 06/2024, Termo de Participação nº 20240006 e Termo de Referência. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento na Cotação Eletrônica nº 06/2024 e Termo de Participação nº 06/2024, e seus anexos, os preceitos do direito público, no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Complementar nº 288, de 20 de julho de 2022, Decreto nº 35.341, de 09 de março de 2023, alterado pelo Decreto nº 35.474, de 26 de maio de 2023, Decreto Estadual nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, alterado pelo Decreto Estadual nº 35.475, de 26 de maio de 2023, e demais legislações aplicáveis ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza – Ce. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado do(a) publicação no D.O.E, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução do objeto contratual é de 300 (trezentos) dias, contados a partir do recebimento da primeira ordem de fornecimento ou instrumento equivalente. VALOR GLOBAL: R\$ 2.040,10 (dois mil, quarenta reais e dez centavos). pagos em conformidade com o contrato original. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22100022.12.362.143.20970.03.339030.50000.0 - 1270. DATA DA ASSINATURA: 11 de Junho de 2024 SIGNATÁRIOS: Célia Viana de Araújo- CONTRATANTE – Michele Vitor Martins – CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01- FRANCISCA RENATA NOGUEIRA DA SILVA, 02-JANY KAROLINY LIMA SOARES. Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 22001.060552/2024-85/1319014

CONTRATANTE: EEEP LEOPOLDINA GONÇALVES QUEZADO, situada(o) na Rua Marica Leite, nº 285, Bairro Araçá, Município de Aurora -CE, inscrita(o) no CNPJ sob o nº 07.954.514/0015-20, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo Sr. Plácido Bezerra Leite CONTRATADA: **D+ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, com sede na Travessa Antônio Pinto nº 25, centro, Aurora-CE, CEP: 63360-000, Fone: (88) 9239-3688, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 51.672.090/0001-06, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo Sr. Dvidy Gabriel Brito Duarte. OBJETO: 3.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de Gêneros Alimentícios**, nas condições estabelecidas na Cotação Eletrônica nº 04/2024, Termo de Participação nº 04/2024, Termo de Referência e na proposta do CONTRATADO. 3.2. É parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, a Cotação Eletrônica nº 04/2024, Termo de Participação nº 04/2024 e Termo de Referência. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento na Cotação Eletrônica nº 04/2024 e Termo de Participação nº 04/2024, e seus anexos, os preceitos do direito público, no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Complementar nº 288, de 20 de julho de 2022, Decreto nº 35.341, de 09 de março de 2023, alterado pelo Decreto nº 35.474, de 26 de maio de 2023, Decreto Estadual nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, alterado pelo Decreto Estadual nº 35.475, de 26 de maio de 2023, e demais legislações aplicáveis ao cumprimento de seu objeto FORO: Aurora-CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado do(a) a partir da Publicação do Diário Oficial DOE, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei



nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução do objeto contratual é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir do recebimento da primeira ordem de fornecimento ou instrumento equivalente. VALOR GLOBAL: R\$ 39.620,00 (trinta e nove mil seiscientos e vinte reais) pagos em conformidade com o contrato original. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22100022.12.362.231.20979.01.339030.50000.0- 20361 . DATA DA ASSINATURA: 12 de Junho de 2024 SIGNATÁRIOS: Plácido Bezerra Leite- CONTRATANTE – Dvidy Gabriel Brito Duarte- CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01-Adersilhanha Calixto de Araújo, 02-Nailza Alves da Silva Lucena. Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 22001.069184/2024-31 - IG: 1322702

CONTRATANTE: A(O) Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação/EEMTI FILGUEIRAS LIMA, situada(o) na Rua Hilda Augusto, 429 – Lavras da Mangabeira - CE, inscrita(o) no CNPJ sob o nº 07.954.514/0649-56, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pela Diretora Geral, Sra, Altamira Cristina Ferreira CONTRATADA: **LUIZ LUCENA DE OLIVEIRA**, com sede na Av. Alfredo Rodrigues Pereira nº38, CEP: 63.595-000, Fone: (88)98150-5404, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 49.762.368/0001-86, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo Sr. Luiz Lucena de Oliveira. OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de **Serviço de Terceiros – Festividades e Homenagens**, nas condições estabelecidas na Cotação Eletrônica nº 07/2024, Termo de Participação nº 07/2024, Termo de Referência e na proposta do CONTRATADO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento na Cotação Eletrônica nº 07/2024 e Termo de Participação nº 2024/0007, e seus anexos, os preceitos do direito público, no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Complementar nº 288, de 20 de julho de 2022, Decreto nº 35.341, de 09 de março de 2023, alterado pelo Decreto nº 35.474, de 26 de maio de 2023, Decreto Estadual nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, alterado pelo Decreto Estadual nº 35.475, de 26 de maio de 2023 FORO: Lavras da Mangabeira/CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado do(a) publicação do contrato, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução do objeto contratual é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado a partir do recebimento da primeira ordem de fornecimento ou instrumento equivalente. VALOR GLOBAL: R\$ 4.999,00 (Quatro mil novecentos e noventa e nove reais) pagos em conformidade com o contrato original. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22100022.12.362.144.20976.01.339039.50000.0 - 12670 . DATA DA ASSINATURA: 12 de Junho de 2024. SIGNATÁRIOS: Altamira Cristina Ferreira - CONTRATANTE – Luiz Lucena de Oliveira – CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01- ILEGÍVEL, 02- ILEGÍVEL. Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 22001.037854/2024-50 - IG: 1307255

CONTRATANTE: A ESCOLA E.E.M HUET ARRUDA, situada(o) na Travessa Cecília Freire, S/N, Bairro Centro, Município de MORAÚJO/CE, inscrita(o) no CNPJ sob o nº 07.954.514/0086-14, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo por seu(sua) Diretor(a) Geral, Sr.(a) Maria Cibelle Moreira CONTRATADA: **OLINDINA MARIA DE SOUSA NETA - ME**, com sede na Rua Coronel José Elias, nº 325, Bairro: Centro no Município de Granja – CE com o CEP: 62430 - 000 com o Fone: (88) 9 9915-3369, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 11.278.775/0001-40, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo(a) Sr(a). Olindina Maria de Sousa Neta. OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DA ESCOLA E.E.M.T HUET ARRUDA PARA EXERCÍCIO 2024.**, nas condições estabelecidas na Cotação Eletrônica nº 2024/03690, Termo de Participação nº 2024/0005, Termo de Referência e na proposta do CONTRATADO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento na Cotação Eletrônica nº 2024/03690, Termo de Participação nº 2024/0005, e seus anexos, os preceitos do direito público, no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Complementar nº 288, de 20 de julho de 2022, Decreto nº 35.341, de 09 de março de 2023, alterado pelo Decreto nº 35.474, de 26 de maio de 2023, Decreto Estadual nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, alterado pelo Decreto Estadual nº 35.475, de 26 de maio de 2023 FORO: Moraujo/CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias contado do(a) data da sua publicação no Diário Oficial do Estado - DOE, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução do objeto contratual é de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará. VALOR GLOBAL: R\$ 11.304,66 (Onze Mil, Trezentos e Quatro Reais e Sessenta e Seis Centavos) pagos em conformidade com o contrato original. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22100022.12.362.144.20974.11.339030.1.5009100 000.0 - 20428. DATA DA ASSINATURA: 11 de Abril de 2024. SIGNATÁRIOS: Maria Cibelle Moreira - CONTRATANTE – Olindina Maria de Sousa Neta – CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01- Maria Ifigenia de Sampaio Moreira, 02- Maria Adriana Albuquerque Sampaio. Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 22001.077802/2024-16 - IG: 1322593

CONTRATANTE: A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/EEMTI AMÁLIA XAVIER, situada na Rua Rui Barbosa, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0593-67, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Diretora Escolar Maria Girlene dos Santos Queiroz CONTRATADA: **MARIA DO SOCORRO DE SOUSA LEITE CEREALISTA LTDA**, com sede na Rua Abel Sobreira, nº 180, Bairro Pirajá, CEP: 63.034-220, Fone: 889997-9030, inscrita no CNPJ sob o nº 07.759.165/0001-90, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pela Maria do Socorro de Sousa Leite. OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **contratação de aquisição**, nas condições estabelecidas na Cotação Eletrônica nº 2024/14170, Termo de Participação nº 20240009, Termo de Referência e na proposta do CONTRATADO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento na Cotação Eletrônica nº 2024/14170 e Termo de Participação nº 20240009, e seus anexos, os preceitos do direito público, no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Complementar nº 288, de 20 de julho de 2022, Decreto nº 35.341, de 09 de março de 2023, alterado pelo Decreto nº 35.474, de 26 de maio de 2023, Decreto Estadual nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, alterado pelo Decreto Estadual nº 35.475, de 26 de maio de 2023 FORO: Juazeiro do Norte/CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 250 (duzentos e cinquenta) dias, contado da Publicação em Diário Oficial do Estado, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução do objeto contratual é de 250 (duzentos e cinquenta) dias, contado a partir da Publicação em Diário Oficial do Estado. VALOR GLOBAL: R\$ 1.968,00 (um mil novecentos e sessenta e oito reais) pagos em conformidade com o contrato original. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22100022.12.362.144.20974.01.339030.50000.0 - 8835 . DATA DA ASSINATURA: 11 de Junho de 2024. SIGNATÁRIOS: Maria Girlene dos Santos Queiroz - CONTRATANTE – Maria do Socorro de Sousa Leite – CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01- Natália Alves dos Santos Galdino, 02-. Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **



EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 22001.080947/2024-02/PRÉ-RESERVA: 1317917

CONTRATANTE: O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO e a ESCOLA ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL ANTONIO LUIZ COELHO - CREDE 01 - MARANGUAPE/CE, inscrita no CNPJ 07.954.514/0254-62, neste ato representada(o) pelo José Adailton Rocha Pontes CONTRATADA: **MARIA LEIDIANE CAMELO DO NASCIMENTO**, inscrita no CNPJ sob o nº 48.394.531/0001-32, representado neste ato pelo Maria Leidiane Camelo do Nascimento. OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **contratação de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, nas condições estabelecidas na Cotação Eletrônica nº 2024/08105, Termo de Participação nº 07/2024, Termo de Referência e na proposta do CONTRATADO. É parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, a Cotação Eletrônica nº 2024/08105, Termo de Participação nº 07/2024 e Termo de Referência. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento na Cotação Eletrônica nº 2024/08105 e Termo de Participação nº 07/2024, e seus anexos, os preceitos do direito público, no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Complementar nº 288, de 20 de julho de 2022, Decreto nº 35.341, de 09 de março de 2023, alterado pelo Decreto nº 35.474, de 26 de maio de 2023, Decreto Estadual nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, alterado pelo Decreto Estadual nº 35.475, de 26 de maio de 2023, e demais legislações aplicáveis ao cumprimento de seu objeto FORO: MARANGUAPE/CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 365 (Trezentos e sessenta e cinco), dias contado da publicação, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução do objeto contratual é de 300 (trezentos) dias, contado a partir do recebimento da primeira ordem de fornecimento ou instrumento equivalente. VALOR GLOBAL: R\$ 12.550,00 (Doze mil e quinhentos e cinquenta reais) pagos em conformidade com o contrato original. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22100022.12.362.144.20974.03.339030.50000.0 – 1257. DATA DA ASSINATURA: 12 de junho de 2024. SIGNATÁRIOS: José Adailton Rocha Pontes - CONTRATANTE – Maria Leidiane Camelo do Nascimento – CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01- ANA VITÓRIA ANDRADE DE CARVALHO, 02- MARIA CAMILA LIMA ROCHA. Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 22001.031452/2024-41/PRÉ-RESERVA: 1312072

CONTRATANTE: O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO e a EEMTI PROFESSOR JOSÉ MARIA CAMPOS DE OLIVEIRA - SEFOR 03 - FORTALEZA/CE, inscrita no CNPJ 07.954.514/0712-27, neste ato representada(o) pelo Sr. PATRESE ALEXANDRE SOUSA CONTRATADA: **PEDACIM DU CAMPO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME**, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 28.314.791/0001-43, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pela Sra. IVELIZE GURGEL MOURA DE SOUSA. OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de **aquisição de Gêneros de Alimentação** da merenda escolar, nas condições estabelecidas na Cotação Eletrônica nº 2024/02936 e Termo de Participação nº 002/2024, Termo de Referência e na proposta do CONTRATADO. É parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, a Cotação Eletrônica nº 2024/02936 e Termo de Participação nº 002/2024 e Termo de Referência. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento na Cotação Eletrônica nº 2024/02936 e Termo de Participação nº 002/2024, e seus anexos, os preceitos do direito público, no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Complementar nº 288, de 20 de julho de 2022, Decreto nº 35.341, de 09 de março de 2023, alterado pelo Decreto nº 35.474, de 26 de maio de 2023, Decreto Estadual nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, alterado pelo Decreto Estadual nº 35.475, de 26 de maio de 2023, e demais legislações aplicáveis ao cumprimento de seu objeto FORO: FORTALEZA/CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da publicação no DOE (Diário Oficial do Estado), na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução do objeto contratual é de 330 (trezentos e trinta) dias, contado a partir do recebimento da primeira ordem de fornecimento ou instrumento equivalente. VALOR GLOBAL: R\$ 34.605,80 (Trinta e quatro mil, seiscentos e cinco reais e oitenta centavos) pagos em conformidade com o contrato original. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 22100022.12.362.144.20974.03.33903 0.50000.0 – 1257. DATA DA ASSINATURA: 10 de junho de 2024 SIGNATÁRIOS: PATRESE ALEXANDRE SOUSA - CONTRATANTE – IVELIZE GURGEL MOURA DE SOUSA – CONTRATADA e TESTEMUNHAS: 01- REGINA THAYNÁ GOMES DO NASCIMENTO BAIMA, 02- FRANCISCO JOSÉ ASSUNÇÃO DA SILVA. Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **

TERMO DE COMPROMISSO Nº189/2024

NUP 22001.046650/2024-18 IG: 1323734 SACC: 1322096

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, localizada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, s/n, Gal. Afonso Albuquerque Lima, Cambeba, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, doravante denominada SEDUC, neste ato representada pela Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, a Sra. ELIANA NUNES ESTRELA, portadora do CPF nº 473.400.533-87, RG nº 216562291 SSP-CE, residente e domiciliada em Fortaleza/CE e o **MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 06.738.132/0001-00, representado por seu/sua Prefeito(a), JOSÉ EDMILSON LEITE BARBOSA portador(a) do RG nº 21485081 SSP/CE e CPF nº 209.338.943-68, residente na Rua: José Borges, 483 – Centro – Caririçu, doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, com base na justificativa apresentada no processo em epígrafe, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 32.811/2018, Lei Complementar nº 297, de 19 de dezembro de 2022, Decreto nº 35.430, de 15 de maio de 2023 e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes condições: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1. Constitui objeto deste Termo a **execução do Programa de Aprendizagem na Idade Certa - Paic Integral**, que tem por objetivo a promoção da aprendizagem na idade certa, bem como o seu fortalecimento com equidade e a universalização do Ensino Fundamental em tempo integral na rede pública municipal de ensino do Estado do Ceará, a partir da cooperação interfederativa, de natureza técnica, pedagógica e financeira. 1.2. Os objetivos do Paic Integral serão desenvolvidos, para incentivar a implementação inicial do tempo integral, em regime de colaboração com as redes municipais de ensino, no período de 2023 a 2026, observando o art. 2º da Lei Complementar nº 297, de 19 de dezembro de 2022. 1.2.1. No primeiro ano do programa, a integralização acontecerá nas turmas de 9º ano, em 2023, seguindo-se do 8º ano, em 2024, 7º ano, em 2025, e 6º ano, em 2026. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA SEDUC 2.1. Constituem obrigações da Seduc: I. Repassar os recursos previstos para o Programa Paic Integral; II. Contribuir para o avanço da alfabetização na idade certa; III. Apoiar as redes municipais em seus processos educacionais; IV. Monitorar a ampliação dos tempos pedagógicos, dos espaços escolares e das oportunidades de aprendizagem a partir da educação em tempo integral dos estudantes matriculados nas instituições de ensino da rede pública municipal de educação do Ceará. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 3.1. Constituem obrigações do Município: I. Garantir a matrícula de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal em tempo integral no primeiro ano do programa, sob pena de glosa integral do recurso repassado; II. Nos anos seguintes ao marco inicial do programa, garantir a ampliação da oferta do tempo integral em 20% (vinte por cento) de matrícula em relação ao ano anterior, junto com a ampliação mínima da oferta da matrícula dos demais anos, conforme art. 5º, §2º, inciso II, alíneas “a” a “c”, do Decreto Estadual nº 35.430/2023. III. Anexar aos autos o Plano de Trabalho e o Termo de Compromisso firmado com a Seduc, no período de convocação para adesão ao Programa; IV. Manter os comprovantes de aplicação dos recursos em boa ordem e de forma discriminada todas as despesas efetuadas com os recursos repassados nos termos do Decreto Estadual nº 35.430/2023, preferencialmente em meio eletrônico, que ficará disponível à fiscalização do órgão repassador dos recursos e dos órgãos de controle interno e externo; V. Adequar, progressivamente, as condições de oferta do tempo integral, com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, a melhoria dos espaços escolares, o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas, os cuidados com a higiene e o bem-estar dos alunos, a fim de possibilitar o seu desenvolvimento integral, assegurando a sua permanência na escola e melhores oportunidades de aprendizagem, que atendam as suas necessidades na sociedade atual; VI. Prestar contas dos recursos recebidos referentes ao Programa Paic Integral em até 30 (trinta) dias após



o encerramento do Termo de Compromisso. CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE DE RECURSOS 4.1. O valor global do Termo de Compromisso é de R\$ R\$ 492.000,00, (quatrocentos e noventa e dois mil reais) previsto no MAPP 2364, arcando a SEDUC com todo o repasse, a ser repassado em parcelas. 4.2. Os recursos financeiros serão liberados e mantidos em conta bancária específica na instituição financeira Caixa Econômica Federal, indicada pelo município. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA 5.1. O presente Termo de Compromisso vigorará até 31 de dezembro de 2024 a contar a partir da data de sua assinatura. CLÁUSULA SEXTA – DO ADITAMENTO 6.1. O presente Termo de Compromisso poderá ser alterado por manifestação escrita de qualquer das partes sendo vedado em qualquer hipótese, a modificação do objeto do Termo de Compromisso. 6.2. Compete à Seduc a elaboração da minuta de Termo Aditivo a qual deverá conter expressamente as cláusulas, objeto de alteração. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO 7.1. O presente Termo de Compromisso poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por inadimplemento das partes, por acordo entre os partícipes ou, unilateralmente, pelo Estado do Ceará por meio da SEDUC, ou em decorrência de determinação judicial, conforme os termos legais cabíveis. CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 8.1. A prestação de contas deverá ocorrer até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício anterior; CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO 9.1. O Termo de Compromisso será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de eficácia, início da liberação de recursos e execução das obrigações assumidas. CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO 10.1. O monitoramento da execução deste instrumento será realizado pela Seduc, com vistas a garantir a regularidade dos atos praticados e a adequada execução do objeto, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo. 10.2. O monitoramento de que trata o item anterior é de responsabilidade do servidor designado como gestor do instrumento, e será realizado tendo como base o instrumento celebrado, o plano de trabalho e o correspondente cronograma de execução do objeto e de desembolso de recursos financeiros. 10.3. Fica designado(a) o(a) servidor(a) ANTÔNIO CLÉCIO SOUSA LIMA, matrícula nº 479682-1-6 e CPF nº 880.348.953-34, como gestor, e o(a) servidor(a) MARIA ALVES DA SILVA, matrícula nº 158916-1-0 e CPF nº 247.494.603-97, como fiscal do presente instrumento. 10.4. A Seduc poderá realizar os procedimentos de checagem, avaliação e revisão dos recursos com base no censo escolar, a qualquer tempo, podendo implicar o cancelamento, a devolução ou a suspensão dos repasses. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 11.1. As comunicações entre as partes, inclusive reclamações, notificações e petições, sobre o presente Termo de Compromisso, serão feitas por escrito e remetidas aos endereços constantes do preâmbulo deste instrumento. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO 12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza para dirimir litígios oriundos deste instrumento, ficando estabelecida a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação da Assessoria Jurídica da Seduc. DATA DA ASSINATURA: 07 de Junho de 2024. Eliana Nunes Estrela Secretária da Educação José Edmilson Leite Barbosa Prefeito(a) Municipal de CARIRIAÇU/CE Testemunhas: 1º Francisco Bruno Freire 2º Aécio de Oliveira Maia SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA ASJUR

*** **

TERMO DE COMPROMISSO

Nº298/2024 - NUP: 22001.079088/2024-09 - IG: 1324294000

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, localizada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, s/n, Gal. Afonso Albuquerque Lima, Cambéba, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, doravante denominada SEDUC, neste ato representada pela Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, a Sra. ELIANA NUNES ESTRELA, portadora do CPF nº 473.400.533-87, RG nº 216562291 SSP-CE, residente e domiciliada em Fortaleza/CE e o MUNICÍPIO DE MERUOCA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.598.683/0001-70, representado por seu/sua Prefeito(a), JOSÉ HERTON ALVES DE SOUSA portador(a) do RG nº 97031052412 SSP/CE e CPF nº 646.093.913-68, residente na Avenida Pedro Sampaio, 385 - Centro. Meruoca. CEP: 62130-000, doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, com base na justificativa apresentada no processo em epígrafe, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 32.811/2018, Lei Complementar nº 297, de 19 de dezembro de 2022, Decreto nº 35.430, de 15 de maio de 2023 e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes condições: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1. Constitui objeto deste compromisso a **execução do Programa de Aprendizagem na Idade Certa - Paic Integral**, que tem por objetivo a promoção da aprendizagem na idade certa, bem como o seu fortalecimento com equidade e a universalização do Ensino Fundamental em tempo integral na rede pública municipal de ensino do Estado do Ceará, a partir da cooperação interfederativa, de natureza técnica, pedagógica e financeira. 1.2. Os objetivos do Paic Integral serão desenvolvidos, para incentivar a implementação inicial do tempo integral, em regime de colaboração com as redes municipais de ensino, no período de 2023 a 2026, observando o art. 2º da Lei Complementar nº 297, de 19 de dezembro de 2022. 1.2.1. No primeiro ano do programa, a integralização acontecerá nas turmas de 9º ano, em 2023, seguindo-se do 8º ano, em 2024, 7º ano, em 2025, e 6º ano, em 2026. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA SEDUC Constitui obrigações da Seduc as seguintes: I. Repassar os recursos previstos para o Programa Paic Integral; II. Contribuir para o avanço da alfabetização na idade certa; III. Apoiar as redes municipais em seus processos educacionais; IV. Monitorar a ampliação dos tempos pedagógicos, dos espaços escolares e das oportunidades de aprendizagem a partir da educação em tempo integral dos estudantes matriculados nas instituições de ensino da rede pública municipal de educação do Ceará. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO Constitui obrigação do Município: I. Garantir matrícula de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal em tempo integral no primeiro ano do programa, sob pena de glosa integral do recurso repassado; II. Nos anos seguintes ao marco inicial do programa, garantir a ampliação da oferta do tempo integral em 20% (vinte por cento) de matrícula em relação ao ano anterior, junto com a ampliação mínima da oferta da matrícula dos demais anos, conforme art. 5º, §2º, inciso II, alíneas “a” a “c”, do Decreto Estadual nº 35.430/2023. III. Anexar aos autos o Plano de Trabalho e o Termo de Compromisso firmado com a Seduc, no período de convocação para adesão ao Programa; IV. Manter os comprovantes de aplicação dos recursos em boa ordem e de forma discriminada todas as despesas efetuadas com os recursos repassados nos termos do Decreto Estadual nº 35.430/2023, preferencialmente em meio eletrônico, que ficará disponível à fiscalização do órgão repassador dos recursos e dos órgãos de controle interno e externo; V. Adequar, progressivamente, as condições de oferta do tempo integral, com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, a melhoria dos espaços escolares, o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas, os cuidados com a higiene e o bem-estar dos alunos, a fim de possibilitar o seu desenvolvimento integral, assegurando a sua permanência na escola e melhores oportunidades de aprendizagem, que atendam as suas necessidades na sociedade atual; VI. Prestar contas dos recursos recebidos referentes ao Programa Paic Integral em até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício anterior. CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE DE RECURSOS 4.1. O valor global do Termo de Compromisso é de R\$ 316.000,00, (trezentos e dezesseis mil reais) previsto no MAPP 2264, arcando a SEDUC com todo o repasse, a ser repassado em parcelas. 4.2. Os recursos financeiros serão liberados e mantidos em conta bancária específica na instituição financeira Caixa Econômica Federal, indicada pelo município. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA 5.1. O presente Termo de Compromisso vigorará até 31 de dezembro de 2024 a contar a partir da data de sua assinatura. CLÁUSULA SEXTA – DO ADITAMENTO 6.1. O presente Termo de Compromisso poderá ser alterado por manifestação escrita de qualquer das partes sendo vedado em qualquer hipótese, a modificação do objeto do Termo de Compromisso. 6.2. Compete à Seduc a elaboração da minuta de Termo Aditivo a qual deverá conter expressamente as cláusulas, objeto de alteração. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO 7.1. O presente Termo de Compromisso poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por acordo entre os partícipes, unilateralmente, pelo Estado do Ceará por meio da SEDUC, ou em decorrência de determinação judicial, conforme os termos legais cabíveis. CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 8.1. A prestação de contas deverá ocorrer até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício anterior; CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO 9.1. O Termo de Compromisso será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de eficácia, início da liberação de recursos e execução das obrigações assumidas. CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO 10.1. O monitoramento da execução deste instrumento será realizado pela Seduc, com vistas a garantir a regularidade dos atos praticados e a adequada execução do objeto, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo. 10.2. O monitoramento de que trata o item anterior é de responsabilidade do servidor designado como gestor do instrumento, e será realizado tendo como base o instrumento celebrado, o plano de trabalho e o correspondente cronograma de execução do objeto e de desembolso de recursos financeiros. 10.3. Fica designado(a) o(a) servidor(a) DEBORAH AZEVEDO DE ARAÚJO, matrícula nº 480004-1-X e CPF nº 654.252.603-00, como gestor, e o(a) servidor(a) JEFFERSON DOS SANTOS COSTA, matrícula nº 479330-1-3 e CPF nº 881.119.702-34, como fiscal do presente instrumento. 10.4. A Seduc poderá realizar os procedimentos de checagem, avaliação e revisão dos recursos com base no censo escolar, a qualquer tempo, podendo implicar o cancelamento, a devolução ou a suspensão dos repasses. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 11.1. As comunicações entre as partes, inclusive reclamações, notificações e petições, sobre o presente Termo de Compromisso, serão feitas por escrito e remetidas aos endereços constantes do preâmbulo deste instrumento. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO 12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza para dirimir litígios oriundos



deste instrumento, ficando estabelecida a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação da Assessoria Jurídica da Seduc. DATA DA ASSINATURA: 14 DE JUNHO DE 2024. Eliana Nunes Estrela - Secretária da Educação, José Herton Alves de Sousa - Prefeito(a) Municipal MERUOCA. Testemunhas: 1ª Francisco Bruno Freire, 2ª Aécio de Oliveira Maia. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **

TERMO DE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR

Nº08/2024 - NUP Nº22001.065278/2024-85

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambeba, Fortaleza/CE, nos termos do processo supra e Parecer Jurídico nº 7557/2024, resolve **reconhecer a despesa** do exercício anterior, conforme fundamentação legal no art. 37 da Lei nº 4.320/1964, assumida em face da empresa **ARVOREDO SERVIÇOS E LOCAÇÕES**, inscrita no CNPJ: 49.224.148/0001-07, totalizando o valor de R\$ 147.373,97 (cento e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos) referente ao pagamento dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública estadual de ensino do Município de Santana do Cariri, do Estado do Ceará, concernente ao período de 16 a 30 de novembro de 2023 e de 01 a 08 de dezembro de 2023, decorrente do Contrato nº 278/2023, vigente até o dia 16 de novembro de 2024. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará – através da Secretaria da Educação a pagar a despesa acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em substituição. Em Fortaleza, 18 de JUNHO de 2024. MARIA JUCINEIDE DA COSTA FERNANDES - SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, em substituição. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Nº14/2024 - NUP Nº22001.068346/2024-13

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambeba, Fortaleza/CE, nos termos do processo supra e Parecer Jurídico nº 7426/2024, resolve **reconhecer a dívida** assumida em face da empresa **CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA**, inscrita no CNPJ: 07.783.832/0001-70, totalizando o valor de R\$ 506.490,98 (quinhentos e seis mil, quatrocentos e noventa reais e noventa e oito centavos), referente aos serviços de mão de obra terceirizada, pelos serviços prestados, despesa sem contrato, no período de 01/04/2024 a 11/04/2024. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará - através da Secretaria da Educação a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Em Fortaleza, 14 de JUNHO de 2024. ELIANA NUNES ESTRELA - SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

NUP 22001.052950/2024-28

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEM JOSÉ TEIXEIRA DE ALBUQUERQUE, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **MICHELE LIMA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 22200181680868, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 11/03/2024, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 12/03/2024. Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.052950/2024-28. Jijoca de Jericoacoara, 11 de março de 2024. CREDE 3 – ACARAU/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

NUP 22001.045340/2024-78

O ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, através da EEM FRANCISCO ARAÚJO BARROS, representado(a) pelo DIRETOR ESCOLAR, e do outro lado, pelo PROFESSOR(A) **COSMA DOS SANTOS DAMASCENO**, matrícula nº 22200181350639, resolvem, por este instrumento de rescisão de contrato de trabalho temporário, firmar o seguinte: CLÁUSULA ÚNICA: Fica **rescindido**, a partir de 11/03/2024, em todas as suas cláusulas, **o contrato de trabalho temporário** firmado entre as partes acima descritas publicado no DOE de 07/02/2024. Iniciativa do contratado, cumprindo nesta hipótese a prévia comunicação à contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, tudo com respaldo legal no art. 6º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 173, de 03 de agosto de 2017, publicada no DOE de 09/08/2017, e com base na justificativa do DIRETOR ESCOLAR, exarada no processo nº 22001.045340/2024-78. Itarema, 11 de março de 2024. CREDE 3 – ACARAU/CEARÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 17 de junho de 2024.

Ana Talita Ferreira Alves
COORDENADORA/ASJUR

*** **

CORRIGENDA

No Diário Oficial do Estado do Ceará nº 062 de 02 de abril de 2003, que publicou a CORRIGENDA do Ato de nomeação para o Cargo de Professor Técnico Pleno I de ANTÔNIA TEOMÁRIA GONÇALVES MARQUES pertencente ao Grupo Ocupacional do Magistério de 1º e 2º graus, desta Secretaria da Educação Básica. **ONDE SE LÊ:** ANTONIA TEOMAIUA GONÇALVES MARQUES **LEIA-SE:** ANTÔNIA TEOMÁRIA GONÇALVES MARQUES PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DO ESPORTE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº003/2024

O ESTADO DO CEARÁ, através da Secretaria do Esporte – SESPORTE com sede na Av. Alberto Craveiro, 2775, Castelão, Fortaleza-CE, por meio da Comissão de Seleção, constituída através da Portaria nº 003/2023, **torna público o presente Edital** com objetivo de selecionar Organização da Sociedade Civil visando à celebração de parceria para a execução do PROJETO FELIZIDADE.



1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Além da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, da Constituição Estadual, da Lei Ordinária Estadual nº 15.175/2012, e do Processo nº 42001.001189/2024-73 e o presente edital tem como fundamento:

- a) A Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações;
- b) A Lei Complementar Estadual nº 119/2012, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 178/2018, Lei Complementar Estadual nº 213/2020 e Lei Complementar Estadual nº 256/2021;
- c) Decreto Estadual nº 32.810, de 28 de setembro de 2018, atualizado pelo Decreto Estadual nº 32.872, de 04 de novembro de 2018;
- d) A Lei Estadual nº 18.430, de 21 de julho de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2024); e
- e) As demais legislações aplicáveis à política pública de que trata este instrumento convocatório.

1. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Edital, selecionar Organização da Sociedade Civil – OSC a fim de estabelecer mútua cooperação com a SESPORTE para execução do PROJETO FELIZIDADE

2.2.

OBJETO

ENDEREÇO

META

VALOR TOTAL

REFERÊNCIA

12 MESES

Projeto Felicidade

Castelão 01 (no entorno da Arena Castelão, ao lado da Areninha do Castelão)

Castelão 02 (no entorno da Arena Castelão, ao lado da Areninha do Castelão)

Vila Social de Messejana (Avenida Washington Soares, 8130 - próximo ao Liceu)

Vila Social do Canindezinho (Avenida Osório de Paiva, 6200)

Vila Social do Genibaú (Rua 30 de Maio, 44 – Genibaú)

03 Núcleos a definir endereço na Região da Grande Fortaleza.

400 idosos

R\$ 228.337,00

Setembro de 2024 e Setembro de 2025

2.3. Os recursos destinados à execução da parceria de que trata este Edital são provenientes do orçamento da Secretaria do Esporte – SESPORTE, por meio do PROGRAMA 050 – Esporte e Lazer para a População, de acordo com a classificação orçamentária abaixo:

42100001.27.812.151.11360.3.335041.2.500.9100000.0.4.01- 569796

2. DA JUSTIFICATIVA

O envelhecimento populacional é um fenômeno social vivenciado em todos os países, é um processo natural do ser humano, onde ocorrem alterações biológicas, sociais e psicológicas associadas à passagem do tempo. No entanto, os impactos provenientes desse processo de envelhecimento pode variar de acordo com fatores internos e externos, como por exemplo estilo de vida, características do meio em que vivem, condições de saúde e comportamentos adotados. Incentivar um envelhecimento ativo para população necessita de investimento em políticas públicas que atendam às vulnerabilidades desse público.

E conforme a Lei nº. 10.741, de 1ª de outubro de 2003, no Capítulo II, inciso I e parágrafo 4 do Estatuto do Idoso: “É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.” Bem como, assegurar o direito à “prática de esportes e de diversões.” E ainda reforça no Cap V art. 20 O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

É nesse sentido que o governo do estado do Ceará com vistas a garantir o direito ao esporte e lazer contempla nas políticas governamentais pressupostos que enfatizem o desenvolvimento local, social e da cidadania, promoção da saúde, qualidade de vida, e o entretenimento como propulsores da felicidade, conforme os objetivos estratégicos do PPA 2024-2027. E através do programa esporte e lazer para a população, que tem o objetivo de democratizar o esporte como meio de integração da população na convivência social, através do apoio e realização de projetos e eventos esportivos tendo como público-alvo crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência atuando em todas as regiões do Estado, visando a integração da população cearense na convivência social. O referido programa descreve que a prática de atividades esportivas deve ser incorporada ao cotidiano das pessoas para que seja alcançada uma melhoria na qualidade de vida. Dessa forma, as medidas que têm eficácia para aumentar o nível de atividade física devem ser voltadas para a estrutura que contenham programas e projetos de esporte e lazer, particularmente em áreas sociais vulneráveis, se quisermos atingir os níveis de atividade físicas necessários para conquistar indicadores de saúde desejáveis.

E dessa forma Secretaria da Secretaria do Esporte – SESPORTE com missão de conceber e implantar, planos, programas, projetos e ações que traduzam políticas públicas de esporte em consonância com os princípios emanados da Constituição, as leis e objetivos do Governo do Estado do Ceará, articulando-se com as demais esferas de Governo realiza o projeto para a população idosa. O Projeto Felicidade que tem por objetivo desenvolver atividades esportivas e de lazer com pessoas idosas (preferencialmente), residentes do Estado do Ceará, com vistas a garantir o direito ao esporte e lazer, promovendo a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento local através da implantação de núcleos de esporte e lazer na Região da Grande Fortaleza, desenvolvendo atividades físicas sistemáticas e assistemáticas, e proporcionando a integração social e o lazer.

1. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da seleção, objeto deste Edital, as Organizações da Sociedade Civil que se enquadrem na definição dada pelo art. 2º, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, e que os atos constitutivos contenham a previsão de finalidade ou atividade compatível com a proposta apresentada.

4.2. Para participar da seleção, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

- a) Estar cadastrada no e-Parcerias, através do endereço eletrônico: <http://e-parcerias.cge.ce.gov.br>, devendo tal condição ser comprovada através de Certidão de Regularidade e Adimplência, devidamente emitida pelo sistema, a ser apresentada no momento da entrega da proposta;
- b) Declarar, conforme modelo constante no ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA, em que consigna estar ciente e que concorda com as disposições previstas no presente Edital e seus anexos, bem como que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção, devendo tal documento ser apresentado no momento da entrega da proposta;
- c) Apresentar proposta e documentos de avaliação exigidos no item 6.4, contendo informações que atendam aos itens e seus respectivos critérios de julgamento estabelecidos no ANEXO IX - MATRIZ DE AVALIAÇÃO e ao ANEXO II – PARÂMETROS PARA A PROPOSTA deste Edital;
- d) Compete à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará – CGE a validação do cadastramento de parceiro de que trata a alínea “a” do item 4.2, não possuindo a Sesporte ingerência sobre o citado cadastro, cabendo exclusivamente à OSC, com a máxima antecedência, providenciar as diligências necessárias à finalização, além da manutenção de suas informações cadastrais atualizadas.

4.3. A participação no presente Edital é gratuita, cabendo ao proponente arcar com todos os custos decorrentes da elaboração da proposta e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da SESPORTE.

1. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

5.1. A Comissão Permanente de Seleção destinada a processar e julgar os chamamentos públicos é composta por 04 integrantes, designados através da portaria nº 03/2023.

5.2. A Comissão é investida de autonomia e independência quanto às suas avaliações, as quais serão feitas em conformidade com a Matriz de Avaliação do ANEXO IX.

5.3. Deverá se declarar impedido o membro da Comissão que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse.

5.3.1. A declaração de impedimento de membro da Comissão não obsta a continuidade do processo de seleção.

5.3.2. Configurado o impedimento, deverá ser designado, através de Portaria, membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.

5.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro deste colegiado.

5.5. A Comissão poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas OSCs concorrentes, para verificar o seu desempenho no sistema e-Parcerias ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

1. DA FASE DE SELEÇÃO

6.1. O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

6.2. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 1

ETAPA

DESCRIÇÃO DA ETAPA

DATAS

01

Divulgação do Edital de Chamamento Público (Decreto Estadual 32.810/2018, art.21, caput)

17/06/2024 a 17/07/2024

02

Envio das propostas pelas OSC's (Decreto Estadual 32.810/2018, art.21,

§ 1º)

18/07/2024 a 01/08/2024

Horário: 8h às 12h e das 13h às 16h

03

Etapas competitivas de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção

02/08/2024 a 06/08/2024

04

Divulgação do resultado preliminar

06/08/2024

05

Interposições de recursos contra o resultado preliminar (Decreto Estadual 32.810/2018, art.29)

07/08/2024 a 13/08/2024

Horário: 8h às 12h e das 13h às 16h

06

Divulgação das interposições dos recursos

13/08/2024

07

Interposições de contrarrazões (Decreto Estadual 32.810/2018, art.29)

14/08/2024 a 20/08/2024

08

Análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção (Decreto Estadual 32.810/2018, art. 29 § 1º)

21/08/2024 a 23/08/2024

09

Divulgação da análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção

26/08/2024

10

Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção

26/08/2024

6.3. Etapa 1: Divulgação do Edital de Chamamento Público

6.3.1 O presente Edital será divulgado na página do site eletrônico oficial da Secretaria do Esporte - SESPORTE: www.esporte.ce.gov.br, em área específica destinada ao Edital de Chamamento Público, por 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do Edital, bem como no Diário Oficial do Estado.

6.4. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs

6.4.1. O prazo para apresentação de propostas e documentos de avaliação será de 15 (quinze) dias, contado do fim do prazo de divulgação do Edital.

6.4.1.1. Para os fins deste Edital, são os documentos de avaliação:

a) A Certidão de Regularidade e Adimplência, a fim de comprovar tão somente o cadastro no e-parcerias;

b) A Declaração de Ciência e Concordância, de acordo com o modelo constante do ANEXO I.

c) O detalhamento das despesas, inclusive os custos indiretos, através de memória de cálculo, contendo a descrição dos itens a serem contratados ou adquiridos com recurso da parceria, a unidade de medida correspondente, a quantidade, o valor unitário, o valor total do item e a natureza da despesa, em conformidade com a parametrização constante do ANEXO II – PARÂMETROS PARA A PROPOSTA;

d) A Proposta assinada pelo representante legal da entidade de acordo com o modelo constante no ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA;

e) O Estatuto atualizado e registrado da OSC;

f) A Ata de eleição e posse do quadro dirigente atual da OSC;

g) O Portfólio contendo a comprovação documental das experiências relativas ao item (d), da Matriz de Avaliação e a descrição das atividades desenvolvidas.

6.4.2. A proposta e os documentos de avaliação deverão ser entregues pessoalmente no Setor de Protocolo da SESPORTE, em envelope previamente lacrado, com identificação da OSC e meios de contato, com o título “Proposta – Edital de Chamamento Público nº 03/2024 no seguinte endereço: Av. Alberto Craveiro, 2901, Castelão, Fortaleza-CE, no horário de 8h às 12h e de 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, no período estabelecido na Tabela 1.

6.4.2.1. A identificação dos envelopes deverá conter as seguintes informações:

Destinatário

Comissão de Avaliação

Edital de Chamamento Público Nº 003/2024

PROJETO FELIZIDADE 2024

Remetente

Razão Social da OSC:

Nome completo do Representante Legal:

Telefone de contato do Representante legal:

A razão social deve ser informada sem abreviaturas e por extenso.

6.4.2.2. No momento da entrega do envelope, será conferido seu lacre juntamente com o responsável da entidade, ocasião em que será gerado o correspondente número de protocolo no VIPROC.

6.4.2.3. A proposta deverá ser apresentada em única via, impressa e encadernada, com todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, sem rasuras e, ao final, assinada pelo representante legal da OSC proponente.

6.4.3. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não



forem explícita e formalmente solicitados pela SESPORTE.

6.4.4. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta.

6.4.4.1. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise da Comissão de Seleção.

6.4.5. As propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- b) as ações a serem executadas, as metas e resultados a serem atingidos, bem como os indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;
- d) o valor global, com detalhamento das despesas com informações suficientes para aferição dos gastos.

6.5. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção

6.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes.

6.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo de acordo com a Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado.

6.5.3. As propostas deverão ser apresentadas tendo como base o ANEXO II – REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA, e a sua não apresentação terá caráter eliminatório.

6.5.4. Os documentos de avaliação serão considerados e pontuados de acordo com a Matriz de Avaliação.

6.5.5. A falsidade de informações na proposta deverá acarretar a sua eliminação, podendo ensejar a aplicação de sanção administrativa contra a OSC proponente e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

6.5.6. As OSCs que não cumprirem com as exigências do item 6.4 não terão suas propostas analisadas e, conseqüentemente, não avançarão para a etapa seguinte.

6.5.7. Serão eliminadas as propostas:

- a) Cujo somatório de pontos atribuídos por, pelo menos, 01 (um) dos membros da Comissão de Seleção for inferior à metade do total de pontos a ser atingido;
- b) Que recebam nota “zero” em qualquer um dos critérios de julgamento dos itens (A), (B), (C) ou (D) da Matriz de Avaliação;
- c) Que estejam em desacordo com o Edital;
- d) Com valor incompatível com o objeto da parceria e/ou inviável econômica e financeiramente;
- e) Redigidas de forma igual, em parte ou na totalidade, caracterizando plágio às propostas apresentadas por OSCs distintas, independente da data de protocolo da proposta.

6.5.8. As propostas não eliminadas serão classificadas em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Matriz de Avaliação, assim considerada a média aritmética das notas lançadas pelos 04 (quatro) membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos itens.

6.5.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base nos seguintes critérios:

- a) Maior pontuação obtida no item (A);
- b) Maior pontuação obtida, sucessivamente, nos itens (D), (B) e (C);
- c) Mais tempo de constituição;
- d) Por sorteio, realizado na presença das OSCs empatadas.

6.5.10. Ao final da avaliação, a comissão deverá emitir parecer técnico sobre a proposta mais bem classificada, pronunciando-se expressamente sobre:

- a) O mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) A identidade e a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria;
- c) A viabilidade de sua execução.

6.6. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar

6.6.1. A Sespote divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio eletrônico oficial do Órgão: www.esporte.ce.gov.br, na área específica destinada ao Edital de Chamamento Público, iniciando-se o prazo para recurso.

6.7. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar

6.7.1. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

6.7.2. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo no prazo indicado na Tabela 1, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão, não sendo conhecido recurso interposto fora do prazo.

6.7.3. Os recursos serão apresentados pessoalmente para registro no Setor de Protocolo da Sespote, no mesmo endereço indicado no item 6.4.2.

6.7.4. É assegurado aos participantes ter acesso aos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, sendo vedada a retirada de qualquer documentação referente ao Edital de Chamamento Público das dependências da SESPORTE.

6.8. Etapas 6 e 7: Divulgação das interposições de recursos e interposição de contrarrazões

6.8.1. Interposto recurso, a SESPORTE dará ciência deste fato aos demais interessados, em sua página oficial na internet, conforme Tabela 1, para apresentarem contrarrazões, se desejarem.

6.8.2. Caso o sítio oficial esteja indisponível para essa finalidade, a SESPORTE dará ciência preferencialmente por meio eletrônico, para que os interessados apresentem suas contrarrazões, não sendo conhecidas as fora do prazo.

6.9. Etapa 8: Análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção

6.9.1. Havendo recursos e contrarrazões, a Comissão de Seleção os analisará.

6.9.2. Recebidos e analisados os recursos e as contrarrazões, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão.

6.9.3. A decisão final dos recursos e contrarrazões, devidamente motivada, deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres anteriores, informações, decisões ou propostas, que, nesse caso, serão parte integrante do ato decisório, não cabendo novo recurso contra essa decisão.

6.9.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.10. Etapas 9 e 10: Divulgação da análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção e homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção

6.10.1. Após o julgamento dos recursos e contrarrazões ou o transcurso do prazo sem interposição, a SESPORTE divulgará as decisões recursais proferidas e o resultado final do processo de seleção, após homologado pelo Secretário do Esporte, no sítio oficial do Órgão: www.esporte.ce.gov.br, na área específica destinada ao Edital de Chamamento Público.

6.10.2. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria, nos termos do art. 27, §6º, da Lei nº 13.019/2014.

6.10.3. Após o recebimento e análise das propostas, havendo uma única OSC com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, passado o prazo para interposição de recursos, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração, dispensando o prazo para interposição de contrarrazões e para análise dos recursos.

1. DA FASE DE CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

7.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas:

7.2. Etapa 1: Apresentação e verificação dos requisitos e impedimentos para celebração

7.2.1. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela Comissão, do atendimento pela OSC selecionada dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na legislação.

7.2.2. A OSC que tiver sua proposta selecionada será convocada para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da convocação, demonstrar o atendimento do disposto no item 7.3 deste Edital.

7.2.3. Para a celebração do Termo de Colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades esportivas;
- b) Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente:
 - b.1) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta, estando dispensadas as organizações religiosas e as sociedades cooperativas; e

b.2) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

c) possuir:

c.1) no mínimo, 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

c.2) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano;

c.3) instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

c.4) capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

a) estar em situação regular e adimplente no cadastro de parceiros gerenciado pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará - CGE.

7.2.3.1. Para atendimento da condição de regularidade cadastral e adimplência de que trata, será considerada a sua situação na data de assinatura do instrumento a ser celebrado, ficando a OSC dispensada de reapresentar a certidão que estiver vencida no momento da análise, desde que esteja disponível eletronicamente.

7.2.4. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parceria, a Comissão de Seleção realizará consulta no sítio institucional da CGE/e-Parcerias para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

7.2.5. Ficará impedida de celebrar o Termo de Colaboração a OSC que:

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública estadual, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas, não sendo considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas;

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 05 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

e) tenha sido punida, com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

e.1) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

e.2) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

e.3) sanções previstas nos incisos II ou III do art. 73 da Lei nº 13.019/2014;

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

g) tenha entre seus dirigentes pessoas cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

h) Tenha sido doadora, no último pleito, para a campanha eleitoral do Chefe do Poder Executivo Estadual; ou

i) tenha incorrido em infração civil no que tange à divulgação, por meio eletrônico ou similar, de notícias falsas sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado do Ceará, na forma da Lei Estadual nº 17.207/2020, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 33.605/2020.

Para fins de comprovação dos requisitos do item 7.2. e de que não incorre nos impedimentos do item 7.2., a OSC deverá apresentar os seguintes documentos, acompanhado de Ofício em papel timbrado da OSC solicitando a celebração do Termo de Colaboração:

a) cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;

b) cópia da Ata de Eleição e Posse do (a) Representante Legal, bem como cópia de seu RG e CPF;

c) procuração Pública, em caso de assinatura de pessoa diversa do (a) representante legal da OSC no Plano de Trabalho e/ou Termo de Colaboração;

d) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, 02 (dois) anos com cadastro ativo;

e) certidão de Regularidade e Adimplência emitida pela CGE, conforme art. 45, I do Decreto Estadual nº 32.810 de 2018;

f) comprovação da OSC não ter sido doadora, no último pleito, para a campanha eleitoral do Chefe do Poder Executivo Estadual, a ser obtida no sítio eletrônico do TSE;

g) comprovante de Abertura da Conta da Parceria, com dados da Conta Bancária específica e assinatura do responsável pela abertura ou comprovante de extrato “zerado”;

h) comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, 01 (um) ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

h.1) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

h.2) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

h.3) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento, realizadas pela OSC ou a respeito dela;

h.4) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

h.5) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

h.6) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;

i) relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme última Ata de Eleição e Posse, com nome completo, endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme ANEXO V –

RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES DA OSC;

j) cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

k) declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 16 do Decreto Estadual nº 32.810/2018, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no ANEXO VII – DECLARAÇÃO DO PROPONENTE;

l) declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA;

7.2.7. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, sob pena de não celebração da parceria.

7.2.8. No período entre a apresentação da documentação prevista nesta etapa e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

7.2.9. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

7.2.10. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019/2014, na hipótese da OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na etapa 1 da fase de celebração, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

7.2.11. Caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma desta etapa e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos, podendo o procedimento ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

7.2.12. Os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta etapa serão apresentados pessoalmente pela OSC selecionada para a Comissão, na sede da SESPORTE.

7.3. Etapa 2: Apresentação do Plano de Trabalho



7.3.1. Esta etapa consiste na apresentação do Plano de Trabalho, contendo ainda a respectiva memória de cálculo, nos moldes do ANEXO IV - PLANO DE TRABALHO.

7.3.2. Por meio do Plano de Trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção.

7.3.3. A Comissão de Seleção submeterá o Plano de Trabalho à área competente da SESPORTE pela política pública de que trata a proposta, a qual emitirá Parecer Técnico com análise e manifestação acerca das exigências das alíneas “d”, “e”, “g” e “h”, do inciso V do art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.3.4. O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) identificação da OSC;
- b) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o programa/linha de ação e com as metas a serem atingidas;
- c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d) forma de execução do objeto com a descrição das etapas, com seus respectivos itens;
- e) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- f) a previsão de receitas e estimativas de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;
- g) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso;
- h) valor total do Plano de Trabalho;
- i) valor da contrapartida de bens e serviços, quando houver;
- j) previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão das etapas programadas;

7.3.5. A estimativa de despesas de que trata alínea “f” do item 7.3. deverá ser realizada mediante cotação prévia de preços no mercado, compreendendo o levantamento de, no mínimo, três propostas comerciais junto a fornecedores, com vistas à obtenção de preço mais vantajoso, conforme exigência do art. 49, §2º, do Decreto Estadual nº 32.810/2018;

7.3.5.1. A cotação de preços deverá ser comprovada pela OSC mediante apresentação de documento emitido pelo fornecedor contendo, no mínimo, a especificação do bem ou serviço a ser fornecido, a quantidade, o preço unitário de cada item e o valor total da proposta, em moeda corrente nacional.

7.3.5.2. O documento do fornecedor de que trata o subitem anterior deverá ser assinado pelo responsável ou representante legal do fornecedor, se apresentado em meio físico, ficando dispensada a assinatura, caso apresentado por meio eletrônico.

7.3.5.3. Quando a OSC não obtiver o número mínimo de proposta de fornecedores ou se tratar de despesa não passível de realização de cotação, a estimativa de despesas de que trata o item “f” do item 7.3. poderá ser comprovada pela apresentação de elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

7.3.6. As despesas do Plano de Trabalho deverão ser especificadas com todos os critérios de aferição do valor de mercado do bem e/ou serviço contratado e, em caso de descrição insuficiente ou insatisfatória da despesa, será solicitada a sua complementação ou exclusão.

7.3.7. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral, efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019/2014, sendo recomendada a leitura integral desta legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

7.3.8. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no Plano de Trabalho:

- a) remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- c) custos indiretos necessários à execução do objeto.

7.3.8.1. A OSC deverá considerar, para estimativa dos custos indiretos de que trata a alínea “c”, o rateio da despesa de forma proporcional à necessidade do item para sua utilização particular e pelo objeto, não sendo autorizado o pagamento integral da despesa com recursos da parceria se constatada a utilização para fins exclusivos da entidade.

7.3.8.2. São considerados custos indiretos, dentre outros, o aluguel da sede, serviços de contabilidade, combustível, fornecimento de energia elétrica, gás, água, serviço de esgoto e telefone.

7.3.9. As despesas previstas no plano de trabalho devem estar de acordo com a legislação vigente, sendo vedado o pagamento de despesas com:

- a) taxa de administração, de gerência ou similar, do convênio;
- b) remuneração, a qualquer título, a servidor ou empregado público ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvada as hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por serviços de consultoria, assistência técnica, gratificação ou qualquer espécie de remuneração adicional;
- c) multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos e recolhimentos fora dos prazos, exceto quando decorrer de atraso na liberação de recursos financeiros, motivado exclusivamente pelo órgão ou entidade concedente;
- d) clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres, cujos dirigentes ou controladores sejam agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do gestor do órgão responsável para celebração do convênio ou instrumento congênere;
- e) publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, relacionadas com o objeto do convênio ou instrumento congênere, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores da concedente, do conveniente e do interveniente;
- f) bens e serviços fornecidos pelo conveniente, interveniente, seus dirigentes ou responsáveis, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- g) bens ou serviços que tenham sido adquiridos antes ou após a vigência do convênio ou instrumento congênere;
- h) obras e serviços de engenharia.

7.3.10. As despesas inseridas no Plano de Trabalho serão objeto de avaliação da área técnica de que trata o item 7.3., pela Coordenadoria de Desenvolvimento do Esporte e pela Coordenadoria Administrativa Financeira.

7.4. Etapa 3: Vistoria de funcionamento

7.4.1. Compete à SESPORTE realizar vistoria na sede da OSC cujo Plano de Trabalho tenha sido aprovado para verificação do seu regular funcionamento.

7.4.2. A verificação de que trata o item anterior será formalizada por meio de Nota de Funcionamento, que deverá considerar o local e as condições de funcionamento.

7.5. Etapa 4: Elaboração do instrumento

7.5.1. Compete à SESPORTE a elaboração da minuta da parceria, conforme o disposto no art. 54 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

7.6. Etapa 5: Vinculação orçamentária e financeira

7.6.1. Compete à SESPORTE providenciar a adequação orçamentária e financeira, de acordo com a legislação vigente.

7.7. Etapa 6: Emissão do parecer jurídico

7.7.1. A área responsável pelo assessoramento jurídico da SESPORTE emitirá parecer jurídico quanto à compatibilidade da parceria à legislação vigente, inclusive as condições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme o art. 59 do Decreto Estadual nº 32.810, de 2018.

7.8. Etapa 7: Formalização do instrumento

7.8.1. Compete à área responsável pelo assessoramento jurídico da SESPORTE elaborar o termo final do instrumento de parceria para formalização pela autoridade competente, conforme o art. 60 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

7.8.2. A formalização da celebração da parceria dar-se-á com a assinatura dos participantes, devendo a data de assinatura ser considerada como a de início da vigência.

7.9. Etapa 8: Publicidade do instrumento

7.9.1. Compete à área responsável pelo assessoramento jurídico da SESPORTE providenciar a publicação da íntegra do instrumento de parceria formalizado, inclusive termo aditivo, no Portal da Transparência do Estado do Ceará, nos termos do art. 30 da Lei Complementar nº 119/2012.

1. DA CONTRAPARTIDA

8.1. Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada, nos termos do art. 35, §1º da Lei 13.019/2014.

1. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

9.1. As Organizações da Sociedade Civil deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de seleção previsto neste chamamento público, bem como na etapa de celebração e execução do objeto da parceria.

9.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de chamamento público ou na execução da parceria;
- b) prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de seleção ou de execução da parceria;
- c) prática conluída: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais OSCs participantes deste chamamento, visando fraudar o processo de seleção ou de execução da parceria;
- d) prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo de chamamento público ou afetar a execução da parceria.
- e) prática obstrutiva: (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da Administração Pública, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem; (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Administração Pública de promover inspeção.

9.3. A Administração Pública, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 se comprovar o envolvimento de representante da Organização da Sociedade Civil em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer do Chamamento Público ou na execução do instrumento de parceria, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, da Lei Complementar nº 119/2012 e suas alterações, do Decreto Estadual nº 32.810/2018, atualizado pelo Decreto Estadual nº 32.872/2018 e da legislação específica, a SESPORTE poderá aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão;
- c) declaração de inidoneidade.

10.1.1. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pelo conveniente no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

10.1.2. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas do convênio ou instrumento congênere e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública estadual.

10.1.2.1. A sanção de suspensão temporária impede o conveniente de participar de chamamento público e celebrar convênios, instrumentos congêneres ou contratos com órgãos e entidades da administração pública estadual por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade impede o conveniente de participar de chamamento público e celebrar convênio, instrumento congênere ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando o conveniente ressair à administração pública estadual pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “b” do item 10.1.

10.2. As sanções estabelecidas são de competência exclusiva do Secretário Titular da Sesporte, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de aplicação da penalidade.

10.3. As sanções aqui estabelecidas também poderão ser aplicadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, no âmbito de sua atuação enquanto Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

10.4. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas neste Edital caberá recurso administrativo para a defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vistas dos autos processuais.

10.5. Prescreve no prazo de 05 (cinco) anos a aplicação das sanções previstas neste Edital, contado da data da apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de sua apresentação, no caso de omissão no dever de prestar contas.

10.5.1. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

10.6. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O presente Edital e seus atos serão divulgados no sítio eletrônico oficial da Secretaria do Esporte – SESPORTE na internet: www.esporte.ce.gov.br, na área específica destinada ao Edital de Chamamento Público.

11.2. Este Edital de Chamamento Público deverá ter seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado – DOE na forma do art. 21 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

11.3. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital ou apresentar pedido de esclarecimento, decorrente de dúvidas na interpretação deste Chamamento, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data limite para envio das propostas, de forma eletrônica ou protocolada na sede da SESPORTE à Comissão de Seleção, cabendo a esta a resposta.

11.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital, devendo as respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serem juntados nos autos do processo de chamamento público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.3.2. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

11.4. A Comissão de Seleção resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

11.5. O presente Edital poderá ser revogado a qualquer tempo por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.6. A OSC participante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Chamamento Público, podendo acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime, a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas.

11.6.1. Caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019/2014.

11.7. A vigência do presente Edital será análoga ao Plano Plurianual vigente, a contar da data da homologação do resultado definitivo.

11.8. O instrumento de parceria de que trata este Edital será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas.

11.9. A seleção de propostas não obriga a Sesporte a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

11.10. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria.

11.11. Constituem anexos do presente Edital, dele sendo parte integrante:



- a) ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA;
b) ANEXO II - REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA PROPOSTA;
c) ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA;
d) ANEXO IV - PLANO DE TRABALHO;
e) ANEXO V - RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES DA OSC;
f) ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA;
g) ANEXO VII - DECLARAÇÃO DA PROPONENTE;
h) ANEXO VIII - MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO.
i) ANEXO IX - MATRIZ DE AVALIAÇÃO
- Fortaleza-CE, 17 de junho de 2024.

Rogério Nogueira Pinheiro
SECRETÁRIO DO ESPORTE

Revisado por:

Bergson Gomes Bezerra
COORDENADOR JURÍDICO

SECRETARIA DA FAZENDA

EXTRATO DE TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS PATRIMONIAIS Nº4966/2024

TRANSMITENTE: SECRETARIA DA FAZENDA. BENEFICIÁRIO: SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS OBJETO: **Bens especificados no ANEXO ÚNICO.** Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: NUP 63000.000248/2024-76, o qual este processo está vinculado. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ESTABELECIDO PELA LEI 13.476 DE 20 DE MAIO DE 2004 E SUAS POSTERIORES MODIFICAÇÕES. VIGÊNCIA: O presente Termo de Transferência de Bens Patrimoniais terá vigência a partir da data de publicação. FORO: FICA ELEITO O FORO DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, PARA CONHECER AS QUESTÕES RELATIVAS AO PRESENTE TERMO, QUE NÃO POSSAM SER RESOLVIDAS NA ESFERA ADMINISTRATIVA. SIGNATÁRIOS: GUILHERME FRANÇA MORAES - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Fazenda e MARIA DO PERPETUO SOCORRO FRANÇA PINTO – Secretária dos Direitos Humanos. SECRETARIA DA FAZENDA, em Fortaleza, 17 de junho de 2024

Guilherme França Moraes
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO

Nº TOMBO	ESPECIFICAÇÃO
400937	CARRO, TIPO SUPERMERCADO, TRANSPORTE DE UTENSÍLIOS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE
400938	CARRO, TIPO SUPERMERCADO, TRANSPORTE DE UTENSÍLIOS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE
400939	CARRO, TIPO SUPERMERCADO, TRANSPORTE DE UTENSÍLIOS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº008/SEINFRA/2021

ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/SEINFRA/2021, celebrado entre a Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA e a **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ – ETICE.** DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Termo Aditivo fundamenta-se: 1.1. Nos termos do Processo Administrativo NUP nº 08001.000661/2024-12, em especial: a) Comunicação Interna nº 009/2024/SEINFRA/COTEC; b) Ofício ETICE nº 26/2024; c) Parecer Jurídico nº 284/2024 – ASJUR/SEINFRA; d) demais despachos e documentos que demonstrem o interesse público. 1.2. Nos artigos 57, inciso II, e 65 da Lei nº 8.666/1993. 1.3. Nos preceitos de direito público. DA RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/SEINFRA/2021: Retifique-se o texto da Cláusula Segunda do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/SEINFRA/2021. DA RETIFICAÇÃO CLÁUSULA SEGUNDA DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/SEINFRA/2021: Retifique-se o texto da Cláusula Segunda do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/SEINFRA/2021. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica **prorrogado** por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do presente Contrato, a partir de 10 de junho de 2024, com término no dia 10 de junho de 2025. CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS: As demais cláusulas e condições do Convênio original, não alteradas por este Termo, continuam com a mesma redação e efeitos jurídicos da data em que foram celebradas DATA: 06 de junho de 2024. SIGNATÁRIOS: Ronaldo Lima Moreira Borges, Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna e José Valdeci Rebouças, Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará.

Ricardo Luiz Andrade Lopes
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº006/SEINFRA/2021

I – ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 006/Seinfra/2021, celebrado entre a Secretaria Da Infraestrutura – SEINFRA E A Empresa Ticket Soluções HDFGT S/A; II – CONTRATANTE: Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA); III – ENDEREÇO: Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n – Ed. SEINFRA / SRH, 1º e 2º Andar – Centro Administrativo Governador Virgílio Távora; IV – CONTRATADA: **TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A;** V – ENDEREÇO: Rua Machado de Assis, 50 – Edifício 2, Bairro Santa Lúcia, Campo Bom – RS, CEP 93.700-000; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 1.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se: 1.1.1. Nos termos do Processo Administrativo NUP 08001.001228/2024-02, em especial: a) Justificativa (fl. 22) - CELAD/SEINFRA; b) Parecer Jurídico Nº 290/2024 – ASJUR/SEINFRA; c) demais despachos e documentos que demonstram o interesse público; d) anuência da Contratada (fl. 121). 1.1.2. No art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. 1.1.3. Nos preceitos de direito público; VII – FORO: município de Fortaleza/CE; VIII – OBJETO: Fica **prorrogado**, por mais 12 (doze) meses, o prazo de vigência do presente contrato, a partir de 09 de junho de 2024, com término em 09 de junho de 2025; IX - VALOR GLOBAL: 110.000,00 (cento e dez mil reais); X - DA VIGÊNCIA: 09 de junho de 2025; XI - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do Contrato original, não alteradas por este Termo, continuam com a redação e efeitos jurídicos da data em que foram celebradas; XII – DATA DA ASSINATURA: 08 de junho de 2024; XIII – SIGNATÁRIOS: Ronaldo Lima Moreira Borges, Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da SEINFRA; Luciano Rodrigo Weiland e Fábio Adriano Gallinea, Representantes Legais da Contratada.

Ricardo Luiz Andrade Lopes
COORDENADOR JURÍDICO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no NUP 10051.003082/2022-16, com fundamento no artigo 169 da Constituição Estadual com redação dada pela Emenda Constitucional nº 72 de 01 de dezembro de 2011 e artigo 1º da Lei nº 10.577 de 12 de novembro 1981, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** do servidor **ERIVANDO DE MENDONÇA SILVA**, ocupante do cargo de Inspetor de Polícia Civil, classe A, nível IV, matrícula nº 137.260-1-9, integrante do Subgrupo Investigação Policial e Preparação Processual, pertencente ao Grupo Operacional Atividades de Polícia Judiciária - APJ, lotado na Superintendência da Polícia Civil do Estado do Ceará, para exercer o mandato de



Diretor Financeiro do Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará - SINPOL/CE, com início em 10/10/2022 e término em 31/08/2025, sem prejuízo de seu vencimento e demais vantagens fixas de caráter pessoal. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no NUP 10051.003082/2022-16, com fundamento no artigo 169 da Constituição Estadual com redação dada pela Emenda Constitucional nº 72 de 01 de dezembro de 2011 e artigo 1º da Lei nº 10.577 de 12 de novembro 1981, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** do servidor **MARCOS EDSON MATOS CAVALCANTE**, ocupante do cargo de Inspetor de Polícia Civil, classe B, nível I, matrícula nº 405.027-1-8, integrante do Subgrupo Investigação Policial e Preparação Processual, pertencente ao Grupo Operacional Atividades de Polícia Judiciária – APJ, lotado na Superintendência da Polícia Civil do Estado do Ceará, para exercer o mandato de Diretor de Comunicação do Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará – SINPOL/CE, com início em 10/10/2022 e término em 31/08/2025, sem prejuízo de seu vencimento e demais vantagens fixas de caráter pessoal. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no NUP 10051.003082/2022-16, com fundamento no artigo 169 da Constituição Estadual com redação dada pela Emenda Constitucional nº 72 de 01 de dezembro de 2011 e artigo 1º da Lei nº 10.577 de 12 de novembro 1981, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** do servidor **CICERO RICARDO BEZERRA DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo de Escrivão de Polícia Civil, classe C, nível VII, matrícula nº 300.096-1-4, integrante do Subgrupo Investigação Policial e Preparação Processual, pertencente ao Grupo Operacional Atividades de Polícia Judiciária – APJ, lotado na Superintendência da Polícia Civil do Estado do Ceará, para exercer o mandato de Diretor Administrativo do Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará – SINPOL/CE, com início em 14/10/2022 e término em 31/08/2025, sem prejuízo de seu vencimento e demais vantagens fixas de caráter pessoal. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no NUP 10051.003082/2022-16, com fundamento no artigo 169 da Constituição Estadual com redação dada pela Emenda Constitucional nº 72 de 01 de dezembro de 2011 e artigo 1º da Lei nº 10.577 de 12 de novembro 1981, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** do servidor **FELIPE MARTINIANO DE ALMEIDA**, ocupante do cargo de Inspetor de Polícia Civil, classe D, nível II, matrícula nº 301.227-0-4, integrante do Subgrupo Investigação Policial e Preparação Processual, pertencente ao Grupo Operacional Atividades de Polícia Judiciária – APJ, lotado na Superintendência da Polícia Civil do Estado do Ceará, para exercer o mandato de Diretor de Esporte, Lazer e Cultura do Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará – SINPOL/CE, com início em 10/10/2022 e término em 31/08/2025, sem prejuízo de seu vencimento e demais vantagens fixas de caráter pessoal. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no NUP 10051.003082/2022-16, com fundamento no artigo 169 da Constituição Estadual com redação dada pela Emenda Constitucional nº 72 de 01 de dezembro de 2011 e artigo 1º da Lei nº 10.577 de 12 de novembro 1981, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** do servidor **JULIERME LIMA DE SENA**, ocupante do cargo de Inspetor de Polícia Civil, classe B, nível IV, matrícula nº 198.164-1-9, integrante do Subgrupo Investigação Policial e Preparação Processual, pertencente ao Grupo Operacional Atividades de Polícia Judiciária – APJ, lotado na Superintendência da Polícia Civil do Estado do Ceará, para exercer o mandato de Vice-Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará – SINPOL/CE, com início em 03/10/2022 e término em 31/08/2025, sem prejuízo de seu vencimento e demais vantagens fixas de caráter pessoal. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no NUP 10051.003082/2022-16, com fundamento no artigo 169 da Constituição Estadual com redação dada pela Emenda Constitucional nº 72 de 01 de dezembro de 2011 e artigo 1º da Lei nº 10.577 de 12 de novembro 1981, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** do servidor **FRANCISCO ANTÔNIO BRITO MONÇÃO**, ocupante do cargo de Escrivão de Polícia Civil, classe B, nível III, matrícula nº 198.313-1-0, integrante do Subgrupo Investigação Policial e Preparação Processual, pertencente ao Grupo Operacional Atividades de Polícia Judiciária – APJ, lotado na Superintendência da Polícia Civil do Estado do Ceará, para exercer o



mandato de Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará – SINPOL/CE, com início em 01/02/2023 e término em 31/08/2025, sem prejuízo de seu vencimento e demais vantagens fixas de caráter pessoal. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP 22001.049606/2024-51, com fundamento nos artigos 110, inciso I, alínea “b”, § 1º e 113 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51, da Lei 10.884 de 02 de fevereiro de 1984 alterada pela Lei 17.938 de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º, do Decreto nº 28.871, de 10 de Setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de Nº 0435/2017 – GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 11 de maio de 2017, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** do servidor **FABIO ELDES PINTO SOUSA**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível H, matrícula nº 30324315, lotado na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ministrado pelo UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – PETROLINA/PERNAMBUCO, por 01 (um) ano a partir da publicação deste ATO, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo servidor, para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o mencionado servidor obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como, de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará na imediata suspensão do ato autorizador. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001.008236/2024-01, e ainda, com fundamento no artigo 115 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** PARA O TRATO DE INTERESSE PARTICULAR, pelo prazo de 02 (dois) anos, do(a) servidor(a) **FRANCISCO ANTONIO FREIRE DE SALES**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível J, matrícula(s) nº 30352718, lotado(a) no(a) EEM DOUTOR JOÃO RIBEIRO RAMOS, no município de SOBRAL/CE, da Secretaria da Educação, sem percepção de seus vencimentos e demais vantagens, a partir da publicação deste Ato. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001.051752/2024-47, e ainda, com fundamento no artigo 115 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO** PARA O TRATO DE INTERESSE PARTICULAR, pelo prazo de 04 (quatro) anos, do(a) servidor(a) **MARTA MOURA DOS SANTOS**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível M, matrícula(s) nº 16008419, lotado(a) no(a) EEFM JOSÉ DE ALENCAR, no município de FORTALEZA/CE, da Secretaria da Educação, sem percepção de seus vencimentos e demais vantagens, a partir da publicação deste Ato. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo administrativo 10051.003082/2022-16 – NUP e 10051011984/2023-15 – NUP, e, com fundamento no artigo 169 da Constituição Estadual com redação dada pela Emenda Constitucional nº 72 de 01 de dezembro de 2011 e artigo 1º da Lei nº 10.577 de 12 de novembro 1981, RESOLVE AUTORIZAR O **AFASTAMENTO**, do servidor **FRANCISCO NARCELIO PINHEIRO DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo de Inspetor de Polícia Civil, classe B, nível II, matrícula nº 404.847-1-X, integrante do Subgrupo Investigação Policial e Preparação Processual, pertencente ao Grupo Ocupacional Atividades de Polícia Judiciária – APJ, lotado na Superintendência da Polícia Civil do Estado do Ceará, para exercer o mandato de Secretário-Geral no Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará – SINPOL/CE, com início em 02/08/2023 e término em 31/08/2025, sem prejuízo de seu vencimento e demais vantagens fixas de caráter pessoal. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP 22001.054523/2024-84, com fundamento nos artigos 110, inciso I, alínea “b”, § 1º e 113, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51 da Lei 10.884 de 02 de fevereiro de 1984 alterada pela Lei 17.938 de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de Setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de Nº 0435/2017 – GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11



de maio de 2017, **RESOLVE PRORROGAR O AFASTAMENTO** do servidor **STELYO RUBENS DE SOUZA NOGUEIRA**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível J, matrícula nº 48116310, lotado na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso DOUTORADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM, ministrado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN, pelo período de 31 de maio de 2024 a 31 de maio de 2025, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo servidor, para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o mencionado servidor obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como, de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará a imediata suspensão do Ato autorizador. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP 22001.015289/2024-70, com fundamento nos artigos 110, inciso I, alínea “b”, § 1º e 113 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51 da Lei 10.884 de 02 de fevereiro de 1984 alterada pela Lei 17.938 de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de Setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, **RESOLVE PRORROGAR O AFASTAMENTO** do(a) servidor(a) **ALEX DE FREITAS PINTO**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível M, matrícula(s) nº 16095117, lotado(a) na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso DOUTORADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU - USJT, pelo período de 27 de Maio de 2024 a 27 de Maio de 2025, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará a imediata suspensão do ato autorizador. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP 22001.032982/2023-26, com fundamento nos artigos 110, inciso I, alínea “b”, § 1º e 113 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51 da Lei 10.884 de 02 de fevereiro de 1984 alterada pela Lei 17.938 de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, **RESOLVE PRORROGAR O AFASTAMENTO** do(a) servidor(a) **ANA LUIZA MENEZES MOURA TEODORO**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível K, matrícula(s) nº 30286413, lotado(a) na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso DOUTORADO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, pelo período de 03 de Janeiro de 2024 a 01 de Janeiro de 2025, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará na imediata suspensão do ato autorizador. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Maria Jucineide da Costa Fernandes
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, EM SUBSTITUIÇÃO

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001.000563/2024-14, com fundamento nos artigos 110, inciso I, alínea “b”, § 1º e 113, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51, da Lei 10.884 de 02 de fevereiro de 1984, alterada pela Lei 17.938, de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, **RESOLVE PRORROGAR O AFASTAMENTO**, em face do Processo Judicial 0200285-34.2022.8.06.0086, de acordo com a decisão proferida (fls. 191/201) do(a) servidor(a) **OCLECIANO DE SOUZA COSTA**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível O, matrícula(s) nº 48086411, lotado(a) na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso DOUTORADO EM POLITICAS PUBLICAS, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFP, pelo período de 16 de Março de 2024 a 16 de Março de 2025, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará a imediata suspensão do ato autorizador. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olimpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

*** **



O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo NUP 22001.036141/2024-79, com fundamento nos artigos 110, inciso I, alínea “b”, § 1º e 113, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, artigo 51, da Lei 10.884, de 02 de fevereiro de 1984 alterada pela Lei 17.938, de 01 de março de 2022, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º, do Decreto nº 28.871, de 10 de setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, **RESOLVE PRORROGAR O AFASTAMENTO** do(a) servidor(a) **JULIANA PEREIRA BEZERRA**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível M, matrícula(s) nº 4788831 X, lotado(a) na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso DOUTORADO EM BIOLOGIA ANIMAL, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, pelo período de 04 de Abril de 2024 a 04 de Abril de 2025, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará na imediata suspensão do ato autorizador. **PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olímpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Emanuelle Grace Kelly Santos de Oliveira
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, EM SUBSTITUIÇÃO

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo 30001.001888/2024-34 – NUP, com fundamento nos arts. 30, inciso XIV e 365, da Lei Federal nº 4.737, de 15 julho de 1965, combinados com os arts. 1º, 2º e 9º, da Lei nº 6.999, de 07 de junho de 1982, **RESOLVE AUTORIZAR A REQUISIÇÃO** do servidor **FELIPE KOKAY FARIAS**, Matrícula funcional nº 480029-1-9, ocupante do cargo de Professor Nível I, lotado na Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC para prestar serviços, no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), junto a Seção de Programas Institucionais- SEPRI/CEJEC, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 15 de abril de 2024 até 14 de abril de 2025, sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal. **PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza aos, 27 de maio de 2024.

Elmano de Freitas Costa

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Sandra Maria Olímpio Machado
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Eliana Nunes Estrela
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

*** **

PORTARIA Nº0786/2024 – GAB A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CAERÁ, EM SUBSTITUIÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 22001.081861/2024-99, com fundamento no artigo 110, inciso I, alínea “a”, § 1º da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, combinado com o Decreto nº 25.851, de 12 de abril de 2000, e artigos 1º e 2º do Decreto nº 28.871, de 10 de Setembro de 2007, e de acordo com o estabelecido na Portaria de nº 0435/2017-GAB, de 04 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 2017, **RESOLVE AUTORIZAR O AFASTAMENTO** do(a) servidor(a) **CANIGGIA CARNEIRO PEREIRA**, que ocupa o cargo de Professor, integrante do Grupo Ocupacional Magistério, nível M, matrícula(s) nº 30279115, lotado(a) na Secretaria da Educação do Estado do Ceará, para participar do curso DOUTORADO EM EDUCAÇÃO, ministrado pelo(a) UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ- UECE, por 01 (um) ano a partir da publicação desta portaria, sem ônus para o Estado, tendo em vista as despesas efetuadas pelo(a) servidor(a), para esse fim, não correrem por conta da dotação orçamentária do Poder Público Estadual, porém sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, ficando o(a) mencionado(a) servidor(a) obrigado a assinar termo de compromisso e responsabilidade e remeter à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria da Educação, os relatórios semestrais das atividades executadas, bem como de apresentar o relatório geral por ocasião do término do afastamento do que constará: Monografia, Dissertação ou Tese, devidamente aprovados. A não apresentação dos relatórios semestrais implicará na imediata suspensão da portaria autorizadora. **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 18 de junho de 2024.

Maria Jucineide da Costa Fernandes

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, EM SUBSTITUIÇÃO

ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA

CORRIGENDA

No Diário Oficial nº 109, 2024, que publicou o TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA NUP: 46011.000531/2024-50 PORTARIA 070/2024. **Onde se lê:** Dotação Orçamentária: 46100003.04.122.423.21150.15.339039.1.5009100000.0 (4395) **Leia-se:** Dotação Orçamentária: 46100003.04.122.423.21150.15.339092.1.5009100000.0 (1284019) **ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ**, 18 de junho de 2024.

João Jorge Lima Pereira
DIRETOR EM EXERCÍCIO

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

RESOLUÇÃO CEIPS Nº36, de 30 de abril de 2024.

APROVA AS ALTERAÇÕES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO CEARÁ - CEARAPREV, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2024.

O COMITÊ ESTADUAL DE INVESTIMENTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (CEIPS), no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto Estadual nº 33.758, de 06 de outubro de 2020, considerando o artigo 101, § 2º disposto na Portaria MTP nº 1.467, de 02 junho de 2022, o artigo 4º, § 1º da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021 e as recomendações discutidas na 15ª Reunião Extraordinária do CEIPS, realizada em 30/04/2024. **RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar as seguintes modificações da Política de Investimentos dos recursos da Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará - Cearaprev, referente ao exercício de 2024:

I – Alteração do item 14, estratégia de alocação dos recursos do Fundo Previdenciário - PREVID entre os diversos seguimentos de aplicação, conforme os limites definidos na Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, conforme Anexo Único desta resolução;

II – Alteração no item 17 – Plano de Contingência:

- Excessiva exposição à riscos ou potenciais perdas:

A Diretoria de Investimentos, a partir de monitoramento mensal das estratégias, observará o risco da carteira e identificará caso haja evolução desse risco. Se houver uma exposição muito alta a algum tipo de risco ou se forem detectadas mudanças incomuns ou aumento nos níveis de risco, será solicitado parecer técnico da Consultoria de Investimentos sobre os riscos envolvidos, assim como será elaborado por parte da Diretoria de Investimentos estudo técnico que norteie as decisões a serem tomadas. Em seguida, será convocada uma reunião com o Comitê de Investimentos para analisar e realizar ajustes

necessários na carteira. Após a análise das informações levantadas, será decidida sobre a manutenção ou resgate parcial/total do investimento, respaldado pela Nota Técnica SEI nº 296/2023/MPS que permite resgate de aplicações em fundos de investimentos quando a cota na data do resgate corresponder a um valor menor do que o inicialmente investido, desde que apresentado estudo técnico que justifique tais alterações ou manutenções.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 30/04/2024.

COMITÊ ESTADUAL DE INVESTIMENTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, em Fortaleza, 30 de abril de 2024.

José Juarez Diógenes Tavares

PRESIDENTE

Paulo Amilcar Sucupira

MEMBRO TITULAR - DIRETOR DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Andréa Kelly Silva Duarte

MEMBRO SUPLENTE DO DIRETOR ATUÁRIA

Denilson de Oliveira Adriano

MEMBRO TITULAR - SERVIDOR VINCULADO AO SUPSEC

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO Nº36/2024, DE 30 DE ABRIL DE 2024

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO - PREVID DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

SEGUIM.	TIPO DE ATIVO	RES. CMN Nº 4.963/2021	ESTRATÉGIA PREVID			
			LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO (ANTERIOR)	ESTRATÉGIA ALVO (ALTERADA)	LIMITE SUPERIOR
RENDA FIXA	Titulos do Tesouro Nacional (SELIC)	Art. 7º, I - a	0,00%	59,15%	59,15%	100,00%
	Fundos Renda Fixa 100% Titulos Públicos	Art. 7º, I - b	0,00%	24,84%	12,77%	100,00%
	ETF de Renda Fixa 100% Titulos Públicos	Art. 7º, I - c	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
	Operações compromissadas com lastros em TPF	Art. 7º, II	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	Fundos de Renda Fixa (CVM)	Art. 7º, III - a	0,00%	5,93%	7,00%	60,00%
	ETF de Renda Fixa (CVM)	Art. 7º, III - b	0,00%	0,00%	0,00%	60,00%
	Ativos Financeiros de RF - Emissão de Inst. Financeira	Art. 7º, IV	0,00%	0,00%	5,00%	20,00%
	FIDC Sênior	Art. 7º, V - a	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	Renda Fixa - Crédito Privado	Art. 7º, V - b	0,00%	0,00%	2,00%	5,00%
	Debêntures Incentivadas	Art. 7º, V - c	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	Considerado como disponibilidade financeira	Art. 26	-	0,00%	0,00%	-
	SUBTOTAL		-	89,92%	85,92%	-
R. V.	Fundo de Ações	Art. 8º, I	0,00%	5,08%	5,08%	30,00%
	ETF de Ações	Art. 8º, II	0,00%	0,00%	0,00%	30,00%
	SUBTOTAL		-	5,08%	5,08%	-
EXTERIOR	FIC - Renda Fixa - Dívida Externa	Art. 9º, I	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
	FIC Aberto - Investimento no Exterior	Art. 9º, II	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
	Fundos de Ações - BDR Nível I	Art. 9º, III	0,00%	0,00%	2,00%	10,00%
	SUBTOTAL		-	0,00%	2,00%	-
I. E.	Fundos Multimercados	Art. 10, I	0,00%	0,00%	2,00%	10,00%
	Fundos em Participações (FIP)	Art. 10, II	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	Fundos de Ações - Mercado de Acesso	Art. 10, III	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	SUBTOTAL		-	0,00%	2,00%	-
F. I.	Fundos Imobiliários	Art. 11	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
	Subtotal		-	0,00%	0,00%	-
CONS.	Empréstimos Consignados	Art. 12, I	0,00%	5,00%	5,00%	5,00%
	SUBTOTAL		-	5,00%	5,00%	-
TOTAL GERAL			-	100,00%	100,00%	-

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

2º ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº01/2022

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, inscrita no CNPJ sob o nº 08.675.169/0001-53, com sede na Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora, Fortaleza-CE, CEP nº 60.130-160, neste ato representada por seu Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Proteção Social, Sr. Sandro Camilo Carvalho, e o INSTITUTO COMPARTILHA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.048/0001-08, com sede na Rua Lívio Barreto, nº 1264 – Dionísio Torres, Fortaleza-Ceará, CEP: 60.135-228, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Maria Heleni Lima da Rocha, resolvem firmar o presente Aditivo ao Acordo de Cooperação acima referido, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada e consolidada, da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações, do Decreto Estadual nº 32.810/2018, através do Processo Administrativo nº 47001.008870/2024-66. OBJETO: O presente Aditivo visa **alteração da vigência e plano de trabalho do Acordo de Cooperação nº 01/2022**, o qual tem como objeto a execução dos Projetos “Casa Paz e Bem – Lar São Francisco de Assis” e “Cozinha Social Casa Paz e Bem”, executados conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. VIGÊNCIA: A vigência do instrumento original será prorrogada por mais 12 (doze) meses, com início em 10 de junho de 2024 e término em 09 de junho de 2025. ALTERAÇÕES: Ficam registradas as alterações no plano de trabalho original, passando a vigorar conforme novo plano de trabalho apresentado e aprovado, sendo parte integrante deste instrumento independente de transcrição. RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. FORO: Fortaleza/CE. DATA E ASSINANTES: Fortaleza, 17 de junho de 2024; Sandro Camilo Carvalho - Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna Secretaria da Proteção Social – SPS e Maria Heleni Lima da Rocha - Instituto Compartilha. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza/CE, 17 de junho de 2024.

Grace Tahir de Sousa Brasil Othon Sidou
COORDENADORA JURÍDICA

*** **

13º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº25/2020 IG Nº1323965

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, inscrita no CNPJ sob o nº 08.675.169/0001-53, com sede na Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora, Fortaleza-CE, CEP nº 60.130-160, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representada por seu Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna, Sandro Camilo Carvalho, e a AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - ADES, inscrita no CNPJ sob o nº 04.772.982/0001-90, com sede na Rua Carlos Barbosa, 150 - Papicu, Fortaleza- CE, CEP nº 60.175-355, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representada por sua Presidente, Maria Walhites Frota de Albuquerque, resolvem firmar o presente Aditivo ao Termo de Colaboração acima referido, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada e consolidada, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, da Constituição do Estado do Ceará de 1989, da Lei Ordinária Estadual nº 15.175/2012, da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações, do Decreto Estadual nº 32.810/2018, da Lei Estadual nº 16.944/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020), do Edital de Chamamento Público nº 03/2020, através do Processo Administrativo nº 47001.007881/2024-29. OBJETO: O presente Aditivo visa a **alteração de valor e plano de trabalho do Termo de Colaboração nº25/2020**, o qual tem como objeto a execução do Projeto Apoio Técnico à Coordenadoria de Gestão do Sistema Único da Assistência Social – CGSUAS no âmbito Estadual e Municipal, executado conforme o Plano



de Trabalho aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independente de transcrição. VALOR: Administração Pública, por força deste Instrumento, transferirá à Organização da Sociedade Civil recursos financeiros no valor total de R\$ 1.237.383,86 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos), conforme estabelecido no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, que correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): 47200002.08.128.121.10720.03.335041.1.5009100000.0 47200002.08.244.121.205 22.03.335041.1.5009100000.0. ALTERAÇÕES NO PLANO DE TRABALHO: Ficam registradas as alterações no plano de trabalho original, passando a vigorar conforme novo plano de trabalho apresentado e aprovado, sendo parte integrante deste instrumento independente de transcrição. RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. FORO: Fortaleza/CE. DATA E ASSINANTES: Fortaleza, 14 de Junho de 2024; Sandro Camilo Carvalho - Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna - SPS e Maria Walhertes Frota de Albuquerque - Agência de Desenvolvimento Econômico e Social - ADES. SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, Fortaleza/CE, 17 de junho de 2024.

Grace Tahim de Sousa Brasil Othon Sidou
COORDENADORA JURÍDICA

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

PORTARIA SEAS Nº272/2024 – O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, a **viajar** em objetivo de serviço, com a finalidade de acompanhar adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, e realizar a entrega aos familiares, concedendo-lhes diárias, de acordo com o art. 1º; §1º do art. 2º, incisos I e II do § 2º do art. 4º, arts. 14º e 16º, do anexo I do Decreto 35.922, de 27 de Março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 13 de junho de 2024.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº272/2024, DE 13 DE JUNHO DE 2024

NOME	FUNÇÃO	MAT.	CLASSE	ORIGEM	DESTINO	PERÍODO	QT	VALOR	TOTAL
PAULO HENRIQUE RODRIGUES DE OLIVEIRA	SOCIOEDUCADOR	3000392-6	II	FORTALEZA-CE	ARACATI-CE	07/06/2024	0,5	131,43	65,72

*** **

PORTARIA SEAS Nº273/2024 – O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, a **viajar** em objetivo de serviço, com a finalidade de acompanhar adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, e realizar a entrega aos familiares, concedendo-lhes diárias, de acordo com o art. 1º; §1º do art. 2º, incisos I e II do § 2º do art. 4º, arts. 14º e 16º, do anexo I do Decreto 35.922, de 27 de Março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 13 de junho de 2024.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº273/2024, DE 13 DE JUNHO DE 2024

NOME	FUNÇÃO	MAT.	CLASSE	ORIGEM	DESTINO	PERÍODO	QT	VALOR	TOTAL
LIVIA CAMILA GOMES SILVA	SOCIOEDUCADOR	3000405-1	II	FORTALEZA-CE	ARACATI-CE	07/06/2024	0,5	131,43	65,72

*** **

PORTARIA SEAS Nº274/2024 – O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, a **viajar** em objetivo de serviço, com a finalidade de acompanhar adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, e realizar a entrega aos familiares, concedendo-lhes diárias, de acordo com o art. 1º; §1º do art. 2º, incisos I e II do § 2º do art. 4º, arts. 14º e 16º, do anexo I do Decreto 35.922, de 27 de Março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 13 de junho de 2024.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº274/2024, DE 13 DE JUNHO DE 2024

NOME	FUNÇÃO	MAT.	CLASSE	ORIGEM	DESTINO	PERÍODO	QT	VALOR	TOTAL
LUCIMEIRE MARTINS FERREIRA	SOCIOEDUCADOR	3000502-3	II	FORTALEZA-CE	ARACATI-CE	07/06/2024	0,5	131,43	65,72

*** **

PORTARIA SEAS Nº280/2024 – O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, a **viajar** em objetivo de serviço, com a finalidade de acompanhar adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, e realizar a entrega aos seus familiares no seu domicílio, concedendo-lhes diárias, de acordo com o art. 1º; §1º do art. 2º, incisos I e II do § 2º do art. 4º, arts. 14º e 16º, do anexo I do Decreto 35.922, de 27 de Março de 2024, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta Superintendência. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, em Fortaleza, 14 de junho de 2024.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE À PORTARIA Nº280/2024, DE 14 DE JUNHO DE 2024

NOME	FUNÇÃO	MAT.	CLASSE	ORIGEM	DESTINO	PERÍODO	QT	VALOR	TOTAL
MANOEL FIGUEIREDO GOMES DE SA NETO	SOCIOEDUCADOR	3000187-7	II	JUAZEIRO DO NORTE - CE	IGUATU-CE	11/06/2024	0,5	131,43	65,72

*** **

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO

ADMITENTE: SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SEAS, órgão integrante da administração direta do Governo do Estado do Ceará, inscrito no CNPJ nº 25.150.364/0001-89, localizado na Avenida Oliveira Paiva, nº 941, Bloco A, Bairro Cidade dos Funcionários, Fortaleza/CE, CEP 60.822-130. ADMITIDO(A): LUIS LYON SOARES CABRAL, brasileiro(a), solteiro(a), socioeducador(a), portador(a)



do CPF nº 037.852.923-41, matrícula nº 3000365-9. OBJETO: Fica **rescindido**, a partir de 23 de maio de 2024, em todas as suas cláusulas, o **contrato de admissão** de profissional por tempo determinado firmado entre as partes acima descritas, datado de 01 de julho de 2022. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 12, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 169, de 27 de dezembro de 2016, publicada no DOE-CE de 28.12.2016 e Processo Administrativo NUP 47011.000432/2024-31. FORO: Comarca de Fortaleza, Capital do estado do Ceará. SIGNATÁRIO: JEAN MARÇAL LIMA CUNHA, Superintendente Adjunto, e LUIS LYON SOARES CABRAL, socioeducador, matrícula nº 3000365-9. Fortaleza, 07 de junho de 2024.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

*** **

**EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SOCIOEDUCADOR – FORTALEZA/CE**

ADMITENTE: SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SEAS, órgão integrante da administração direta do Governo do Estado do Ceará, inscrito no CNPJ nº 25.150.364/0001-89, localizado na Avenida Oliveira Paiva, nº 941, Bloco A, Bairro Cidade dos Funcionários, Fortaleza/CE, CEP 60.822-130. **ADMITIDOS:** OS DISCRIMINADOS NA RELAÇÃO ANEXA. OBJETO: Fica **rescindido**, a partir da data indicada no anexo único deste, em todas as suas cláusulas, os **Contratos de Trabalho** por Prazo Determinado firmado entre as partes acima descritas, com lotação na Cidade de Fortaleza/CE, com respaldo legal no art. 12, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 169, publicada no Diário Oficial do Estado de 28 de dezembro de 2016, no Edital nº 003/2021 – SEAS/SEPLAG, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de outubro de 2021, e com base no Pedido de Rescisão Contratual formulado pelo próprio interessado. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 12, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 169, publicada no Diário Oficial do Estado de 28 de dezembro de 2016, e do Edital Nº 003/2021 – SEAS/SEPLAG, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de outubro de 2021. FORO: Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. SIGNATÁRIOS: JEAN MARÇAL LIMA CUNHA – SUPERINTENDENTE ADJUNTO E OS ADMITIDOS CONSTANTES DA RELAÇÃO ANEXA. Fortaleza, 06 de junho de 2024.

Jean Marçal Lima Cunha
SUPERINTENDENTE ADJUNTO

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS ADMITIDOS NA FUNÇÃO DE SOCIOEDUCADOR MASCULINO E FEMININO COM LOTAÇÃO NA CIDADE DE FORTALEZA/CE QUE PEDIRAM RESCISÃO DE SEU CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº169/2016.

SOCIOEDUCADOR MASCULINO – FORTALEZA

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	ADMISSÃO	RESCISÃO	PROCESSO
AMILTON SOUSA DO NASCIMENTO	3002556-3	SOCIOEDUCADOR	03/28/2022	06/05/2024	NUP 47011.003151/2024-30
FRANCISCO ANDRE GOMES COSTA	3002535-0	SOCIOEDUCADOR	03/29/2022	04/22/2024	NUP 47011.002273/2024-17
FRANCISCO DANIEL ALVES DE ALMEIDA	3000389-6	SOCIOEDUCADOR	07/01/2022	06/03/2024	NUP 47011.003109/2024-19
FRANCISCO PAULO SILVA NETO	3000626-7	SOCIOEDUCADOR	09/01/2022	06/04/2024	NUP 47011.003119/2024-54
FRANCISCO VALCENY GONCALVES	3000586-4	SOCIOEDUCADOR	09/01/2022	06/04/2024	NUP 47011.003118/2024-18
GIDEONE CASTRO DA SILVA	3002557-1	SOCIOEDUCADOR	03/29/2022	06/04/2024	NUP 47011.003128/2024-45
LUKAS BRAGA SALES	3000638-0	SOCIOEDUCADOR	09/01/2022	06/03/2024	NUP 47011.003105/2024-31
STARLEY FERREIRA	3001264-X	SOCIOEDUCADOR	12/01/2022	06/04/2024	NUP 47011.003126/2024-56
SOCIOEDUCADOR FEMININO – FORTALEZA					
EVELANE PEREIRA PEIXOTO	3000388-8	SOCIOEDUCADOR	01/07/2022	06/06/2024	NUP 47011.003193/2024-71

*** **

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº017/2022

O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Estadual nº 16.040, de 28 de junho 2016 e o Decreto Estadual nº 32.419, de 13 de novembro de 2017, RESOLVE que fica **rescindido**, de forma unilateral, a partir de 13/06/2024, o **Termo de Colaboração nº017/2022**, firmado entre esta Superintendência e a Organização da Sociedade Civil Movimento Consciência Jovem - MCJ, com fins a gestão compartilhada do Centro Socioeducativo Padre Cicero, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, nos incisos I, II, IV e VII do §2º do art. 105 do Decreto Estadual nº 32.810, de 28 de setembro de 2018, nos itens 16.3 e 16.6 da Cláusula Décima Sexta – Da Denúncia e da Rescisão do Termo de Colaboração nº 017/2022, e nos fatos narrados nos autos do NUP 47011.001943/2024-70 (Apenso: 47011.004248/2023-89, 47011.003211/2024-14, 47011.003211/2024-14 e 47011.000719/2024-61). Fortaleza/CE, 17 de junho de 2024.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE

*** **

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº019/2022

O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Estadual nº 16.040, de 28 de junho 2016 e o Decreto Estadual nº 32.419, de 13 de novembro de 2017, RESOLVE que fica **rescindido**, de forma unilateral, a partir de 13/06/2024, o **Termo de Colaboração nº019/2022**, firmado entre esta Superintendência e a Organização da Sociedade Civil Movimento Consciência Jovem - MCJ, com fins a gestão compartilhada do Centro Socioeducativo de Sobral, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, nos incisos I, II, IV e VII do §2º do art. 105 do Decreto Estadual nº 32.810, de 28 de setembro de 2018, nos itens 16.3 e 16.6 da Cláusula Décima Sexta – Da Denúncia e da Rescisão do Termo de Colaboração nº 019/2022, e nos fatos narrados nos autos do NUP 47011.001943/2024-70 (Apenso: 47011.004248/2023-89, 47011.003211/2024-14, 47011.003211/2024-14 e 47011.000719/2024-61). Fortaleza/CE, 17 de junho de 2024.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE

*** **

TERMO DE REVOGAÇÃO DE INTENÇÃO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

OBJETO: TERMOS DE COLABORAÇÃO Nºs 017/2022 e 019/2022 O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Estadual nº. 16.040, de 28 de junho 2016 e o o Decreto Estadual nº 32.419, de 13 de novembro de 2017, considerando a Decisão Administrativa proferida no processo NUP 47011.001943/2024-70, **REVOGA o Termo de Intenção de Rescisão Amigável dos Termos de Colaboração nº017/2022 e 019/2022**, firmados com a OSC Movimento Consciência Jovem - MCJ, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 12 de abril do ano em curso. GABINETE DO SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, 17 de junho de 2024.

Roberto Bassan Peixoto
SUPERINTENDENTE

*** **

